



---

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL**

*A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.*

**As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

**COMANDO DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos

**SECRETARIA-GERAL DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Marcelo Francisco Campos

**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA**

Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias

**Departamento de História**

Capitão de Mar e Guerra Pierre Paulo da Cunha Castro

**Departamento de Publicações e Divulgação**

Capitão de Fragata (T) Ericson Castro de Santana

REVISTA NAVIGATOR

**<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator>**

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

<b>NAVIGATOR</b>	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>N.33 V.17</b>	<b>p. 160</b>	<b>2021</b>
------------------	-----------------------	------------------	---------------	-------------

## CONSELHO EDITORIAL

*Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/UFF)*  
*Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)*  
*Daniel Martins Gusmão (DPHDM/LAAA-UFS)*  
*Francisco Eduardo Alves de Almeida (PPGEM-EGN/IGHMB)*  
*José Miguel Arias Neto (JEL/IGHMB)*  
*Marcello José Gomes Loureiro (EN/IGHMB)*  
*Paulo André Leira Parente (UNIRIO/IGHMB)*  
*Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)*  
*Wagner Luiz Bueno dos Santos (DPHDM/UNIRIO)*

## CONSELHO CONSULTIVO

*José Carlos Mathias (DPHDM/IGHMB)*  
*Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)*  
*Arno Wehling (IHGB/ABL)*  
*Carlos Celestino Rios e Souza (UFPE)*  
*Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)*  
*Edina Laura Costa Nogueira da Gama (IGHMB)*  
*Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRRJ/ECEME)*  
*Gilson Rambelli (UFS/SAB)*  
*Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)*  
*Leandro Domingues Duran (UFS/LAAA)*  
*Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)*  
*Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)*  
*Miguel Dantas Cruz (ULisboa)*  
*Rodrigo de Oliveira Torres (UDELAR)*

## INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex  
[www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)

REDIB  
[www.redib.org](http://www.redib.org)

CLASE  
[www.clase.unam.mx](http://www.clase.unam.mx)

Diadorim  
<http://diadorim.ibict.br>

DOAJ  
<http://doaj.org>

Portal de periódicos da Capes  
[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)

A *Revista Navigator*, a partir de 2009, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras – Decretos nºs 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

## EQUIPE EDITORIAL

### Editores

Dr. Sergio Willian de C. Oliveira Filho (EAMCE/CEHIR)  
Me. Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/IGHMB)  
Me. Robert W. Porto da S. Castro (DPHDM/PUC-RS)

### Organização do dossiê

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

### Identidade Visual

Designer Gráfica Edna Costa

### Editores Eletrônica

Designer Gráfica Célia Gutierrez

### Capa

Designer Gráfica Simone Moretzsohn

### Revisão

Jornalista Denise Koracakis  
Terceiro-Sargento Raquel dos Santos Ramos

### Web Designer

Designer Gráfica Célia Gutierrez

ICAP-Pergamum  
[www.pergamum.puc.br/icap](http://www.pergamum.puc.br/icap)

Livre  
[www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre](http://www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre)

Sumários de Revistas Brasileiras  
[www.sumarios.org](http://www.sumarios.org)

Web of Science  
[www.webofknowledge.com](http://www.webofknowledge.com)

Biblat  
<https://biblat.unam.mx>

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.33 (jun. 2021)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 – il.; 27cm.

Semestral  
ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

# Sumário

5 **Apresentação**

## **DOSSIÊ O PODER NAVAL E AS DISPUTAS PELO TERRITÓRIO NO BRASIL COLONIAL (1500-1808)**

7 **Apresentação do Dossiê**

*Bruno Romero Ferreira Miranda*

11 **A navegação do mar del sur e a conquista da Paraíba: a política militar espanhola durante a Monarquia Hispânica**

*Navegación por mar del sur y conquista de Paraíba: política militar española durante la Monarquía hispánica*

**Sylvia Brandão Ramalho de Brito**

29 **O socorro hispânico às capitanias açucareiras do Norte (1624-1640): tentativas navais de recuperação do Brasil holandês**

*Hispanic aid in Northern sugar captaincies (1624-1640): naval attempts to recover Dutch Brazil*

**Regina de Carvalho Ribeiro da Costa**

53 **O “terror dos mares”: a guerra de corso no período das invasões neerlandesas nas capitanias do norte do Brasil (1625-1630)**

*Le “terreur des mers”: la guerre de Corse entre les invasions néerlandais dans les capitaineries du nord du Brésil (1625-1630)*

**Carlos Roberto Carvalho Daróz**

68 **A Batalha Naval de Abrolhos (1631)**

*Naval Battle of Abrolhos (1631)*

**Alceu Oliveira Castro Jungstedt**

## **ARTIGOS**

89 **Afflavit Deus et dissipantur: o conflito entre Espanha de Felipe II e a Inglaterra de Elizabeth I**

*Afflavit Deus et dissipantur: the conflict between Spain of Felipe II and England of Elizabeth I*

**José Renato Ferraz da Silveira**

- 98 **Abordagem aos Encouraçados no Tagy (1868)**  
*Abordaje a los Acorazados en Tajy*  
**Aldeir Isael Faxina Barros**
- 115 **Memórias em disputa: A Revolta da Armada em Joaquim Nabuco e Felisbelo Freire**  
*Memories in dispute: The Revolt of Armada in Joaquim Nabuco and Felisbelo Freire*  
**Mustafá Reis Dalate**
- 127 **“120 dias separados”: a história do 2º Tenente Joaquim Martins Pereira a bordo da Divisão Naval em Operações de Guerra**  
*“120 jours separees”: l’histoire Du 2e Tenente Joaquim Martins Pereira, à bord de la Division Navale en Operations de Guerre*  
**Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva**
- 141 **Entre pescadores e canhões, a Guerra chegou ao litoral: A experiência dos soldados na transformação da Artilharia de Costa brasileira (1942-1945)**  
*Between fishermen and cannons, the War reached the coast: The experience of soldiers in the transformation of Brazilian Coastal Artillery (1942-1945)*  
**Rogério de Amorim Gonçalves, Sandro Teixeira Moita**

## DOCUMENTO

- 158 **Theatrum orbis terrarum (1570)**  
*1ª edição do Theatrum Orbis Terrarum (primeiro atlas moderno)*  
**Felipe Sabino Crispim Maia**



**Capa: “Hollandse schepen overzeilen Spaanse galeien onder de Engelse kust, 3 oktober 1602”**

*(Navios holandeses atacando galeras espanholas na costa da Inglaterra, 3 de outubro de 1602). Óleo sobre tela (118 x 151cm) pintado em 1617 por Hendrick Cornelisz Vroom (Harlem, Holanda 1562-1640). Acervo do Rijksmuseum de Amsterdã.*

Representação da Batalha Naval do Estreito de Dover ocorrida em 03 de outubro de 1602, na qual holandeses e espanhóis lutaram no Canal da Mancha. Tal confronto fez parte de um conflito global que envolveu as Repúblicas das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e a Espanha, além de outras potências europeias como Inglaterra e França, e que alcançaria Portugal e suas colônias (o Brasil em especial) no contexto da União Ibérica. Hendrick Cornelisz Vroom foi um pintor barroco de paisagens marítimas, sendo considerado o precursor de tal gênero nos Países Baixos.

# Apresentação

A historiografia tradicional brasileira estabeleceu uma divisão cronológica da história do país com base em marcos factuais tal qual a famosa divisão quadripartite da história global. No caso da História do Brasil três grandes períodos, tendo por base os regimes políticos, despontam: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889) e República (1889-Hoje). Contudo, sabe-se que tal divisão, acaba sendo bastante arbitrária quando nos debruçamos com atenção sobre os diversos contextos históricos nacionais e regionais, na medida em que as rupturas e continuidades nos vários âmbitos - social, cultural, econômico, político, regional, etc. -, extrapolam tais limites temporais preestabelecidos. Além disso, diversos outros fatores devem ser colocados em questão quando abordamos a história de nosso país, além do marco oficial de mudança de determinado regime político, inclusive se levarmos em consideração os entrelaçamentos e repercussões de fatos ocorridos em nosso território com aqueles que tiveram curso em territorialidades outras.

Cientes disso, o número 33 da *Navigator* traz aos leitores o dossiê temático intitulado “O Poder Naval e as disputas pelo território no Brasil Colonial (1500-1808)”, organizado pelo Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (UFRPE; IAHGP). Apesar, de considerarmos necessário relativizar e problematizar a divisão da história brasileira em marcos temporais fixos, entendemos a necessidade didática para tal, de modo que optamos por lançar uma proposta que mantivesse a noção tradicional da divisão temporal do Brasil Colonial, mas, ao mesmo tempo, realizasse uma pequena inflexão ao adotarmos o recorte cronológico de tal dossiê sobre o Brasil Colonial de 1500 a 1808 (data da chegada da Corte lusitana ao Brasil e momento de início de muitas transformações em determinados pontos do território). Tal dossiê, composto por quatro artigos, traz ao público contribuições que abordam os conflitos entre povos europeus pelo território da América Portuguesa, enfatizando os aspectos navais

em suas múltiplas facetas. Não obstante o dossiê ter ficado aberto a contribuições de discussões a respeito de um vasto período temporal de três séculos, os artigos que o compõem correspondem às décadas do século XVII envoltas pelos conflitos que envolveram portugueses, espanhóis e as Repúblicas Unidas dos Países Baixos, conflitos estes desenvolvidos no contexto da União Ibérica.

Seguem-se à Seção 'Dossiê' os artigos pertencentes à seção de artigos de fluxo contínuo, nos quais valiosos debates de diferentes períodos da história naval brasileira se fazem presentes. Abre a Seção 'Artigos', o texto de José Renato Ferraz da Silveira "Afflavit Deus et dissipantur: o conflito entre a Espanha de Filipe II e a Inglaterra de Elizabeth I", no qual o autor aborda o confronto internacional entre Espanha e Inglaterra, nos reinados de Filipe II e de Elizabeth I no século XVI, destacando a ascensão inglesa, a decadência espanhola e as estratégias político-militares adotadas por ambos os países no período. Na sequência, com o artigo "Abordagem aos Encouraçados no Tagy (1868)" damos um salto de quase 300 anos e saímos do contexto europeu para uma análise dos combates de abordagem ocorridos durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o autor do texto, Aldeir Isael Faxina Barros, focaliza seu olhar no ano de 1868, quando a fortaleza de Humaitá se encontrava prestes à rendição, ou abandono, ante o cerco imposto pelos aliados, discorrendo a respeito dos planos e execução de abordagem aos navios brasileiros postados em Tagy por parte dos paraguaios. O terceiro artigo da Seção, intitulado "Memórias em disputa: A Revolta da Armada em Joaquim Nabuco e Felisbello Freire", vem da lavra de Mustafá Reis Dalate, e se propõe a refletir as condições políticas presentes na passagem do Império para a República, tendo por mote os ecos da Revolta da Armada (1893-94), pouco tempo depois de sua debelação, fazendo um paralelo entre os escritos antagônicos a respeito do conflito publicados em 1896 por dois importantes pensadores políticos do período.

Adentrando o século XX temos dois artigos que trazem abordagens das Grandes Guerras Mundiais. No primeiro deles, a historiadora Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva traz no trabalho "120 dias separados': A História do 2º Tenente Joaquim Martins Pereira a bordo da Divisão Naval em Operações de Guerra", a análise epistolar de missivas escritas em 1918 a bordo do Tender *Belmonte* pelo Segundo-Tenente Joaquim Martins Pereira para sua esposa Maria do Carmo Pastori Pereira, quando tal oficial compunha a tripulação da Divisão Naval em Operação de Guerra da Marinha do Brasil (DNOG), durante a 1ª Guerra Mundial. Finalmente, fecha a Seção o artigo sob o título "Entre Pescadores e Canhões, a Guerra chegou ao Litoral: a Experiência dos Soldados na Transformação da Artilharia de Costa Brasileira (1942-1945)", dos pesquisadores Sandro Teixeira Moita e Rogério de Amorim Gonçalves. Tal artigo, aborda o desenvolvimento da artilharia de costa no litoral brasileiro no contexto da Batalha do Atlântico na Segunda Guerra Mundial, enfatizando o cotidiano de tensão, medo e pressão vivido por milhares de soldados e civis que receberam a missão de proteger a costa brasileira de possíveis invasões alemãs e italianas vindas do mar.

Fechando o número 33, Felipe Sabino Crispim Maia assina a contribuição à Seção 'Documento', com a apresentação do *Theatrum Orbis Terrarum*, obra de autoria do cartógrafo brabantino Abraham Ortelius, considerado o primeiro atlas do período Moderno e publicado pela primeira vez no ano de 1570. Tal obra faz parte do acervo da Biblioteca da Marinha do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro e subordinada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, e é um dos quatro exemplares da primeira edição em latim de que se sabe da existência em todo o mundo.

Boa leitura!

**OS EDITORES**

# Dossiê O Poder Naval e as disputas pelo território no Brasil Colonial (1500-1808)

---

*Sylvia Brandão Ramalho de Brito*

---

*Regina de Carvalho Ribeiro da Costa*

---

*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

---

*Alceu Oliveira Castro Jungstedt*

# Apresentação do Dossiê

## **Bruno Romero Ferreira Miranda**

Doutor em História pela Universiteit Leiden, Países Baixos. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro associado do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

O volume 17, número 33, 2021, da Revista *Navigator* traz para os leitores textos sobre eventos históricos dos séculos XVI e XVII que, em conjunto, integram o dossiê “O Poder Naval e as disputas pelo território no Brasil Colonial (1500-1808)”. O dossiê teve por objetivo trazer contribuições que cobrissem conflitos entre portugueses, espanhóis, franceses e neerlandeses pelo território do Brasil, com foco nos aspectos navais, econômicos e políticos.

A proposta do dossiê surgiu a partir de uma reflexão feita após a leitura de um dos capítulos de “Os holandeses no Brasil”, escrito pelo historiador inglês Charles R. Boxer em 1957. No texto, intitulado “O mar domina o Brasil”, Boxer, assim como em outros escritos de sua autoria, mostrou a centralidade da guerra naval para o desfecho de conflitos entre portugueses, espanhóis e neerlandeses nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil e na sede do governo colonial, Salvador. Parte das lutas entre europeus no Brasil teve origem em fins do século XVI, na sequência da guerra de independência das Províncias Unidas contra o Império Habsburgo e expandiu-se para o ultramar, com grande intensidade, ao longo do século XVII, tendo amplitudes e repercussões locais, regionais, atlânticas e globais.

Sem desconsiderar as ações terrestres que minavam as forças dos adversários, a resolução de boa parte dos grandes confrontos de europeus em espaços coloniais se deu



usualmente com expedições navais e cerco de praças dos territórios em disputa, a exemplo dos conhecidos assédios e conquistas de Salvador – tomada pelos neerlandeses em 1624 e reconquistada em 1625 por uma frota hispano-portuguesa –, da conquista neerlandesa de Olinda e do Recife em 1630 e da restauração e rendição do Recife por intermédio de bloqueio terrestre e naval português em 1654.

Essas são apenas algumas ocorrências em uma parte do território do Estado do Brasil que teve conflitos entre portugueses, espanhóis e neerlandeses. Antes da chegada dos últimos, os franceses também ameaçaram a colônia portuguesa, sendo adversários constantes e resilientes ao longo dos primeiros dois séculos de colonização, enfrentando os portugueses no Rio de Janeiro, no Maranhão e, entretanto, no litoral das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba.

A organização e financiamento de expedições ou de frotas navais que operaram no ultramar – inclusive com capital privado –, as ações de bloqueio, corso, transporte, escolta, bem como as investidas diretas contra oponentes marcaram parte dos conflitos do período. Apesar das repercussões amplas das ações navais para a manutenção do comércio, conquista e retomada de territórios, a guerra naval foi uma faceta pouco explorada pela historiografia brasileira. Tal lacuna é apenas uma de várias outras relativas às disputas navais, a exemplo do estabelecimento e manutenção das frotas de estados europeus, bem como seus desdobramentos tecnológicos e sua importância na constituição dos estados modernos.

Temos no presente dossiê um conjunto de contribuições de pesquisadores de formações distintas – especialistas, mestras(es) e doutoras em instituições do Brasil e do exterior –, que compuseram estudos que mesclaram historiografia com fontes documentais. Em conjunto, ajudam a trazer o tema da guerra naval e suas múltiplas possibilidades de análise para o debate historiográfico brasileiro.

O artigo que abre o dossiê, “A navegação do *mar del sur* e a conquista da Paraíba: a política militar espanhola durante a Monarquia Hispânica”, escrito pela Doutora em História pela Universidade de Salamanca, Espanha, Sylvia Brandão Ramalho de Brito, traz um vívido relato sobre a conquista da Paraíba (1584). A autora nos brinda com detalhado relato do confronto da Monarquia Ibérica contra um de seus adversários continentais, os franceses. Episódio obscuro e esmiuçado em detalhes com fontes nunca exploradas de arquivos espanhóis, o texto nos ajuda a compreender a atuação espanhola no Atlântico Sul e sua preocupação com os territórios coloniais austrais, bem como mostra o processo de consolidação da colonização da Capitania da Paraíba e sua inserção, nas palavras da autora, “no horizonte da Monarquia Hispânica”.

Já a Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Regina de Carvalho Ribeiro da Costa, em “O socorro hispânico às capitanias açucareiras do norte (1624-1640): Tentativas navais de recuperação do Brasil holandês”, retoma um debate sobre a suposta “incúria metropolitana na defesa do Brasil”. Utilizando e questionando a historiografia clássica e mais recente, bem como fontes do período, a autora, após fazer um panorama das relações entre espanhóis e neerlandeses nos séculos XVI e XVII, enfatiza o esforço Habsburgo pela manutenção dos seus territórios coloniais, expresso no envio de expedições navais com o fito de recuperar territórios conquistados por adversários europeus.

Enquanto as pesquisadoras Ramalho de Brito e Ribeiro da Costa tratam do esforço da Monarquia Hispânica para a reconquista e manutenção dos seus territórios austrais, o Especialista e Mestre em História, Carlos Roberto Carvalho Daróz, do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército, faz, em “O “terror dos mares”: a guerra de corso no período entre as invasões neerlandesas nas capitanias do norte do Brasil (1625-1630)”, um apanhado sobre as operações de corso neerlande-

sas, importante fonte de financiamento para a conquista das Capitanias do Norte do Estado do Brasil a partir de 1630.

O último autor do dossiê, o Especialista em História e Capitão de Mar e Guerra Alceu Oliveira Castro Jungstedt, faz uma descrição densa da Batalha Naval dos Abrolhos, ocorrida na costa da Capitania de Pernambuco em 1631. A partir de historiografia clássica e de relatos do período, o autor buscou levantar dados sobre as forças de D. Antonio de Oquendo y Zandategui e de Adriaen Janszoon Pater, enumerando contingentes e embarcações, apontando o contexto e objetivos das partes envolvidas naquele embate, analisando as condições meteorológicas, táticas e, por fim, tentando avaliar o resultado da refrega naval que opôs portugueses, espanhóis e neerlandeses.

Espero que vocês, leitores, desfrutem dos textos do dossiê e que eles sirvam de estímulo para outras pesquisas que levem em consideração os aspectos navais, sempre carentes de estudos amplos. São textos com visões distintas – haja vista a pluralidade da formação e da atuação institucional – e que refletem aspectos relevantes da historiografia dedicada ao período colonial e ao mundo moderno.

# A navegação do mar del sur e a conquista da Paraíba: a política militar espanhola durante a Monarquia Hispânica\*

*Navegación por mar del sur y conquista de Paraíba: política militar española durante la Monarquía hispánica*

**Sylvia Brandão Ramalho de Brito**

Doutora em História pela Universidade de Salamanca (Espanha). Afiliação Institucional: Universidade de Salamanca.

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo inserir a conquista da Paraíba em um contexto histórico mais abrangente, conectado à consolidação da Monarquia Hispânica na América portuguesa. A ocupação do território respondia a duas demandas principais: a necessidade de proteger a região contra os ataques dos franceses e, ao mesmo tempo, ser um anteparo da última fronteira em direção ao Peru. A ocupação daquele território foi uma das iniciativas prioritárias da dinâmica dos Habsburgo para o Atlântico, projeto que pode ser deduzido a partir da análise da documentação oficial e também de fontes, referentes ao período filipino, que ainda não haviam sido exploradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atlântico; Monarquia Hispânica; História Marítima; Capitania da Paraíba

## RESUMEN

*Este artículo tiene como objetivo insertar la conquista de Paraíba en un contexto histórico más amplio, vinculado a la consolidación de la Monarquía hispánica en la América portuguesa. La ocupación del territorio respondió a dos demandas principales: la necesidad de proteger la región contra los ataques franceses y, al mismo tiempo, ser un escudo de la última frontera hacia Perú. La ocupación de ese territorio fue una de las iniciativas prioritarias de la dinámica de los Habsburgo para el Atlántico, proyecto que se puede deducir del análisis de la documentación oficial y también de fuentes, referentes al período filipino, que aún no habían sido exploradas.*

**PALABRAS CLAVE:** Atlántico; Monarquía Hispánica; Historia Marítima; Capitanía de Paraíba

## O ESTREITO E A NAVEGAÇÃO

Nos primeiros anos da década de 1570, as relações entre a Espanha e a Inglaterra encontravam-se relativamente amistosas, ao ponto de as duas Coroas firmarem, em 1574, o Tratado de Bristol, em que ambas se comprometiam a não apoiar insurreições ou proteger piratas e corsários. Mas, pouco tempo depois, as circunstâncias que envolviam

---

\*Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2021 e aprovado para publicação em 12 de abril de 2021.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 11-28 – 2021.

a situação da Espanha nos Países Baixos, com repercussão na Inglaterra, levaram o governo inglês a se acautelar com relação às intenções de Filipe II e a ser furtivamente receptivo a ações que acometessem pontos vulneráveis dos espanhóis, tais como suas embarcações nos mares e as desprotegidas regiões costeiras de suas possessões (ZAMBRANO PEREZ, 2007, p. 43).

Por essa época, um grupo de investidores ingleses decidiu constituir uma pequena frota de cinco navios que teria como destino declarado o Mediterrâneo Oriental, mais precisamente Alexandria. Mas, esta não era a real rota a ser seguida na viagem. A preparação da expedição foi cercada de todo o sigilo possível, no sentido de esconder o seu verdadeiro destino, tanto dos espanhóis como até mesmo de alguns influentes membros do governo, em particular William Cecil, Lord Burghley, um dos principais conselheiros da Rainha Isabel I, que se preocupava em evitar transgressões que viessem provocar conflitos com a Espanha. Dentre os apoiadores do empreendimento encontravam-se várias proeminentes figuras ligadas à Coroa britânica o que levou John Horace Parry a afirmar que uma iniciativa de tal porte, com o tipo de investidores que dela participavam, demandaria, pelo menos, o velado assentimento de Isabel I, que, provavelmente, também teria feito subliminar aplicação de capitais na iniciativa (PARRY, 1984, p. 3).

Para comandar a empresa, da qual era também um dos investidores, foi escolhido o já na época afamado Capitão Francis Drake. Iniciado nas artes náuticas ainda adolescente, Drake, aos 20 anos, era mestre de navio e encontrava-se, em 1568, no porto mexicano de San Juan de Ulúa, em uma flotilha que desafiava a proibição espanhola de comércio de estrangeiros com suas colônias, e que foi impiedosamente

massacrada por forças sob o comando do Vice-Rei do México. Sobrevivendo a esse episódio, Drake teria iniciado, em represália, nos anos que se seguiram, sucessivos ataques e saques a portos e embarcações da Espanha na região do Caribe, culminando, em 1573, no istmo do Panamá, com a apreensão de um grande carregamento de prata, o que lhe permitiu um confortável e temporário afastamento da vida nos mares, até o tempo em que lhe foi dado o comando da frota que teria Alexandria como destino (ORTIGUEIRA AMOR et al, 2014). Os barcos liderados por Drake deixaram Plymouth, na Inglaterra, em dezembro de 1577. Quando estavam em mar largo, Drake comunicou aos navegantes que, na realidade, o destino da viagem seria o sul da América. Ao chegar ao Cabo Verde, nas proximidades da costa da África, de onde seria feita a travessia para o litoral brasileiro, Drake encontrou uma embarcação portuguesa, cujo piloto tinha conhecimento e perícia relacionados aos mares do sul, o que seria de grande valia na expedição (NUTTALL, 1914, p. 296). A nau acabou sendo tomada por Drake sendo também capturado o seu piloto, o portuense Nuno da Silva, que foi incorporado à viagem, da qual deixou importante relato<sup>1</sup>.

O único registro documental existente sobre o percurso planejado para a viagem de Drake é um manuscrito de 1577, parcialmente danificado, em que se propõe que a expedição faça uma prospecção da costa meridional da América do Sul, alcance o Pacífico através do Estreito de Magalhães, navegue pela costa até 30º de latitude sul (na altura de Coquimbo no Chile atual), explorando as possibilidades de comércio e povoamento, em seguida retornando pelo mesmo percurso. Essa rota marítima, no extremo sul do continente americano, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, havia sido explorada

pela primeira vez, em 1520, pelo português Fernão de Magalhães, navegando no sentido leste-oeste, no comando de uma pequena frota espanhola (GRUZINSKI, 2015, p. 36). Desde então, a navegação por essa passagem interoceânica havia sido intentada pouquíssimas vezes, antes da expedição de Drake. As condições da região austral, com mares bravios, fortes ventos, baixas temperaturas e a própria distância desaconselhavam a utilização dessa passagem, que tomou o nome do seu explorador primeiro, como rota das embarcações espanholas com destino às suas colônias nas costas do Pacífico, que continuaram a ser atendidas pelo Caribe e istmo do Panamá. Drake fez a travessia do Estreito em dezesseis dias, chegando ao Pacífico com sua flotilha reduzida apenas à embarcação que ele próprio capitaneava. As demais naus, por motivos vários, foram abandonadas (PARRY, *Idem*, p. 4; 6).

Ao percorrer as costas das possessões espanholas, o corsário inglês encontrou-as totalmente desguarnecidas e iniciou uma série de saques e ataques aos portos do Chile e Peru. Navegando para o norte, assaltou o navio castelhano *Nuestra Señora de La Concepcion*, que apesar de apelidado *Cacafuego* estava praticamente desarmado, com valiosíssima carga, “twenty-six tons of silver, thirteen chests of rials of plate, eighty pounds of gold, besides diamonds and inferior gems”, talvez o maior saque realizado por corsários e piratas naqueles tempos (JOHNSTONE, 1837, p. 68-69). Diante dessa situação o Vice-Rei do Peru encetou providências para a perseguição a Drake, na presunção de que ele retornaria, navegando pela mesma rota através do Estreito, no sentido oeste-leste. Para chefiar a expedição de perseguição a Drake foi escolhido Pedro Sarmiento de Gamboa. De origem familiar *gallega*, Sarmiento encontrava-se, desde 1555, na América espanhola, sendo provável que

estivesse, há vinte anos, no Peru. Com capacidades multifacetadas, como militar, cosmógrafo e geógrafo, Pedro Sarmiento era também cronista, tendo deixado várias *relaciones*, diversos *memoriales*, poesias e a famosa “Historia de los Incas”, escrita em 1572 (MIGUEL BARROS, 2006, p. 26).

A expedição de combate a Drake, composta de duas embarcações, com 92 marujos e soldados, e plenamente aprovisionada de armas e munições, navegou para os mares do sul, à espera do retorno do corsário inglês para o Estreito com o fruto dos seus saques. Estando na costa norte do Pacífico, se apresentavam para Drake três alternativas de rotas. A primeira seria o retorno cumprindo o mesmo trajeto anterior, com a perspectiva de encontrar os espanhóis para interceptá-lo. Outra opção, encontrar o hipotético e lendário Estreito de Anian, o que seria o caminho mais curto para se chegar à Inglaterra. Francis Drake decidiu, então, cruzar o Pacífico, alcançar as Molucas, e, utilizando o caminho português para as Índias, contornar o Cabo da Boa Esperança retornando a Plymouth, três anos após a sua partida, concluindo a segunda circum-navegação da Terra. O corsário saqueador das terras e naus espanholas foi recebido na Inglaterra com honras de herói e condecorado com o título de *Sir* pela Rainha (WALLIS, 1984, p. 122).

Malograda teria sido a viagem de Pedro Sarmiento para o Estreito, se outras razões tão mais importantes que o combate a Drake não a tivessem motivado. A Instruccion por ele recebida do Vice-Rei do Peru, dentre outras recomendações, as explicitava:

VI. Al tiempo que os halláredes en la altura de la Entrada del Estrecho iréis con mucho mayor cuidado de ver todas las particularidades de Mar e Tierra que halláredes atendiendo á las comodidades de Poblaciones

que por alli puede haber [...] y procurad con vigilancia saber todas las Bocas que tiene el dicho Estrecho á la entrada por esta Mar, y medirlas poniéndoles nombres á quantas fueren, midiéndolas así por lo ancho como por lo fondo, y mirando en qual dellas hai mayores comodidades para fortalecerlas<sup>2</sup>.

Sarmiento de Gamboa percorreu o Estreito de Magalhães, no sentido leste-oeste, em trinta e dois dias, elaborando um levantamento detalhado das condições e características do local, em cumprimento às Instruções que havia recebido. Ao se separar com o Atlântico, Sarmiento navegou rumo à Espanha para fazer a entrega do seu relatório ao Rei. Depois de três meses em mar alto, chegou com sua embarcação ao porto de Santiago no Cabo Verde. De acordo com seu relato, “fueron barcos del Pueblo á saber qué Nao era, y la gente que era, y de onde venía: e como se les dixo que éramos del Pirú, y veníamos de allá por el Estrecho de Magallanes, enmudecían no creyéndolo, y teniéndolo por imposible [...]” (SARMIENTO DE GAMBOA, 1768, p. 342). Durante a sua permanência na Ilha de Santiago, onde aportavam naus que singravam o Atlântico, Sarmiento procurou, já que os ventos o tinham levado a navegar para longe da costa brasileira, obter notícias diversas sobre incursões de corsários e piratas e a presença de forasteiros nas terras americanas.

## **A ARMADA DO ESTREITO**

Quando Pedro Sarmiento de Gamboa chegou à Espanha, em agosto de 1580, trazendo o relatório da sua investigação no Estreito de Magalhães para apresentar a Filipe II, o Rei se encontrava, há meses, na cidade espanhola de Badajoz, fronteira com Portugal, onde concentrara seu exército de 47 mil homens para adentrar o país vizinho, reclamando seu direito à

Coroa Lusitana (KAMEN, 2003, p. 257). Àquela altura, Filipe II já sabedor, há cerca de um ano, das pilhagens de Drake, tinha recebido parecer do Vice-Rei do Peru sugerindo que a melhor solução, a curto prazo, seria a construção de embarcações para patrulhamento da entrada do Estreito. Essa providência, após aprovação do Consejo de Indias, havia se iniciado, mas, foi interrompida pela carência de fundos da Coroa (PHILLIPS, 2016, p. 8-9). Preocupações várias do Rei com acontecimentos em que os espanhóis estavam envolvidos diretamente vinham postergando a execução da emergente medida proposta.

Pedro Sarmiento de Gamboa deslocou-se para Badajoz para apresentar ao Rei o relato da sua viagem e expor as suas considerações sobre a defesa do Estreito. Filipe II submeteu a proposta de Sarmiento de Gamboa ao Consejo de Indias, e pediu a avaliação de conhecedores da matéria. Apesar da contestação por parte de alguns conselheiros reais, sob alegação do elevado custo da empreitada em relação à construção de embarcações, o monarca decidiu aprovar o plano de Pedro Sarmiento. Como se veria posteriormente, as agressivas condições do local não permitiam um aumento significativo da navegação marítima para o Pacífico através do Estreito de Magalhães. As informações, não muito corretas, sobre o lugar, trazidas por Sarmiento, provavelmente influenciaram na decisão real de construção dos dois fortes no Estreito, que serviriam como defesas que desestimulassem a repetição, por outros corsários, da empreitada de Drake, criando uma rota de navegação para o Pacífico pela região, com reflexos na segurança das possessões castelhanas do Chile e Peru.

Em fevereiro de 1581, foram iniciados os preparativos para a realização da empresa e constituída uma comissão para tratar dos diversos aspectos do empre-

endimento. O Duque de Alba, o Marquês de Santa Cruz, juntamente com outras figuras notáveis do Reino, discutiam a logística militar da expedição, o número e tipos de embarcações, o quantitativo de soldados e marinheiros e a artilharia a ser usada nos fortes. Um grupo de engenheiros de origem italiana que então serviam à Monarquia Hispânica analisava os detalhes construtivos do projeto dos fortes. Nessas discussões, Sarmiento de Gamboa se fazia presente com os dados e informações que coletara sobre a região na sua viagem ao Estreito (ZULETA CAR-RANDI, 2013, p. 159).

O porte da empresa requeria um comandante qualificado, o que fez Filipe II colocar a empreitada sob as ordens do Capitão-General Diego Flores de Valdés, um dos mais destacados e experientes navegadores da armada da Espanha, com mais de trinta anos a serviços da Coroa. Asturiano, de origem nobre, Valdés principiara jovem no trato da vida do mar, em navios da armada real que cruzavam o Canal da Mancha com destino às províncias de Flandres. Depois de navegar durante anos, como capitão de naus, pelas Antilhas e Tierra Firme, Valdés participara, como almirante, da expedição, sob o comando de Pedro Menéndes de Avilés, com o objetivo de expulsar franceses que ocupavam a Flórida. Por sua participação na Flórida, Filipe II concedeu a Valdés a mercê de *caballero* da Ordem de Santiago, a mais importante das ordens militares da Espanha, estabelecida desde as lutas de reconquista do território espanhol aos mulçumanos. Promovido a General, Valdés comandou, posteriormente, as frotas da Tierra Firme e, por duas vezes, a Armada de la Guardia, uma esquadra de escolta aos comboios da Carrera de Indias. A escolha pelo Rei de Diego Flores de Valdés como Capitão-General da esquadra que ia ao Estreito de Magalhães desagradou a Pedro Sarmiento de Gam-

boa que imaginava, por ter persuadido Filipe II à adoção do seu plano de construção de fortes e colonização do Estreito, deveria caber a ele o comando da empresa (PHILLIPS, 2016, p. 10).

As relações de Flores de Valdés com Filipe II eram antigas. Com idade próxima à do Rei, o asturiano fez parte da esquadra que levou à Inglaterra o então Príncipe para o seu casamento com Maria Tudor (ALVAREZ DE LA RIVERA, 1924, p. 153). Esse conhecimento de muitos anos com o soberano dava a Flores de Valdés uma inusitada franqueza nos seus relatórios ao Rei, decorrente da relação de certa confiança existente entre os dois. Filipe II resolveu, então, numa decisão conciliatória, designar Sarmiento de Gamboa como governador das terras a serem ocupadas e colonizadas no Estreito. O aparente assentimento de Sarmiento com a decisão do Rei, na realidade latente e persistente irrequietude, teria desdobramentos no desfecho da expedição e na visão histórica que se formou dos acontecimentos da jornada.

Os preparativos para a expedição continuaram por toda a primeira metade de 1581. Em maio, foi emitido documento real com a Instrucción de Filipe II para Valdés, em que são explicitados e detalhados os verdadeiros objetivos da armada:

Habeis de advertir que por ahora conviene que no se entienda que esta Armada que se hace es para el Estrecho, así por lo que toca a los enemigos, y poderlos mejor castigar estando descuidados, como por que la gente vaya de mejor gana; y así publicareis, que es para la guarda de las Indias, que esto mismo se dice acá, y va referido en todos los despachos que hasta ahora se han hecho.<sup>3</sup>

Embora a construção dos fortes e a colonização das terras do Estreito constassem das recomendações reais<sup>4</sup>, o caráter

militar da jornada era predominante e a armada deveria priorizar a perseguição e punição aos corsários e a destruição de quaisquer lugares fortificados que eles tivessem estabelecido em toda costa atlântica. A travessia do Estreito somente seria feita caso houvesse a certeza de que embarcações invasoras o tivessem ultrapassado com destino à costa do Pacífico. O preâmbulo da Instrucción do Rei a Diego Flores de Valdés, que se compõe de 17 recomendações, demonstra o principal intento daquela que ficou conhecida como a armada do Estreito:

por quanto despues que se descubrió la comunicaci3n de los mares del Norte y Sur por el estrecho de Magallanes no se habia proseguido aquella navegacion por no parecer necessaria y estando por no haber usado casi nada Francisco Drac cosario ingles con algunos navios con [...] descubrimiento y pas3 por el mesmo estrecho ala mar del Sur en cuyos puertos ya se le hizo los Robos y daños que son notorios, y aun que de muchas partes salieron navios en su seguimiento no le pudieron hacer y asi livre del castigo que le queria sin [...] delito, se sali3 y fue causa de que era aquel Reyno y el de francia con el mismo intento se ayan armado por diferentes personas como se save que de proximo se ha hecho mucha cantidad de navios, y visto que no sola mente sera necessario defenderlos este proposito y fortificar el dicho Estrecho para vedarles la entrada pero tambien averia procurarlos castigar con Rigor para que con este exemplo se corrigiese el atrevimiento que otros podrian ter de hacer cosas semejantes, havemos acordado de mandar juntar en el Rio de Sevilla, y otros puertos del Andaluzia, una armada de navios y provido por cappitan

General della a Vos Diego Flores de Valdes, cavallero de la orden de santiago para que vais [...]y a visitar y correr aquellas mares, limpiarlas de los dichos cosarios y castigarlos<sup>5</sup>.

Conforme as instruções do Rei o verdadeiro escopo da expedição deveria ser mantido em sigilo, tanto para que a empresa não chegasse ao conhecimento das nações não ibéricas, como para não dificultar o recrutamento dos que embarcariam, considerando que já eram sabidas pelos marinheiros as condições adversas dos mares nas proximidades do Estreito, a se prever perigosa a viagem. Os maiores entraves aos trabalhos de preparação da expedição foram decorrentes da escassez de recursos da Coroa para viabilizar os equipamentos, artilharias e suprimentos diversos, necessários ao empreendimento, e o recrutamento de soldados e marinheiros. A arregimentação de cerca de dois mil e quinhentos homens de terra e mar para a armada do Estreito sofreu várias atribulações, considerando-se que muitos deles serviam nas tropas que a Espanha mantinha na Itália e Flandres e um expressivo contingente participava, na época, das frotas comerciais espanholas. A baixa remuneração e o segredo que cercava a empresa, com a possibilidade de uma perigosa jornada, desestimulavam o recrutamento. Documentos coetâneos aos fatos demonstram que componentes de frotas que retornavam à Espanha tiveram que ser transferidos, à força, das naus em que se encontravam para as embarcações da armada, e, um grupo de 280 recrutados teve que ficar aprisionado, para evitar que os soldados desertassem, até que houvesse a partida da expedição (PHILLIPS, 2016, p. 26).

Informações chegadas à Coroa advindas do embaixador na França, Juan Baptista de Trassis, davam conta que,



no norte da França, uma grande expedição composta de 12 navios se organizava com destino a terras brasileiras<sup>6</sup>. Concomitantemente, outros relatos indicavam rumores de movimentação de ingleses com o intuito de repetir as investidas de Francis Drake. Essa situação levava à premência na montagem da armada do Estreito, mas, dificuldades logísticas na preparação da frota ocasionavam a postergação da sua partida. Desde que Filipe II designou Diego Flores de Valdés como Capitão-General da chamada armada do Estreito, descontentamentos surgiram vindos daqueles que se julgaram desconsiderados pela escolha. A partir daí, foram imputados, quase que exclusivamente, a Valdés todos os percalços e transtornos por que passou o empreendimento. Pedro Sarmiento de Gamboa, considerando-se o motivador da existência da empreitada, desde os passos iniciais da preparação da expedição, colocou-se em frontal antagonismo ao comando de Valdés, registrando sua insatisfação em cartas e em narrativas que escreveu sobre a jornada (FERNANDEZ DURO, 1897).

### A JORNADA

No século XVI, não existiam armadas ou exércitos regulares. As tropas e esquadras eram formadas com fins transitórios e específicos e assim se deu com a armada do Estreito. A armada foi constituída por 23 naus, sendo que apenas quatro embarcações pertenciam à Coroa, a *galeaza capitana San Cristóbal*, o navio com que Pedro Sarmiento de Gamboa atravessara o Estreito e duas fragatas. As demais foram alugadas aos seus proprietários mediante pagamento mensal com base na capacidade em tonelagem das embarcações, totalizando 8.400 toneladas contratadas (MENA GARCÍA, 2003, p. 278).

Após vários atrasos e atendendo determinação do Rei para que a armada

iniciasse a viagem o mais breve possível, o Duque de Medina Sidonia, capitán general del mar de Andalucía, estabeleceu a data da partida da expedição para 25 de setembro de 1581, saindo do porto de Sanlúcar de Barrameda, base das operações da expedição. Até então, o destino da esquadra era desconhecido da maioria dos que iam viajar. A data aprazada desconsiderou advertências feitas pelos pilotos sobre a impropriedade daquela escolha, em razão de que os dias seguintes ao equinócio seriam passíveis de incidência de fortes tempestades.

Com ventos calmos, cinco naus saíram ao mar no dia 25 de setembro, seis no dia seguinte, e, no dia 27, a *galeaza capitana* e as demais embarcações da esquadra deixaram o porto de Sanlúcar de Barrameda. Após seis dias de navegação com brisas favoráveis, quando a esquadra se encontrava nas proximidades de Cádiz, a cerca de 105 milhas de Sanlúcar, irrompeu fortíssima tempestade com danosas consequências para a expedição. É Pedro de Rada, escribano mayor da armada, quem descreve o quadro daqueles dias tormentosos:

Y otro dia sabado 7 nos hallamos tan decaidos que nos alejamos de la baya de cadiz diez leguas y los pilotos no sabian donde estaban. [...] la nao nombrada Nuestra Senora de Guia de que era capitán Martin de Quiros se fue al fondo y se ahogaron todos los que en ella yban que fue la mayor lastima que se pasó sin poder socorrer a un solo hombre aunque era las quatro de la tarde; yban en esta nao 150 hombres y unas mujeres y niños pobladores<sup>7</sup>.

Resultado da funesta tormenta: naufrágio de quatro embarcações e várias naus danificadas. Perderam-se provisões, armamentos e munições, e morreram aproximadamente 800 pessoas na tragédia. Em Cádiz, os trabalhos de recuperação

das naus e de recomposição do abastecimento da frota e das munições e armamentos perdidos durante a tempestade se estenderam até meados de novembro. No dia 23 de novembro, Filipe II determinou a partida da expedição com destino ao Rio de Janeiro, onde deveria permanecer até outubro do ano seguinte, aguardando condições favoráveis de navegação para o Estreito. No dia 2 de dezembro, a frota estava pronta para deixar a Baía de Cádiz. Quando todos já estavam embarcados, surgiu uma forte ventania vinda do leste, que durou quatro dias, atingindo as naus com tal intensidade que a Fragata *Guadalupe* foi a pique. Com a melhoria do tempo, a expedição, enfim, partiu de Cádiz na manhã do dia 9 de dezembro. A armada do Estreito de Magalhães estava, então, resumida a 16 embarcações com 2.408 pessoas a bordo (PHILLIPS, 2016, p. 37).

Após um mês de navegação, a armada aportou na Ilha de Santiago, no Cabo Verde, ponto de parada das naus que cruzavam o Atlântico. Considerando que a expedição ia demorar alguns dias em Santiago e estava no local uma caravela de partida para o Brasil, Valdés, atentando para a principal finalidade da expedição, enviou cartas para os governadores da Bahia e Pernambuco. Conforme narra Pedro de Rada, o teor das missivas se referia, especificamente, a pedidos de informações sobre o estado das costas brasileiras com relação a incursões corsárias e pacificação das terras. Os governantes deveriam enviar as notícias para o Rio de Janeiro para onde, em seguida, a armada se deslocaria<sup>8</sup>. É patente, mesmo antes de chegar ao Brasil, a preocupação de Valdés com o estado da costa brasileira, alvo de já sabidas constantes investidas de franceses em resgates da chamada madeira de tinta.

Com o reforço de provisões, e com mais de 50 deserções, a armada deixou o Cabo Verde no dia 2 de fevereiro de 1582.

Depois de 53 dias de navegação, com muitos enfermos e mais de 150 mortos no percurso, por doenças relacionadas à precária alimentação e condições de salubridade das naus, a esquadra chegou ao Rio de Janeiro. Sarmiento, que escreve na terceira pessoa, com imensurável autolouvação e sempre aproveitando para fustigar Flores de Valdés, afirma que muitos mais teriam morrido se não fosse a ajuda de pessoas benevolentes e dele próprio, que atuou organizando o envio de mantimentos para os enfermos e convalescentes (SARMIENTO DE GAMBOA, 1895, p. 240).

Quando da chegada da expedição, o Rio de Janeiro era uma pequena povoação sem muitos recursos para receber um contingente tão elevado de pessoas. Com muitos doentes na armada, os colonos que viviam na povoação se ofereceram para tratar dos enfermos. Diego Flores de Valdés, considerando a precariedade do lugar para suprir as necessidades da armada durante o período em que ficariam aguardando a partida para o sul do Atlântico, enviou uma missão para a então mais abastada e antiga cidade de São Vicente para obter as provisões requeridas (VILARDAGA, 2010, p. 67). A armada permaneceu no Rio de Janeiro por mais de sete meses. Aguardava, além do tempo propício para continuar a viagem para o Estreito, o reforço de suprimentos prometido por Filipe II, quando da partida da Espanha. Durante a internada no Rio, fato a merecer registro foi o recebimento por Valdés de correspondência vinda do Reino dando-lhe ciência da concessão a ele por Filipe II da Encomienda de Oreja na Ordem de Santiago. O que demonstra que apesar das renitentes manifestações afrontosas de Pedro Sarmiento contra o seu comando na armada, Flores de Valdés continuava em alta conta no conceito do monarca. Outra carta recebida da Espanha dava notícia de partida de franceses

com destino ao Brasil, a ressaltar e rememorar a principal finalidade da expedição, aquela de perseguição aos corsários<sup>9</sup>.

## RUMO À PARAÍBA

Ao tempo em que Filipe II reivindicava seus direitos ao trono português, encontravam-se os franceses, há quase uma década, em um proveitoso convívio com os indígenas Potiguara nas terras da Paraíba, estimulando agressões aos portugueses estabelecidos nas proximidades. Foram fracassadas todas as tentativas de expulsar os franceses da região e pacificar os indígenas, iniciadas ainda no tempo do Rei português D. Sebastião. Filipe II, quando se encontrava em Badajoz, à espera de ser reconhecido nas Cortes de Tomar, em setembro de 1580, recebeu uma solicitação que fosse enviada às terras do Brasil pessoa diligente que desse a notícia de sua vitória em Portugal. Em fevereiro de 1581, quando Filipe II se achava em Elvas e não havia ainda sido formalizada em Tomar a União Dinástica, sugeriu-se o envio às partes do Brasil do Capitão Frutuoso Barbosa, e foi o próprio monarca, em carta de fevereiro de 1581, a D. Duarte de Castelo Branco, quem ordenou a imediata partida. Frutuoso Barbosa deveria socorrer a região da Paraíba e seguir para a Bahia, ao encontro de Lourenço da Veiga, para o governador mandar proceder à aclamação do novo Rei nas várias capitânias. No mês seguinte, foram autorizados, através de cartas régias, o fornecimento dos armamentos e mantimentos necessários para que Barbosa pudesse proceder a preparação de sua segunda expedição<sup>10</sup>.

Na Paraíba, continuava-se a mancomunação dos franceses e dos Potiguara no resgate do pau-brasil, com a extração de relevantes carregamentos da madeira sem incidência de qualquer tributação, os quintos reais, o que acarretava expressivos prejuízos para os ibéricos. Acres-

ça-se a isso, em caráter preponderante, a inserção de Portugal e suas colônias na nova conformação geopolítica advinda da União Ibérica. Todo esse ambiente conjuntural foi, sem dúvida, considerado quando da montagem e preparação da chamada armada do Estreito, que apesar ter sido cunhada nos registros históricos com essa titulação não tinha o estabelecimento no Estreito de Magalhães como sua tarefa primordial, mas sim varrer das costas atlânticas da América corsários e contrabandistas, e, sendo a Paraíba, à época, um dos alvos da cobiça desses traficantes, essa orientação perpassa todo o curso da expedição, desde as primícias. Essa diretriz se observa nas instruções do Rei para Diego Flores de Valdés e na escolha do Rio de Janeiro como porto brasileiro para a armada invernar, muito mais próximo da Paraíba do que do Estreito, a atender recomendações de Conselho Real que considerava o local adequado “[...] por que de el se puede acudir a la necesidad que se ofrezca en la banda del norte”<sup>11</sup>. De acordo com o relato de Pedro de Rada, os generais Diego Flores de Valdés e Diego Alcega deixaram o Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1583, “para saler de este puerto e yr corriendo toda la costa de brasil con destino de limpiarla y hechar de ella los corsarios [...] e yr a la paraiba donde estan los franceses fortificados”<sup>12</sup>. A frota chegou à cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos no dia 13 de julho, sem maiores incidentes.

Esse ambiente conflituoso levava a América portuguesa e as terras da Paraíba a caírem nas malhas da rede de enfrentamentos que envolviam a Monarquia Hispânica com os países do norte europeu. Tendo o General Diego de Alcega retornado à Espanha, Valdés justificara a Filipe II, em correspondência encaminhada por ele ao Rei, a sua permanência na Bahia, conforme seu próprio relato:

[...] combenia mucho que mi persona quedase en la ciudad con los navios de armada que traje assi para la seguridad della como para yr de aqui a pernambuco y a la paraiba echar de alli los franceses que estan fortificados [...] y assi escribi a Su Mag. que la principal causa de mi quedada fue para yr a la paraiba y hechar de alli los françeses y dejar aquel puerto con defensa y seguridad.<sup>13</sup>

Diego Flores de Valdés ficou na Bahia durante quase oito meses, aguardando o desfecho do confronto que se deu nos Açores entre os espanhóis e o consórcio de partidários de D. Antonio e franceses comandados por Filipi Strozzi<sup>14</sup>. Com as precárias comunicações existentes à época, somente em 12 de janeiro de 1584, quando aportou em Salvador navio procedente de Viana do Castelo, é que se tomou conhecimento da vitória das forças de Filipe II na Ilha Terceira, cinco meses antes, quando a armada espanhola derrotou as forças francesas, sepultando, terminantemente, as últimas esperanças do Prior do Crato de conquistar o trono de Portugal (SUMÁRIO, 2006, p. 37). E então, com todas as providências tomadas, Diego Flores de Valdés partiu, em primeiro de março, com destino à Capitania de Pernambuco, onde seria preparada a expedição para a Paraíba. Embarcaram na frota do general espanhol o ouvidor-geral Martim Leitão, o provedor-mor Martim Carvalho e o bispo D. Antônio Barreiros. A frota era composta de quatro naus remanescentes da armada do Estreito, um navio deixado pelo General Alcega, uma caravela e duas naus portuguesas e mais dois pequenos navios carregados de açúcar que viajavam sob proteção da armada, ao todo dez embarcações<sup>15</sup>.

A historiografia clássica e mesmo contemporânea certificou, sem refutações, o capítulo dos acontecimentos quinhentistas referentes à ida do espanhol Diego

Flores Valdés para combater os franceses que, durante anos, traficavam na embocadura do Rio Paraíba, na época também chamado de Rio São Domingos. A visão pétreia que os historiadores formaram sobre o episódio, sedimentada por anos de recorrentes repetições, justificavam a presença do general asturiano no território da Paraíba por uma perspectiva ditada pela casualidade e improvisação. Estaria Valdés na Bahia, retornando para a Espanha, quando se deu mais uma tentativa frustrada dos portugueses em expelir os franceses da Paraíba. Instado pelo governador-geral, a rogo dos moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, Valdés teria se deslocado para combater os franceses como uma forma compensatória do seu fracasso na empresa do Estreito de Magalhães.

A historiografia hispânica sobre o episódio, em regra, caminha na mesma vereda dos autores brasileiros. Os relatos e as versões dos espanhóis sobre a ida de Diego Flores de Valdés à Paraíba foram construídos sobre os alicerces dos vários depoimentos e narrativas de Pedro Sarmiento de Gamboa que, frontal e acintosamente, desconsideravam a participação do general asturiano em todas as fases da denominada armada do Estreito, desde que, preterido por Filipe II, não assumiu o comando da empresa. Antonio de Herrera, na sua coeva *Historia General del Mundo, de XV años del tiempo del señor Rey don Felipe II*, publicada em Valladolid, em 1606, escreve que Valdés, estando na Bahia, teria ido à Paraíba persuadido por Frutuoso Barbosa, Capitã de aquella tierra, para expulsar os franceses que “alli avia mucho tiempo que avia poblado, y ella uan fortificados por el comercio del palo del Brasil que es lo mejor, y mas fino de aquella Costa” (HERRERA, 1606, p. 563). Quase três séculos depois, a contida

narrativa de Herrera foi substituída pelas diatribes contra Valdés dos apologistas de Sarmiento, dos quais o mais destacado foi o já mencionado Cesáreo Fernández Duro. Esse engrandecimento de Pedro Sarmiento nos eventos da armada do Estreito em detrimento de Diego Flores de Valdés foi questionado por Antonio Rumeu de Armas para quem os historiadores têm sido muito intransigentes em criticar a atuação de Valdés e generosos em ajuizar as virtudes de Sarmiento de Gamboa “[...] con una interpretación maniqueísta de la historia, Flores es siempre el malo y Sarmiento un dechado de bondade y abnegación.” (RUMEU DE ARMAS, 1985, p. 5-32).

Poucas vozes discordantes, quase solitárias, se apresentaram em contraposição ao que, até hoje, está sedimentado na historiografia luso-brasileira e espanhola, com relação aos reais objetivos da expedição de Valdés. Pesquisas recentes realizadas nos arquivos espanhóis demonstram que a incursão à Paraíba da armada comandada pelo Capitão-General Diego Flores de Valdés era prevista e pretérita à saída da frota do porto de Sanlúcar de Barrameda. O aparecimento do códice do *escribano mayor* da armada do Estreito, a *Relación* de Pedro de Rada, com a sua detalhada e fidedigna narrativa das ocorrências da expedição do Estreito, vem se contrapor, de forma nítida e convincente, ao atual estágio historiográfico que é aceito sobre os fatos motivadores da chamada “batalha da Paraíba”, o longo embate para expulsar os franceses da região (AUTOR, 2020).

## O CENÁRIO DA GUERRA

No dia 19 de março de 1584, após dezenove dias de navegação desde a partida da Bahia, a frota chegava a Pernambuco. Na cidade de Olinda as naus ficaram ancoradas longe da costa, o que não permitia a aproximação de naus maiores que 200 toneladas. Após desembarcar, Valdés reu-

niu-se com a Câmara de Olinda, estando presentes também autoridades e pessoas gradas do lugar, expondo a importância da expulsão dos franceses da Paraíba para a tranquilidade e segurança da região, pacificando os “belicosos” Potiguara, e, para que os portugueses assumissem o domínio sobre o então chamado “puerto de san domingos de la parayva”, conforme está assentado na coeva *Relación* de Andrés Eguino<sup>16</sup>. Valdés pediu o envolvimento na empresa de todos os que habitavam aquela terra. Os moradores concordaram em constituir, às suas expensas, uma força, acrescida com indígenas aliados, que iria por terra à Paraíba, concomitantemente à armada. Filipe de Moura, lugar-tenente de Jorge de Albuquerque, terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, foi escolhido como comandante das tropas terrestres<sup>17</sup>.

A frota rumo ao Rio Paraíba foi, então, formada: cinco naus espanholas, quatro embarcações remanescentes da armada do Estreito e uma das naus que vieram da Espanha com o General Diego de Alcega; duas portuguesas que foram incorporadas na Bahia, sob o comando de Diogo Vaz da Veiga; duas que Valdés confiscara em Pernambuco e uma caravela de Tomé da Rocha que era, no relato de Pedro de Rada, um nobre pernambucano<sup>18</sup>. Os portugueses e indígenas aliados se concentraram na Vila de Igarassu e, no dia 5 de abril, após as providências tomadas pelo ouvidor-geral Martim Leitão, que não acompanhou a expedição, iniciaram o percurso para a Paraíba. A marcha seguiu pelo caminho de Simão Rodrigues Cardoso, vereda desbravada, poucos anos antes, por Rodrigues Cardoso quando então capitão e ouvidor de Pernambuco tentara, sem êxito, em consórcio com Frutuoso Barbosa, a conquista da Paraíba (SALVADOR, 1982, p. 222).

Providências foram tomadas para a partida da frota. Na *galeaza capitana San*

*Cristóbal*, de 700 toneladas, de propriedade real e maior embarcação da dita esquadra do Estreito, ia o estado-maior da armada, além do General Valdés, o contador e vedor Andrés de Eguino, o tesoureiro Pedro de Esquivel, o conselheiro capitão Juan Ramos, o sargento-chefe Pedro de Loáisa e o escrivão-chefe Pedro de Rada, dentre outros graduados. A eles se juntou, no decorrer da viagem, Frutuoso Barbosa, o que se pode depreender pela importância de Barbosa na expedição, provavelmente decorrente da carta régia para a conquista da Paraíba de que ele era ainda possuidor desde os tempos do Rei cardeal D. Henrique.

A já sabida pouca profundidade da foz do Rio Paraíba fez com que, em Salvador, duas naus portuguesas de tonelagem compatível às operações no local fossem agregadas à armada sob o comando de Valdés. Essas duas embarcações estavam sob as ordens de Diogo Vaz da Veiga, filho do antigo Governador-Geral Lourenço da Veiga, e do Capitão Pedro Correia de Lacerda. A armada partiu de Olinda na sexta-feira 6 de abril, “una hora antes que amanhecesse”, conforme o relato de Pedro de Rada. Na altura da Ilha de Itamaracá “que esta cinco leguas mas alla de Pernambuco”, conforme havia sido anteriormente combinado, ainda seguindo a descrição de Rada, o Capitão de Itamaracá, Pero Lopes Lobo, veio juntar-se à esquadra com uma pequena galé e três barcos de nativos. Assim rematada e constituída a expedição, não há registro de maior frota que, até então, houvesse singrado as costas do Brasil, tanto pelo número das embarcações quanto pelo porte das naus que a compunham. No dia seguinte, a armada chegou à Paraíba. Às três da tarde, a *capitana* ancorou “en nuebe brazas un poco más adelante del Cavo Blanco” à espera de naus que haviam se atrasado. No início da manhã do domingo, a armada reunida retomou a navegação. Ao se

aproximar a frota da embocadura do Rio Paraíba, divisou ao longe uma embarcação francesa que deixava a foz do rio, mas que, sempre de acordo com a narrativa de Rada, não teria condições de ser alcançada e capturada<sup>19</sup>.

Esse relato de uma testemunha ocular do fato se contrapõe ao que escreveu Fernández Duro de que Valdés “dejando en la boca las naos mayores com tal descuido ó tibieza, que una de los franceses se les fué á la vista, haciéndose á la mar” (FERNANDEZ DURO, 1897, p. 166). De acordo com Pedro de Rada, às 10 da manhã, a armada ancorou na cercania do “puerto de la Parayva” de onde se podia avistar quatro naus francesas fundeadas em uma das margens do estuário do rio, três delas atracadas próximas e a outra mais distante. Preparou-se, então, a entrada das forças no braço de mar para abordagem dos franceses. O General Diego Flores de Valdés deixou a nau *capitana* e transferiu-se para a Fragata *Sancta Ysavel* com homens por ele escolhidos. Ao anoitecer, atracaram a cerca de meia légua do local onde os franceses haviam feito um baluarte com cinco peças de artilharia. No dia seguinte, ainda no relato de Pedro de Rada, ao tentarem penetrar mais no rio, as forças espanholas foram alvejadas pelos franceses. O general asturiano determinou que o fogo não fosse respondido e que uma bandeira branca fosse levantada para saber da disposição dos franceses para a paz. Como os franceses continuaram a atirar, Valdés ordenou que da fragata o Capitão de Artilharia Espinosa direcionasse fogo contra os inimigos, e também que a artilharia da nau de Diogo Vaz da Veiga também o fizesse<sup>20</sup>.

A disparidade das forças era descomunal. As entrelopas embarcações francesas eram de contrabandistas de pau-brasil e a feitoria feita no local para resgate do pau de tinta tinha, de forma compreensível,

precário armamento. Andrés de Eguino na sua *Relación* sobre a jornada na Paraíba estimou a maior das naus francesas em 200 toneladas, certamente menos que isso em razão da pouca profundidade na boca do rio, e poderiam os navios gauleses “tener cada hu treynta y quarenta ombres<sup>21</sup>”, o que totalizariam, as cinco naus, aproximadamente 200 homens a bordo. Do lado espanhol, somente a capitana *San Cristóbal* tinha capacidade para mais de 300 pessoas. Além disso, a Nau *San Cristóbal* e a Fragata *Sancta Ysavel*, ambas pertencentes à Coroa espanhola, durante anos serviram à Armada de la Guardia, esquadra armada para escolta e proteção dos navios espanhóis, e eram apropriadas para combate. Se isso não bastasse, diferentemente de contrabandistas de pau-brasil, os espanhóis tinham entre eles os mais experimentados combatentes daquela que, na época, era uma empresa militar nos moldes da guerra, a exemplo do Capitão de Artilharia Andrés Espinosa que desferiu fogo no baluarte francês, celebrado no cordel do soldado Juan Peraza, “Y aqueste Andrés de Espinosa, por ser persona ingeniosa, era artillero mayor, y ninguno era mejor [...]” (PERAZA, 1881, p. 468).

Ao perceberem os estragos causados pela artilharia dos homens de Valdés à feitoria que haviam instalado na margem do rio para resgate do contrabando, constituída do fortim e das choças em que se abrigavam e guardavam aprestos, os franceses passaram a queimar as suas três embarcações que estavam juntas e também as suas próprias instalações. Isso é o que está registrado no relatório de Pedro de Rada. O cronista jesuíta, que não estava presente na ocasião do ocorrido e que, posteriormente, o relatou no seu *Sumário das Armadas*, o fez com redação não muito evidente, que foi praticamente copiada por frei Vicente do Salvador, fazendo suscitar dúvidas sobre o que havia realmen-

te acontecido. Do texto jesuítico se extrai que “(Valdés) que aí achou, surtas e varadas em terra, cinco naus de franceses, que já tinha queimadas, e uma lhe fugiu” (SUMÁRIO, 2006, p. 39). Frei Vicente do Salvador, por sua vez, escreveu: “[...] onde acharam a Diogo Flores, que já tinha queimadas três naus francesas que ali achou surtas e varadas em terra [...]” (SALVADOR, 1982, p. 222). Observa-se que mesmo na arreesada escrita do jesuíta não se indica que Valdés “queimou” as naus, mas que já as “tinha queimadas”. Mesmo assim a versão de que as naus francesas foram queimadas pela tropa de Valdés foi chancelada por Varnhagen, “(Valdés) [...] ao chegar à Paraíba, encontrou aí seis naus francesas, das quais mandou incendiar cinco [...]” (VARNHAGEN, 1981, p. 383) e Capistrano de Abreu “(Valdés) [...] queimou alguns navios franceses carregados de pau-brasil” (ABREU, 1988, p. 101). Capistrano, posteriormente citando Andrés de Eguino e Juan Peraza, admitiu implicitamente o seu erro na descrição do episódio, quando fez as suas valiosas anotações à *História do Brasil* de Varnhagen (VARNHAGEN, Idem, p. 391). Na impossibilidade de enfrentar a muito maior força que tinha a esquadra de Valdés ou de fugir pelo mar com as naus sem seus acessórios de navegação, restou como alternativa para os franceses queimar as embarcações e se internarem na mata com seus aliados Potiguara.

A tropa que veio, por terra, de Pernambuco e Itamaracá chegou ao porto da Paraíba no dia 19 de abril. Segundo o relatório de Pedro de Rada, Valdés reuniu todos os seus homens para tratar da construção de um forte “para defensa del puerto y seguridad de la tierra”. O forte, “de terra e faxina”, foi situado na margem esquerda do rio, a uma légua da embocadura. No dia 22 de abril, a construção do forte teve início com a participação do próprio Ge-

neral Valdés que, segundo a *Relación* de Pedro de Rada, na presença de todos, pegou uma pá e começou o trabalho<sup>22</sup>. Como as naus maiores estavam afastadas do porto e submetidas a mar revolto, com a quebra de cabos e âncoras, situação que não poderia perdurar, decidiu o General Valdés providenciar as medidas a serem tomadas para o seu retorno para a Espanha. Como Capitão-General da armada Valdés tinha autoridade, concedida pelo Rei para deliberar, tanto no mar como na terra. O poder de um Capitão-General de uma frota espanhola chegava mesmo a superar o de um Vice-Rei, se ambos estivessem num mesmo lugar ao mesmo tempo (PHILLIPS, 2016, p. 19). E assim, o General Valdés designou o Capitão Francisco de Castrejón como alcaide do forte que estava sendo construído<sup>23</sup>.

No dia 29 de abril, foi transmitido ao Capitão Francisco de Castrejón o forte ainda em construção, tendo sido feita a cerimônia de costume com o *voto y solemnidad* do alcaide da fortaleza. O termo *de voto y solemnidad* de Castrejón, documento inédito, faz parte dos manuscritos de Pedro de Rada<sup>24</sup>. Na guarnição do forte, sob o comando de Castrejón, ficaram 110 soldados armados com mosquetes e arcabuzes, e foram deixadas provisões e munições para sete meses de duração. O navio tomado aos franceses foi deixado para, após o seu desmanche, ter sua madeira utilizada nas obras do forte. Também, três lanchas abandonadas pelos franceses foram deixadas para utilização por Castrejón<sup>25</sup>. No início da construção da fortaleza decidiu-se chamá-la de San Phelipe y Sanctiago, conforme se lê no relatório de Pedro de Rada<sup>26</sup>. Esse nome do forte já aparece em documentos oficiais anteriores à data da volta de Valdés para a Espanha, tais como em uma *Relación de bastimentos*<sup>27</sup> entregues, em 28 de abril, a Castrejón pelo provedor da armada Este-

ban de las Alas, e, no *voto e solemnidad*, do dia 29 de abril, quando da transmissão do forte em construção ao capitão Francisco de Castrejón<sup>28</sup>. A fortificação na Paraíba foi, na época, uma das mais importantes da costa brasileira, com capacidade para “perto de 170 homens, e alguns de cavalo” na estimativa da crônica jesuítica (SUMÁRIO, 2006, p. 40).

Diego Flores de Valdés, segundo o relato de Rada, após entregar certificados aos homens de Pernambuco pelos serviços que estavam prestando, deixou, no último dia do mês de abril, a Paraíba retornando para a nau *capitana*, navegando para a Espanha na terça-feira, dia primeiro de maio de 1584, o que seria para Rada, incorretamente, o dia da celebração dos santos São Filipe e Santiago, que somente se daria dois dias depois. Como, ao que conseguimos averiguar, a data comemorativa dos dois apóstolos nunca mudou, também não foram muito atentos os religiosos que escreveram sobre o fato, o jesuíta redator do *Sumário das Armadas* e frei Vicente do Salvador, quando indicaram São Filipe e São Tiago como os santos do primeiro de maio, e daí vinculando a partida de Valdés naquele dia ao nome da forte em construção, versão que sancionada por Varnhagen persiste, até hoje, em quase toda a historiografia do período.

O objetivo deste artigo foi compreender a política colonial espanhola para a região do Atlântico sul, demonstrando de forma investigativa o percurso que conduz à compreensão da inserção da região da Paraíba no horizonte da Monarquia Hispânica. Os debates, na esfera da administração régia, sobre fortificações na região demonstram uma clara preocupação com a defesa da área, em uma época atormentada pela ameaça constante de invasões “estrangeiras”. A compreensão do processo de conquista da região da Paraíba é importante para entender a sistemática



imperial dos Filipes para a América portuguesa. Notadamente, o objetivo de conquistar a região já existia há muito tempo, não foi uma idealização espanhola. No entanto, a atuação das tropas de Diego Flores de Valdés, fundando no território uma fortificação real, derrubou muitas das lógicas do sistema português que vigoravam desde os anos 30 e 40 do século XVI. A frota de Valdés inseriu o território da Paraíba, e por consequência o Brasil, no disperso mosaico de empreendimentos encetados pelos Habsburgo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.

ALVAREZ DE LA RIVERA, Senén. *Biblioteca historico-genealogica asturiana*. Vol. 1. Santiago de Chile: Imp. Cervantes, 1924.

FERNANDEZ DURO, Cesareo. *Historia de la Armada española desde la unión de los Reinos de Castilla y Aragón*. Tomo II. Madrid: Establecimiento tipográfico Suc. Rivadeneyra, 1897.

GRUZINSKI. *A águia e o dragão. Ambições europeias e mundialização no século XVI*. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HERRERA, Antonio de. *Segunda parte de la Historia general del Mundo, de XV, años del tiempo del Señor Rey don Felipe II, el Prudente, desde el año de MDLXXI hasta el de MDLXXXV*. Valladolid: Juan Godinez de Millis, 1606.

JOHNSTONE, Christian Isobel. *Lives and Voyages of Drake, Cavendish and Dampier*. Edinburgh: Oliver & Boyd, Tweeddale Court, Third Edition, 1837.

KAMEN, Henry. *Filipe da Espanha*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

LANDIN CARRASCO, Amancio. *Vida y viajes de Pedro Sarmiento de Gamboa*. Madrid: Instituto Histórico de Marina, 1945.

MENA GARCÍA, Carmen. "La Casa de la Contratación de Sevilla y el abasto de las flotas de Indias". In ACOSTA RODRÍGUEZ, Antonio; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Adolfo y VILA VILAR, Enriqueta (Coords.). *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Indias*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Fundación El Monte, 2003, pp. 237-278.

MIGUEL BARROS, José. *Pedro Sarmiento de Gamboa. Avatares de un caballero de Galicia*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2006.

NUTTALL, Zelia. *New Light on Drake. A collection of documents relating to his voyage of circumnavigation 1570-1580*. London: Hakluyt Society, 1914.

ORTIGUEIRA AMOR, J. A; POGGIO CAPOTE, M; HERNÁNDEZ CORREA, V; HERNÁNDEZ MARTÍN, L. La expedición de Francis Drake a las Indias Occidentales (1585-1586) y el ataque

a Santa Cruz de La Palma: apuntes de estrategia naval y otras noticias histórico-culturales. *TEBETO*. Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura, Nº. 7, pp. 107-186, 2014.

PARRY, John H. *Drake and the World Encompassed in Sir Francis Drake and the Famous Voyage, 1577-1580*. Essays commemorating the quadricentennial of Drake's circumnavigation of the Earth, edited by Norman J. W. Thrower. California: University of California Press, 1984.

PERAZA, Juan. "Relacion cierta y verdadera que trata de la victoria y toma de la Parayva, que el ilustre señor Diego Flores de Valdés tomó con la armada de su Majestad Real, de que iba por Capitan general en la jornada de Magallanes y guarda de las Indias..."[1.ª ed.] Sevilla: Fernando Maldonado, 1584. In FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. *Arca de Noé: Libro Sexto de las Disquisiciones Náuticas*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau y C.ª, 1881.

PHILLIPS, Carla Rahn. *The struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait, 1581-1584*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, for the Hakluyt Society, 2016.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. Una carta inédita del apóstol del Brasil, beato José de Anchieta, al rey Felipe II, la expedición de Diego Flores de Valdés al Magallanes. *Revista Hispania del Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, t. XL, núm. 159, pp. 5-32, 1985.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1627)*. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Viage al Estrecho de Magallanes por el Capitán Pedro Sarmiento de Gamboa en los años de 1579 y 1580 y noticia de la expedición que después hizo para poblarle*. Madrid: Imprenta Real de la Gazeta, 1768.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Narratives of Voyages to the Straits of Magellan*. Translated and edited with notes and an introduction by Clemens R. Markham. C.B., F.R.S. London: Hakluyt Society, 1895.

*SUMÁRIO das Armadas (1589)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006, p. 37.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2010.

WALLIS, Helen. The Cartography of Drake's Voyage. In: THROWER, Norman J. W. (Ed.). *Sir Francis Drake and the famous voyage, 1577-1580*. Essays commemorating the quadricentennial of Drake's circumnavigation of the Earth. Los Angeles: University of California Press, 1984.

ZAMBRANO PEREZ, Milton. Piratas, piratería y comercio ilícito en el Caribe: la visión del otro (1550-1650). *Historia Caribe*. Universidad del Atlántico, Colombia. vol. IV, núm. 12, pp. 23-56, 2007.

ZULETA CARRANDI, Joaquin. La fortificación del estrecho de Magallanes: un proyecto al servicio de la imagen de la monarquía. *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 39, pp. 153-176, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Archivo General de Indias (AGI), Patronato, 266, R. 17.

<sup>2</sup> AGI, Patronato 33, N. 2, R. 6, f. 3. “*Instrucción dada por el virrey don Francisco de Toledo, al capitán Pedro Sarmiento de Gamboa, sobre ir con una expedición al Estrecho de Magallanes. Lima, 9 de octubre de 1579*”.

<sup>3</sup> AGI, Patronato 33, N. 3, R. 5. “*Instrucción que Felipe II dio al general Diego Flores de Valdés, sobre lo que debía hacer en la jornada que con su armada iba a emprender para el Estrecho de Magallanes. Tomar, 1 de mayo de 1581*”.

<sup>4</sup> AGI. Real Cédula. Indiferente, 582, L. 1, f. 29v-31v.

<sup>5</sup> AGI, Patronato 33, N. 3, R. 5, f. 3. “*Instrucción que Felipe II dio al general Diego Flores de Valdés, sobre lo que debía hacer en la jornada que con su armada iba a emprender para el Estrecho de Magallanes. Tomar, 1 de mayo de 1581*”.

<sup>6</sup> Archivo General de Simancas (AGS), Secretaría de Estado, K1559, Doc 6.

<sup>7</sup> O manuscrito de Pedro de Rada, escribano mayor da expedição, permaneceu em arquivos privados por mais de 400 anos. A Relação inclui, além do relatório detalhado de toda a empresa, cópias de vários documentos oficiais referentes aos sucessos da expedição, em especial aqueles acontecidos na costa do Brasil. Huntington Library (HL). Relación de Pedro de Rada. MS HM 59416, f. 3.

<sup>8</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 7v.

<sup>9</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 11r.

<sup>10</sup> Biblioteca da Ajuda (BA), 49 - X - 1, f. 343-344.

<sup>11</sup> AGS, Guerra Antigua, Legajo 109, Doc. 451.

<sup>12</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 33r.

<sup>13</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 75r. *Requerimiento que el general Diego Florez hizo a Manuel Telles Barreto gobernador de la baya del salvador de todos sanctos*.

<sup>14</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, 75v.

<sup>15</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 39r.

<sup>16</sup> AGI, Patronato, 33, N3, R. 41.

<sup>17</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 41r.

<sup>18</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 42r.

<sup>19</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 42r-42v.

<sup>20</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 43r.

<sup>21</sup> AGI, Patronato, 33, N. 3, R. 41.

<sup>22</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 46r.

<sup>23</sup> AGS. Guerra Antiga, Legajo 165, Doc. 244.

<sup>24</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 79r-79v.

<sup>25</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 46v.

<sup>26</sup> HL. Relación de Pedro de Rada, f. 46r.

<sup>27</sup> AGI, Patronato, 33, N. 3, R. 47.

<sup>28</sup> HL. Relación de Pedro de Rada. *Voto e solemnidad que o capitão Francisco Castrejon fez como alcaide do forte chamado San Phelipe y Sanctiago, que era construído na Paraíba.*



# O Socorro Hispânico às Capitanias Açucareiras do Norte (1624-1640): Tentativas Navais de Recuperação do Brasil holandês\*

*Hispanic aid in Northern sugar captaincies (1624-1640): naval attempts to recover Dutch Brazil*

**Regina de Carvalho Ribeiro da Costa**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

## RESUMO

No bojo da recente revisão historiográfica sobre os impactos do tempo dos Filipes para o Brasil, o presente artigo revisita temática cara aos trabalhos tradicionais sobre as chamadas “invasões holandesas” a fim de questionar o argumento clássico da incúria metropolitana na defesa do território colonial. Ao conectar a história da União Dinástica e o Brasil Holandês a partir da análise de fontes históricas do período, sobretudo as crônicas e as correspondências, foram recuperadas inúmeras tentativas de socorro hispânico realizadas nas décadas de 1620 e 1630. O envio de esquadras luso-hispânicas e as batalhas navais ocorridas apontam o deslocamento dos cenários de uma guerra, que nasceu continental na Europa, mas avançou sobre o litoral atlântico no século XVII. Assim, o abandono de um território ultramarino jamais fez parte da lógica administrativa de uma monarquia moderna como a dos Habsburgos hispânica.

**PALAVRAS-CHAVE:** União Dinástica Ibérica; Brasil Holandês; armadas hispânicas; batalhas navais; poder naval

## ABSTRACT

*In the recent historiographical review about the impacts of the Philips' time for Brazil, this article revisits the theme of traditional works on the so-called “Dutch invasions” in order to question the classic argument of metropolitan neglect in the defense of colonial territory. By connecting the history of the Iberian Dynastic Union and Dutch Brazil from the analysis of historical sources of the period, especially the chronicles and correspondences, numerous Hispanic aid efforts made in the 1620s and 1630s were recovered. The sending of Luso-Hispanic squadrons and the naval battles that occurred point to the displacement of the scenarios of a war, which was began continental in Europe, but advanced on the Atlantic coast in the 17th century. Thus, the abandonment of an overseas territory was never part of the administrative logic of a modern monarchy like the Hispanic Habsburgs.*

**KEYWORDS:** Iberian Dynastic Union; Dutch Brazil; Hispanic armed forces; naval battles; naval power

---

\*Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2021 e aprovado para publicação em 15 de maio de 2021.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 29-52 – 2021.

## **INTRODUÇÃO**

Como um capítulo da História Moderna Europeia, a dominação neerlandesa do Brasil seiscentista está diretamente relacionada aos eventos da Guerra dos Oitenta Anos, da União Ibérica e da independência e formação das Províncias Unidas dos Países Baixos. Do ponto de vista bélico, é nítida a mudança no cenário de uma guerra que começa exclusivamente continental, ultrapassa as fronteiras terrestres e chega, no século XVII, a se desenvolver nos mares.

Por meio do envio de esquadras, as chamadas invasões perpetradas por neerlandeses<sup>1</sup>, bem como por demais potências europeias, aos territórios que eram, a princípio, ibéricos, implicou, principalmente, o transbordar de guerras que não se restringiam mais apenas ao ambiente europeu. Foi o que aconteceu no caso específico da Guerra dos Oitenta Anos até seu desenrolar atlântico com a conquista de territórios americanos.

No início do século XVII, os neerlandeses passaram a cobiçar os domínios coloniais espanhóis, no Oriente e no Atlântico, preparando-se para sua conquista. Em termos historiográficos, as investidas marítimas neerlandesas nos territórios coloniais foram motivadas por razões variadas, não apenas econômicas, mas principalmente políticas e religiosas.

Interpretação corrente sobre a perda dos territórios da América portuguesa na historiografia é representada por Charles Boxer (1961, p. 21), segundo o qual, ainda que ocupando uma posição subalterna no conjunto dos domínios hispânicos, a derrota no Brasil terminaria por enfraquecer a Coroa espanhola, no conjunto. Neste sentido, o argumento clássico que justifica a progressiva perda do território das capitânicas açucareiras do Norte desde 1630 para os flamengos foi o da incúria metropolitana na defesa do Brasil.

Em se tratando da União Ibérica, a historiografia tradicionalmente acusou a Monarquia Hispânica de descuido ou negligência com o ultramar português (VARNHAGEN, 1981; BOXER, 1961; WÄTJEN, 2004). O marco zero das tradições historiográficas brasileiras sobre a temática é a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857), quem lastima profundamente a União Ibérica, inaugurando a ideia de que os Habsburgos pouco fizeram para defender a costa brasileira, priorizando os territórios da porção hispano-americana mais antiga, por onde vinha a prata do México e do Peru.

Contudo, a acusação da incúria madriena não tem origem na construção historiográfica sobre o período e é mais antiga que a obra de Varnhagen. Como demonstrou Kleber Clementino da Silva (2016), trata-se de um discurso presente nas próprias fontes do período, que compunham relatos da guerra, e que aparecem no século XVII, sobretudo no período da Restauração portuguesa, isto é, na década de 1640, como os escritos de Duarte de Albuquerque Coelho (1981) e Francisco de Brito Freire (2001).

De acordo com o historiador, discursos encomiásticos sobre a América, tais como os elaborados por Sebastião da Rocha Pita (1976) e Domingos Loreto Couto (1981) no século XVIII, tenderam a recusar explicações providencialistas para a conquista holandesa, como a esboçada por Raphael de Jesus (1844), para culpar o descaso dos Filipes ou do valido de Filipe IV, D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, o Conde-Duque de Olivares, na defesa da região (SILVA, 2016, p. 55).

Analisando as fontes do período de agregação da Coroa portuguesa à Monarquia dos Habsburgos, recentemente, os historiadores têm enfatizado os mecanismos de dominação que permitiam aos hispânicos centralizar a administra-

ção de tão vasto território (BOUZA ÁLVAREZ, 2000; VALLADARES, 2001; ELLIOT, 2002; RUIZ, 2002; FERLINI, 2010; MEGGIANI, 2014; RICUPERO, 2014; SANTOS PÉREZ, 2016; VAINFAS, 2017).

Partindo de tais estudos, o presente trabalho visa demonstrar a relevância do envio dos socorros hispânicos nas décadas de 1620 e 1630 a fim de relativizar o tradicional argumento da incúria metropolitana na defesa do Brasil em face das investidas neerlandesas. Deslocando o cenário de uma guerra europeia que ganha feições coloniais a partir do século XVII, é possível contabilizar as tentativas navais de recuperação do território.

Se a Monarquia Hispânica não conseguiu conter o avanço neerlandês na década de 1630, também não é possível afirmar, de todo, que houve descaso metropolitano com o território da antiga América portuguesa. A análise das fontes históricas do Brasil Holandês aponta que houve socorro hispânico às capitânicas açucareiras mesmo quando os Habsburgos lidavam com delicadas questões intraeuropeias.

### **O CENÁRIO EUROPEU DE UMA GUERRA CONTINENTAL**

Para entender o “Brasil Holandês”, é preciso recuar até o século XVI, no contexto da Guerra dos Oitenta Anos, conflito desenrolado entre 1568 e 1648 e que opôs a Espanha Católica e as províncias calvinistas dos Países Baixos em cenário, a princípio, europeu. O conflito hispano-neerlandês tem origem na mudança no trono da Dinastia dos Habsburgos, do Imperador Carlos V – Carlos I de Espanha –, que abdicou em 1556, em favor de seu filho, coroado Filipe II, cujos domínios abarcavam, ainda, as ilhas mediterrânicas da Sicília e da Sardenha, partes da península itálica, como Milão e o reino de Nápoles, as colônias hispano-americanas e as dezessete províncias dos Países Baixos.

De acordo com Henry Méchoulan (1992, p. 16-17), “Defensor da honra de Deus e cativo de uma mentalidade missionária”, Filipe II misturou a defesa do catolicismo com a grandeza da Monarquia Espanhola e ignorou os laços entre o dinheiro e a liberdade, tão preservados por seu pai nas relações com as províncias do Norte. Isto porque Filipe II herdou parte das dívidas acumuladas pelo pai (CARANDE, 2000), seja como imperador do Santo Império, seja como rei de Espanha, as províncias neerlandesas figuravam entre os grandes provedores fiscais do tesouro espanhol, graças à intensa atividade comercial, cujo centro era, então, Antuérpia.

A “eficiência policial”<sup>2</sup> de Filipe II gerou forte oposição de certas casas provinciais, a exemplo da Casa de Orange, indignando a nobreza, a burguesia mercantil e a população. Segundo Méchoulan (1992), a rebelião foi desencadeada pelo atentado da Coroa dos Habsburgos contra as liberdades e os privilégios. Um movimento rebelde plurissocial que mesclava fundamentos políticos, econômicos e religiosos, sob a liderança de Guilherme de Orange.

De acordo com Jonathan Israel (1995), a guerra de independência relaciona motivações econômicas, divergências políticas, hesitações religiosas e configurações sociais, no seio das províncias rebeldes. O historiador demonstra que a formação das Províncias Unidas foi um processo complexo que não se pode reduzir a uma guerra neerlandesa contra a intolerância religiosa e a pressão fiscal da Monarquia Espanhola (ISRAEL, 1995, p. 169-230).

A separação entre os revoltosos ocorreu em 1579, quando as dez províncias do Sul, assinaram a paz de Arras, decidindo reconciliar-se com Filipe II. Enquanto isso, as sete províncias do Norte formaram a União de Utrecht como República Con-

federada sob a Casa de Orange-Nassau (SCHAMA, 1992). Assim, Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldria, Groninga e Over-Yssel passaram a integrar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos<sup>3</sup>, em 1588, quando os Estados Gerais – o “parlamento confederal das sete províncias” (MELLO, 2010, p. 13) – decidiram pela não concessão da soberania a príncipes estrangeiros, prometendo ajuda mútua e respeito aos estatutos e às liberdades tradicionais.

De acordo com Simon Schama (1992, p. 76), neste processo, os neerlandeses enfrentaram duas resistências simultâneas: contra o Absolutismo e contra o oceano. De modo que a guerra de independência da República ocorreu paralelamente a um difícil período de luta contra mar, cujo triunfo sobre a calamidade, usado como sinal da graça divina, constituiu fator determinante na formação de uma “cultura holandesa”.

Seja como for, a Guerra dos Oitenta Anos constituiu episódio crucial da história moderna<sup>4</sup>, caracterizada, segundo Méchoulan (1992) como a “primeira revolução moderna”, quando províncias diversas em matéria de religião, língua e cultura rebelaram-se contra seu suserano hereditário, numa contestação que mesclou não somente questões militares e econômicas, bem como religiosas e políticas.

Institucionalmente estruturada ainda em 1579, nos estatutos da União de Utrecht, é possível afirmar que a República estava econômica e politicamente consolidada no início do século XVII, ao passo que a Espanha, militarmente, não estava capacitada para derrotar as províncias, sobretudo após a derrota da Invencível Armada, em 1588. Enquanto as Províncias Unidas se estruturavam, a Coroa castelhana alcançou o seu apogeu, mas sofreu derrotas que preludiaram um declínio irreversível. A resistência neerlandesa foi, aliás, um fator decisivo para o declínio

castelhano, pois exigiu dos Habsburgos espanhóis investimentos consideráveis.

No período da União Dinástica, Castela ampliou seus domínios, seja na Península Ibérica, seja no ultramar. Isto porque, em 1580, anexou o reino de Portugal, o último que faltava anexar para que o rei de Castela reinasse sobre toda a Península Ibérica. A anexação de Portugal tem a ver com a derrota de D. Sebastião, filho de D. João Manuel com D. Joana de Áustria, sobrinho do Rei D. João III, morto em 1557.

Segundo Jacqueline Hermann (1998, p. 94), os documentos jurídicos portugueses demonstraram a existência de uma verdadeira cultura bélica. A intervenção no Norte da África não parece ter sido, de todo, novidade. Em 1578, o corpo do rei português desapareceu na Batalha dos Três Reis, conhecida no Ocidente como Batalha de Alcácer Quibir<sup>5</sup>, responsável pela grave crise sucessória fruto da vacância no trono português.

A sucessão de D. Sebastião pelo seu tio, último da Casa dos Avis, o Cardeal D. Henrique, em 1578, foi curta, falecendo sem nomear sucessor e pondo fim a Dinastia de Avis. Então, disputas sucessórias entre Filipe II, D. Catarina de Bragança e D. Antônio pelo trono português foram iniciadas. Ao abordar a questão jurídica da crise dinástica, Mafalda Soares da Cunha (1997, p. 552) explicou que as contendas só findaram quando Filipe II, rei da Espanha e, por ser filho de D. Isabel de Portugal, neto de D. Manuel I, o Venturoso, apoderou-se do trono e do império colonial português<sup>6</sup>, unindo as duas Coroas.

De fato, a União Dinástica deu à Monarquia Habsburgo várias possibilidades, não somente de extensão metropolitana, mas principalmente das possessões ultramarinas. A União das Coroas foi realizada sob o regime de agregação, segundo o qual Portugal passava a integrar a Monarquia plural dos Habsburgos na condição



de reino herdado, garantindo a tradição de exclusivismo reinícola fixado nos privilégios do Estatuto de Tomar de 1581, o qual remonta aos Artigos de Lisboa de 1499 (HERMANN, 1998, p. 192).

Na prática, Portugal estava sendo agregado a uma Monarquia Composta, uma das principais organizações políticas do século XVI (ELLIOT, 2002, p. 69). Segundo John Elliot (2002, p. 71-74), a preocupação com novas aquisições territoriais moveu os monarcas modernos no sentido de dominar Estados Compostos, dentro dos quais coexistiam unidades territoriais e jurisdicionais menores e distintas. Por isso, as Monarquias Compostas geravam um “sistema patrimonial de acesso a cargos” (ELLIOT, 2002, p. 74).

Para Fernando Bouza Álvarez (2000, p. 24), o Portugal do tempo dos Filipes consistiu em uma operação aristocrática de identificar as liberdades do reino com os privilégios das elites territoriais<sup>7</sup>, o que significou uma estreita aliança entre a Coroa e a nobreza. A União Dinástica de Portugal e Castela durou sessenta anos, período no qual três Filipes reinaram: Filipe II de Espanha (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640). Entre 1580 e 1640, portanto, as capitânicas açucareiras estavam sob administração hispânica.

Compreender o significado do período da União Dinástica para o Brasil Holandês é um dos objetivos do presente artigo. Foi Stuart Schwartz (1968) um dos primeiros historiadores a reclamar da carência de estudos sobre os impactos da União Ibérica para o Brasil. Desde Raymundo Faoro (1975), a historiografia não problematiza muito o período da União Ibérica<sup>8</sup>. Apenas nas últimas duas décadas as pesquisas avançaram na temática<sup>9</sup> (VAINFAS, 2017).

Seguindo a linha inaugurada por Vera Ferlini (2010, p. 65), que recortou o período das décadas de 1630 e 1640 para indicar o despertar da consciência da dominação

espanhola, na metrópole portuguesa, em meio aos esforços de defesa do território contra os inimigos herdados de Espanha, na colônia, a pesquisa que se apresenta está centrada nas décadas de 1620 e 1630 para investigar o envio de socorro hispânico para o território da América portuguesa sob ameaça neerlandesa, revisitando o argumento da incúria metropolitana em face da invasão neerlandesa.

### **AMEAÇA NAVAL NEERLANDESA AO PODERIO ULTRAMARINO IBÉRICO**

Era tempo da chamada União Ibérica, iniciada em 1580, mas nem por isso os neerlandeses deixaram de atacar e conquistar diversos portos, fortalezas e feitorias do império espanhol no Oriente, outrora dominados por Portugal, desde a fundação da Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, VOC), em 1602. A guerra europeia ultrapassava a barreira continental e ganhava os oceanos como cenário principal.

O resultado das malfadadas investidas do monarca espanhol foi mesmo o fracasso da Espanha, que sofreu a terceira bancarrota, segundo Méchoulan (1992, p. 34): “A formidável e frágil hegemonia espanhola desmorona quando ele [Filipe II] morre a 13 de setembro de 1598”. Na realidade, a Holanda esteve à frente das províncias na expansão territorial, despontando como uma potência marítima europeia a partir de 1598 (BOXER, 1961, p. 1).

De início, os neerlandeses direcionaram a expansão para o Índico, com a fundação da VOC, graças à qual conquistaram as Ilhas Molucas em 1605, o que concedeu estratégico acesso às especiarias (VAINFAS, 2010, p. 85). De acordo com Charles Boxer (1961, p. 3-7), o sucesso das captações da Companhia das Índias Orientais esteve em romper com o monopólio ibérico.

Após mais de quarenta anos de sangrenta luta, Províncias Unidas e Espanha estabeleceram uma trégua em 1609, assinada forçosamente por Filipe III, filho de Filipe II. Como a trégua não incluiu os territórios a leste do Cabo de Boa Esperança, a VOC conquistou em 1619 Jacarta, atual capital da Indonésia, berço da então chamada *Batávia*. Entre 1609 e 1621, ou seja, durante a trégua, a movimentação dos neerlandeses foi desenvolvida nos mares asiáticos, embora isso não signifique que suas atividades no Atlântico tenham sido nulas.

Quanto à Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC), criada em 1621, Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 14) suspeita ter sido fruto de iniciativas de comerciantes calvinistas vindos dos Países Baixos espanhóis depois da reconquista de Flandres e do Brabante, fugindo do catolicismo reinante por volta dos anos de 1580. O projeto de Willem Usselinx (1564-1647), que combinava comércio e religião, foi desengavetado com o fim da trégua, como resposta aos embargos comerciais impostos às transações neerlandesas com Portugal e Brasil, retomando o conflito com a expansão militar.

Nesta fase seiscentista, a guerra hispano-neerlandesa se prolongou no além-mar, primeiro no Índico, a partir dos anos 1600, e logo no Atlântico, desde a década de 1620. A política ultramarina neerlandesa foi coerente, como considerou Alberto da Costa e Silva (2002, p. 464-465), ao demonstrar que, em 1624, preparavam-se para investir na Bahia açucareira e em Luanda, simultaneamente. Os neerlandeses logo perceberam a importância da África para a estruturação de seu império atlântico, como destacou Costa e Silva (2002, p. 460): “[...] souberam desde cedo que o escravo era, depois do ouro, a grande mercadoria”.

Para substituir os portugueses no controle da produção e monopolizar o

lucrativo comércio açucareiro da época, foi preciso aos neerlandeses, mais que a simples vontade, senão um volumoso investimento de capital e a superação de objeções religiosas. Contudo, “Não demoraria muito para que as necessidades da indústria açucareira no Brasil pusessem fim de vez aos escrúpulos e até estimulassem os teólogos e juristas dos Países Baixos a construir toda uma doutrina para justificar a escravidão e o comércio de escravos” (SILVA, 2002, p. 462).

A chegada da guerra hispano-neerlandesa à América ocorreu na escolha do Brasil como alvo, segundo Wolfgang Lenk (2013, p. 29), em decorrência da dualidade dos objetivos das companhias modernas (razão de Estado e regime do capital). “Definido o Brasil como alvo da empresa, o assalto começaria pela sede do governo-geral, a Bahia, cabeça e praça de armas geral para a conquista e conservação de tudo o mais.” (LENK, 2013, p.35). Ainda em dezembro de 1623, os neerlandeses enviaram expedição comandada pelo Almirante Jacob Willekens acompanhado pelo Vice-Almirante Peter Heyn e pelo Coronel Jan van Dorth.

Na clássica narrativa das “invasões holandesas”, em maio de 1624, Salvador capitulou e o governador Diogo de Mendonça Furtado, ainda que prevenido<sup>10</sup>, foi feito prisioneiro. Entre os lucros, os vencedores arrecadaram 3.900 caixas de açúcar e muita madeira de tinturaria, além da garantia da segurança de vida e propriedade concedida aos habitantes. Porém, foi uma conquista efêmera, pois, no ano seguinte, uma poderosa esquadra ibérica recuperou o território.

Nesta narrativa, cabe acrescentar duas questões: o contato neerlandês não se iniciou com esta que é considerada a “primeira invasão holandesa”, em 1624, tendo ocorrido anos de atividade corsária no litoral americano bem antes até da

fundação da WIC; e a armada hispânica que restaurou a Bahia em 1625 não foi a única enviada por Madri para socorrer o território que os neerlandeses tentavam conquistar, indício de que havia guerra também nos mares.

Como argumento da primeira questão apresentada, no bojo de uma história conectada, as recentes pesquisas do José Manuel Santos Pérez (2016) apontaram a intensa atividade naval no litoral da América portuguesa desde o início do século XVII. A presença neerlandesa no Brasil pode ser vista, assim, como um laboratório de história comparada na medida em que a invasão de 1630 foi precedida de muitos anos de presença neerlandesa no Brasil.

Há notícias de esquadras neerlandesas em Salvador já em agosto de 1604, com o ataque da frota enviada pelos Estados Gerais neerlandeses sob o comando de Paulus van Caerde (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 146). No episódio, sete grandes navios de guerra foram apresados imediatamente por onze caravelas e duas urcas que estavam ancoradas no porto. Santos Pérez (2016, p. 146-147) explica que as informações chegaram a Lisboa em outubro daquele ano, quando o rei Filipe III de Espanha (II de Portugal) proibiu as urcas dos “rebeldes holandeses”, à época em guerra pela sua independência, nos territórios da Monarquia, incluindo a América.

Para o historiador, a penetração dos neerlandeses nos territórios atlânticos da Monarquia Hispano-Portuguesa não foi apenas militar ou por atividade corsária, mas se materializou de inúmeras formas, tais como: a presença de comerciantes nos portos; de colonos em fortes construídos em pontos do território Habsburgo; de possíveis informantes ou espões à procura de informações sobre a região; de marinheiros, viajantes, pessoas de diferentes estratos sociais; entre outras (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 147).

Nesta linha, Christopher Ebert (2008) estudou o comércio do açúcar ultrapassando a tradicional ideia do confronto. O historiador demonstra que os interesses neerlandeses e hispano-lusos eram interligados em espécies de redes “interimperiais”, formadas por pessoas de origem portuguesa, neerlandesa, inglesa, italiana, entre outras. Que alteravam as estratégias frequentemente para se livrar dos entraves impostos pelos Estados Modernos. Para Ebert (2008, p. 45), parte importante dos comerciantes que participavam dessas redes era cristão-novo.

Neste sentido, Santos Pérez (2016) defende a intensa relação comercial dos neerlandeses no Brasil antes das chamadas invasões. O historiador calcula que, entre 1587 e 1599, mais de 100 embarcações que transitavam pelas rotas do comércio do açúcar eram neerlandesas. (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 150). Para Rafael Ruiz (2002), a presença neerlandesa no Brasil fazia parte de uma nítida estratégia dos Estados Gerais para conquistar Potosí.

Em finais do século XVI, há neerlandeses participando da produção de açúcar em Pernambuco e São Vicente. Para Santos Pérez (2016, p. 151), este comércio combinava estratégias legais (licenças das autoridades e respeito às normas de pagamento de impostos para as alfândegas) e ilegais (rota direta do Brasil para os Países Baixos, ações de pirataria, às vezes financiadas pelos próprios comerciantes). Nesse tempo, a estratégia da Coroa se plasmava nos embargos contra os negócios dos neerlandeses (1585, 1591 e 1598) e na proibição para residência de estrangeiros em territórios além-mar (1605) (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 154).

A este respeito, Israel (1995, p. 58-60) havia apontado o peso dos embargos hispânicos no sistema econômico das Províncias Unidas no início do século XVII. Vale lembrar, como pontuou Leonardo

Dantas Silva (2011, p. 174), que a guerra de corso era uma prática muito comum nos mares modernos, chegando a apresiar uma média anual de 35 navios na rota do Brasil no início do século XVII, que causavam prejuízo à Coroa de, aproximadamente, 120 toneladas de açúcar, além de tabaco, algodão, peles e pau-brasil.

Deste modo, a historiografia vem demonstrando a permanente ameaça neerlandesa nos territórios ultramarinos ibéricos. Santos Pérez (2016, p. 155) mencionou, também, a imponente frota enviada, em 1599, à América. Composta por 75 barcos e 8.000 soldados e marinheiros sob o comando do Almirante Pieter van der Does, a esquadra neerlandesa teria alcançado a cidade de Las Palmas, nas Ilhas Canárias, mas antes de atingir a Ilha de São Tomé, foi infestada por uma epidemia, provavelmente de malária, o que obrigou seu retorno à Europa.

É possível acrescentar, ainda, a esta lista das atividades neerlandesas na costa, certo plano para invasão de Pernambuco com três navios, 500 soldados (flamengos, franceses, ingleses e holandeses) e 80 peças de artilharia, que foi descoberto em 1607 pelo capitão-mor Alexandre de Moura (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 156-157). A esquadra cruzou o Equador, mas, devido a um motim, foi obrigada a regressar. Na avaliação de Santos Pérez (2016): “Se as invasões dos anos 1624 (Salvador) e 1630 (Recife) não ocorreram antes foi mais graças à sorte, aos elementos meteorológicos e naturais (doenças, etc), ou à desorganização das frotas neerlandesas do que à efetividade das escassas forças navais hispano-lusas” (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 155).

### **ARMADAS HISPÂNICAS DE SOCORRO AO BRASIL HOLANDÊS**

Em relação à segunda questão a ser discutida, isto é, que a armada de socorro à Bahia não foi a única enviada pela

Monarquia Hispânica, faz-se necessária a análise detalhada das esquadras hispânicas enviadas nas décadas de 1620 e 1630. Antes mesmo ao envio de esquadras por parte da Espanha nestas décadas, Alírio Cardozo (2011, p. 317-338) explicou que as ameaças neerlandesas foram respondidas pela inclusão dos índios no sistema de defesa, pela conquista da região norte e fortalecimento da costa e pelo controle dos cristãos-novos suspeitos.

A partir da década de 1620, sobretudo com a fundação da WIC, o objetivo da intervenção militar neerlandesa se modificou, pretendendo apropriar-se da produção açucareira em si mesma, sem se contentar apenas com sua comercialização (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 171). Lenk (2013, p. 39) esclareceu a mudança de estratégia com a invasão de Salvador: “A Baía de Todos os Santos, por tão larga que é sua barra, já fora vítima de pirataria em diferentes ocasiões – nunca, porém, fora assediada por uma grande força militar que buscasse se estabelecer no território.” Santos Pérez (2016, p. 175) percebe esta intervenção como o início de uma nova fase da Guerra de Flandres, que visa ao controle e à defesa por parte da Coroa espanhola e das Províncias Unidas.

Antes de prosseguir, é importante ponderar a crítica que Evaldo Cabral de Mello (2007) faz, ao iluminar as táticas e estratégias locais que configuravam a “guerra brasílica”<sup>11</sup>, à vertente interpretativa que analisa o conflito a partir de um ponto de vista exclusivamente europeu. No entanto, se o objetivo do presente artigo é analisar a defesa naval hispânica dos territórios do Brasil<sup>12</sup>, será preciso seguir na análise sob o prisma metropolitano.

Desta perspectiva, deve-se considerar não apenas o avanço neerlandês sobre os territórios ultramarinos, como também o envio de esquadras ibéricas de socorro, como um sintoma da transferência do

contexto bélico do continente europeu para os mares que levam às colônias ultramarinas. Se a guerra não foi de todo naval, pois se ancorou em outros ambientes terrestres (continentes americano e africano) para além do europeu, é significativo que houve uma forte difusão do conflito pelo mar, não raro ocorreram batalhas navais.

Em todo caso, importa definir “armada” segundo as fontes da época moderna. Segundo o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau (1728, v. 1, p. 497), “armada” fazia referência a “exército no mar” ou a “navios de guerra armados”. Deste modo, é ressaltado o caráter naval, abarcando desde as poderosas reuniões de esquadras de grande porte em “armadas navais” até as empresas de menor monta de “armadas pequenas”. É com base nessa definição alargada própria do verbete à época, conservada a acepção de força naval, que as chegadas de frotas luso-hispânicas em socorro ao território português conquistado pelos neerlandeses foram caracterizadas como armadas na listagem que se segue.

A partir desta definição, a primeira armada hispânica após a chamada invasão remonta ao socorro da Bahia. A famosa “Jornada dos Vassalos”, decidido contra-ataque espanhol, foi enviado em fevereiro de 1625 por Madri, sob o comando do Almirante D. Fradique de Toledo Osório. Tratou-se de uma armada luso-napolitano-castelhana, composta por 12.566 homens e 1.185 bocas de fogo.

Na análise de Silva (2016, p. 86), o episódio catalisou os primeiros relatos da guerra neerlandesa. Recusando o designativo de “crônica”, o historiador apontou para dezenas de “relações” portuguesas e espanholas, escritas à época e impressas nos domínios filipinos. Nestas relações de sucesso, muitas anônimas, que recortam lances memoráveis e trazem testemunhos

de soldados, sacerdotes e oficiais, sobressaem as primeiras narrativas históricas do período que alardeavam o desfecho glorioso da empresa restauradora (SILVA, 2016, p. 86).

Por isso, rejeita-se a ideia da passividade de Madri frente às conquistas neerlandesas no Brasil, de início, nas fontes da época. É possível inferir que, quando a notícia da queda da capital chegou à metrópole, houve uma reação por parte do governo espanhol. Charles Boxer (1961, p. 34) comentou sobre o potencial ofensivo desta armada como “sendo a maior e a mais poderosa de todas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então”.

Na consideração de Hermann Wätjen (2004, p. 90), a Bahia foi restituída pelos espanhóis “quase sem luta séria”, devido ao reduzido número de neerlandeses. Boxer, porém, recupera o embate das esquadras nesta batalha que, somado ao levante dos moradores, ficou conhecida por “expedição dos vassalos” ou “jornada dos vassalos” (BOXER, 1961, p. 34). Para o comandante Toledo Osório, a empreitada foi mais fácil do que supunha (BOXER, 1961).

Apesar da julgada facilidade do combate, convém recuperar a chegada do reforço neerlandês em 1625, pouco comentado na historiografia. Foi Frei Vicente do Salvador (1965) quem testemunhou a nova esquadra vinda dos Países Baixos com destino à Bahia quase um mês após a expulsão. Isto significa que, pelo mar, chegavam reforços tanto hispânicos quanto neerlandeses, afinal, conforme asseverou Lenk (2013, p. 78), era um tempo de conflito iminente.

Na descrição do Frei Vicente de Salvador, a nova esquadra era formada por 34 naus: “quinze grandes do estado, e as mais de frete, e assim eram as duas capitânias, que às duas horas da tarde entraram todas enfiadas umas trás outras” (SALVADOR, 1965, p. 499). No entanto, D.

Fradique ordenou que “não pelejassem até não chegarem às capitânicas” (SALVADOR, 1965, p. 499), o que desmantelou a armada que retirou de volta a Amsterdã.

Após o malogro na tentativa de conquista da Bahia, mantiveram-se os navios neerlandeses no mar, saqueando e capturando outros navios. Foi a partir das informações extraídas em cartas interceptadas nos navios ibéricos que a WIC decidiu seu novo alvo: Pernambuco. De acordo com Boxer (1961, p. 45), as informações estavam em cartas interceptadas do governador Matias de Albuquerque que continham dados sobre as fortificações de Olinda e de Recife, a milícia local, a quantidade de engenhos e os lucros do açúcar.

A respeito destas informações, a *Memória* do brabantino Adriaen Verdonck foi enviada aos neerlandeses por volta de 1630. Segundo o editor José Antônio Gonsalves de Mello (1981, p. 33-46), Verdonck vivia desde 1618 no Brasil Colonial, após residir sete anos em Portugal. O brabantino conhecia o bastante do território pernambucano, sobretudo da área açucareira e das policulturas e pecuárias que abasteciam aquela região<sup>13</sup>.

Foi um espião neerlandês que detalhou a economia açucareira do Brasil, preciosas informações fornecidas ao Conselho Político do Recife em 1630, capazes de direcionar a conquista para os pontos centrais das capitânicas do Norte. Por conseguinte, chamou a atenção a capacidade de produção de açúcar pela capitania, “a mais próspera do império colonial português” (BOXER, 1961, p. 44), que estaria com a sua defesa desmantelada.

A riqueza adquirida com saques e pirataria financiou a nova empresa de colonização: “[...] esperava-se que Pernambuco, por ser capitania donatária, e não pertencer diretamente à Coroa, não receberia de Filipe IV a mesma atenção que a Bahia” (LENK, 2013, p. 59). No entanto, o segundo

socorro expedido por Madri ocorreu pelo envio de um general para coordenar a resistência portuguesa em Pernambuco, tão logo as informações chegaram a Corte.

Matias de Albuquerque desembarcou em outubro de 1629 nas proximidades de Recife, incumbido pelo Conde-Duque de Olivares para preparar e comandar a defesa da capitania. Se talvez seja discutível o enquadramento desta esquadra como uma armada efetivamente, por ser incomparavelmente menor às forças enviadas em 1625 sob o comando de Toledo, ao menos pode-se perceber como segundo socorro hispânico o envio do comandante-general Albuquerque.

Ao chegar ao Brasil, Albuquerque tratou de melhorar as fortificações de Pernambuco, de Itamaracá, da Paraíba e do Rio Grande, erguer novas posições estratégicas e exercitar novos recrutas (WÄTJEN, 2004, p. 100), arranjos que só foram possíveis graças ao atraso da partida de Loncq. Neste tempo, informou Frei Manoel Calado (2004) sobre a conquista do território:

Ficaram os holandeses senhores da vila e do Recife e começaram a saquear tudo com grande desaforo e cobiça. [...] E suas naus entravam para dentro do porto, algumas, ficando as outras ao largo, e desembarcando a gente trataram de se fortificar e preparar, como quem estava em terra alheia e desconhecida. (CALADO, 2004, p. 27-28)

A princípio, o comandante português contava com 200 soldados e 650 milicianos, mas percebeu que os moradores estavam bastante apáticos com o que estava por vir. Graças aos seus esforços, Albuquerque conseguiu arrebanhar mais uns 2.000 homens, segundo cálculo de Boxer (1961). Apesar do empenho, os contemporâneos sentiram a falta do envio de uma armada tão poderosa para restaurar

a capitania quanto a que fora enviada para a defesa da Bahia.

De acordo com Boxer (1961), a Monarquia Hispânica passava por dificuldades na década de 1630, requisitando de Lisboa a cooperação para a restauração do Brasil: “as autoridades de Lisboa e Madri discutiram obstinadamente em torno da quota de sacrifícios que devia caber às respectivas Coroas [...]” (BOXER, 1961, p. 61).

A afirmação de que não houve desleixo com a defesa baseia-se em documentos administrativos: “[...] a Espanha devia ter ainda mais interesse do que Portugal na recuperação de Pernambuco, visto como os holandeses encaravam o Brasil apenas como um passo no sentido de alcançar as riquezas da América espanhola, seu último e real objetivo” (BOXER, 1961, p. 61). Alguns documentos da época, portanto, abalam a tradicional tese da negligência de Madri quanto ao Brasil, presente nas próprias “relações históricas” (SILVA, 2016, p. 144-149) em contexto Restauracionista e reproduzido pela historiografia tradicional sobre o tema.

Prosseguindo na análise das esquadras hispânicas, o terceiro socorro veio na forma de uma armada ibérica que partiu do Tejo, em maio de 1631, comandada pelo biscainho Dom Antônio de Oquendo. Apesar de ter partido de Portugal, o aporte lusitano foi inferior ao espanhol, contribuindo com apenas cinco navios pequenos, de um total de vinte e um vasos de guerra (BOXER, 1961, p. 66).

A esquadra de Oquendo, que pode ser considerada como a primeira com a missão de restaurar a colônia, era composta por 2.000 soldados de reforço. Sendo 800 destinados à Bahia, 1.000 mandados para Pernambuco e 200 para a Paraíba. O desembarque ocorreu na Bahia, pois, a essa altura, a WIC já havia se apoderado de Recife. Frei Manoel Calado (2004) narrou:

Sabendo pois o inimigo que a armada de Espanha estava na Bahia com o socorro e da derrota que havia de levar (que de tudo tinha avisos por via dos cristãos-novos), saiu com sua grossa armada ao mar em busca do general d. Antônio de Oquendo, com toda sua gente ajuramentada a vencer ou a morrer, na qual ia por general um valoroso e bravo holandês, chamado o Pater. (CALADO, 2004, p. 30-31)

Apesar da batalha com o Almirante Adriaen Janszoon Pater ter, com efeito, causado baixas entre os neerlandeses, não maiores que as perdas espanholas, a esquadra de Oquendo não foi capaz de se livrar do domínio batavo. Sobre a batalha naval entre Oquendo e Pater, abundam relatos nas crônicas coloniais, como o do autor de *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*:

Oquendo dispôs sua nau capitânia com a inteligência que lhe era própria, dando ordem para que ninguém falasse à exceção dos oficiais maiores de infantaria, mar e artilharia. [...] assim se fez, tanto que viu o gurupés da capitânia inimiga pela popa da sua, junto a ela; e lançou-lhe o arpéu; e como no mesmo ensejo o nosso leme fez manobra obedecendo-lhes a capitânia de tal forma que ficou cingida com a do inimigo, e assim ganhou esta vantagem que dante não tinha, e que foi a sua salvação. (COELHO, 1981, p. 94)

De acordo com Kleber da Silva (2016, p. 144), os relatos de Coelho e Calado, longe de serem relações de sucesso como as elaboradas anteriormente, se enquadram melhor como relações históricas<sup>14</sup>, por terem, no seu universo, o objetivo mais alargado de narrar, não apenas certas expedições ou batalhas, mas a guerra como um todo. Como um “relato-documento”, a maior parte das vezes testemunhal (SIL-

VA, 2016, p. 145-147), as “memórias” de Coelho e o “tratado” de Calado selecionam eventos, com o fito de registrar à posterioridade, não sendo neutros acabam por exprimir análises históricas parciais do período que relatam.

Do outro lado do conflito, o flamengo Johannes de Laet (1916-1925), geógrafo e diretor da WIC, narrou o medo que paralisou muitos soldados da WIC no encontro das duas esquadras: “Quando as frotas estavam a tal distância uma da outra que pôde-se distinguir o tamanho dos navios e contada a artilharia, alguns capitães ficaram tão assustados que não ousaram atacar.”

O resultado da batalha naval de 1631 foi lastimável, como relatou o soldado Ambrósio Richshoffer (1978) em seu diário: “Estavam por dentro e por fora tão salpicados de carne humana, miolos e sangue, que foi preciso raspá-los com vassouras; o que foi horrível de ver-se”. Enquanto a armada neerlandesa passou sufoco, pelo abandono do General Pater pelos seus capitães, a armada espanhola sofreu a humilhação de ter sido derrotada por uma força naval inferior, na avaliação de Dantas Silva (2011, p. 180). Deste modo, teve o comandante espanhol de se contentar com o desembarque do que sobrou de seu reforço na Barra Grande para engrossar as fileiras da resistência.

Ademais, chegavam suportes uma vez por outra no Arraial, como o envio de 700 homens, sendo 300 napolitanos, comandados por Giovanni Vincenzo de San Felice, o Conde de Bagnuolo, como reclamou Duarte de Albuquerque Coelho (1981, p. 88-89) dos saques neerlandeses: “[...] vendo-se o inimigo assim fortificado [...] começou a dividir por aquela costa os seus navios, não só para apresar o que pudessem como porque souberam que nos entravam em alguns portos caravelas de socorro, e queriam estorvá-las”. Na análise do cronista, o caminho por mar era mais fácil

que o por terra, haja vista a dispersão de companhias de emboscadas.

Dentre os reforços trazidos por Oquendo, se encontrava o contingente hispano-napolitano<sup>15</sup> sob a liderança de Conde de Bagnuolo. Mello (2007, p. 29) que advogou que a armada de Oquendo não era propriamente restauradora como fora a de Toledo Osório, uma vez que sua missão era apenas a de transportar. O historiador confirmou que a batalha naval de 1631 não modificou a situação da guerra, mantido o impasse militar (MELLO, 2010, p. 94).

Apesar da crise naval<sup>16</sup>, a Marinha espanhola preparou mais uma esquadra. A quarta armada preparada por Madri para enviar reforços às guerras pernambucanas foi a comandada por D. Luís de Rojas y Borja, veterano das guerras da Flandres. Enviada em setembro de 1635, a esquadra contava com cerca de 2.500 soldados, entre espanhóis, portugueses e italianos, além de levar o novo governador-geral, Pedro Silva, em substituição a Diogo Luís de Oliveira.

O cronista Duarte Coelho (1981, p. 149) narrou a surpresa do general holandês com este socorro hispânico: “O general Segismundo [von Schkoppe] ficou tão desanimado ao reconhecer nossas armadas que, arrojando o bastão e o chapéu, disse: ‘Estou perdido’.” No entanto, a esquadra de Rojas y Borja não conseguiu restaurar o território, nem o poderia fazer, uma vez que estava com o novo governador-geral do Brasil. Por isso, a armada passou pela Bahia primeiro para depois seguir viagem a Pernambuco. Foi também Rojas y Borja quem ficou no lugar de Matias de Albuquerque, que lhe transmitiu o comando da resistência.

Deste modo, D. Luís passou à ofensiva terrestre contra Porto Calvo em janeiro de 1636 auxiliado por 2.600 homens. Contudo, na batalha da Mata Redonda contra as forças do Coronel polonês Crestofle



d'Artischau Artichewsky, Rojas y Borja acabou perdendo a vida. Com a morte do comandante Rojas y Borja, Bagnuolo assumiu o comando e a direção das forças de resistência e continuou com a estratégia das guerrilhas terrestres (BOXER, 1961, p. 89-93).

No mar, a quinta armada enviada pela metrópole partiu do Tejo em direção ao Brasil ainda em 1639, composta por quarenta e seis navios, incluindo vinte e seis grandes galeões, 5.000 soldados, além da tripulação. Tratou-se de um esforço combinado de Madri e de Lisboa para socorrer a colônia, comandado por Dom Fernão de Mascarenhas, Conde da Torre, antigo governador de Ceuta e de Tânger. Conforme Mello (2007, p. 187-189), foi esta uma “ofensiva desesperada dos Habsburgos madrilenos” que “redundou num completo fracasso”.

Em todo caso, Rafael Valladares (2006, p. 36) pesquisou como as tensões políticas entre Lisboa e Madri abarcaram o Atlântico luso na conformação de um mesmo espaço de crise. Em análise do período, o historiador considerou que foi a guerra com Luís XIII desde 1635 o fator chave que atrasou a empresa do Brasil, isto é, a preparação de uma armada capaz de derrubar a potência marítima neerlandesa.

Conforme Valladares (2006), a dificuldade para organizar aquela que seria uma força restauradora chegou a minar a moral do Conde da Torre e o descontentamento por parte de Filipe IV com seus serviços era tamanho que chegou a circular notícia da possibilidade de sua substituição por Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão. Ainda assim, a posição do Conde da Torre, encabeçando a expedição, pode ser explicada por meio da reação de Madri ante os repetidos atos de desobediência lisboeta à administração de Olivares, às vésperas da rebelião de 1640 (VALLADARES, 2006, p. 52).

Nas palavras do historiador, Da Torre havia interiorizado a pulsão autoritária do regime olivarista, sobressaindo-se mais castelhano que muitos portugueses e naturais daquela Coroa (VALLADARES, 2006, p. 57). Seja como for, a armada sofreu muitos infortúnios antes de chegar a Pernambuco. A esquadra precisou permanecer um tempo na Bahia, aguardando a chegada de contingentes e suprimentos de reforço. Segundo Boxer (1961, p. 131-132), nesses dez meses, o Conde da Torre conseguiu praticamente dobrar sua esquadra e se constituiu, com seus oitenta e sete navios e quase 6.000 homens, na “mais poderosa de quantas havia sulcado antes os mares do Brasil”.

Contudo, a estadia na Bahia dessa gigantesca força militar gerou despesas bem maiores, como sopesou Valladares (2006, p. 55). De acordo com o historiador, a esperança do Conde era de obter ajuda pecuniária da câmara da cidade, o que se desenrolou em um verdadeiro duelo negociador, resultando em uma transação na qual à autoridade do governador cabia o primado de ter invocado a expedição e a doutrina de sua justificação. Nesta ocasião, a câmara assumiu os gastos, iniciando um processo de progressiva militarização da Bahia a custo de interferir ou paralisar a vida econômica ou comercial da região e de competir com os senhores de engenho pela mão de obra disponível (VALLADARES, 2006, p. 57).

A respeito desta esquadra, foi o próprio Nassau que reconheceu sua enorme força naval, a qual, se tivesse atacado o Recife no início de 1639, tinha atingido seu objetivo inicial de restaurar as capitânias do Norte ao domínio ibérico, uma vez que os contingentes da WIC estavam desprovidos de forças suficientes para resistir<sup>17</sup>. Contudo, uma esquadra da Companhia perseguiu a hispano-portuguesa, fazendo a guarda costeira do litoral (MELLO, 2010, p. 196-197).

## BATALHAS NAVAIS DE 1640

A armada do Conde da Torre derivou, nos idos do ano 1639, pelo litoral, desde Itamaracá, passando pela Paraíba, até alcançar o Rio Grande, desenvolvendo quatro combates indecisos conhecidos como as batalhas navais de 1640. A vantagem era quase sempre neerlandesa. As batalhas navais ocorridas em 1640 demonstram guerra em ação nos mares. O potencial naval da armada hispânica chegava a ameaçar os neerlandeses. O cronista Gaspar Barleus (1974, p. 226) informou sobre o deslocamento constante dessa esquadra: “É estratagemas usual aos comandantes apresentarem-se num ponto e dirigirem-se para outro”.

Em uma comunicação do Conde João Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX, traduzida por José Higino Duarte Pereira e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1895, há avaliação detalhada do poderio dessa armada e da dimensão dessas batalhas. Nassau explicou as estratégias empregadas pelos contingentes batavos:

O nosso principal cuidado, porém, foi fazermos-nos fortes no mar, por estarmos certos de que, se pudéssemos dominar o nosso inimigo no mar e impedir-lhe que desembarcasse ou destruir-lhe a armada, seria esta a circunstância capital para a desejada vitória. Que se ele, pelo contrário, não molestado no mar, desembarcasse em alguma parte, ocasionaria uma guerra duradoura, o estrago na terra e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais, ainda quando afinal o viéssemos a vencer em terra. Mas que valiam dezoito ou vinte navios contra uma armada tão poderosa? (PEREIRA, 1895, p. 3)

Assim, Nassau atesta o perigo que a armada hispânica comandada pelo Con-

de da Torre representou entre as tropas da WIC. José Higino (1895, p. 2) estima que a poderosa armada hispânica, com o objetivo de “restaurar o domínio espanhol naquela parte do Brasil, atacando a colônia holandesa por mar e por terra”, contava com 86 velas e 11 mil homens na altura que Nassau escreve ao Conselho dos XIX.

Diante da ameaça naval, pois mesmo sem desembarcar em Pernambuco, a armada do Conde da Torre margeava a costa e atacava pontos de dominação neerlandesa, Nassau comandava a resistência: “Convindo lançar mão de tudo quanto pudesse concorrer para aumentar a nossa força já pelo número dos navios e já pelo poder e capacidade para a ofensiva e a defensiva, julgamos necessário fretar também os navios *Zael*, *Júpiter*, *Liefde* de *Medenblich* e *Leeuwine* [...]” (PEREIRA, 1895, p. 9).

O governador expôs: “Receávamos então que os espanhóis desembarcassem aqui em algum ponto destas cercanias antes que a nossa frota estivesse à mão.” (PEREIRA, 1895, p. 13) Contudo, o pavor de Nassau em perder o território acabou não se confirmando, mesmo após quatro dias de batalhas, desenvolvidas entre 13 e 17 de janeiro de 1640 em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Também o relato do cronista Barleus (1974, p. 226-227) é exemplar na avaliação das forças em jogo: “Na balança da fortuna estão suspensas a honra do rei da Espanha e a da Companhia das Índias Ocidentais. Estas duas esquadras conduzem o domínio do Brasil: se triunfar a nossa, está-nos garantida a dominação; no caso contrário, caberá ao espanhol.”

O resultado das batalhas foi incerto, mas as fontes narram a eficiência dos neerlandeses ao impedirem o desembarque da armada hispânica, sendo atribuída à vitória a WIC. Nassau<sup>18</sup> foi muito louvado pelo reverendo Vicent Soler: “Atribuo a Sua Excelência somente, depois de Deus,

a glória duma vitória tão assinalada [...].” (TEENSMAS, 1999, p. 81-82)

No final, a armada hispânica desintegrou-se e seguiu rumo ao Caribe e à Península Ibérica, desembarcando antes, cerca de 1.200 soldados luso-brasileiros, capitaneados por Luís Barbalho Bezerra, na Baía de Touros (Rio Grande) com destino à Bahia pelo interior do território (MELLO, 2010, p. 197). Conde da Torre continuou comandando, em terra, ao enviar ordens expressas de destruição dos engenhos a fim dificultar a situação para os neerlandeses.

A acusação de Madri como culpada pela perda do território parece estar saliente nas relações históricas da época, tendo sido reproduzida pela historiografia dedicada ao período. Ao elencar o rol dos considerados culpados pela perda das capitâneas do Norte, Mello (2007, p. 12) tenta desconstruir os mitos que envolvem as questões da resistência e da colaboração aos neerlandeses. No entanto, ao tratar da particularidade das guerras pernambucanas<sup>19</sup>, o historiador não contrasta as questões da resistência e da colaboração, desconstruindo apenas a plêiade de traidores apontados pela historiografia precedente, mas reproduzindo, em certa medida, a memória acostuada a exaltar o ponto de vista da resistência.

Na análise de Valladares (2006, p. 40), a natureza “estrangeira” da dinastia hispânica e os acontecimentos que se desenvolveram após o fracasso da expedição de 1640, sobretudo a rebelião brigantina em Lisboa naquele mesmo ano e a queda de Olivares em 1643, contribuíram para a identificação entre o Conde-Duque e a guerra lenta, desde as narrativas dos cronistas até as interpretações historiográficas. Tal associação seria a base da acusação de que Madri estava empenhada, em meio à crise do século XVII, a enfraquecer Portugal e seu império para melhor domi-

ná-lo.

Nestes termos, Valladares (2006) explicou que esse discurso, isto é, a incúria madrilena associada à guerra lenta, se converteu em um nutriente de brigantismo ao calor da Restauração portuguesa de 1640. Sendo, portanto, usado em Lisboa, embora a formulação mais completa tenha nascido na Corte de Filipe IV, através de Duarte de Albuquerque Coelho, quarto capitão donatário de Pernambuco, autor de *Memórias diárias da guerra do Brasil* e irmão de Matias de Albuquerque, comandante das forças de resistência luso-brasileiras. Na verdade, a guerra lenta figura como uma opção na crônica de Coelho (1981) por temor que uma intervenção real contundente comandada por Madri resultasse na expropriação da capitania da importante família donatária (VALLADARES, 2006, p. 40).

## **MALOGROS HISPÂNICOS**

Na historiografia, os estudos acusaram Madri de negligência ao aperto que Pernambuco passava a partir da chegada dos neerlandeses. Tal acusação da incúria metropolitana nasce, no entanto, nos próprios relatos produzidos no século XVII, organizados por Silva (2016) em relações de sucessos, em relações históricas e nas histórias propriamente ditas. Estas últimas abarcando obras como as de Brito Freire (2001) e Raphael de Jesus (1844), uma vez que contém síntese política ou moral da guerra, escrita a partir da coletânea dos testemunhos anteriores.

Na leitura do Brasil Holandês pela chave interpretativa da União Dinástica, procurou-se contestar essa afirmação através da análise das fontes históricas. Tais fontes, tratadas genericamente como crônicas, enquanto discurso sobre o passado construído em meio aos conflitos políticos, bélicos e diplomáticos (CARVALHO, 2012), no caso sobre as guerras pernambucanas,

bucanas, acrescidas de correspondências do período, permitem perceber desde queixas de lentidão e insuficiência de reforços até a acusação de abandono madrileno, sobretudo, no contexto Restauracionista português, como parte do discurso central dos restauradores, não obstante a saliente enumeração das esquadras enviadas na década de 1620 e 1630.

Em que pese o malogro das armadas luso-espanholas enviadas pela Monarquia Hispânica, pelo menos as grandes esquadras comandadas por D. Fradique de Toledo Osório, D. Antônio de Oquendo, D. Luís de Rojas y Borja e D. Fernão de Mascarenhas, além do envio da pequena esquadra que acompanhou o comandante da resistência, Matias de Albuquerque, demonstram que Madri não permaneceu inerte diante dos ataques da Companhia das Índias no Brasil. De modo inverso, o envio de expedições restauradoras até o ano de 1640 demonstra o interesse da administração filipina no território colonial português.

A despeito dos esforços hispânicos comprovados a partir do envio de cinco esquadras, como se sabe, foi impossível ao poderio espanhol, durante o tempo da União Dinástica, encerrado em 1640, derrotar a Marinha neerlandesa. Por isso, Lenk (2013, p. 55) justificou a opção da guerra lenta a fim de atralhar, tanto quanto fosse possível, a extração dos lucros das capitânicas recém-conquistadas por parte dos neerlandeses.

Apesar da manutenção da guerra lenta, cuja estratégia foi descrita por Ferlini (2010, p. 84) como: “[...] deixar aos holandeses o controle das praças-fortes e manter o da zona produtora de açúcar à espera de uma intervenção da Armada naval, quando isso fosse realizável”, as armadas de socorro chegaram a ser enviadas até o ano da separação dinástica da Coroa portuguesa. Tais tentativas navais de socorro atestam, na esteira das recentes pesqui-

sas sobre a União Dinástica, que o Atlântico era estratégico e rentável à Espanha pelo comércio de especiarias e escravos, rejeitando as interpretações clássicas que afirmavam o papel secundário do Brasil na política dos Habsburgos.

Problematizando o emprego da expressão “guerra lenta”, Valladares (2006, p. 39) revela o contrassenso – uma vez que uma guerra requer dinamismo e movimento, contrário ao adjetivo lenta – e a intencionalidade política de seu uso, justificando que, na fila das prioridades hispânicas, basicamente centradas na Europa, a defesa do Brasil ocuparia segundo plano. Eis o que restou: a opção por uma guerra defensiva, como ressaltaram os próprios cronistas da época.

Segundo o historiador, a sutil expressão visava à tentativa de individualizar a contenda brasileira do conflito hispano-holandês, dotando a reivindicação pernambucana que era, na verdade, uma reivindicação da família Coelho em parceria local, de uma legitimidade suscetível a compensações por parte da Coroa (VALLADARES, 2006, p. 39-40). Isto significa que a morosidade do conflito era benéfica para alguns, devendo ser interpretada dentro de uma “cultura política regulada pelo velho mecanismo do serviço em troca de mercê”.

Valladares (2006, p. 39) discute, assim, que só por ter organizado, por iniciativa da Monarquia Hispânica, em apenas um ano, de 1638 a 1639, as armadas de Oquendo e do Conde da Torre, destinadas, respectivamente, ao Canal da Mancha e a Pernambuco, é possível refletir até que ponto a “frente brasileira” figurava como o reverso de uma mesma moeda, cujo verso brilhava a causa da Flandres.

É neste sentido que a necessária revisão sobre os impactos do tempo dos Filipes para o Brasil tem sido feita no bojo das pesquisas das últimas décadas. Ferli-

ni (2010, p. 74-79) indicou, dentre as modificações no âmbito colonial na época da dominação espanhola, sua consequência mais direta, qual seja, a intensificação dos ataques de corsários neerlandeses aos navios carregados de mercadores do Brasil, seguida pela apropriação do território pela WIC, inimigo hispânico herdado com a União Dinástica.

Mesmo com o domínio holandês se estabelecendo nas décadas de 1620 e 1630, primeiras do tempo dos flamengos e finais do tempo dos Filipes, a Marinha hispânica tentou fazer frente à poderosa neerlandesa. O desenrolar de batalhas navais, tanto em 1631 entre Oquendo e Pater, quanto em 1640 entre Conde da Torre e Nassau, demonstram o esforço hispânico de enfrentar a supremacia neerlandesa para tentar recuperar as capitânias açucareiras.

De acordo com Valladares (2006, p. 63), entre 1638 e 1639, a Marinha hispânica dispôs do maior poder naval de sua história e, contando com ambas armadas – do Conde da Torre rumo ao Brasil e de Oquendo em direção ao Mar do Norte – Filipe IV teria despachado uma força que totaliza duzentos navios, iniciativas impossíveis de serem qualificadas como descaso, embora o êxito seja discutível.

Nas palavras do historiador, o tempo demonstrou que a fratura política desta exibição de força e autoridade por parte da Monarquia Hispânica, superou seu potencial econômico, uma vez que, pelo menos na armada do Conde da Torre, Madri despachou uma esquadra mal abastecida de Lisboa que não socorreu devidamente o Brasil, cabendo aos moradores locais auxiliar a empresa com seus próprios intentos (VALLADARES, 2006, p. 63).

Assim, o argumento da incúria consta nas fontes da época, sobre as quais se baseou o discurso historiográfico. Foi o próprio Conde da Torre, vassalo leal, embora crítico ante Madri, que não deixou de se

dirigir à Corte para reclamar da política filipina em terras portuguesas, em suas petições repletas de queixas de abandono de acabou tendo que silenciar e desdizer (VALLADARES, 2006, p. 63).

Na perspectiva da história conectada (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 170), o Brasil Holandês representou um capítulo do “teatro de operações bélicas de escala mundial”. O período da União Dinástica pode ser caracterizado pelo avanço na legislação de proteção aos indígenas; pela reorganização dos limites territoriais a partir da divisão em dois Estados (1621); pela reorganização institucional com a criação do Conselho da Índia e da Relação da Bahia (1609); pela elaboração das Ordenações Filipinas (1603); e pela defesa da costa do Brasil através da construção de fortificações em linha (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 169-170).

Em balanço recentemente publicado, Ronaldo Vainfas (2017, p. 33) defendeu o estudo da colonização como problema investigativo nas pesquisas sobre o período filipino, através de nexos entre Brasil seiscentista e governança filipina, e “não apenas como acidente de percurso ou detalhe cronológico”. Vainfas (2017, p. 31) reclamou que, apesar dos avanços, carecem de estudo, ainda, variadas temáticas, entre as quais o reforço militar das fortalezas litorâneas.

O historiador aponta que, ao contrário das interpretações clássicas, a União Dinástica não representou um período de frouxo controle metropolitano sobre o Brasil, uma vez que Castela introduziu novas práticas administrativas, movida por um modelo colonizador inspirado na experiência castelhana no México e no Peru (VAINFAS, 2017, p. 33). E Castela “mais não fez porque a Coroa sofreu diversos reveses, sobretudo na primeira metade do século XVII”, complementou Vainfas (2017, p. 33), em referência ao contexto das décadas de 1630 e 1640.

Para Valladares (2001, p. 25), a política dos Habsburgos no Brasil significou o mesmo que em Portugal, isto é, uma grande tentativa de revigorar a autoridade da Coroa. Neste sentido, o fracasso militar dos anos 1638 e 1639, em comparação com a expedição restauradora da Bahia, de 1625, só pode ser explicado pelo contexto de crise política das décadas seguintes. O regime de Olivares intensificou a luta entre facções políticas, alterando o equilíbrio com sua “política de exigências fiscais, militares e administrativas, o que levou as divisões preexistentes a rupturas irreconciliáveis” (VALLADARES, 2006, p. 65). Valladares (2006) concluiu que os Filipes perderam Pernambuco em duas guerras simultâneas, uma vez que a derrota no entendimento com seus próprios vassalos condicionou o fracasso contra o inimigo neerlandês.

Quanto à fraqueza naval das esquadras hispânicas, é preciso contextualizar a conjuntura que caminhou até o ano de 1640, cuja Monarquia enfrentava desafios em diferentes frentes. Na década de 1640, quase simultaneamente, Espanha teve que lidar com: as alterações de Évora (1637); a revolta na Catalunha (junho de 1640); a conjuração portuguesa em consequência à abolição do Conselho de Portugal (1639), que levou à invasão do Paço da Ribeira em 1º de dezembro (1640) e abriu a guerra de restauração da autonomia portuguesa (1640-1668); e questões diplomáticas que envolviam o reconhecimento da independência dos Países Baixos, concluídas com a Paz de Westfália <sup>20</sup>(1648) (VAINFAS, 2009, p. 82-100).

No bojo das negociações diplomáticas no “teatro europeu”, na expressão de Santos Pérez (2016), Mello (2011) explicou a tensão que envolveu o reconhecimento da autonomia portuguesa pela Espanha e a barganha do apoio neerlandês, à época, com sua independência encaminhada, quando chegaram as notícias da rebelião

que estourara em 1645 na colônia. Nas palavras de Mello (2011):

A guerra do Brasil criara um conflito desnecessário; mais imperdoável ainda, prejudicara a reputação da Coroa, deixando visível sua impotência para liquidar o domínio batavo no Nordeste e habilitando a WIC a sensibilizar os Estados Gerais para suas dificuldades financeiras. (MELLO, 2011, p. 89)

No cenário europeu, os entendimentos hispano-neerlandeses progrediram em 1646, devido ao interesse do príncipe de Orange no fim da guerra, ao passo que as esperanças lisboetas de obter o reconhecimento da autonomia da Coroa pela via diplomática fracassavam (MELLO, 2011, p. 85), cuja abordagem extrapola ao limite temático do presente trabalho.

Enfim, na fase marítima do conflito hispano-holandês, a partir do século XVII, não somente com a posse do território, mas desde a navegação corsária no litoral atlântico, o palco da velha contenda europeia ganhou feições ultramarinas. O socorro hispânico (representado pelo envio das armadas ao antigo território português em tempos de União Dinástica) bem como o desenvolvimento de sangrentas batalhas navais nos primeiros anos do Brasil Holandês apontam que o abandono de um território ultramarino, quanto mais das rentáveis capitânias açucareiras, precisa ser relativizado ao tentar compreender a lógica administrativa da Monarquia dos Habsburgos.

Deste modo, forças hispânicas continuaram sendo enviadas para restaurar o território colonial até a separação das Coroa ibéricas (1640). Algumas com capacidades limitadas, outras mais aparelhadas ao ponto de assustar os soldados da WIC, como atestam as fontes, o fato é que o poder naval hispânico, ainda que inferior à supremacia neerlandesa, não se deixou de fazer presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES HISTÓRICAS

BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil* (Original de 1647). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004.

“Carta de Vicent Soler a André Rivet, Maurícia, 10 set. 1640.” In: TEENSMA, B. N. (Org). *Dezessete cartas de Vicent Joaquim Soler, 1636-1643*. Trad. B. N Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999. p. 78-86.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade, 1981.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. (Original de 1757). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitânicas confinantes* (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

“João Maurício de Nassau e Conselho Supremo do Brasil ao Conselho dos XIX, 2 mar. 1640.” In: PEREIRA, José Higino Duarte. “Batalha naval de 1640 e outras peripécias da guerra holandesa no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 58, v. 91, parte 1, p. 1-58, 1895.

LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1664). Trad. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

“Memória oferecida ao Conselho Político do Recife por Adriaen Verdonck em 1630.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.). *Fontes para a história do Brasil Holandês: a economia açucareira*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 33-46.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. (Original de 1730). [Introdução e notas de Pedro Calmon] Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil, 1500-1627*. (Original de 1627). São Paulo: Melhoramentos, 1965.

## **REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes*. Política, cultura e representações (1580 – 1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. (Original de 1957) Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CARANDE, Ramón. *Carlos V y sus banqueros*. Barcelona: Crítica, 2000.

CARDOZO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.

CARVALHO, Roberta Lobão. *Crônica e História: a Companhia de Jesus e a Construção da História do Maranhão (1698-1759)*. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. (coord.). *História de Portugal*. Vol. III: No alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Estampa, 1997. p. 552-559.

EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*. Leiden-Boston: Brill, 2008.

ELLIOT, John. *España en Europa*. Estudios de Historia Comparada. Valência: Universidad De Valência, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. (Original de 1959). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1975.

FERLINI, Vera. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic. Its Rise, Gratness and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon University Press, 1995.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.

MÉCHOULAN, Henry. *Dinheiro e Liberdade*. Amsterdã no Tempo de Spinoza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.



MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal e os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

RICUPERO, Rodrigo. O Brasil e Filipe IV: uma aproximação. In: MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 145-156.

RUIZ, Rafael. The Spanish-Dutch War and the Policy of the Spanish Crown Toward the Town of São Paulo, *Itinerário*, n. 26, vol. 1, 2002.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. *Histórias conectadas*. Ensaios sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. Luso Spanish relations in Hapsburg Brazil, *The Americas*, n. 25, v.1, p. 22-48, jul. 1968.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a Escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Kleber Clementino da. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul. 277f*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2016.

SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2. ed. Recife: Caleidoscópio, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa, *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Tempo dos Filipes no Brasil Colonial: enfoques historiográficos, possibilidades de investigação, *Revista Maracanan*, n. 16, p. 14-33, jan./jun. 2017.

VALLADARES, Rafael. Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641). In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George F. Cabral de. (Orgs.). *El desafío holandês al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006. p. 33-66.

VALLADARES, Rafael. Opulencia y “guerra lenta”. Los Brasiles en el tiempo de los Austrias. In: GONZÁLEZ, Elda; MORENO, Alfredo; SEVILLA, Rosario. (Orgs.). *Reflexiones en torno a 500 años de historia de Brasil*. Madrid: Catriel, 2001. p. 11-28.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 10. ed. (Original de 1854-1857) Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Um capítulo da história colonial do século XVII. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A respeito dos conquistadores do norte açucareiro do Brasil, há uma questão terminológica digna de nota: a documentação portuguesa do século XVII utiliza os termos “holandeses” e “flamengos” como sinônimos. De início, reconhece-se a imprecisão lexical, pois “flamengo” designa os povos e a língua da Flandres (região norte da atual Bélgica), onde estão localizadas Antuérpia e Bruxelas (região sul da atual Bélgica). Quanto ao termo “holandeses”, refere-se aos naturais da Holanda. Devido à sua amplitude, a historiografia tem preferido o termo “neerlandeses”, por englobar todos os naturais da Neerlândia, isto é, os Países Baixos, linha seguida no presente artigo.

<sup>2</sup> A eficiência policial mencionada por Méchoulan (1992, p. 20) refere-se à eficácia de uma rede de espionagem organizada por Filipe II que se encarregava de manter a comunicação as Províncias do Norte desde 1559. As correspondências delatavam heréticos e ordenavam a sua imediata prisão.

<sup>3</sup> O termo usado para as províncias que assinaram a União de Utrecht foi “Terra dos Países Baixos”. Contudo, no momento da Paz de Westfália, em 1648, *republick* tornara-se o termo mais comum (SCHAMA, 1992, p. 64).

<sup>4</sup> Sobre a Guerra dos Oitenta Anos, é possível considerar que: entrelaçou-se com as guerras religiosas que marcavam o continente desde a eclosão da Reforma Protestante; imbricou-se com a principal guerra seiscentista, a Guerra dos Trinta Anos; prolongou-se em disputas coloniais na Ásia, na África e na América.

<sup>5</sup> D. Sebastião lutou em defesa do reino cristão contra as tropas africanas do xarife de Fez Mouly Malik em 1578, findando a transição de um Estado medieval, em tentativa de afirmação do poder por um Estado Moderno, movido por um espírito cruzadístico, a fim de mostrar-se tão forte quanto o vizinho ibérico. (HERMANN, 1998)

<sup>6</sup> No uso do direito de hereditariedade, Filipe II invadiu Portugal contra as tropas de D. Antônio, o Prior do Crato, em agosto de 1580, dando origem à batalha de Alcântara (CUNHA, 1997, p. 552).

<sup>7</sup> Como expedientes institucionais, foram criados o Conselho de Portugal e a figura dos Vice-Reis/ Governadores no sentido de suprir a ausência que muitas vezes gerava crise na Monarquia. (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p. 24).

<sup>8</sup> Exemplo clássico o de Faoro (1975, p. 180-181) que, ao defender a colonização patrimonial, estabelece continuidades entre as governações coloniais avisina – filipina – brigantina, guiado pela ideia de transplante do modelo ibérico ao Brasil.

<sup>9</sup> Para uma abordagem das tradições historiográficas brasileiras sobre o “tempo dos Filipes no Brasil”, ver Vainfas (2017).

<sup>10</sup> Segundo Lenk (2013, p. 36), o ataque holandês em Salvador já era esperado: “Desde o fim da trégua, em 1621, era plausível que o reinício do conflito hispano-neerlandês transbordasse sobre a América portuguesa”.

<sup>11</sup> Os cronistas designaram de *guerra brasilica* a “guerra no mato”, série de guerrilhas que diferem das guerras europeias modernas pelo uso de táticas locais pelos resistentes. Uso mais conhecido é do português Francisco de Brito Freire (2001).

<sup>12</sup> Pondera-se, porém, que o argumento da incúria metropolitana é discutível, mas a questão do pequeno quantitativo de esforços enviados é incontestável. De fato, as armadas hispânicas, com exceção daquela que restaurou Salvador em 1625, não foram suficientes frente ao tamanho das investidas neerlandesas, eis a força decisiva dos contingentes locais para expulsar os neerlandeses na restauração, defendida por Mello (2008).

<sup>13</sup> No documento, Adriaen Verdonck informa que Pernambuco era abastecido pelas Alagoas e pelo Rio Grande, locais de onde vinham o gado, a mandioca, o fumo, o milho entre outros produtos. (MELLO, 1981, p. 33-34).

<sup>14</sup> Nas palavras de Silva (2016, p. 144): “As relações históricas constituem uma intervenção historiográfica e política dotada de certa especificidade, não obstante de difícil delimitação, pois não foram objeto de teorização nem de categorização no Seiscentos.”

<sup>15</sup> Evaldo Cabral de Mello (2007, p. 188) responsabilizou a feição multiétnica ou multinacional dos exércitos por agigantar as tensões internas do conflito. Entre as tropas da resistência, além de portugueses, castelhanos e italianos do contingente hispano-napolitano, havia “gente da terra” (WÄTJEN, 2004, p. 187). Entre as tropas neerlandesas, além das províncias, havia ingleses, escoceses, franceses, poloneses, alemães e belgas (MIRANDA, 2014, p. 55). Bruno Miranda (2014, p. 52) apontou que não se trata de uma exclusividade das guerras pernambucanas: “[...] virtualmente todos os exércitos europeus dos séculos XVI e XVII agregavam misturas no sentido de que eram compostos, em variadas proporções, de tropas nativas e tropas estrangeiras”.

<sup>16</sup> Os anos 1630 foram críticos para a Marinha espanhola, devido à queda no comércio com América, ao declínio das remessas de prata e ao acréscimo das despesas militares na Europa, situação que só melhorou a partir de 1637 (MELLO, 2007, p. 31).

<sup>17</sup> Mello (2010, p. 196, 206) pontua que o território holandês passava por um quadro de desabastecimento e por precárias condições no exército da WIC. Tal carestia foi um problema jamais resolvido pelo governo flamengo.

<sup>18</sup> Além das batalhas navais, Nassau lidou com campanhas de ataque vindos da Bahia. O fim das

hostilidades só ocorreu por negociação com o Vice-Rei Marquês de Montalvão, na restauração portuguesa (MELLO, 2010, p. 215).

<sup>19</sup> De acordo com Mello (2007, p. 14), foram “guerras do açúcar” porque o açúcar foi não apenas o objetivo da conquista, mas também financiou a maior parte das guerras pernambucanas no século XVII.

<sup>20</sup> Vale lembrar que a Paz de Westfália também tratou do encerramento da guerra contra a França, ocorrida nesses anos.



# O “terror dos mares”: a guerra de corso no período entre as invasões neerlandesas nas capitânicas do norte do Brasil (1625-1630)\*

*Le “terreur des mers”: la guerre de Corse entre les invasions néerlandais dans les capitaineries du nord du Brésil (1625-1630)*

**Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Doutorando em História Social (UFF). Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx).

## RESUMO

Os interesses econômicos no século XIV levaram os Estados Gerais das Províncias Unidas e a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) a promoverem duas invasões no norte do Brasil. No contexto da União Ibérica, os neerlandeses invadiram, inicialmente, Salvador, em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, nova invasão teve lugar na capitania de Pernambuco, resultando no seu controle pela Companhia das Índias Ocidentais durante 24 anos. O período entre as invasões, no entanto, foi marcado pela guerra de corso, que possibilitou aos holandeses financiar o assalto às capitânicas do norte do Brasil. O presente artigo analisa as ações de combate navais realizadas entre as duas invasões.

**PALAVRAS-CHAVE:** guerra de corso; invasões neerlandesas; defesa da colônia

## RÉSUMÉ

*Les intérêts économiques du XIVe siècle ont conduit les États généraux des Provinces-Unies et la Compagnie des Indes Occidentales (WIC) à promouvoir deux invasions dans le nord du Brésil. Dans le contexte de l'Union ibérique, les Néerlandais ont initialement envahi Salvador en 1624 et ont été expulsés l'année suivante. En 1630, une nouvelle invasion a eu lieu dans la capitainerie de Pernambuco, entraînant son contrôle par la Compagnie des Indes Occidentales pendant 24 ans. La période entre les invasions est cependant marquée par la guerre de Corse, qui permet aux Néerlandais de financer l'assaut des capitaineries du nord du Brésil. Cet article analyse les actions de combat naval menées entre les deux invasions.*

**LE MOTS CLÉS:** guerre de corso; invasions néerlandais; défense des colonies

## INTRODUÇÃO

*“O sucesso foi sempre o filho da audácia.”  
(Claude de Crébillon)*

Com o advento da União Ibérica, efetivada em 1580 e decorrente do desaparecimento do Rei de Portugal D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir (1578), as Províncias

\*Artigo recebido em 18 de novembro de 2020 e aprovado para publicação em 09 de abril de 2021.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 53-67 – 2021.

Unidas dos Países Baixos viram-se antagonizadas pela Coroa espanhola, particularmente nas atividades de transporte marítimo de produtos e bens, dentre os quais figurava o açúcar produzido no Brasil, bem como o refino deste produto, realizado nas cidades neerlandesas.

Na época, a Espanha empreendia uma guerra contra um movimento autonomista (que depois evoluiu para separatista) das Províncias Unidas dos Países Baixos, que passou à história com o nome de Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Com o propósito de retaliar a Espanha, as Províncias Unidas, governadas pelos Estados Gerais, incentivaram a Companhia das Índias Ocidentais (*WIC-West-Indische Compagnie*), uma empresa mercantil-militar, a invadir as capitânicas ao norte do Brasil e tomar posse do processo produtivo açucareiro, na época extremamente valorizado na Europa. Assim, o Conselho dos XIX, estrutura dirigente da WIC, determinou, em 1623, uma invasão à Capitania da Bahia, então sede do governo ibérico no Brasil. Diante das fracas defesas coloniais, os neerlandeses conquistaram Salvador com facilidade.

O domínio dos holandeses, no entanto, concentrou-se nos limites da cidade, uma vez que a resistência dos luso-brasileiros e portugueses não permitiu que os holandeses se expandissem pelo Recôncavo Baiano e nem nos arredores da capital. Quase simultaneamente, ibéricos e neerlandeses trataram de organizar esquadras de socorro, transportando numerosas tropas, para decidir a situação e o controle político-militar sobre a capital. A armada luso-espanhola, comandada pelo nobre espanhol D. Fradique de Toledo Osório, conhecida como “jornada dos vassalos”, teve a ventura de chegar à Bahia antes dos neerlandeses, o que resultou na derrota destes em 1625, assinalando o fim da primeira tentativa de estabelecer uma

colônia holandesa no Nordeste do Brasil (DARÓZ, 2014).

Quando chegou ao Brasil, tardiamente, a armada da WIC nada mais pôde fazer.

## **A ARMADA NEERLANDESA CHEGA TARDE DEMAIS A SALVADOR**

Decorrido quase um mês da reconquista de Salvador, finalmente chegou à barra da Baía de Todos os Santos a tão esperada armada de socorro holandesa, composta por 34 navios e comandada pelo General Boudewijn Hendrickszoon, burgomestre de Edam (MARLEY, 2008). Mas já era tarde demais. Após entrarem na baía, os neerlandeses verificaram que nos mastros das fortalezas e navios atracados no porto tremulavam as bandeiras da Espanha e de Portugal. Considerando a superioridade militar dos portugueses e espanhóis, que tinham reunido seus navios junto às fortalezas, para aumentar o poder de fogo, Hendrickszoon decidiu não entrar em combate, e retirou sua esquadra da baía, aproveitando a escuridão da noite. D. Fradique, por sua vez, não empreendeu perseguição, permitiu que os navios holandeses ganhassem a vastidão do Oceano Atlântico (MAGALHÃES, 2010).

A esquadra neerlandesa, então, tomou o rumo norte, costeando o litoral, procurando algum local propício para desembarcar os cerca de 1.300 soldados que trazia a bordo. Os navios passaram ao largo de Pernambuco, onde não tentaram desembarcar. Seguiram para a Paraíba, onde, no dia 21 de junho, debaixo de forte temporal, entraram na Baía da Traição, para abastecimento e tratamento das centenas de doentes que estavam nos navios. Na ocasião, os holandeses desembarcaram cerca de 600 homens, muitos dos quais gravemente enfermos e alguns moribundos. Informado a respeito desse desembarque, Matias de Albuquerque enviou sete companhias da Paraíba e

de Pernambuco, reforçadas por 300 índios Tabajaras, com a missão de expulsar os holandeses, sob o comando de Francisco Coelho de Carvalho, que havia sido nomeado governador do Maranhão (GUEDES, 1990).

No dia 1º de agosto, ao perceberem a aproximação das companhias, os holandeses, em flagrante desvantagem, embarcaram apressadamente em seus navios, deixando para trás os indígenas que os apoiavam e mais de uma centena de mortos em decorrência de enfermidades. Depois de zarpar do litoral paraibano, a esquadra de Boudewijn Hendrickszoon velejou para as Índias Ocidentais, no Caribe, onde atacou a cidade de Porto Rico antes de regressar à Holanda. Cabe registrar que, entre as tropas enviadas para desalojar os neerlandeses da Baía da Traição, figurava André Vidal de Negreiros, um dos principais artífices da Insurreição Pernambucana anos mais tarde.

Em fins de julho de 1625, D. Fradique de Toledo Osório, o restaurador de Salvador, deu por encerrada sua missão e, após transmitir o governo da cidade a D. Francisco de Moura, retornou à Espanha, conduzindo a maioria dos soldados e muitos prisioneiros holandeses. As tropas de presídio foram reduzidas, permanecendo cerca de 1.000 soldados portugueses para guarnecer as fortalezas e prover a defesa da cidade. Foram feitos melhoramentos no sistema defensivo, utilizando materiais e armamentos abandonados pelos holandeses, principalmente peças de artilharia.

Nos primeiros dias de 1626, chegou a Salvador o novo Governador-Geral do Brasil, D. Diogo Luiz de Oliveira, depois de uma escala em Pernambuco, onde Matias de Albuquerque lhe transmitiu o cargo. O novo governador tratou de aperfeiçoar as defesas da cidade, levantando novas trincheiras e baterias, mas dispunha de pouquíssimos navios de guerra em condições de repelir uma nova invasão. As

providências tinham fundamento, pois os corsários holandeses continuavam a rondar o litoral do Brasil.

## O ALMIRANTE PIETER HEYN ENTRA EM CENA

Em maio de 1626, zarpar da Holanda uma nova esquadra, composta pelos navios *Amsterdam* (capitânia), *Hollandia*, *Gelderlandt*, *Zuphten*, *Pinas*, *Sparwer*, *Walcheren*, *Neptunus*, *Oragnien-Boom* e *Goude Leeuw*; além dos iates *Rave*, *Vos*, *David* e *Arendt* (GUEDES, 1990). Os navios seguiam pesadamente armados – alguns transportando artilharia extra como lastro – e abarrotados de suprimentos; transportavam juntos cerca de 1.500 homens de guerra. Sob o comando do Almirante Pieter Heyn, a missão da esquadra era unir-se à frota do General Boudewijn Hendrickszoon, que, provavelmente, estava operando no Mar do Caribe. Ao chegar às Antilhas, no entanto, Pieter Heyn ficou sabendo que Hendrickszoon havia morrido perto de Matanzas e que sua esquadra havia seguido para a Holanda.

Desobrigados de fazerem a junção com Boudewijn Hendrickszoon, ainda em águas caribenhas os neerlandeses avistaram ao longe as velas da cobiçada Frota da Prata espanhola, que largara do México em direção à Espanha, conduzindo o precioso carregamento de metais preciosos retirado das colônias. Apesar de ser um alvo extremamente compensador, a notória inferioridade de sua esquadra fez com que Heyn evitasse o combate e decidisse seguir para a costa ocidental da África, onde buscaria presa mais vulnerável. Depois dos reveses de 1625 e 1626, restavam as ações de corso para tentar reverter os prejuízos e salvaguardar os interesses da WIC e Pieter Heyn, um dos muitos almirantes experientes da Companhia, foi o escolhido para essa tarefa.



Figura 1 – Almirante Pieter Heyn. O Almirante da WIC Pieter Heyn, o “terror dos mares de Delfshaven”, empreendeu uma bem sucedida guerra de corso após a fracassada invasão holandesa na Bahia. O resultado de sua campanha possibilitou uma segunda invasão, em 1630, contra a capitania de Pernambuco.

Depois de realizar uma pilhagem pouco rentável pelo litoral africano, Pieter Heyn decidiu seguir para Salvador, aonde chegou na tarde de 1º de março de 1627. Na ocasião, encontravam-se no porto 24 navios carregados de açúcar e apenas quatro navios armados, que fariam a sua escolta na viagem até a Espanha. Assim que tomou conhecimento da ameaça, o Governador D. Diogo de Mendonça mandou reunir os navios para junto das fortalezas, para que ficassem protegidos pelas baterias, e enviou soldados para reforçarem as tripulações dos quatro navios de guerra. Em um golpe de pura audácia, Pieter Heyn comandou pessoalmente um ataque com os três navios mais poderosos de sua armada – o *Amsterdam*, o *Gelderlandt* e o *Hollandia* –, entrou pela barra da Baía de Todos os Santos, evitando o alcance dos canhões das fortalezas, e posicionou suas embarcações junto aos

dois maiores navios que defendiam o porto. Com essa manobra, os artilheiros das fortificações não puderam utilizar os canhões, devido ao risco de atingir suas próprias embarcações. Neutralizadas as possibilidades de defesa, Pieter Heyn ordenou a abordagem, que se processou durante três horas de um intenso duelo de artilharia e de fogo de mosquetes. Destroçado pelo fogo defensivo, o *Hollandia* afundou com grande perda de vidas, o mesmo ocorrendo com o navio-capitânia português, do qual salvaram-se apenas três homens com vida. A chegada dos demais navios da armada holandesa à cena de combate definiu o destino da frota açucareira portuguesa, que foi rapidamente vencida e capturada, tendo alguns marinheiros lançando-se ao mar para atingirem a praia a nado (GUEDES, 1990).

A abordagem dos navios portugueses provocou a imediata reação das fortificações, que abriram fogo com seus canhões e obrigaram os navios holandeses a manobrar para não serem atingidos. Uma tentativa de desembarque de tropas foi repelida pelas defesas mais sólidas organizadas por D. Diogo de Mendonça. Na confusão, o *Amsterdam* e o *Gelderlandt* encalharam em um banco de areia e tornaram-se alvos fáceis para os canhões das baterias, sendo severamente atingidos. Com o cair da noite, o *Gelderlandt* alijou boa parte de seu peso e conseguiu se safar do banco. A mesma sorte não teve o capitânia *Amsterdam* que, demasiadamente avariado, precisou ser abandonado por sua tripulação. Para coroar o dia de violentos combates, a noite foi iluminada por uma violenta explosão no *Oragnien-Boom*, atingido pelas fortalezas, o qual afundou com a perda de quase todos os seus tripulantes. Pieter Heyn, ferido no braço e na perna, transferiu-se para o *Walcheren* e mandou seus navios se afastarem para fora do alcance das fortalezas.



Apesar das perdas, a ousada ação rendeu lucros significativos para os neerlandeses. O carregamento capturado incluía 2.700 caixas de açúcar, que foi prontamente embarcado em quatro navios e despachado para as Províncias Unidas. A pilhagem foi extremamente rentável para a WIC e permitiu a recuperação, ainda que parcial, dos fundos da companhia. A esquadra de Heyn permaneceu na Baía de Todos os Santos por mais quinze dias, sem ser incomodada, pois o governador não tinha meios navais para atacar os navios holandeses, que se mantiveram prudentemente fora do alcance dos canhões das fortificações. Dando por finda sua expedição, Pieter Heyn mandou incendiar os navios inservíveis e retirou-se em direção ao sul e, depois de passar por Cabo Frio, foi fazer aguada no Espírito Santo, onde apresou uma caravela que vinha de Portugal (DARÓZ, 2014).

Com o reabastecimento de seus navios, Heyn enviou parte de suas forças para a região do Rio da Prata e, com as demais embarcações, investiu novamente contra Salvador com o objetivo de capturar novas presas. Entrando pela barra no dia 10 de junho com quatro navios, o corsário holandês logo identificou dois mercantes portugueses encalhados junto à praia e carregados com açúcar. Imediatamente, fundeou seus navios e lançou lanchas com soldados para assaltá-los, o que foi feito sem maiores dificuldades; em seguida, incendiou os mercantes portugueses. Os holandeses, então, dedicaram-se a caçar outros navios mercantes que, de acordo com informações obtidas com prisioneiros, haviam buscado refúgio no fundo do Recôncavo, fundeando em rios que permitiam sua camuflagem. Procedendo a uma busca pelas águas da baía, os neerlandeses localizaram ao longe os mastros de um navio no interior do Rio Matuim. Dois iates foram despachados para cap-

turar o navio, mas foram recebidos com intenso fogo pelos navios portugueses e grande fuzilaria, disparada por soldados de presidio postados na margem do rio, comandados pelo Capitão Francisco Padilha, o mesmo oficial que havia emboscado e matado o Governador holandês Johan van Dorth. Na manhã seguinte, um novo ataque foi desfechado, desta vez contando com navios com maior poder de fogo, os holandeses conseguiram eliminar a resistência e capturar os navios portugueses, que foram conduzidos a reboque para a baía. Durante o rápido e violento combate, quase todos os soldados portugueses morreram, inclusive o Capitão Francisco Padilha, que comandava a tropa; as perdas entre os corsários batavos foram mínimas (DARÓZ, 2014).

Novamente, com os portugueses sem meios de combate para impedi-los, os navios holandeses navegaram livremente pela Baía de Todos os Santos durante um mês, à espera de novas presas, tomando o cuidado de não se aproximarem muito da cidade para não serem engajados pela artilharia das fortalezas. Como as presas não apareceram, Pieter Heyn decidiu regressar com sua pequena esquadra para a Holanda no dia 14 de julho de 1627, carregado de pilhagens, sobretudo açúcar. Pieter Heyn não voltaria mais ao Brasil, no entanto, o já notório “Terror dos Mares de Delfshaven”, como foi chamado pelo poeta holandês Joost van den Vondel (DARÓZ, 2014), conseguiria realizar uma importante proeza que possibilitaria organizar uma segunda invasão da WIC no Brasil: a captura da Frota da Prata.

## A CAPTURA DA FROTA DA PRATA

Durante todo o ano de 1628, os corsários a serviço da WIC atuaram com sucesso em diversos mares, desde o Caribe até às Índias Orientais, devastando e saqueando, conforme destacou Johannes

de Laet: “animada pelas capturas que, no ano anterior, havia feito de navios e fazendas do inimigo, resolveu [a WIC] expedir diversas esquadras para os teatros de operações referidos.” (LAET, 1911, p. 5). Contra a navegação colonial portuguesa, ao largo da costa brasileira, foi lançada uma esquadra, composta por 12 navios, sob as ordens do Comandante Dirk Simonszoon van Uitgeest, experiente marinheiro que já havia atuado em águas do Brasil (EDMUNSON, 1899). Comandando um dos navios – o late *Otter* –, vinha o Capitão Cornelis Corneliszoon Jol, o “perna-de-pau”, que teria atuação de destaque por ocasião da segunda invasão holandesa, contra Pernambuco (GUEDES, 1990).

Na segunda metade de abril, a esquadra começou a fazer seus apresamentos na costa pernambucana, capturando algumas caravelas com suas respectivas cargas, que incluíam 1.450 caixas de açúcar e boa quantidade de pau-brasil e fumo. Um erro de navegação, no entanto, levou os navios holandeses à costa do Rio Grande do Norte, quando julgavam estar próximo à Ilha de Fernando de Noronha (DARÓZ, 2014). Em razão das correntes marítimas e dos ventos dominantes, a esquadra flamenga precisou voltar ao hemisfério norte e refazer a viagem ao Brasil, aonde chegou apenas no início de julho. Novamente ao largo de Pernambuco, Dirk van Uitgeest conseguiu aprisionar uma esquadilha de seis navios portugueses, carregados com açúcar. Com o sucesso em sua empreitada e com seus navios abarrotados, o Comandante Uitgeest seguiu para as Antilhas, com o objetivo de se preparar para a travessia do Atlântico, e regressou à Holanda.

Outra esquadra da WIC, também contando com 12 navios, foi despachada, no final de janeiro, para o Caribe, sob a liderança do Comandante Pieter Adrianszoon Ita (ROOS, 1992), com a missão de pilhar

os navios espanhóis que encontrasse. Quando se encontrava ao largo de Havana, a armada neerlandesa surpreendeu dois galeões da Frota da Nova Espanha, com preciosa carga de açúcar. Diante da superioridade dos holandeses, os comandantes espanhóis incendiaram seus próprios navios para que não caíssem, com seus carregamentos, em mãos inimigas, mas os corsários conseguiram salvar o Galeão *Nossa Senhora de los Remedios*, que, após ser rebocado para a Flórida, teve sua carga pilhada. Depois de incendiar o navio espanhol, o Comandante Pieter Ita retirou sua esquadra para a Holanda, aonde chegou no início de outubro (GUEDES, 1990).

O sucesso obtido pelas ações de corso demonstrou a vulnerabilidade da navegação luso-espanhola, bem como a fraqueza defensiva de suas colônias na América, e fez com que a WIC planejasse para atingir um objetivo há muito desejado: a captura da Frota da Prata, também chamada pelos espanhóis de Frota das Índias. Por questões de segurança, desde 1526, os espanhóis transportavam todo o ouro e a prata extraídos de suas colônias anualmente, utilizando uma armada devidamente comboiada pelos mais poderosos navios de guerra do reino. Apesar de ser um objetivo antigo, os holandeses não tinham ousado investir contra a frota até os sucessos de 1628. Assim, começaram, em Texel, os preparativos para equipar uma armada que fosse capaz de localizar, vencer e capturar a frota espanhola.

A esquadra holandesa foi estruturada com 31 navios, de vários tipos e tamanhos, que contavam com um poder de fogo de mais de 700 canhões e eram guarnecidos por 4.000 homens. O comando coube ao marinheiro mais famoso da Holanda, Pieter Heyn – nomeado general para a operação –, auxiliado pelo Contra-Almirante Hendrik Corneliszoon Lonck, que, apenas

dois anos mais tarde, teria a seu cargo o comando da invasão a Pernambuco. Após cuidadosa preparação, os navios neerlandeses deixaram Texel no final de maio e cruzaram o Atlântico em direção ao Mar do Caribe. Por volta do mês de agosto, a esquadra de Pieter Heyn passou a velejar entre o litoral da Venezuela, o sudoeste e o norte da Ilha de Cuba, rotas onde provavelmente passaria a frota espanhola que partira do México (DARÓZ, 2014).

Navegando sem suspeitar da emboscada armada pelos holandeses, a Frota da Prata seguia seu curso com 15 grandes naus, abarrotadas de ouro, prata e outros produtos. Apesar de não recear um ataque naquelas águas, o comandante da frota, General D. Juan de Benavides y Bazan adotou algumas medidas de segurança, ordenando que seus navios viajassem em duas divisões que possibilitassem a apoio mútuo.

Na tarde do dia 8 de setembro, foram avistadas as velas dos primeiros galeões espanhóis e Pieter Heyn logo se lançou ao ataque. Surpreendidos por terem sido apanhados em mar aberto, nove galeões foram rapidamente capturados, enquanto os demais buscaram refúgio na Baía de Matanzas, no litoral norte da Ilha de Cuba. De noite, a esquadra holandesa cercou a entrada da baía e, na manhã seguinte, não restou ao comandante espanhol alternativa senão capitular e entregar seu valiosíssimo carregamento.

Os holandeses levaram uma semana para descarregar a presa de valor inimaginável, que superava, em muitas vezes, as mais bem sucedidas pilhagens já realizadas por corsários holandeses. O carregamento totalizava cerca de 92 toneladas de metais preciosos e outros produtos de grande valor e compreendia 177.537 libras em prata, mais de 66.000 libras em ouro, grande quantidade de peles, índigo, anil, açúcar e pau-campeche; além de 1.000

pérolas. No total, o valor do butim atingiu a cifra de 15 milhões de florins, quase o dobro do capital inicial da WIC. No dia 17 de setembro de 1628, a esquadra de Pieter Heyn chegou em segurança à Holanda (DARÓZ, 2014).

## CONSEQUÊNCIAS DA VITÓRIA DOS CORSÁRIOS NEERLANDESES

A captura da Frota da Prata teve significados diferentes para aqueles que se envolveram diretamente no episódio. Ao tomar conhecimento da perda sofrida, o Rei Filipe IV determinou a morte dos dois comandantes, para servirem como exemplo. O Comandante da frota D. Juan de Benavides y Bazan, após um longo julgamento, foi executado em Sevilha, no dia 18 de maio de 1634. O segundo na hierarquia, Almirante D. Juan de Leoz, foi desterrado para África, onde morreu na prisão cinco anos depois.

Pieter Heyn, que já era relativamente famoso, tornou-se celebridade nas Províncias Unidas e foi promovido ao posto de Tenente-Almirante pelo Príncipe de Orange. Em um breve período em que passou fora da atividade naval, tornou-se o responsável pela elaboração do primeiro código disciplinar das Províncias Unidas. Regressou ao mar aos 51 anos, com a missão de atacar os corsários de Dunquerque, mas morreu em combate, no dia 18 de junho de 1629, vitimado por um tiro que lhe arrancou a omoplata, ao largo do Cabo Grisnez (MARX, 1977).

Para a WIC, o apresamento da valiosa carga representou o fim dos prejuízos, decorrentes pela fracassada tentativa de colonizar a Bahia, e a capitalização com os recursos necessários a uma nova expedição contra o norte do Brasil, a fim de se apoderar da rentável economia açucareira.

No início de 1629, uma possibilidade da celebração da paz entre a Espanha e as

Províncias Unidas, conforme se comentava na ocasião, preocupava o Conselho dos XIX, pois, sem a guerra, a WIC perderia sua fonte de lucros e até mesmo sua razão de existir. A esse respeito, a diretoria da Companhia apresentou uma exposição de motivos aos Estados Gerais:

[...] e só nos traz dinheiro a luta incessante com a Espanha. Se queremos prover o nosso erário, então precisamos capturar navios e pôr em almoeda as presas. A continuação da guerra é, por conseguinte, uma questão de vida ou morte para a WIC (EDMUNSON, 1896, p. 679).

A guerra, para a felicidade do Conselho dos XIX, não terminou, proporcionando novas oportunidades de lucro para a Companhia, que, fruto dos recursos obtidos com a captura da Frota da Prata, passou a ter à sua disposição cerca de uma centena de navios bem armados e um contingente de 15.000 soldados. Assim, a diretoria da WIC considerou ser aquele o momento adequado para realizar uma nova tentativa de colonização em território do Brasil e passou a deliberar sobre o local a ser invadido.

As lições aprendidas na Bahia deixaram claro que, embora Salvador pudesse ser facilmente conquistada por um ataque agressivo – Pieter Heyn deixou isso claro em suas duas incursões –, seria muito difícil manter a posse da cidade sem o emprego de grandes contingentes de tropas, de uma armada de apoio e de vultosos recursos financeiros. A economia açucareira do Recôncavo Baiano estava exaurida após tantas lutas, com engenhos e plantações devastados e, além disso, os portugueses e espanhóis haviam fortificado ainda mais a cidade e estavam prevenidos, indicando que um novo ataque poderia ter sucesso, mas as perdas seriam elevadas. A alternativa era a capitania de

Pernambuco que, segundo se sabia nas Províncias Unidas, possuía muitas riquezas acumuladas e a maior produtividade de açúcar no Brasil. Sob o aspecto geopolítico, o porto da vila do Recife, mais perto da Europa do que o de Salvador, seria um excelente ponto de apoio para os holandeses dominarem o Atlântico Sul e controlarem a navegação para as Índias Orientais. O olhar de cobiça dos holandeses sobre Pernambuco não passou despercebido ao padre dominicano Antônio Rosado, que declarou: “Sem mais diferença que uma letra, por Olanda será Olinda abrasada.” (CALADO, 1945, p. 40). Ficou assim decidida a invasão de Pernambuco.

Decidido o local da invasão, a WIC consumiu os primeiros meses de 1629 nos preparativos da armada e do exército de invasão. Em março, o Conselho dos XIX apresentou aos Estados Gerais seu planejamento inicial e uma lista de necessidades, que incluía 12 navios de guerra devidamente armados e abastecidos, os quais seriam agregados à frota própria da Companhia. Para reforçar seu contingente de pessoal, os conselheiros da WIC solicitaram o fornecimento de cerca de 6.000 soldados e 4.000 marinheiros. Ficou acertado que, após consolidada a invasão, os navios do governo retornariam à Holanda. Com o apoio dos Estados Gerais, a Companhia prosseguiu com o aprestamento dos navios e das tropas (DARÓZ, 2014).

O homem escolhido para liderar a expedição não poderia ser outro senão Pieter Heyn, mas, com sua morte quando combatia os corsários franceses, em 18 de julho de 1629, foi nomeado para o comando, com o posto de General do Mar, o experiente marinheiro Hendrik Corneliszoon Lonck, de 61 anos de idade. Nascido em Roosendaal, no sul da Holanda, Lonck foi nomeado, em 1606, Capitão do *Leeuw Witte*, um navio mercante de 320 toneladas armado para a guerra, e se aproximou do Golfo de

São Lourenço, no atual Canadá. Perto de Tadoussac, encontrou e pilhou dois navios do explorador francês Pierre Dugua, Senhor de Mons, capturando canhões, peles, montarias e munições. Entre 1623 e 1624, Lonck participou da expedição do Almirante Willem de Zoete contra piratas na costa africana. Feito almirante em 1628, Lonck, a serviço da WIC, juntou-se ao Almirante Pieter Heyn, na expedição que conseguiu capturar a Frota da Prata espanhola. Para liderar as forças terrestres foi designado o Coronel Diederick van Waerdenburch, que havia combatido na Alemanha na Guerra dos Trinta Anos, ainda em andamento na Europa (GEHRING, 1999).

Como medida preliminar, a Companhia determinou a ocupação da Ilha de Fernando de Noronha pelo Almirante Cornelis Corneliszoon Jol, conhecido como “perna-de-pau”, apelido que recebera porque possuía uma prótese de madeira no lugar da perna que fora amputada após receber um ferimento na luta contra os espanhóis. Jol chegou à ilha conduzindo escravos angolanos capturados, fundou um povoado e procurou fortificá-la para fazer dela uma base de apoio para as ações contra Pernambuco (DARÓZ, 2014).

Estando a armada de invasão quase aprestada para se lançar ao mar, eventos imprevistos da Guerra dos Oitenta Anos acabaram por atrasar a partida. Durante o mês de julho, o exército do Príncipe de Orange encontrava-se sitiando os espanhóis na cidade de Bois-le-duc, quando o território holandês foi invadido simultaneamente em duas frentes, ao leste pelas tropas do Sacro Império Germânico e ao sul, pelas tropas da Espanha. Temendo pela integridade territorial, os Estados Gerais providenciaram a contratação de mercenários ingleses, dinamarqueses, suecos e escoceses e mobilizaram, às pressas, milhares de camponeses. Para ajudar nesse momento de crise, a WIC emprestou

ao governo a quantia de 400 mil florins e colocou à disposição dos Estados Gerais os soldados que haviam sido alistados para a expedição ao Brasil, comandados pelo Coronel Waerdenburch. O Príncipe de Orange, no entanto, conseguiu vencer rapidamente os espanhóis e retornar, com seu exército, para socorrer sua pátria, ficando os soldados da WIC liberados para prosseguirem em seu empreendimento no Brasil (DARÓZ, 2014).

A intensa movimentação nos portos e estaleiros holandeses não poderia ficar em segredo por muito tempo e não tardou a causar inquietação nas Cortes de Madri e Lisboa. Era sabido que uma poderosa esquadra estava sendo aprestada e, como seu aprovisionamento incluía materiais de fortificação e construção, além de diversos produtos manufaturados na Europa, concluiu-se que a frota era destinada a ocupar terras distantes; o destino, porém, era ignorado. As dúvidas foram parcialmente dissipadas quando uma rede de espionagem a serviço da Coroa espanhola, com agentes em Amsterdã e Bruxelas, informou que a expedição destinava-se ao Brasil, sem, contudo, especificar o local exato da invasão. Era possível apenas especular sobre os locais mais prováveis: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro ou Maranhão.

De posse das informações, a Corte de Madri alertou o Governador-Geral do Brasil, D. Diogo Luiz de Oliveira, recomendando-lhe que providenciasse as medidas defensivas e informasse às demais capitanias, especialmente a de Pernambuco, pois, embora não houvesse certeza, desconfiava-se que ela seria o alvo dos holandeses, em razão de sua prosperidade econômica. Cumprindo as determinações reais, o governador-geral enviou para Olanda o Sargento-Mor da Bahia, Pedro Correia da Gama, para colaborar com as defesas.

Mesmo com os ensinamentos colhidos por ocasião da retomada da Bahia, a

Espanha poderia ter enviado uma armada para a costa brasileira, nos moldes da esquadra de D. Fradique, mas não o fez e limitou-se a enviar uns poucos reforços de Portugal. O prestigioso Primeiro-Ministro espanhol D. Gaspar de Guzmán y Pimentel Ribera y Velasco de Tovar, Conde de Olivares, encarregou Matias de Albuquerque, que estava de passagem por Madri, de dirigir-se a Pernambuco com os reforços que pudesse reunir em Portugal. Matias de Albuquerque era filho do segundo casamento de Jorge Coelho de Albuquerque, neto de Duarte Coelho Pereira, governador da capitania de Pernambuco. Em 1619, estando em Portugal, voltou para Pernambuco, com a finalidade de administrar a capitania de seu irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, que mesmo sendo o donatário preferiu ficar na metrópole. Havia assumido o cargo de Governador-Geral do Estado do Brasil em 1625, quando os holandeses invadiram a Bahia e prenderam o governador. No exercício desse cargo, desincumbiu-se bem, organizando o envio de reforços de Pernambuco para Salvador e a resistência, até ser substituído por Diogo Luís de Oliveira; partindo, em seguida, para Portugal. Com a patente de Superintendente na Guerra, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte, no dia 12 de agosto de 1629, partiu Matias de Albuquerque de Lisboa, com três caravelas e 27 homens, com a tarefa de inspecionar uma longa costa e restaurar as fortificações da vila de Olinda e da povoação do Recife. Foi esse o único reforço que a Espanha, então a maior potência militar do mundo, enviou para tentar impedir a invasão holandesa (DARÓZ, 2014).

### PERNAMBUCO: UM NOVO ALVO

No alvorecer da terceira década do século XVII, a capitania de Pernambuco era a mais próspera do Brasil e a que gerava

mais lucros para Portugal e Espanha. A pujante economia açucareira, aliada à sua posição geográfica, fazia da capitania o alvo perfeito para a cobiça da WIC. A respeito da prosperidade de Pernambuco, Capistrano de Abreu afirmou que “estando essa capitania, de todas a mais oriental, a menor distância do reino, aqui mais que alhures frequentavam os navios de além-mar, e prosperava o comércio” (ABREU, 1930, p. 85-86). Como outras importantes localidades brasileiras – Bahia, Itamaracá, Santo Amaro e São Vicente –, Pernambuco consistia-se em um polo de irradiação para o interior do território. Seu produto principal – o açúcar – era processado em mais de 150 engenhos localizados nas várzeas dos rios e era bastante apreciado na Europa, onde os preços subiam ininterruptamente desde meados do século XVI, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Elevação do preço do açúcar na Europa.

<b>ELEVAÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR NA EUROPA 1550 a 1611</b> (em réis / por arroba)	
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
1550	480
1576	756
1596	1.038
1598	1.140
1607	1.320
1611	1.544

**Fonte:** SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.400

Para uma empresa que visava ao lucro e utilizava métodos de conquista, como era a WIC, uma riqueza como essa não podia ser desprezada, especialmente em uma terra fracamente defendida.

A sede administrativa da capitania de Pernambuco era a vila de Olinda, uma povoação situada em uma colina próxima ao mar, conforme era comum na concepção portuguesa de colonização e ocupação dos espaços geográficos. A cidade, fun-

dada pelo primeiro donatário da capitania, Duarte Coelho, em 1535, possuía pouco mais de 2.000 habitantes e diversos templos da Igreja Católica, de onde partiam os religiosos para evangelizar as populações indígenas. O ordenamento religioso dividia a cidade em duas paróquias, a de São Pedro Mártir e a de São Salvador, cada qual com suas próprias igrejas e conventos. Havia o Colégio dos Jesuítas, de grande tamanho, e os conventos de São Francisco, São Bento e do Carmo. Sob o ponto de vista urbano, possuía características de uma cidade tipicamente lusitana, com praças, arruamentos, colégios, conventos e igrejas distribuídos pela colina, ligados por caminhos estreitos e irregulares, em uma disposição quase medieval (BOXER, 2004).

Como reflexo da economia pujante, a vila era rica para os padrões coloniais, e reunia cerca de duas centenas de comerciantes portugueses abastados. Chamada por alguns de “Lisboa Pequena”, a vila impressionava pelo luxo de muitas casas e edificações, algumas das quais com fechaduras e dobradiças de prata nas portas. Conforme observou o padre Fernão Cardim em 1584, “em Olinda se encontrava mais vaidade do que em Lisboa” (SILVA, 1995, p. 6). O frei Manuel Calado, também deixou um testemunho do espírito reinante em Pernambuco:

[...] era aquela república, antes da chegada dos holandeses, a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinhas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro. O ouro, e a prata sem número, e quase não se estimava: o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas; e se andaram as embarcações encontrando umas com as outras, em tal

maneira, que os pilotos faziam mimos e regalos aos senhores de engenhos e lavradores, para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia (CALADO, 1945, p. 40).

A pouca distância de Olinda, existia o porto de Recife, pequeno povoado localizado em um istmo que se desenvolvia na direção do sul, entre o mar e a foz dos rios Capibaribe e Beberibe, que se encontravam. Chamada pelos portugueses de Povoação dos Arrecifes, ou apenas “Povo”, a localidade possuía cerca de 200 casas, e consistia em um ancoradouro natural muito bom, capaz de abrigar diversos navios de uma só vez. As instalações do porto compreendiam armazéns e escritórios governamentais e particulares pertencentes aos comerciantes endinheirados de Olinda. Por ele era escoada a produção açucareira da capitania e entravam os escravos trazidos da África, destinados ao trabalho na lavoura e nos engenhos. A grande virtude geográfica do Recife consistia na linha de arrecifes de pedra – daí o nome do povoado – que se estendia diante do porto, paralelamente à costa, protegendo-o contra a violência das ondas e de possíveis ataques procedentes do mar. As vantagens naturais do “Povo” contrastavam com a vulnerabilidade de Olinda, conforme observou o sacerdote Johan Baer, capelão do Coronel Waerdenburch:

[...] o Recife é naturalmente forte e capaz de ser ainda mais fortificado, porém, Olinda, é por natureza fraca, e, em consequência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos comandam a praça, não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa (BAERS, 2004, p. 45).

Além da vila de Olinda e do porto do Recife, a capitania de Pernambuco possuía algumas localidades importantes,

cuja vida também estava ligada à economia açucareira, dentre as quais se destacavam Muribeca, Igarçu, São Miguel de Ipojuca, Santo Antônio do Cabo, São Gonçalo do Una, Serinhaém, Porto Calvo e Alagoas.

Sem o devido apoio da Coroa espanhola, Matias de Albuquerque desembarcou em Alagoas, com apenas 27 soldados, e dirigiu-se a Pernambuco, aonde chegou em 18 de outubro de 1629. O frade franciscano Vicente do Salvador, conviveu com Matias de Albuquerque e deixou registrado alguns traços da personalidade do novo governador:

Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo em que serviu como capitão-mor de Pernambuco e como governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando coisa alguma de quem quer que fosse, nem tirando a outros seus empregos para dar aos seus adeptos. Em tempo de guerra e quando a serviço de Sua Majestade, foi sempre mui diligente, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rede, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia ele próprio governando. Tinha grande memória, e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele porto (SALVADOR, 1931, p. 616).

Imediatamente pôs-se a trabalhar para melhorar a segurança de Pernambuco, mas o território era grande e os recursos escassos. Com o auxílio do Capitão-Mor André Dias da França e do especialista em fortificações Sargento-Mor Pedro Correa da Gama, ambos enviados da Bahia pelo governador-geral, Matias de Albuquerque deu início às obras de fortificação do porto

do Recife e da vila de Olinda, mandando construir paliçadas e escavar trincheiras. Procurou motivar a população, distribuindo armamento e alertando-a de que uma invasão era iminente, e organizou as forças à sua disposição. Para fazer frente à ameaça que se avizinhava, existiam três companhias de tropas de presídio, totalizando cerca de 130 homens, que eram complementadas por cinco companhias de milícias, quatro em Olinda e uma no Recife, as quais, juntas, possuíam efetivo aproximado de 650 homens. Organizou mais duas companhias de “gente do mar”, que reunia marinheiros de navios atracados no porto, e solicitou a cooperação dos indígenas, liderados por Antônio Felipe Camarão, que se apresentou com um troço de sua tribo (DARÓZ, 2014).

Nos últimos dias de 1629, Matias de Albuquerque organizou uma pequena expedição para expulsar os holandeses que haviam invadido a ilha de Fernando de Noronha. Composta por sete caravelões e comandada pelo capitão de milícias Ruy Calaza Borges, a força portuguesa conseguiu retomar a ilha sem dificuldades, aprisionando sete holandeses e uma lancha com seis roqueiras (LINS E SILVA, 2007).

A defesa da barra do porto do Recife estava apoiada em duas fortificações de porte médio: o Forte do Mar – também chamado de São Francisco da Barra –, ao norte, e o Forte de São Jorge, localizado a menor distância do porto. Além deles, Matias de Albuquerque determinou a construção de novos redutos e fortificações, tanto no Recife quanto em outras localidades que favoreciam o desembarque dos invasores. Sobre um antigo reduto localizado no istmo que liga Recife a Olinda, foi iniciada a construção de um novo forte, denominado de Forte Diogo Pais, financiado por Diogo Pais, homem nobre e rico da capitania, mas, quando da invasão, encontrava-se ainda nos alicerces.



Também no istmo, a meio caminho entre Recife e Olinda, foi remodelado um antigo baluarte, originalmente conhecido como Guarita do Albuquerque, que, mais tarde, ficaria conhecido como Forte do Buraco. Ao sul e ao norte do Recife, foram erguidas pequenas fortificações como Nazaré, Serinhaém, Tamandaré e Tapado. As obras de defesa de Pernambuco, no entanto, davam mostras do pouco cuidado que recebiam. Alguns dos fortes estavam desmantelados, enquanto outros tiveram sua artilharia removida, e, na prática, podiam oferecer pouca resistência contra um invasor decidido (DARÓZ, 2014).

No porto do Recife havia, por ocasião da chegada do novo governador, 56 navios mercantes e nenhum de combate. Matias de Albuquerque enviou para Portugal 18 deles carregados com açúcar e converteu oito em navios de guerra.

Sem saber exatamente em que ponto do território seria realizado o ataque holandês, Matias de Albuquerque providenciou um sistema de alerta junto às praias, distribuindo vigias que avisariam à cidade por intermédio de grandes fogueiras, previamente preparadas. Dispôs as companhias à sua disposição pelos redutos preparados, tomando o cuidado de manter forças suficientes sob seu comando direto, para intervir onde fosse necessário. Matias de Albuquerque fez o que pôde para reforçar a capitania de Pernambuco, mas teve poucos recursos e o tempo contava contra ele: apenas cinco meses e quatro dias depois de sua chegada a Pernambuco, a esquadra holandesa apresentou-se diante do Recife.

## REFLEXÕES FINAIS – AS CAPITANIAS DO NORTE DO BRASIL SUBJUGADAS

Nos primeiros meses de 1629, os portos e estaleiros holandeses estavam imersos em intensa atividade, com a preparação da grande armada da WIC, que reunia

navios das diferentes câmaras das Províncias Unidas. A Câmara de Amsterdã forneceu os navios *Amsterdam*, *Hollandschen Thuyn*, *Salamander*, *Hollandia*, *Fame*, *Provincie van Utrecht*, *Swarte Leeuw*, *Amersfoort*, *Overijssel*, *Swol*, *Geele Sonne*, *Fortuyn*, *Vergulde Valck* e *Campem*, além dos iates *Brack*, *Swarte Ruyter*, *Eenhoorn*, *Voghel Phoenix*, *Halve Maen* e *Muyden*. Da Câmara da Zelândia foram reunidos os navios *Princesse Amelia*, *Domburg*, *Leeuwinne*, *Gulde Sonne*, *Leeuw*, *Middleburgh* e *Thertholen*, e os iates *Post-Paert* e *Meermine*. A Câmara do Mosa cedeu os navios *Utrecht*, *Swaen*, *Goude Leeuw*, *Nep-tunus* e *Eendracht*, mais os iates *David*, *Oragnien-Boom* e *Salm*. Da Câmara do Norte vieram os navios *Munnickendam*, *Enchuysen*, *Groen-Wijf*, *Saint Peter* e *Wapen van Hoorn*; e os iates *Jounghe Mauritijs* e *Oudevaer*. A Câmara de Groningen disponibilizou os navios *Groninghem*, *Wapen van Nassauw*, *Omlandia*, *Graef Ernest* e *Matança*, além dos iates *Vos* e *Swaluwe*. Completavam a armada dois navios que haviam sido apresados e 13 patachos ligeiros de transporte (GUEDES, 1990).

O comandante das forças navais era o General do Mar Hendrik Corneliszoon Lonck (HART, 1959), a quem também cabia o comando de toda a expedição invasora. Seus subordinados imediatos eram os também experientes Almirante Pieter Adriaenszoon Ita e Vice-Almirante Joost van Trappen e, para guarnecer os navios da frota, a WIC dispunha de 3.780 marinheiros (LAET, 1911). As tropas terrestres, destinadas à invasão do território propriamente dita, possuíam cerca de 3.500 soldados, muitos deles mercenários. Sob o comando do Coronel Diederrick van Waerdenburch, incluía diversos oficiais calejados pelo combate nas Guerras dos Oitenta Anos e dos Trinta Anos, como os Tenentes-Coronéis Adolph van Elst, Alexander Seton e Hartman Godfried

van Steyn-Callenfels. Waerdenburch, por exemplo, servira no exército mercenário do sanguinário Conde Ernst Von Mansfeld, no início da Guerra dos Trinta Anos e, depois, lutara nas tropas do Príncipe Bethlem Gabor da Transilvânia e sob as ordens da República de Veneza, antes de se juntar ao exército da WIC (SOUZA, 1995). Também faziam parte do exército de invasão o capitão polonês Crestofle d'Artischau Arciszewski e o capitão alemão Sigismund von Schkoppe, que ficariam famosos no decorrer do período holandês em Pernambuco.

Além do componente militar, a expedição trazia numeroso contingente de funcionários para compor a burocracia da nova colônia, além de agentes de comércio, aventureiros e especuladores que haviam se agregado à Companhia. Os navios conduziam também artífices e operários, munidos do material necessário para a construção de fortificações, prédios e manufaturas (BOXER, 2004). Tal aparato deixava clara a intenção da WIC de se estabelecer firmemente em território pernambucano.

A partir de meados de maio de 1629, os navios holandeses foram zarpando, aos poucos para não despertarem suspeitas, de Texel, da Zelândia e de Goeree, com a intenção de se dirigirem para o Cabo Verde, local de reunião antes de se dirigirem ao Brasil. Um fato do acaso, no entanto, quase comprometeu a missão dos holandeses. No dia 23 de agosto, quando passava entre Tenerife e a Gran Canária, uma esquadrilha de oito navios, comandada pelo próprio Lonck, deparou-se com uma poderosa esquadra espanhola, com poder de combate muito superior. Tratava-se da armada de D. Fradique de Toledo Osório e de D. Antônio de Oquendo, composta por 44 navios, que se preparava para uma escala em sua viagem para as Índias (OBREGOZO, 1981). O vento desfavorável impediu que a frota espanhola cercasse os navios de Lonck, com exceção de três

navios, que logo iniciaram o fogo contra os neerlandeses. Após um breve combate, no qual morreram dois holandeses, os navios de Lonck conseguiram romper o contato e fugir, ocultos pelo manto da noite.

Aos poucos, os navios holandeses foram chegando ao ancoradouro de São Vicente, nas Ilhas de Cabo Verde. As tropas desembarcaram e montaram acampamento, enquanto as embarcações avariadas pela longa viagem eram consertadas. Depois de reunir toda a sua esquadra e abastecer seus navios, Lonck zarpou com destino a Pernambuco no dia 26 de dezembro de 1629. Todo o poderio da prestigiosa Companhia das Índias Ocidentais era lançado contra as capitanias do norte do Brasil, iniciando um período de vinte e quatro anos de ocupação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

BAERS, João. *Olinda conquistada*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

COSTA, Francisco Augusto Pereira. A ilha de Fernando de Noronha: notícia histórica, geográfica e econômica. Recife: 1887. In: LINS E SILVA, Marieta Borges. *Fernando de Noronha: cinco séculos de história*. Recife: CELPE, 2007.

DARÓZ, Carlos. *A Guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Recife: EDUFPE, 2014.

EDMUNDSON, George. *The Dutch on the Amazon and negro in the seventieth century. English History Review*, v.XI, Oxford, 1896.

\_\_\_\_\_. *The dutch power in Brazil. English Historical Review*, v. XIV, n. 56, Oxford, out. 1899.

GEHRING, Charles (ed.). *Annals of New Netherland: the essays of A. J. F. van Laer*. New York: Consulate General of Netherlands, 1999.

GUEDES, Max Justo. *História naval brasileira*, v.2, tomo IA. Rio de Janeiro: SDM, 1990.

HART, Simon. *Prehistory of the New Netherland Company*. Amsterdam: City of Amsterdam Press, 1959.

LAET, Johannes. *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até o fim do anno de 1636. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, n.33, Rio de Janeiro, 1911.

LINS E SILVA, Marieta Borges. *Fernando de Noronha: cinco séculos de história*. Recife: CELPE, 2007.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias. *Equus Rusus: A Igreja católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1625)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MARLEY, David. *Wars of the Americas: a chronology of armed conflict in the Western Hemisphere*. Santa Barbara: ABC Clio, 2008.

MARX, Robert. *The capture of the Treasure Fleet: the story of Piet Heyn*. Dysart: McKay, 1977.

ORBEGOZO, Ignacio. *El Almirante D. Antonio de Oquendo*. San Sebastián: Sociedad Guipuzcoana de Ediciones y Publicaciones, 1981.

ROOS, Doeke. *Zeeuwen en de WestIndische Compagnie (1621–1674)*. Hulst: Van Geyt productions, 1992.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil por frei Vicente do Salvador, natural da Bahia*. São Paulo: 1931.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Luiz Geraldo. *Guerra dos mascates*. São Paulo: Ática, 1995.

SOUZA, Marcos da Cunha. *A conduta militar holandesa no Brasil. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, n.81, p.89-100, 1995.

# A Batalha Naval dos Abrolhos (1631)\*

## *Naval Battle of Abrolhos (1631)*

**Alceu Oliveira Castro Jungstedt**

Capitão de Mar e Guerra (RM1). Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Instrutor de Estratégia Naval da Escola de Guerra Naval (EGN).

### RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever a Batalha Naval dos Abrolhos a fim de determinar se houve um vencedor tático e/ou estratégico. Descreve-se a reação luso-espanhola à conquista de Recife, os preparativos para a expedição de D. Antonio de Oquendo e a Batalha propriamente dita. Foi um violento e intenso combate entre as capitâneas, e entre os navios dos Vice-Almirantes, como, normalmente, aconteciam nas batalhas navais em alto-mar até meados do século XVII. Foi um combate tático e estratégico inconcluso, que não alterou a situação da ocupação holandesa em Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** União Ibérica; Invasões Holandesas; Batalha Naval dos Abrolhos

### ABSTRACT

*The purpose of this article is to describe the Naval Battle of Abrolhos in order to determine if there was a tactical and/or strategic winner. The article describes the Luso-Spanish reaction to the conquest of Recife, the preparations for the expedition of D. Antonio de Oquendo and the Battle itself. It was a violent and intense combat between the flagship, and between the ships of the Vice-Admirals, as was usual in naval battles on the high seas until the middle of the 17th century. It was an inconclusive tactical and strategic combat, which did not change the situation of the Dutch occupation in Pernambuco.*

**KEYWORDS:** Iberian Union; Dutch Invasions; Naval Battle of Abrolhos

### INTRODUÇÃO

No dia 12 de setembro de 1631, ocorreu a mais violenta batalha naval no Atlântico Sul, até então. Quatro galeões afundados, um aprisionado e cerca de 700 mortos jaziam no oceano após o enfrentamento das esquadras neerlandesa e luso-espanhola. A Batalha Naval dos Abrolhos poderia ter terminado, prematuramente, com a invasão neerlandesa em Pernambuco. Entretanto, o seu polêmico resultado, tático e estratégico, vem sendo alvo de debates há quase 400 anos<sup>1</sup>.

O objetivo deste artigo é descrever a Batalha Naval dos Abrolhos<sup>2</sup>, a fim de determinar se houve um vencedor tático e/ou estratégico.

Será apresentada, inicialmente, uma contextualização histórica do período. Em seguida, são descritas, resumidamente, as invasões neerlandesas ao Brasil, a reação luso-espanhola à conquista de Olinda e Recife, os preparativos para a expedição de D. Antonio

---

\*Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2021 e aprovado para publicação em 4 de maio de 2021.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 68-87 – 2021.

de Oquendo e a Batalha propriamente dita. Analisa-se, a seguir, o resultado da Batalha dos Abrolhos, tanto tática quanto estrategicamente, incluindo uma reflexão sobre a sua influência para a continuidade do domínio neerlandês no Nordeste brasileiro.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Após a morte do Rei de Portugal D. Sebastião I, na Batalha de Alcácer Quibir, em 4 de agosto de 1578, assumiu o trono português o seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, que não tinha descendentes. Quando do falecimento do Rei-Cardeal, em 31 de janeiro de 1580, três pretendentes principais disputaram o trono<sup>3</sup>, que passaria a Felipe II da Espanha, em novembro de 1580. Era a União das Coroas Ibéricas (1580-1640) (BOXER, 1981).

Desde 1568, ocorria a Guerra dos Oitenta anos (1568-1648), a revolta dos Países Baixos, calvinistas, contra o domínio espanhol, católico. Felipe II decretou, então, um embargo contra os navios neerlandeses nos portos ibéricos. “O resultado imediato foi o incremento do contrabando ibérico e o alargamento das navegações batavas, a princípio em direção ao Mediterrâneo e logo no rumo das Índias Ocidentais, Brasil e África portuguesa” (GUEDES, 1990, p. 21).

O passo seguinte foram as expedições em direção ao Oriente, que levaram à fundação da Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oostendische Compagnie* – VOC), em 1602, sob a inspiração do estadista batavo Johan van Oldenbarnevelt (1547-1619), que conseguiu convencer as companhias rivais a se fundirem em uma corporação monopolista. O esforço de guerra contra os neerlandeses, nos Países Baixos e no Oriente, e contra os venezianos, no Mediterrâneo, levou a coroa espanhola à bancarrota. Quando Oldenbarnevelt sugeriu um cessar-fogo, foi pactuada a Trégua dos Doze Anos, em 9 de abril de 1609 (GUEDES, 1990).

Durante a trégua, a VOC continuou suas atividades no Oriente, mas Oldenbarnevelt conseguiu vetar a criação da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – WIC), pois entendeu que esta ameaçaria a paz com os espanhóis (ALBUQUERQUE, 2012; BOXER, 1961). Mesmo assim, o Atlântico português não escapou “ao dinamismo da economia neerlandesa, que, alegadamente, teria passado a deter entre metade e dois terços da navegação entre Portugal e o Brasil, de maneira autorizada ou clandestina. Embora exame recente... haja concluído que tal penetração tem sido exagerada ...” (MELLO, 2021b, p. 35).

Este comércio ocorreu a despeito das proibições baixadas pela Coroa espanhola, graças à intermediação de comerciantes portugueses de Viana e do Porto, em desobediência às instruções espanholas. Boxer (1961) ainda apresenta os seguintes números: “construíam-se anualmente na Holanda quinze navios para o uso exclusivo desse comércio, ao mesmo tempo em que se importavam, via Portugal, 50.000 caixas de açúcar, afora pau-brasil, algodão, couro etc.” (p. 28). Para ele, uma consequência direta dessa atividade comercial foi que os neerlandeses passaram a conhecer as águas brasileiras, seus portos, suas correntes e o regime de ventos.

A execução de Oldenbarnevelt, em 13 de maio de 1619, sob a forjada acusação de alta traição, assinalou o triunfo dos partidários da guerra (BOXER, 1961). Eram eles o *stadhouder* Maurício de Nassau<sup>4</sup>, o exército e o clero calvinista... “Não foi coincidência se dias depois... desengavetaram o projeto de criação da WIC” (MELLO, 2021b, p. 37).

Na Espanha não foi diferente e o reinício das hostilidades com os neerlandeses agora estava na ótica da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), no equilíbrio europeu, entre as potências católicas e protestan-

tes e entre as dinastias dos Habsburgos e dos Bourbons; “e também em prol da preservação do império ultramarino hispânico-português, diante da penetração neerlandesa, que tomara vulto durante os anos de trégua” (MELLO, 2021a, p. 27).

Com o fim da Trégua dos Doze Anos, em 1621, ocorreu um momento de inflexão na Guerra dos Oitenta Anos, que marcou uma nova fase da guerra “plurioceânica, orientada pela disputa pelo comércio das especiarias asiáticas, pelo comércio escravagista da África e pelo comércio do açúcar do Estado do Brasil” (LOUREIRO, 2018, p. 55). Neste contexto, foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais, em 3 de junho de 1621, que obteve o privilégio, por 24 anos, da navegação e do comércio nas Índias Ocidentais, do extremo sul da Terra Nova ao Estreito de Magalhães, e, na África, do Trópico de Câncer até o Cabo da Boa Esperança (LAET<sup>5</sup>, 1912).

Muitas foram as sugestões de onde deveria ser atacado o Império Marítimo Luso- Espanhol pela WIC, como Guiana, Chile, Panamá, Cuba, um porto na própria Península Ibérica, mas a proposta que foi aceita foi o Brasil<sup>6</sup> (BOXER, 1961). Os neerlandeses foram estimulados “pela fraqueza militar de Portugal para defender o Brasil” (ROSTY, 2009, p. 62).

## **AS INVASÕES NEERLANDESAS**

A primeira invasão neerlandesa ao Brasil ocorreu na capital da colônia, em Salvador, Bahia. A esquadra neerlandesa era composta por 26 navios, entre galeões e transportes artilhados. Era tripulada por 1.600 marinheiros e 1.700 soldados. O comando coube ao Almirante Jacob Willekens (1564-1649), tendo como Vice-Almirante Piet Pieterszoon Heyn (1577-1629) e no comando da tropa o Coronel Johan van Dorth (1586-1624) (GUEDES, 1990).

A 8 de maio de 1624, a esquadra neerlandesa entrou na Baía de Todos os

Santos e, no dia seguinte, foi iniciado o bombardeio do porto e dos navios que se encontravam no mesmo<sup>7</sup>. As tropas foram desembarcadas, sem oposição, nas proximidades da cidade, e a conquista foi completada com a rendição do governador Diogo de Mendonça Furtado (BOXER, 1961; GUEDES, 1990).

Para Boxer (1961), os espanhóis ficaram alarmados, temendo que o objetivo final dos neerlandeses fosse não o açúcar do Brasil, mas a prata do Peru. Já os portugueses compreenderam que se perdessem a Bahia, provavelmente perderiam todo o Brasil. A cooperação entre Lisboa e Madri foi, então,

...cordial e uníssonas... Com inaudito esforço, e graças ao entusiasmo despertado em todas as classes e raças da península pela ‘expedição dos vassalos’<sup>88</sup>, como chamavam em Portugal, a armada hispano-portuguesa surgia ao largo da Bahia, na véspera da Páscoa de 1625. Essa força era composta de cinquenta e dois navios, transportando 12.566 homens e 1.185 bocas de fogo, sendo a maior e a mais poderosa de todas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então (p. 32/34).

Segundo Guedes (1990), a armada portuguesa suspendeu com 22 navios e 4.000 homens de mar e terra, sob o comando do Capitão-General<sup>9</sup> D. Manuel de Meneses (1565-1628). Já a armada espanhola era muito maior, composta por 39 navios e 8.500 homens, sob o comando do Capitão-General do Mar Oceano D. Fradique de Toledo Osório (1580-1634), que assumiu o comando da esquadra combinada. A junção das esquadras ocorreu nas proximidades do arquipélago de Cabo Verde.

Uma análise completa da organização, composição e atuação dessa esquadra, até a rendição dos neerlandeses, em 30

de abril de 1625, pode ser encontrada em *As Guerras Holandesas no Mar*, da coleção *História Naval Brasileira* (Segundo volume, Tomo IA), de autoria do Almirante Max Justo Guedes (1927-2011).

Neste interregno, ocorreram dois fatos que merecem esclarecimentos, pois contribuíram para o enfraquecimento econômico e militar da União Ibérica e para o aumento de capital da WIC.

No inverno de 1627, uma armada portuguesa, comandada novamente por D. Manuel de Meneses, apesar do mau tempo característico da época, suspendeu para encontrar-se e comboiar duas naus da Carreira da Índia. As naus conseguiram chegar ao porto de Vigo, mas uma violenta tempestade fez com que a esquadra fosse conseguir abrigo apenas em La Coruña. Pressionado por seus comandantes e por necessidades econômicas, D. Manuel de Meneses fez uma tentativa de retornar a Lisboa. Foram 18 dias de tempestades fazendo com que praticamente todos os navios fossem perdidos, entre 12 e 14 de janeiro de 1627, na costa francesa, ao sul de Arcachon. “Para além da perda dos navios, morre um importante número de nobres, de gente de guerra e mar portuguesa, num desastre considerado por muitos como bastante pior que Alcácer Quibir” (SALGADO, 2009, p. 157).

Um ano depois, foi a vez dos espanhóis sofrerem grandes perdas em Matanzas, ao norte de Cuba, onde a Frota da Prata de 1628 foi interceptada pelos neerlandeses<sup>10</sup>. “Pela primeira e última vez, essa operação, tantas vezes tentada por navegadores holandeses, ingleses e franceses, foi coroada de pleno êxito” (BOXER, 1961, p. 41). De acordo com Joannes de Laet (1915), o butim foi avaliado em 11.509.524 florins. Para Salgado (2009), além da perda do tesouro e da crise financeira, foi significativa também a perda dos meios navais.

Em 1630, com sua situação financeira estabilizada, a WIC pôde executar uma nova tentativa de invadir o Nordeste brasileiro, desta vez em Pernambuco. Para José Antônio Gonsalves de Mello (2007): “Com justeza afirmou José Honório Rodrigues que após terem tentado dominar o centro político da colônia portuguesa – a Bahia – tentaram os flamengos apossar-se do seu centro econômico no século de seiscentos” (p. 39).

Há anos vinham os neerlandeses reunindo informações sobre essa capitania, como “a configuração da costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos; a sua riqueza, a sua agricultura” (MELLO, 2007, p. 40).

A esquadra neerlandesa foi suspendendo aos poucos e rumando para várias direções, para não levantar suspeitas nos espanhóis e para aumentar a chance de tomar presas. A reunião final ocorreu em Cabo Verde, de onde rumaram para o Brasil: 54 navios e iates e 13 patachos, sob o comando do General Hendrick Corneliszoon Lonck (1568-1634), contando com o Almirante Pieter Adriaenszoon Ita e o Vice-Almirante Joost van Trappen. No comando das tropas ia o Coronel Diederick van Waerdenburch. Eram cerca de 3.500 marinheiros e 3.000 soldados (GUEDES, 1990).

Em 14 de fevereiro de 1630, os neerlandeses chegaram ao litoral pernambucano, desembarcando, no dia seguinte, suas tropas na praia de Pau Amarelo, ao norte de Olinda (LAET, 1915).

Após a queda de Olinda e a rendição dos fortes de Recife, em 3 de março, o Governador Matias de Albuquerque (1580-1647) organizou a resistência em torno do Arraial do Bom Jesus, de onde saíam as Companhias de Emboscada, com 30 a 40 homens, visando impedir que os holandeses avançassem para o interior. “Os invasores ficaram limitados ao litoral, qualquer movimento era interceptado e os que se arriscavam a sair do Recife e de Olinda eram mortos” (ROSTY, 2009, p. 68).

Para Gonsalves de Mello (2007), “A situação dos holandeses era então de quase desespero. Viviam em uma faixa de terra que nada produziam; as despesas eram enormes... A situação alimentar chegou a extremos terríveis” (p. 44/5). A fome pode ser confirmada pelo testemunho de Ambrósio Richshoffer (1977), que lançou nas páginas de seu diário, em julho de 1630: “...as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos...”, sentenciando, em seguida, “...achamo-nos na seguinte alternativa de ou expulsarmos o inimigo da sua vantajosa posição ou morreremos de fome” (p. 82).

Para Boxer (1961): “Chegara-se assim a um empate, em que cada uma das partes era incapaz de sobrepujar a outra, esperando ambas a vinda dos reforços instantaneamente reclamados das respectivas metrópoles” (p. 58).

Portanto, a situação da conquista de Pernambuco pelos neerlandeses estava ameaçada, sendo mantida apenas pelas comunicações marítimas com a metrópole. Uma expedição como a de D. Fradique de Toledo Osório poderia ter expulsado os neerlandeses. Entretanto, o cenário econômico-militar na Península Ibérica já não era mais o mesmo.

### **A REAÇÃO LUSO-ESPAÑHOLA À INVASÃO DE PERNAMBUCO**

Entre abril e maio de 1630, a notícia da conquista de Recife e Olinda pelos neerlandeses chegou a Lisboa e a Madri. A Coroa espanhola ficou alarmada e se esforçou para socorrer os defensores de Pernambuco, sendo a primeira reação a do Conde-Duque de Olivares (1587-1645), que ordenou a mobilização de uma esquadra luso-espanhola, nos moldes da que socorreu a Bahia cinco anos atrás (BOXER, 1961).

Evaldo Cabral de Mello concorda com a opinião de Boxer, afirmando que: “A coroa

castelhana empenhou-se na recuperação de Pernambuco, mas, ao se aprofundar o fosso entre os recursos financeiros e os compromissos internacionais, seu poder nos anos 30 já não era o mesmo que em 1625...” (MELLO, 2021b, p. 38).

Além dos problemas já citados, Evaldo Cabral de Mello (2021a; 2021b) e Charles R. Boxer (1961) listaram as principais dificuldades, internas e externas, que afligiam a União Ibérica no período. Internamente, chuvas torrenciais e inundações no início de 1626; seca e fome em Portugal (1630-2); a bancarrota dos genoveses; a perda de outra frota da prata, afundada por um furacão (novembro de 1631); e o fracasso do programa de reformas de Olivares. Externamente, a Coroa envolveu-se na guerra de sucessão de Mântua, na Lombardia; os neerlandeses tomaram Den Bosch, na Europa, em 1629, e estavam conquistando a Índia portuguesa e o Ceilão; a França entrou na Guerra dos Trinta Anos em apoio aos Países Baixos; e a ofensiva sueca na Alemanha. “Não era o Brasil a única dor de cabeça para Olivares e seus conselheiros” (BOXER, 1961, p. 76). Portanto, a conquista de Olinda e Recife pelos neerlandeses era mais um problema, entre os muitos enfrentados pelos espanhóis.

Anda em maio de 1630, a Corte, em Madri, solicitou a Lisboa ajuda para mobilizar uma esquadra conjunta para ser enviada ao Brasil, entretanto “a resposta dos portugueses foi necessariamente menos entusiástica do que em 1624... A despeito das ordens categóricas e reiteradas de Madri, só com muita dificuldade e lentidão conseguiu Lisboa navios, homens e dinheiro” (BOXER, 1961, p. 63).

Apesar das alegações dos historiadores portugueses, em contrário, o fato é que a Coroa de Castela tomou a iniciativa das ações para o envio de auxílio ao Brasil (BOXER, 1961). Felipe IV determinou que fossem enviadas forças para combater os in-



vasores; em setembro já havia instruções para o preparo da expedição de socorro; em outubro foi designado seu comandante, D. Antonio de Oquendo y Zandategui (1577-1640) (Figura 1) (GUEDES, 1990).

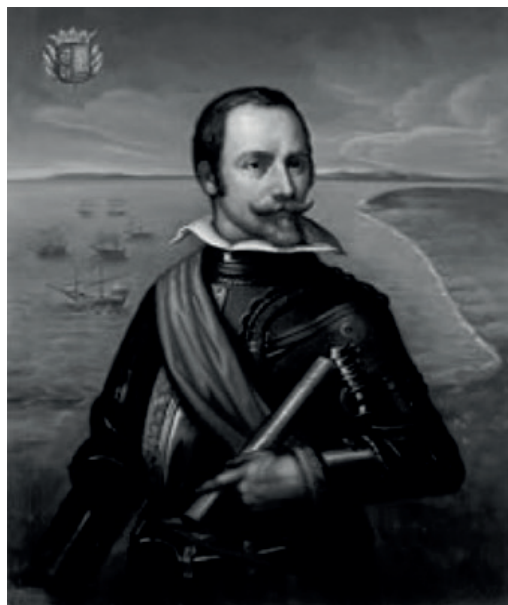


Figura 1 – Retrato imaginário de Antonio de Oquendo. Óleo de Juan Garcia Condoy, c. 1940. Fonte: Unsain (2008, p. 394).

O Almirante Max Justo Guedes nos informa que, no Arquivo Geral de Simancas, encontra-se farta documentação relativa ao preparo do socorro a Pernambuco,

suas muitas dificuldades e os pedidos e ações de D. Oquendo para “reunir o elevado número de navios necessários à empresa... preparar as guarnições e obter os meios de pagamento indispensáveis, reparar os navios, armá-los, equipá-los e aprovisioná-los” (GUEDES, 1990, p. 113).

Em novembro foi escolhido o segundo no comando da armada luso-espanhola, o Almirante D. Francisco de Vallecilla (?-1631) (GUEDES, 1990).

A esquadra luso-espanhola concentrou-se em Lisboa. Os espanhóis contavam 16 navios, 12 galeões, uma urca, dois patachos e uma tartana. Os portugueses contavam com cinco galeões, um patacho e cinco caravelas. Portanto, uma esquadra muito menor, menos da metade da organizada para a liberação da Bahia em 1625 (PEREIRA, 2009).

A tabela 1, abaixo, apresenta a listagem dos galeões, incluindo a denominação, o número de canhões e a tonelagem dos navios, o que será importante na descrição da batalha. No total, a esquadra espanhola continha 336 canhões, 1.309 marinheiros e 2.478 soldados. A portuguesa, 113 canhões, 616 marinheiros e 669 soldados (PEREIRA, 2009).

Estado	Nome	Tons.	Canhões
Espanha	<i>Santiago de Oliste</i>	900	44
	<i>San Antonio</i>	700	28
	<i>Nuestra Señora del Buen Suceso</i>	700	28
	<i>San Buenaventura</i>	500	22
	<i>San Martín de Guipúscoa</i>	450	18
	<i>San Pedro</i>	450	20
	<i>San Bartolomé</i>	444	18
	<i>Nuestra Señora de la Concepción</i>	601	30
	<i>Nuestra Señora de la Anunciada</i>	622	26
	<i>San Carlos</i>	550	24
	<i>San Blas</i>	400	20
	<i>San Francisco</i>	400	20
Portugal	<i>São Jorge</i>	433	28
	<i>São João Baptista</i>	440	19
	<i>São Tiago</i>	450	20
	<i>Nossa Senhora dos Prazeres Maior</i>	381	18
	<i>Nossa Senhora dos Prazeres Menor</i>	305	18

Tabela 1 – Galeões da esquadra luso-espanhola de D. Antonio de Oquendo<sup>11</sup> Fontes: Guedes (1990, p. 119); Marley (2008, p. 183); e Pereira (2009, p. 146/7).

O Almirante Max Justo Guedes (1990) apresenta um quadro completo da esquadra luso-espanhola e o somatório dos canhões, marinheiros e soldados é igual ou próximo aos números apresentados acima, respectivamente, 449, 1.925 e 3.147.

Foi necessário praticamente um ano para que a esquadra de socorro ficasse pronta. O principal motivo para a lentidão foram as discussões de a quem caberia a maior parte dos custos, dos sacrifícios financeiros para equipá-la e aprestá-la. Finalmente, a Coroa de Castela forneceu cerca de 70% dos galeões e a Portuguesa 30%, mas os portugueses queixaram-se de que tiveram que arcar com os custos de toda a expedição (BOXER, 1959).

Para Evaldo Cabral de Mello (2021a) “A armada de Oquendo tinha a missão estrita de transportar reforços... que... apoiariam a guerra de usura encetada por Matias de Albuquerque” (p. 37). Para o Almirante Max Justo Guedes (1990) ela teria que cumprir mais duas missões: comboiar navios mercantes carregados de açúcar<sup>12</sup> até que estivessem livres da ameaça das forças neerlandesas de Pernambuco; e alcançar, em seguida, as Índias Ocidentais, para comboiar a frota da prata até a Espanha. De acordo com Boxer (1959), as ordens de Oquendo eram para desembarcar reforços na Bahia, que se acreditava estar sob ameaça dos neerlandeses; desembarcar reforços em Pernambuco e na Paraíba; e, no retorno, comboiar a frota açucareira da Bahia. Sua tarefa era essencialmente defensiva. Ele não tinha ordens para atacar a esquadra neerlandesa, nem tampouco atacá-los em Pernambuco.

Portanto, não comportava a missão de expulsar os neerlandeses de Pernambuco. A Espanha não se via em condições de expulsá-los, mas apenas reforçar a resistência de Matias de Albuquerque. O principal era desembarcar os reforços e comboiar as riquezas do Brasil para a Península Ibérica.

Nesse meio tempo, a WIC, ciente de que os ibéricos aprestavam uma esquadra para o envio de reforços ao Brasil, decidiram, finalmente, preparar uma esquadra, não só para desembarcar reforços em Pernambuco, mas também para hostilizar o inimigo, ou seja, impedir a chegada de reforços por parte dos luso-espanhóis. Foram nomeados para comandar a esquadra neerlandesa o General Adriaen Janszoon Pater<sup>13</sup> (?-1631), sendo, como segundo no comando, o Almirante Maerten Thijssen (?-1657) (LAET, 1915).

A esquadra partiu das Províncias Unidas, em pequenas unidades, que se uniram em Recife, entre dezembro de 1630 e abril de 1631. Inicialmente, atracou o esquadrão do Almirante Maerten Thijssen, com alguns navios, entre eles um galeão de 800 toneladas. Em seguida, em 14 de abril de 1631, chegaram mais 16 navios, mais da metade com mais de 300 toneladas, e a capitânia do Almirante Pater, um galeão de 1.000 toneladas, trazendo 1.000 homens para reforçar a guarnição de ocupação (GOSLINGA, 1971; MARLEY, 2008).

Em 5 de maio de 1631, a esquadra luso-espanhola suspendeu de Lisboa, em direção ao Brasil, rumando diretamente para a Bahia, onde seria reabastecida, desembarcaria 800 soldados, e iniciaria o embarque do açúcar. Ela trazia ainda outros 1.200 soldados, que seriam distribuídos para reforçar as tropas em Pernambuco e na Paraíba. A partir do dia 11 de julho, os navios que compunham a esquadra começaram a entrar na Baía de Todos os Santos (MARLEY, 2008; SALGADO, 2009).

Um Conselho de Guerra então dividiu as tropas que desembarcariam em Pernambuco e na Paraíba e o embarque das mesmas:

as tropas destinadas a Pernambuco – 400 soldados portugueses, 300 espanhóis, 300 napolitanos, e 12 peças de artilharia com os res-

pectivos artilheiros – deveriam ser embarcadas em 10 caravelas; as tropas destinadas à Paraíba – 100 soldados portugueses, 100 espanhóis e 12 peças de artilharia com os respectivos artilheiros – deveriam ser embarcadas em duas caravelas (PEREIRA, 2009, p. 147).

Uma descrição da composição e comando desses reforços encontramos nas memórias de D. Duarte de Albuquerque Coelho, Donatário de Pernambuco, presente na expedição luso-espanhola (COELHO, 2003).

Na carta do Conselho Político do Recife, de 8 de outubro de 1631, foi informado aos diretores da WIC, que, no dia 19 de agosto, o iate neerlandês *Katte*, enviado para acompanhar a movimentação em Salvador, trouxe a notícia para o Recife da presença da esquadra luso-espanhola. Ele avaliou entre 31 e 32 navios dentro da Baía

de Todos os Santos, sendo que somente quatro a cinco galeões (PEREIRA, 1895). Para Laet (1920), a informação trazida pelo *Katte*, era de que seriam “quatro galeões e mais 18 navios bem guarnecidos, além de algumas barcas e caravelas” (p. 208).

Pater acelerou os preparativos para suspender com a esquadra neerlandesa, a fim de interceptar a esquadra inimiga. Porém, teve dificuldades para completar as guarnições de seus navios, suspendendo com apenas 16 galeões e alguns navios menores, no último dia de agosto (Tabela 2) (MARLEY, 2008; PEREIRA, 2009). Essa dificuldade ocorreu, segundo a carta do Conselho Político, pois diversos navios estavam patrulhando a costa brasileira, quando do suspender de Pater (PEREIRA, 1985). Para Boxer (1959), Pater deixou Recife com a lotação de marinheiros incompleta, mas com excesso de soldados.

Nome	Tons	Canhões
<i>Prins Willem</i>	1.000	46
<i>Geunieerde Provintien</i>	800	50
<i>Hollandia</i>	600	30
<i>Walcheren</i>	560	34
<i>Provincie Utrecht</i>	600	38
<i>Groeningen</i>	600	32
<i>Dordrecht</i>	500	34
<i>Amersfoort</i>	400	28
<i>Goeree</i>	340	28
<i>Griffoen</i>	500	32
<i>Oliphant</i>	240	30
<i>Medemblik</i>	300	22
<i>Fortuijn</i>	320	20
<i>Nieuw Nederlandt</i>	200	14
<i>Mercurius</i>	400	26
<i>'t Wapen van Hoorn</i>	220	20

Tabela 2 – Galeões da esquadra neerlandesa de Pater na Batalha dos Abrolhos<sup>14</sup> Fonte: Marley (2008, p. 183).

A armada de D. Antonio de Oquendo deixou o porto de Salvador em 3 de setembro, com os seus 17 galeões, 24 navios mercantes carregados de açúcar, 12 caravelas com as tropas de reforço e outros navios menores, para comboiar os navios

mercantes carregados de açúcar e desembarcar as tropas em apoio ao Governador Matias de Albuquerque (PEREIRA, 2009).

A monção de nordeste fez com que a esquadra navegasse para sudeste, buscando melhores condições para guinar

em direção a Pernambuco. Nesse meio tempo, foram interceptados pela esquadra holandesa na altura do Arquipélago dos Abrolhos, ocorrendo então a Batalha Naval dos Abrolhos, em 12 de setembro de 1831 (GUEDES, 1990).

## A BATALHA DOS ABROLHOS

Pouco antes do pôr do sol do dia 11 de setembro, os neerlandeses avistaram a esquadra luso-espanhola. Pater não conseguiu avaliar corretamente o tamanho da esquadra ibérica, devido às condições de visibilidade, acreditando que ela só possuía oito galeões (LAET, 1920). Em carta aos diretores da WIC, o Almirante Thyssen informou que só se podiam ver os mastaréis (PEREIRA, 1895). Provavelmente, ele só teria conseguido identificar os maiores galeões da esquadra luso-espanhola, acima de 500 toneladas, que eram em número de sete.

De acordo com D. Duarte de Albuquerque, que estava embarcado na caravela que levava o Conde de Bagnuolo, Giovanni Vicenzo de San Feiice (1575-1640), comandante dos reforços para Pernambuco, os luso-espanhóis não avistaram a esquadra neerlandesa no entardecer do dia 11 (COELHO, 2003). Boxer (1959) afirmou que os ibéricos tiveram uma boa noite de sono, enquanto os neerlandeses passaram a noite se preparando para o combate.

Ao amanhecer do dia 12 de setembro de 1631, a esquadra continuou a aproximação, quando Pater convocou um Conselho de Guerra, decidindo combater a esquadra inimiga, ordenando que cada um dos galeões inimigos seria atacado por dois galeões neerlandeses (PEREIRA, 1895).

Neste meio tempo, o Conde de Bagnuolo se aproximou de sua capitânia para sugerir o reforço da infantaria dos galeões, com as tropas embarcadas nas caravelas. D. Oquendo não aceitou a oferta por dois motivos: não queria arriscar

o reforço a Pernambuco, que era uma de suas missões; e não considerou os 16 navios inimigos avistados como uma ameaça. Nas suas palavras eram: “pouca roupa” (COELHO, 2003, p. 76). D. Oquendo ordenou, então, que as caravelas e os navios mercantes fossem para sotavento da esquadra e formou “a linha de batalha...” (GUEDES, 1990, p. 121; PEREIRA, 2009, p. 148). De acordo com Marley (2008) e Boxer (1959), D. Oquendo posicionou seus galeões em uma meia-lua crescente, entre a formação inimiga e seu comboio.

Segundo Grant (2010), antes das marinhas europeias adotarem a linha de batalha, em meados do século XVII, as batalhas navais em alto-mar eram desordenadas, podendo facilmente degenerar-se em uma série de combates individuais. Cesar (2013) corrobora esta afirmação, pois no início do século XVII “não havia uma formatura tática bem definida e o combate era constituído por engajamentos individuais e desordenados entre navios. O objetivo tático consistia, então, em aproveitar os erros cometidos pelo navio inimigo envolvido na confusão do engajamento” (p. 101).

Pater, mesmo surpreendido pela quantidade de galeões luso-espanhóis, ordenou a continuação do ataque. D. Duarte de Albuquerque deu o seu testemunho da coragem de Pater: “não causava pouca admiração ver como se resolveram a fazê-lo, sendo tão inferiores em número” (COELHO, 2003, p. 76).

A ação principal “assumiu a forma de um duelo homérico<sup>15</sup> entre as respectivas capitânias” (BOXER, 1961, p. 67). “Iniciou-se a mais sangrenta batalha travada em águas brasileiras. Disputada durante todo o dia” (DONATO, 2001, p. 176).

O *Prins Willem*, de 1.000 toneladas, acompanhado do *Walcheren*, de 560 toneladas, aproximaram-se do *Santiago de Oliste*, capitânia espanhol de 900 toneladas. Nesta aproximação, o capitânia neer-

landês recebeu o fogo de quatro galeões inimigos que estavam a barlavento do capitânia espanhol, o que despertou a admiração de Oquendo (BOXER, 1959).

Aguentaram o fogo de bordada até atingirem o alcance à queima-roupa, quando abriram fogo, ao que foram prontamente respondidos pelos espanhóis. Os navios ficaram presos, praticamente atracados um ao outro (MARLEY, 2008). Segundo Guedes (1990), D. Oquendo aguardou até o último momento para disparar a

sua bordada, causando

pesados danos no navio de Pater e às tropas de abordagem, que se achavam cobertas acima, prontas para saltar... com o impacto do navio inimigo e hábil manobra do aparelho, conseguiu que os dois navios ficassem abordados costado com costado e proa com popa, o seu a barlavento, enviando sobre o inimigo o fumo do armamento (p. 125) (Figura 2).



Figura 2 – Combate de Pernambuco. Óleo de Antonio Brugada, 1858. Fonte: Unsain (2008, p. 394).

Em certo momento do combate, D. Oquendo ordenou ao Capitão Juan de Cutillo que saltasse no navio inimigo e prendesse um calabrote no mastro da mezena. Castilho cumpriu a missão, permanecendo os navios atracados um ao outro, falecendo após ser atingido por um disparo de mosquete (BOXER, 1959; COELHO, 2003). Este foi um caso isolado, pois os engajamentos na aproximação dos navios já tinham desfalcado os grupos de abordagem de ambos os navios e as tentativas seguintes de fazê-lo também foram infrutíferas (BOXER, 1959).

O primeiro navio a tentar ajudar o *Santiago de Oliste* foi o galeão português *Nossa Senhora dos Prazeres Menor*, co-

mandado pelo Capitão Cosme do Couto Barbosa, de apenas 305 toneladas, que tentou abalroar o *Walcheren*. Mas, sendo o galeão holandês muito maior, arrastou o português para a proa dos três navios, ainda atracados, que “arfando sobre ele, acabaram por afundá-lo” (PEREIRA, 2009, p. 150). Boxer (1959) afirmou que ele teve o mérito de atrair para si disparos que seriam para o *Santiago de Oliste*, em um momento crítico do combate.

O *Prazeres Menor* foi secundado pelo galeão espanhol *Nuestra Señora de la Concepción*, muito maior, de 601 toneladas, comandado pelo Capitão Juan de Prado (MARLEY, 2008), que recolheu muitos dos

sobreviventes do *Prazeres Menor*, incluindo o Capitão Couto (COELHO, 2003).

Em determinado momento do combate iniciou-se um incêndio no *Prins Willem* proveniente “de uma bucha de nossa artilharia; e vendo-o, D. Antonio mandou os mosqueteiros atirarem sempre ali, porque, enquanto o fizessem, o inimigo não o poderia apagar. Assim, incendiou-se de forma que toda a capitânia... se queimou” (COELHO, 2003, p. 78). Em um certo momento, o fogo começou a colocar em perigo o próprio *Santiago de Oliste*, mas ele conseguiu passar um cabo para o *Nuestra Señora de la Concepción*, que o rebocou para longe do capitânia neerlandês, que ardia em chamas (COELHO, 2003).

O *Prins Willem* queimou por horas antes de afundar, no entanto, nenhum navio holandês prestou socorro ao capitânia da esquadra e a seu Almirante, que morreria afogado junto com boa parte de sua tripulação<sup>16</sup> (DARÓZ, 2016).

De acordo com Jan Mast, o *Walcheren*, neste momento, começou a afastar-se do seu capitânia quando Pater “...bradou para que nós chamássemos outros navios a socorrê-lo. Isto fizemos nós, mas eles não vieram e deixaram que o fogo consumisse a nossa capitânia” (PEREIRA, 1895, p. 216).

Entre cinco e seis tripulantes do *Prins Willem* salvaram-se passando para o *Walcheren*, enquanto os navios ainda estavam juntos. Mast conseguiu observar dois pequenos barcos espanhóis nas proximidades do *Prins Willem*, recolhendo muitos sobreviventes, “...o que os nossos podiam ter feito comodamente, se tivessem cuidado disto... Nós mesmos teríamos de boa vontade mandado para lá a nossa chalupa, mas estando o navio muito danificado... era impossível proteger com o navio a nossa chalupa” (PEREIRA, 1895, p. 217). Por volta das 17 horas, as chamas devem ter atingido o paiol do *Prins Willem*, pois ele explodiu (BOXER, 1959).

A nau capitânia de D. Oquendo, *Santiago de Oliste*, “não era mais que um casco ingovernável, e tão danificada que só não afundou graças aos esforços dos marujos holandeses que os espanhóis haviam recolhido do mar” (BOXER, 1961, p. 67).

Em paralelo ao combate entre as capitânias, ocorreu a ação entre as almirantas. Thyssen informou que iniciou o engajamento às 10 horas e que a ação durou até as 16 horas da tarde (PEREIRA, 1895). A almiranta neerlandesa *Geunieerde Provintien*, de 800 toneladas, do Almirante Maerten Thijssen, acompanhada do *Provincie Utrecht*, de 600 toneladas, atacaram a almiranta espanhola *San Antonio*, de 700 toneladas, do Almirante D. Francisco de Vallecilla. Este contou apenas com a ajuda do *San Buenaventura*, de 500 toneladas (LAET, 1920). Este, desajeitadamente, acabou posicionando-se na proa dos três galeões, impedindo a fuga do *San Antonio* (BOXER, 1959).

Durante o combate, foi derrubado o mastro grande do *Provincie Utrecht*, o comandante foi ferido mortalmente, o navio incendiou-se e, por fim, acabou afundando (PEREIRA, 1895). O *San Antonio* se partiu e foi a pique, sendo que o Almirante Vallecilla já tinha falecido durante a ação. O *Geunieerde Provintien* sofreu diversos impactos, mas conseguiu apresiar o *San Buenaventura*<sup>17</sup>, do Capitão Alonso de Alarcón y Molina, que faleceu em combate (LAET, 1920).

O Almirante Max Justo Guedes (1990) descreve a ação de mais três galeões espanhóis. O *San Martín de Guipúscoa*, que esteve abordado com o *Fortuijn*, mas estes se limitaram ao duelo de artilharia, sem tentativas de abordagem. Já os galeões *Nuestra Señora del Buen Suceso* e *San Pedro* impediram que outros navios neerlandeses se juntassem ao ataque duplo sobre o capitânia espanhol e ainda tentaram socorrer o *Buenaventura*. Ambos recolheram muitos náufragos.

Os demais navios neerlandeses não se envolveram diretamente no combate, contentando-se com o fogo de longo alcance. Os galeões *Hollandia*, *Amersfoort* e *Fortuijn* foram dos poucos que se envolveram na batalha, os demais se contentaram em engajar os inimigos a uma boa distância (BOXER, 1959; MARLEY, 2008). “Deste combate diz-nos Costa Quintela que de ambas as nações houve comandantes que fizeram muito mal o seu dever, e se contentaram com ser espectadores da batalha” (PEREIRA, 2009, p. 150).

Pelo lado dos neerlandeses, segundo Laet (1920) alguns capitães desanimaram ao distinguir o porte dos galeões espanhóis e não se atiraram na luta. Pelo diário de Ambrósio Richshoffer (1977) foram os capitães dos seguintes navios que não lutaram lealmente: *Dordrecht*, *Groeningen*, *Medemblik* e *Amersfoort*<sup>18</sup>. Informou ainda que eles foram presos em 31 de março de 1632<sup>19</sup>.

Já pelos luso-espanhóis, de acordo com D. Duarte de Albuquerque, alguns dos navios também não participaram efetivamente do combate e “...não faltou quem atribuisse esta omissão ao interesse e cobiça... isto é, trazerem alguma maior carga de açúcar do que o permitido a navios da armada e guerra” (COELHO, 2003, p. 79). O *San Buenaventura*, por exemplo, de acordo com o relato feito pela WIC, estava “carregado de açúcar, tabaco, couros e madeiras preciosas” (LAET, 1920, p. 212). A má conduta de alguns capitães chegou a ser relatada ao Conselho de Guerra em Madri, mas nenhuma providência foi tomada contra eles (BOXER, 1959).

Ao final do dia, as duas esquadras cessaram o combate. A esquadra neerlandesa tomou o rumo norte. No dia seguinte, ao não avistar mais a esquadra luso-espanhola e, devido às más condições de seus navios, o Almirante Thijssen resolveu retornar para Recife (LAET, 1920). Nas palavras de Thijssen, após o Conselho de

Guerra, “assentou-se, que nos conservaríamos na defensiva, visto estarmos desfalcados de três dos nossos navios grossos (os dois consumidos pelo fogo e o *Walcheren*, por muito danificado e incapaz de resistência), e que seguissemos o quanto antes para Pernambuco” (PEREIRA, 1895, p. 209).

Até o dia 15 de setembro, a esquadra luso-espanhola permaneceu realizando reparos emergenciais em seus navios, principalmente no capitânia, que fazia muita água e estava desaparelhada. Ajudaram no reparo do *Santiago de Oliste* os marinheiros neerlandeses recolhidos do mar, até porque o capitânia espanhol, após a contagem dos mortos e a transferência dos feridos, tinha ficado com poucos marinheiros e soldados. Foi necessário remanejar 300 soldados, que reforçariam as tropas em Pernambuco, para suprir as baixas da esquadra (COELHO, 2003).

O galeão português *Nossa Senhora dos Prazeres Maior*, do Capitão Diogo de Freitas Mascarenhas, não pôde acompanhar a esquadra, devido às grandes avarias sofridas na batalha. Por ordem de D. Oquendo arribou para a Bahia (COELHO, 2003).

## VITÓRIA TÁTICA E ESTRATÉGICA

Os neerlandeses perderam dois navios: a capitânia de Pater, o *Prins Willem*, além do *Provincie Utrecht*. O *Walcheren* ficou seriamente danificado. As baixas foram, segundo os neerlandeses, de 350 mortos ou desaparecidos, entre eles o General Adriaen Janszoon Pater e 80 feridos (BOXER, 1959; GUEDES, 1990). Quando da chegada da esquadra ao Recife, segundo o testemunho de Ambrósio Richshoffer (1977), os navios que se engajaram efetivamente no combate “...estavam por dentro e por fora tão salpicados de carne humana, miolos e sangue, que foi preciso raspá-los com vassouras; o que foi horrível de ver-se” (p. 120).

Os luso-espanhóis perderam três navios: a almiranta *San Antonio* e o *Nossa Senhora dos Prazeres Menor*, postos a pique; e o *San Buenaventura*, capturado pelo inimigo. O galeão português *Nossa Senhora dos Prazeres Maior*, muito avariado, teve que retornar a Salvador. As baixas foram de 345 mortos, entre eles o Almirante espanhol Francisco de Vallecilla, 240 aprisionados pelos neerlandeses e 201 feridos (BOXER, 1959; GUEDES, 1990).

Goslinga (1971) apresenta três opiniões dispares sobre o resultado da Batalha dos Abrolhos: para Joannes de Laet foi uma vitória espanhola; para Hermann Wätjen (1876-1944), Pater perdeu a vida, mas não a batalha; e para George Edmundson (1848-1930), “se foi uma vitória, foi uma vitória de Pirro, ‘uma vitória estéril’... na qual os vencedores perderam muito mais do que os vencidos...” (p. 224).

Joannes de Laet (1920), entretanto, também afirmou que a Batalha Naval dos Abrolhos “...foi um combate renhido, e os vencedores não puderam rejubilar-se muito pela vitória, tendo sofrido quase tão grandes perdas quanto os nossos” (p. 210).

Para Loureiro (2018) “...de modo equilibrado, Oquendo e Pater não alcançaram um resultado tático expressivo. Nesta batalha indecisa...” (p. 58). Mas para Donato (2001) “...tendo repellido o ataque e ficado senhor de seus movimentos, Oquendo reclamou a vitória, embora seus barcos registrassem tantos danos quanto os do adversário” (p. 176). Segundo Boxer (1961), nenhum dos lados tomou a iniciativa de reiniciar o combate.

Taticamente, as perdas foram muito semelhantes. O número de navios afundados foi igual, mas em termos de toneladas, os neerlandeses perderam 1.600 e os luso-espanhóis 1.005. Eles conseguiram apresar um galeão de 500 toneladas, o que aproximaria os números acima. Ambas as esquadras tiveram navios muito danificados. Nenhum dos lados tomou a iniciativa de reiniciar os combates nos

dias seguintes. Portanto, considera-se que não houve uma vitória tática de nenhum dos contendores.

A esquadra luso-espanhola, após a batalha, cumpriu, integralmente, suas tarefas, pois, na noite do dia 17 de setembro, o Conde de Bagnuolo solicitou e obteve a permissão para separar-se da esquadra e rumar para Pernambuco. Esses reforços permitiram aos portugueses manter os holandeses dentro dos perímetros das fortalezas que ocupavam. Os navios carregados de açúcar seguiram sem mais problemas. Entretanto, os holandeses não perderam o controle do mar na costa nordeste brasileira, após o retorno da força luso-espanhola (BOXER, 1961; PEREIRA, 2009; ROSTY, 2009).

O Almirante Max Justo Guedes (1990), então, considera que a vitória estratégica foi de D. Oquendo, por ele ter cumprido a sua missão, independentemente dos resultados posteriores em Pernambuco “...onde os poucos recursos deixados não alteraram, na prática, a situação... Os holandeses, mesmo considerando-se derrotados, não perderam o domínio do mar...” (p. 127).

Após tomar conhecimento do desembarque dos reforços trazidos pelos luso-espanhóis, o governador e comandante do exército, Coronel Waerdenbruch, evacuou e incendiou a cidade de Olinda e instalou-se em Recife (MELLO, 2007). Ficando mais restrito ainda em termos territoriais, mas perto da segurança do porto e dos navios da Companhia.

Em carta, o Conselho Político do Recife informou à WIC que a causa do “nosso insucesso e de escapar a armada inimiga foi... estarem muito espalhados os nossos navios para a guarnição da costa... a isto se acresce a suposição em que estávamos, de serem poucas as forças do inimigo.... fundada na parte inexata dada pelo iate *Katte*...” (PEREIRA, 1895, p. 206).

D. Oquendo cumpriu o que lhe foi ordenado. Se os reforços não foram su-



ficientes para alterar a situação em Pernambuco, esta decisão não lhe coube. Os neerlandeses receberam a missão de interceptar a esquadra luso-espanhola, para impedir o desembarque de reforços, no que falharam. A vitória estratégica foi, portanto, de D. Oquendo.

Para divulgá-la, D. Antonio de Oquendo encomendou ao pintor espanhol Juan de La Corte (1597-1660) quatro quadros que apresentavam as fases da batalha (Figura 3). Os quadros foram um presente do Almirante ao Rei Felipe IV (FERREIRA, 2019).



Figura 3 – Óleo que comemora a vitória de Antonio de Oquendo em Pernambuco em 1631. Fonte: Unsain (2008, p. 394).

Para o Brasil, sem dúvida, as consequências da batalha foram mínimas, pois o reforço das tropas desembarcadas não foi suficiente para alterar a situação em terra e os holandeses permaneceram com suas linhas de comunicações marítimas defendendo e abastecendo suas tropas em Pernambuco. O historiador Pedro Calmon (1959) assim resumiu a situação após a Batalha Naval dos Abrolhos: “Foi como se um irreparável destroço tivesse mergulhado no oceano as quilhas portuguesas” (p. 541).

No início de 1632, quando parecia que os neerlandeses não conseguiriam manter-se em Pernambuco, Domingos Fernandes Calabar (1609-1635) desertou e passou a colaborar com os invasores, assim como os índios tapuias. Os neerlandeses,

então, derrotaram os portugueses no Arraial do Bom Jesus, em 1635, consolidando a conquista de quase todo o litoral do Nordeste (CESAR, 2013).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A União Ibérica inseriu Portugal na guerra entre a Espanha e os Países Baixos. Os embargos comerciais que se seguiram incitaram o ataque neerlandês às fontes das especiarias. No Brasil, foram atraídos pelo açúcar.

Os neerlandeses atacaram Salvador, porém a reação foi inesperada, pois os luso-espanhóis foram rápidos e eficientes na organização da reação e o resultado foi a Jornada dos Vassalos, que expulsou os invasores.

O naufrágio de uma armada portuguesa, evento muito pouco conhecido entre nós, e a interceptação da Frota da Prata espanhola, contribuíram para o enfraquecimento econômico-militar da União Ibérica e a invasão de Pernambuco.

Nos dois primeiros anos, os invasores ficaram limitados à faixa litorânea entre Olinda e Recife e os portugueses controlavam o interior. Os neerlandeses dependiam das comunicações marítimas para a sua sobrevivência. Uma possível expedição, como a Jornada dos Vassalos, poderia ter expulsado os neerlandeses, mas o cenário econômico-militar na Península Ibérica já não era tão favorável.

A Coroa espanhola estava ciente do perigo da perda de Pernambuco e do rico comércio do açúcar, mas estava envolta em outros problemas na Europa e no Oriente. Este fato determinou que a reação fosse organizada tardiamente. A organização da expedição de socorro a Pernambuco pode ser assunto de novas discussões. O Almirante Max Justo Guedes informa que o Arquivo Geral de Simancas possui farta documentação relativa ao assunto.

Com relação à batalha propriamente dita, algumas questões merecem maior reflexão. Devido a problemas de avaliação da força adversária, normal para o período em questão, os neerlandeses acreditaram serem mais fortes do que a esquadra luso-espanhola e organizaram o ataque aos pares, dois contra um. A esquadra espanhola posicionou-se entre os atacantes e o comboio. Para alguns eles estavam formados em linha de batalha, para outros em meia-lua crescente. Na opinião do autor, o mais importante, no caso, não foram as formaturas, mas o fato de a batalha ter se degenerado em combates individuais, como era típico do início do século XVII.

Quanto à inação da maioria dos navios neerlandeses e luso-espanhóis durante a batalha, constatou-se que os neerlandeses estariam temerosos em relação ao tamanho da esquadra inimiga e os luso-espanhóis preocupados com a rica carga que levavam a bordo. Alguns capitães neerlandeses foram processados, mas nenhuma ação foi tomada com relação aos luso-espanhóis. O autor considera que a pesquisa sobre estes processos pode trazer novos dados sobre o período.

Quanto à polêmica se haveria um vencedor, as opiniões são divergentes, mas o autor considera que não houve um vencedor taticamente falando, pois as perdas humanas e materiais foram muito semelhantes. Em termos estratégicos, a esquadra luso-espanhola cumpriu a sua missão, desembarcando os reforços e comboiando os navios carregados de açúcar. Os neerlandeses tinham a missão de impedir este desembarque, no que falharam. Portanto, estrategicamente, a vitória foi luso-espanhola.

Uma sugestão de pesquisa seria confirmar a terceira missão luso-espanhola, de comboiar a Frota da Prata, pois a maioria dos relatos mostra o retorno da Armada para Lisboa, após a batalha.

Para o Brasil, o resultado da Batalha Naval dos Abrolhos não alterou a situação em Pernambuco. Os neerlandeses permaneceram com o controle do mar e mantiveram a ocupação de Recife. Nos anos seguintes, esta ocupação se estenderia por quase todo o litoral nordestino. Deve-se reforçar o fato de que D. Oquendo não tinha a missão de expulsar os neerlandeses, nem tampouco de reconquistar Pernambuco. Portanto, na opinião do autor, esta foi uma vitória que não contribuiu para o fim da dominação neerlandesa no Brasil.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, Roberto C. de. O apogeu dos Países Baixos e a Companhia das Índias Ocidentais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 173, n. 4, 2012. Rio de Janeiro: O Instituto, 2012.

BOXER, Charles R. *The Action Between Pater and Oquendo, 12 september 1631. The Mariner's Mirror, UK: Society for Nautical Research*, n. 45, 1959.

\_\_\_\_\_. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. Coleção Brasileira Vol. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Coleção Brasileira Vol. 353. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

CESAR, William C. *Uma história das guerras navais: o desenvolvimento tecnológico e o emprego do poder naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil: pelo decurso de nove anos, começando em 1630*. São Paulo: Beca, 2003.

DARÓZ, Carlos. A Batalha Naval dos Abrolhos (1631). *História Militar*, s.l., 23 fev. 2016. Disponível em: <https://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2016/02/a-batalha-naval-de-abrolhos-1631.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

FERREIRA, Victor B. *O Pincel de Marte: As representações pictóricas da guerra entre neerlandeses e ibéricos no Atlântico (1621-1669)*. Dissertação (Mestrado de História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03032020-171934/pt-br.php>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FROTA, Guilherme de A. *Uma Visão Panorâmica da História do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: O Autor, 1983.

GOSLINGA, Cornelius Ch. *The Dutch in the Caribbean: And on the Wild Coast 1580-1680*. Assen: Van Goround, 1971.

GRANT, R. G. *Battle at Sea: 3.000 years of naval warfare*. London: Dorling Kindersley Ltd, 2010.

GUEDES, Max Justo. As guerras holandesas no mar. *História Naval Brasileira*. Segundo volume. Tomo IA. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990.

LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636 por Joannes de Laet, diretor da mesma companhia*. Livros I-IV. Tradução José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXX, 1908. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1912.

\_\_\_\_\_. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636 por Joannes de Laet, diretor da mesma companhia*. Livros V-VII. Tradução José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXIII, 1911. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1915.

\_\_\_\_\_. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636 por Joannes de Laet, diretor da mesma companhia*. Livros VIII-X. Tradução José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXXVIII, 1916. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1920.

LOUREIRO, Marcelo J. G. O Poder Naval na defesa da colônia. In: Abreu, Guilherme M. de (org.). *Marinha do Brasil: Uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

MELLO, Evaldo C. de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021a.

\_\_\_\_\_. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021b.

MELLO, José A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MARLEY, David F. *Wars of the Americas: a chronology of armed conflict in the western hemisphere, 1492 to the present*. 2. ed. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2008.

PEREIRA, José A. R. *Grandes batalhas navais portuguesas: os combates que marcaram a história de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

PEREIRA, José Hygino D. Batalha Naval de 1631 nos mares do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, Tomo LVIII, Parte I, 1º e 2º trimestres, 1895.

RICHSHOFFER, Ambrósio. Diário de um soldado. In: *Diário de um soldado/Olinda conquistada*. Coleção Pernambucana. Vol. XI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

ROSTY, Cláudio S. Ameaças externas: os holandeses. In: BITTENCOURT, Armando de S. [et al.]. *História Militar Brasileira I: do período colonial ao monárquico: livro didático*. Palhoça: UnisulVirtual, 2009.

SALGADO, Augusto A. A. *Portugal e o Atlântico: organização militar e ações navais durante o período Filipino (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/580/1/21501\\_ulsd057787\\_td.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/580/1/21501_ulsd057787_td.pdf). Acesso em: 09 fev. 2021.

UNSAIN, José M. (Org.). *San Sebastián, ciudad marítima. Donostia-San Sebastián: Untzi Museoa-Museo Naval, 2008*. Disponível em: [https://itsasmuseoa.eus/images/publicaciones/MonografiasDigitales/ciudad\\_maritima\\_cast.pdf](https://itsasmuseoa.eus/images/publicaciones/MonografiasDigitales/ciudad_maritima_cast.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na Atividade de Avaliação a Distância, enviada no dia 3 de outubro de 2020, referente à Disciplina de História Militar Brasileira I – Do Período Colonial ao Monárquico, professor Luiz Augusto R. Nascimento, do Curso de Pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul (Campus Virtual).

<sup>2</sup> A Batalha Naval dos Abrolhos também foi nomeada de Batalha ou Combate Naval de Pernambuco, principalmente em fontes espanholas.

<sup>3</sup> Os três pretendentes principais à Coroa portuguesa eram Felipe II, Rei da Espanha, D. Antonio, Prior de Castro, sobrinho do Cardeal-Rei e D. Catarina de Bragança, viúva de D. João III e mãe de D. Sebastião.

<sup>4</sup> Maurício, Príncipe de Orange, Conde de Nassau, nasceu em 13 de novembro de 1567, em Dillenburg, Nassau - morreu em 23 de abril de 1625, em Haia. *Stadhouder* das Províncias Unidas de 1585-1625, sucessor de seu pai, Guilherme I, o Silencioso. Desenvolveu a estratégia militar, tática e engenharia, tornando o exército holandês o mais moderno da Europa de sua época (Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Maurice-stadholder-of-The-Netherlands>. Acesso em 22 abr. 2021).

<sup>5</sup> Joannes de Laet (1581-1649) foi Diretor da WIC e publicou sua História dos Feitos da Companhia até 1636, em Leyde, 1644, segundo os Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, tradutores da obra (LAET, 1912).

<sup>6</sup> C. R. Boxer apresentou os seguintes argumentos para a escolha do Brasil: por ser uma colônia portuguesa seria mais facilmente conquistada; os portugueses eram piores soldados que os espanhóis; muitos portugueses eram marranos; os lucros da exploração do açúcar pagariam a conquista e a ocupação; seria uma base de operações para atacar os comboios luso-espanhóis etc. (BOXER, 1961).

<sup>7</sup> Segundo Boxer (1973): “Um dia inteiro de bombardeio deu resultado bem pouco apreciável, pois as quatro mil balas de canhão lançadas pelos navios holandeses não ocasionaram mais do que uma meia dúzia de baixas entre os defensores. A artilharia portuguesa era quase igualmente ineficaz, embora os seus artilheiros houvessem conseguido pôr a pique um dos navios holandeses, que se tornara mira fácil por estar em frente de uma bateria” (p. 63).

<sup>8</sup> Fidalgos das principais casas responderam ao apelo de Felipe IV para guarnecerem a esquadra que expulsaria os holandeses da Bahia. Esta expedição ficou conhecida como a “Jornada dos Vassalos” (FROTA, 1983, p. 62).

<sup>9</sup> Encontramos diversas designações diferentes para os comandantes das expedições marítima da época. Para Boxer (1959) o Comandante em Chefe espanhol era denominado de Capitão-General e o segundo em comando de Almirante-General, que corresponderia aos atuais Almirante de Esquadra e Vice-Almirante. Ele alerta também que o termo General era frequentemente aplicado aos comandantes navais ingleses nos séculos XVI e XVII. Os navios dessas autoridades eram denominados de capitânia e almiranta. Na tradução da história da WIC, de Joannes de Laet, realizada pelos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pero Souto Maior, eles incluíram uma nota de rodapé de autoria de Pieter M. Netscher (1824-1903): “Quando a Companhia... equipava uma grande armada, dava de ordinário ao comandante em chefe o título de General, que tinha, às suas ordens um almirante e um vice-almirante” (LAET, 1912, p. 56).

<sup>10</sup> Uma descrição das ações que levaram à perda da Frota da Prata de 1628 encontra-se em *Wars of the Americas*, de David F. Marley (2008).

<sup>11</sup> Optou-se pela utilização da grafia dos nomes dos galeões espanhóis em espanhol e dos galeões portugueses em português. A grafia dos nomes dos personagens históricos também seguiu esta padronização.

<sup>12</sup> De acordo com Mello (2021a): “As fontes permitem entrever os efeitos da guerra de corso sobre o sistema açucareiro. Por carência de navios, cresciam no Brasil os estoques de açúcar e de outros gêneros. Em meados de 1631, a armada de D. Antonio de Oquendo encontrou em Salvador açúcares de mais de dois anos” (p. 88).

<sup>13</sup> A WIC ciente dos erros cometidos na tentativa de conquista da Bahia, agora contratava o confiável Pater (GOSLINGA, 1971).

<sup>14</sup> Optou-se pela utilização da grafia dos nomes dos galeões holandeses de acordo com o constante na obra de David F. Marley (2008), *Wars of the Americas*. A grafia dos nomes dos personagens históricos holandeses também seguiu esta padronização. Isto foi necessário devido a este autor ter encontrado diversas grafias diferentes nas fontes consultadas.

<sup>15</sup> No diário de Ambrósio Richshoffer (1977), seu amigo Felipe de Haussen contou-lhe que “era tamanho o ruído produzido pela grossa artilharia e mosquetaria que parecia querer o céu precipitar-se no mar” (p. 120) e D. Duarte de Albuquerque, embarcado em uma das caravelas, relatou “a mais renhida e porfiosa bateria de artilharia e mosquetaria que se pode imaginar” (COELHO, 2003, p. 77).

<sup>16</sup> Para as diversas versões sobre a morte do Almirante-General Pater, se foi voluntária ou por cansaço, ver a obra do Almirante Max Justo Guedes (1990), páginas 125/6.

<sup>17</sup> Richshoffer (1977) nos conta que o navio ao chegar em Recife “estava tão danificado pelas balas que se podia ver através dos dois costados” (p. 120).

<sup>18</sup> O galeão *Amersfoort* foi citado anteriormente por Boxer (1959) e Marley (2008) como tendo participado efetivamente da batalha, mas foi citado por Richshoffer (1977) como sendo um dos navios em que o capitão foi processado.

<sup>19</sup> Segundo Boxer (1959) os principais culpados foram levados a julgamento nos Países Baixos, mas ninguém foi condenado à morte. As sentenças foram de baixa desonrosa a banimento vitalício.



# Artigos

---

*José Renato Ferraz da Silveira*

---

*Aldeir Isael Faxina Barros*

---

*Mustafá Reis Dalate*

---

*Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva*

---

*Rogério de Amorim Gonçalves*

*Sandro Teixeira Moita*



# *Afflavit Deus et dissipantur*<sup>i</sup>: o conflito entre Espanha de Felipe II e a Inglaterra de Elizabeth I<sup>ii</sup>\*

*Afflavit Deus et dissipantur: the conflict between Spain of Felipe II and England of Elizabeth I*

**José Renato Ferraz da Silveira**

Doutor e mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP. Professor Associado I do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil.

## RESUMO

O presente artigo trata do confronto internacional entre a Espanha de Filipe II (1556-1598) e a Inglaterra de Elisabeth I (1558-1603) no século XVI. Conforme Kennedy (1989), a vitória de qualquer país ou colapso de outro foi geralmente consequência de prolongada luta de suas Forças Armadas, mas também da utilização mais ou menos eficiente de seus recursos produtivos em tempo de guerra e, também, da maneira pela qual sua economia vinha crescendo ou decaindo em relação às outras nações importantes. A partir de pesquisa bibliográfica, analisamos os antecedentes do conflito, a forma como a Inglaterra lidou com a ameaça Habsburgo (tronco espanhol), principalmente através de uma guerra não declarada, com as incursões dos corsários ingleses sob conivência da rainha inglesa. Portanto, esse artigo tem como propósito destacar a ascensão inglesa, a decadência espanhola e, ainda mais, revelar as estratégias políticas e militares adotadas por ambos os países na tentativa de invasão espanhola em 1588.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filipe II; Elizabeth I; Ascensão inglesa

## ABSTRACT

*This article deals with the international strife between Philip II's (1556-1598) Spain and Elizabeth I's (1558-1603) England in the sixteenth century. According to Kennedy (1989), the victory of any country or the collapse of the other was generally the consequence of a prolonged fight of their armed forces, and also the level of efficient use of their productive resource in wartimes. Another factor was the way in which their economy had been growing or declining in relation to other important nations. From bibliographic research, we analyzed the background of the conflict, the method adopted by England to deal with the Habsburg threat (Spanish branch), mainly through an undeclared war, with incursions of privateers under connivance of the British Queen. Therefore, this article has the purpose of highlighting the English rise, and the Spanish decline, also revealing the policy and the military strategies adopted by both countries in 1588 Spanish invasion attempt.*

**KEYWORDS:** Filipe II; Elizabeth I; English rise

---

\*Artigo recebido em 15 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 89-97 – 2021.

## INTRODUÇÃO

A sombra do poder hegemônico<sup>1</sup> Habsburgo pairava sobre a Inglaterra durante o governo de Elizabeth I (1558-1603). Após recusar inúmeros pretendentes e “casar com a Inglaterra”, as tensões entre ingleses e espanhóis aumentavam a cada ano.

A morte, da Rainha escocesa Mary Stuart foi mais um ingrediente indigesto na polarização entre Espanha e Inglaterra. Além das frequentes incursões dos corsários ingleses, sob o apoio disfarçado de Elisabeth, que transformaram os “incidentes rotineiros” numa franca hostilidade.

Nesse sentido, a guerra contra a Espanha, agora, era coisa certa e indubitável, em que a sorte pendia francamente a favor da Espanha, uma vez que as minas de pratas e ouro vindas do México e Peru fortificavam o poder material do Império espanhol, possibilitando ao Rei Filipe II equipar suas forças em escala jamais vista.

Eram cinco as fontes principais das finanças dos Habsburgos, com várias outras menores. A mais importante foi, de longe, o legado espanhol de Castela, já que era governada diretamente e vários impostos regulares, de diferentes tipos (sobre venda, o imposto da “Cruzada” sobre propriedades religiosas), tinham sido concedidos à Coroa pelas cortes e pela Igreja. Além disso, havia as duas mais ricas áreas de comércio da Europa – os Estados italianos e os Países Baixos – que podiam proporcionar recursos relativamente grandes com sua riqueza mercantil e seu capital móvel. A quarta fonte, que ganhava importância com o tempo, era a receita do império americano. O “quinto real” de prata e ouro ali extraídos, juntamente com o imposto de vendas, tarifas aduaneiras e tributos da igreja no Novo Mundo, proporcionavam um vasto rendimento aos reis da Espanha, não só direta, como também indiretamente, pois os tesouros americanos que ficavam em mãos de particulares,

fossem espanhóis, flamengos ou italianos, ajudavam essas pessoas e empresas a pagar os crescentes impostos e, em emergências, o monarca podia sempre tomar grandes empréstimos dos banqueiros, na expectativa de saldar seus débitos quando chegasse a frota da prata. O fato de estarem em território Habsburgo as principais casas financeiras e mercantis – as do sul da Alemanha, de certas cidades italianas, e de Antuérpia – deve ser considerado como uma vantagem adicional e como a quinta maior fonte de renda (KENNEDY, 1989, p. 50).

Os círculos governamentais – *policy makers e advisers* – da Inglaterra compreendiam bem a situação: enquanto a Espanha dominasse as riquezas do Novo Mundo, poderia lançar uma infinidade de Armadas. Assim, era fundamental para os ingleses que a riqueza adquirida no Novo Mundo não saísse de lá ou que os navios que a transportavam fossem aprisionados em alto-mar. Era a estratégia militar inglesa – a curto e médio prazo – limitar os recursos espanhóis advindos da América, minando-os pouco a pouco.

Com essa estratégia clara e definida, a esperança era de fortalecer suas próprias finanças e destruir os preparativos do inimigo contra os Países Baixos. Logo, algumas expedições não oficiais foram lançadas contra a costa espanhola e suas colônias na América do Sul.

A revolta de algumas províncias dos Países Baixos proporcionou a oportunidade ideal para a intervenção inglesa. O apoio aos rebeldes foi essencial para garantir o sucesso da revolta. A Inglaterra realizou ousada e bem-sucedida ação da política de equilíbrio de poder que passava a adotar como estratégia em suas relações internacionais (FERNANDES, 2011, p. 47).

Isso aconteceu durante certo tempo, num estado de guerra não declarada, mas logo a rainha Elisabeth se convenceu de

que tais investidas esparsas, das quais não tomava conhecimento prévio, não abalariam o Império espanhol de ultramar, nem seu poderio na Europa. Embora era preferível adotar uma política de não comprometimento, no entanto, fazer parte do campo contra hegemônico<sup>2</sup> era fundamental. Gradualmente, portanto, as expedições não oficiais logo assumiram caráter oficial<sup>3</sup>.

## DESENVOLVIMENTO

A Marinha Real inglesa, advinda dos tempos de Henrique VIII, foi reconstruída e reorganizada por João Hawkins, filho de um mercador de Plymouth, que outrora negociara com o Brasil.

Hawkins aperfeiçoara seus conhecimentos náuticos no tráfico de escravos na costa oriental da África e no transporte de negros para as colônias espanholas. Em 1573, ele foi nomeado tesoureiro e superintendente da Marinha. Além do mais, formou um competente discípulo, o jovem aventureiro de Devon, Francis Drake.

Drake ficou conhecido como o “chefe dos ladrões do mundo desconhecido”, tornou-se o “terror dos portos e dos seus navegantes”. Seu intuito declarado era forçar a Inglaterra a uma luta aberta contra a Espanha. Seus ataques aos navios espanhóis que transportavam ricas cargas de prata e ouro, as pilhagens às possessões ibéricas na costa ocidental da América do Sul em sua viagem ao redor do mundo, em 1577, bem como suas investidas em portos espanhóis na Europa, visavam levar a Espanha à guerra.

Com a experiência adquirida nos domínios da Espanha, os marujos ingleses sabiam ser capazes de enfrentar a ameaça, desde que houvesse razoável igualdade de forças. Com os navios que Hawkins construía, poderiam combater e pôr ao fundo qualquer força que os espanhóis mandassem contra eles.

Entrementes, os marujos de Elisabeth ganhavam experiência em águas inexploradas; a Espanha estava deliberadamente bloqueando o comércio de outras nações no Novo Mundo. Um cavalheiro de Devon, Humphrey Gilbert, começou a imaginar outra rota e foi o primeiro a fazer com que a rainha se interessasse pela abertura de um caminho para a China – ou Cataí, como era chamada – através do noroeste. Ele era um homem culto, que estudara a obra dos exploradores contemporâneos, sabia existirem na França e nos Países Baixos muitos aventureiros treinados na luta individual, cujos serviços poderiam ser úteis. Recrutar forças mercenárias era fundamental para o confronto com a Espanha que se avizinhava.

De acordo com Churchill (1960, p. 102), em 1576, Gilbert escreveu uma “*Dissertação para provar uma passagem pelo noroeste até a China e as Índias orientais*”. Terminava seu livro com um notável desafio: “Não vale absolutamente a pena viver se, por medo da morte ou do perigo, recusamos em servir à pátria e à nossa própria honra. A morte é inevitável, mas a glória da virtude é imortal”.

Suas ideias inspiraram as viagens de Martinho Frobisher, a quem a rainha concedeu uma licença especial de explorador: a Corte financiou a expedição de dois pequenos navios, que partiram, imediatamente, em busca de ouro. Levando mapas do gélido litoral ao redor do estreito de Hudson, Frobisher retornou, trazendo consigo exemplares de um desconhecido minério preto, e havia muita esperança de que ele contivesse ouro. Para desaponto geral, essas amostras, examinadas, revelaram-se de nenhum valor; ficou provado que aventuras nos mares do noroeste não enriqueceriam ninguém de repente.

Entretanto, Gilbert, não se deu por vencido; foi o primeiro inglês que avaliou que o valor dessas viagens não se resumia

em procurar metais preciosos. Refletindo sobre o fato de haver gente demais na Inglaterra, supôs que talvez esse excesso de população pudesse ser canalizado para novas terras. A ideia de fundar colônias na América começou então, a empolgar a imaginação de todos. Alguns espíritos mais avançados já anteviam, em sonho, uma Nova Inglaterra surgindo no além-mar; de início, os objetivos em mente eram estritamente práticos: na esperança de transportar para o Novo Mundo os desempregados e necessitados, e de encontrar novos mercados para o tecido inglês, entre os nativos.

Segundo Churchill (1960, p. 103), Gilbert obteve de Elisabeth, em 1578, privilégio “para descobrir [...] tais longínquas terras pagãs e bárbaras [...] desde que pareçam boas e dignas de serem ocupadas e habitadas”. Com seis navios tripulados por inúmeros aventureiros, incluindo seu próprio “irmão-torto” Walter Raleigh, realizou várias viagens com muita esperança, mas sem sucesso algum.

Em 1583, Gilbert apossou-se da Terra Nova em nome da rainha, mas não cuidou da colonização; resolvido a tentar de novo no ano seguinte, levantou ferros de volta à pátria, porém, o pequeno comboio encontrou mar agitado. Uma narrativa feita por certo Eduardo Hoys ainda sobrevive:

Na tarde de segunda feira, 9 de setembro, a fragata quase foi destruída por ondas violentíssimas, mas conseguiu manter-se à tona. O capitão, sentado à popa, com uma *Bíblia* nas mãos, deu vazão à sua alegria, gritando do “Hind” para nossa nau que se aproximava: “Estamos tão perto do céu, no mar, quanto em terra!” CHURCHILL, 1960, p. 103).

À meia-noite desse mesmo dia sombrio, as luzes do navio de Gilbert, o *Squirrel*, apagaram-se de súbito, morrendo o

primeiro grande pioneiro inglês no Ocidente. Walter Raleigh procurou continuar sua obra e, em 1585, uma pequena colônia foi estabelecida na Ilha de Roanoke, junto ao continente americano, e batizada de Virgínia, em homenagem à rainha. Era um território sem limites bem fixados, de que resultaram os Estados atuais da Virgínia e Carolina do Norte. Essa aventura também fracassou, como também fracassou outra tentativa semelhante, dois anos mais tarde. Mas, por essa época, a ameaça espanhola aumentava, levando a que se concentrasse na Inglaterra todo o esforço; a guerra com a Espanha acabou adiando por vinte anos qualquer atividade colonial. Conforme Churchill, a luta que se estabeleceu era desesperadamente desigual, quanto aos recursos do país, mas, os marujos da rainha haviam recebido um treinamento sem igual, que seria, de fato, a razão da salvação da Inglaterra. Mas não só. A nova tecnologia de construção de navios, com o objetivo de torná-los maiores e muito melhor armados.

De certa forma, havia tempo que os espanhóis anteviam uma campanha contra a Inglaterra, sabiam que a intervenção inglesa ameaçava seus planos de reconquistar os Países Baixos e que, a menos que a Inglaterra fosse dominada, a agitação continuaria indefinidamente.

Desde 1585, os espanhóis coligiam informes de várias fontes: exilados ingleses mandavam para Madri longos relatórios, numerosos agentes forneciam a Filipe mapas e estatísticas, os arquivos espanhóis continham vários planos esboçados para a invasão da Inglaterra e tropas não constituíam problema.

Se a ordem fosse mantida por algum tempo nos Países Baixos, uma força expedicionária poderia ser retirada do Exército espanhol; um corpo de tropa seria o suficiente e tarefa mais árdua seria a construção e o treinamento de uma frota.

A maior parte dos navios do rei da Espanha provinha de suas possessões italianas e constituía-se de embarcações construídas para navegar no Mediterrâneo<sup>4</sup>; não se prestavam, pois, para uma viagem ao largo das costas ocidentais da Europa e pelo Canal da Mancha.

Por outro lado, os galeões construídos para as rotas comerciais das colônias ibero-americanas eram também impraticáveis<sup>5</sup>. Os dois primeiros erros estratégicos cometidos pelos espanhóis. Embarcações para transitar no Mediterrâneo e galeões para as rotas comerciais das colônias ibero-americanas eram insatisfatórias e inadequadas no confronto com a Inglaterra.

## **OS PREPARATIVOS PARA A BATALHA NAVAL**

Churchill (1960) informa que, em 1580, porém, Filipe II anexara Portugal<sup>6</sup>, e os construtores navais portugueses não haviam sido dominados pelo Mediterrâneo; tinham experiência com navios próprios para a ação no Atlântico Sul e, assim, os galeões lusitanos constituíam a base da frota, então concentrada ao largo de Lisboa. Toda embarcação aproveitável foi reunida em águas espanholas, a ocidente, incluindo até os galeões particulares das escoltas de comboio, a chamada Guarda Indiana.

Ainda, Churchill (1960, p. 104) reforça que a célebre incursão de Drake em Cádiz, em 1587, fez com que os preparativos se prolongassem por mais um ano; nesse “chamuscamento da barba do rei da Espanha”, foi destruída grande quantidade de munição e navios<sup>7</sup> e, não obstante, em maio de 1588, a Armada estava pronta.

De acordo com levantamento recopilado por Churchill em sua obra, os espanhóis reuniram 130 navios, carregando 2.500 canhões e mais de 30.000 homens, dois terços dos quais, soldados.

Das embarcações, 20 eram galeões, 44 navios mercantes armados e oito galeras de Mediterrâneo; o resto compunha-se de pequenos barcos ou transportes desarmados e seu plano era subir a Mancha, recolher a bordo uma força expedicionária de 16.000 veteranos dos Países Baixos, comandados por Alexandre de Parma, e desembarcá-la na costa sul da Inglaterra.

Naquela época não havia uma divisão rigorosa entre um navio de guerra e um navio mercante; praticamente todos os navios de comércio, de bom tamanho, levavam canhões para repelir os piratas e outros predadores. Havia, porém, a tendência para a criação de Armadas reais, de modo que o monarca possuísse pelo menos certo número de navios de guerra regulares, para formar o núcleo em torno do qual se pudesse congregiar uma grande frota de navios mercantes, galeaças e pinaças armadas em tempo de guerra (KENNEDY, 1989, p. 53).

O renomado Almirante espanhol Santa Cruz não mais vivia, e o comando foi confiado ao Duque de Medina-Sidônia, que alimentava muita reserva quanto ao êxito da empresa; sua tática seguia o estilo mediterrâneo de interceptar os navios inimigos e obter a vitória por abordagem. Além disso, sua frota estava muito bem equipada para transportar grande número de homens e era forte na artilharia pesada, de pequeno alcance, mas fraca num ataque a longa distância. A tática adotada se mostrou equivocada. Os ingleses estavam bem preparados e a estratégia de confronto inglesa era a longa distância. Esse foi o primeiro erro dos espanhóis e custaria caro essa estratégia da curta distância.

De acordo com Churchill (1960), os marujos eram poucos, em comparação com os soldados, e estes haviam sido recrutados entre os miseráveis da população espanhola e eram comandados por oficiais do Exército de famílias nobres, inexpe-

rientes em combates navais. Muitas embarcações se achavam em mau estado. Água potável era guardada em pipas de madeira verde. Além disso, o comandante da Esquadra, o Duque de Medina-Sidônia, não tinha experiência em guerra naval e implorava ao rei que o poupasse dessa inédita aventura; apesar disso, o duque era líder habilidoso e diplomático que ganhara o respeito de todos os seus capitães. Contudo, este foi o segundo erro dos espanhóis: o Duque Medina-Sidônia não tinha experiência em combates navais.

Churchill (1960) afirma que, no início de 1588, a Rainha Elizabeth começou a mobilização para a guerra, a Marinha seria a primeira linha de defesa, mas era preciso organizar também Forças Terrestres. A Inglaterra não tinha Exército permanente: os homens mais capazes de cada comunidade foram reunidos em companhias locais, receberam armas e equipamentos e foram instruídos sobre o uso delas. Os governantes de cada condado foram instruídos a juntar essas companhias e colocá-las em forma; a nobreza foi chamada a fornecer cavalos e criados para a cavalaria. Com fervor patriótico, os membros da pequena nobreza apresentaram-se como voluntários e doaram fundos, cavalos, mosquetes e tantos homens quantos podiam dispensar de suas propriedades. Reuniram-se cerca de 50 mil infantes e 10 mil cavalários; 29 mil homens de Londres e do sul do país formavam a defesa pessoal da rainha. Era um número pequeno. E o medo era grande. O filósofo Thomas Hobbes, nascido no ano de 1588, diz que foi parido junto com seu irmão gêmeo: o medo.

Na foz dos estuários do Tâmis e do Medway, no Mar do Norte, ergueram-se barreiras flutuantes; se as embarcações espanholas conseguissem penetrar nas primeiras linhas de defesa, cada curva estratégica do Rio Tâmis escondia uma

plataforma de artilharia para deter os invasores com uma barragem de fogo. Mil archotes foram colocados em altos postes de ferro ao longo de toda a costa meridional e no alto de cada morro de Sussex e Kent.

Ao primeiro sinal de velas espanholas, essas cestas de piche e alcatrão seriam imediatamente acesas uma após a outra, mandando o alarme a Londres em vinte minutos ou menos. A defesa inglesa zelava pelos detalhes e o capricho de deter qualquer avanço da Invencível Armada.

## **A BATALHA NAVAL DE GRAVELINES**

Enquanto a Inglaterra esperava, as forças da invasão espanholas concentravam-se numa, aparentemente, Invencível Armada no Porto de Lisboa.

No século XVI, a Europa nunca tinha visto tantos barcos, soldados, armas e provisões reunidos num único lugar para içar velas. Ao mesmo tempo, conduzir toda essa Armada até a batalha era um momento histórico e marcante. Os espanhóis estavam orgulhosos e triunfantes. A vitória seria deles, e de Deus. A Invencível Armada dos ibéricos contra a Armada da rainha inglesa excomungada. Era novamente o reencontro de Golias versus Davi. Agora Golias não daria chance ao pequeno e miserável Davi. Filipe II dizia que nem mesmo Deus poderia confrontar com essa Invencível Armada.

Uma extensa frota espanhola partiu com 130 grandes navios de Lisboa no final de maio de 1588 e, após lutar contra fortes ventos contrários, foi obrigada a partir novamente do setentrional porto de La Coruña no final de julho.

A estratégia decidida finalmente pelo Rei Filipe II, com pouca consulta a seus comandantes, estabelecia que a Armada de Medina-Sidônia se encontraria no Canal da Mancha com uma frota de peque-

nas naves e barcaças de transporte, que traria um Exército dos Países Baixos espanhóis, comandado pelo Duque de Parma. Deu-se aí o terceiro erro estratégico: a comunicação falha. A mensagem que Medina-Sidônia mandou para Parma, anunciando sua entrada no canal, não chegou a tempo; e, em vez de encontrar-se com a frota de apoio, chefiada pelo duque, ele se defrontou com as forças da Marinha Real de Elizabeth e seus navios mercantes, prontos para bombardear as naves espanholas com fogo de artilharia.

O que era notório, em termos numéricos de navios e canhões, os combatentes se equivaliam, mas os espanhóis não estavam preparados, adequadamente, para o tipo de batalha que viria a se travar e este foi o quarto erro estratégico deles.

Seus soldados, armados com piques e mosquetes, esperavam nos conveses de seus barcos pela aproximação dos oponentes, para lutar de acordo com as regras tradicionais da guerra. Esse quarto erro estratégico somou-se ao primeiro, de modo que, a artilharia inglesa começou a bombardear à distância. Em consequência do treinamento constante e do desenho eficaz de seus canhões, os ingleses conseguiam atirar dez vezes mais rápido que os espanhóis, além disso, os artilheiros hispânicos eram continuamente atrapalhados pelo grande número de soldados que haviam sido embarcados. Assim, a inovação tática e a tecnologia naval foram determinantes para a vitória inglesa.

Em Gravelines, ao largo da costa de Flandres, entre Calais e Dunquerque, os ingleses aproximaram-se para o golpe final.

Durante a noite de 7 de agosto de 1588, oito brulotes – barcos sem tripulação, cheios de explosivos e canhões carregados, que atiravam quando o calor os atingia – foram lançados contra a formação espanhola. Em pânico, os capitães inimigos mandaram cortar as âncoras, fazendo

com que seus navios encalhassem ou fossem arrastados para longe do resto da frota. No dia seguinte, numa batalha de nove horas, os artilheiros ingleses inutilizaram mais navios espanhóis e encheram de furor outros que tentaram escapar. Deu-se então o quinto e fatal erro estratégico dos espanhóis: falta de adaptação e flexibilidade na batalha.

O que os canhões ingleses começaram, o mau tempo completou: tempestades violentas levaram os remanescentes da força de invasão para o norte, empurrando-os em torno da Escócia e, direção ao sul, até a Irlanda. Navios de guerra afundaram na Baía de Tobermory, ao largo da Ilha de Mull, uma das ilhas Hébridas, e, também, ao largo da costa irlandesa, em Donegal; um deles, levado mais para o norte do que os outros, foi a pique nas águas gélidas ao largo da Ilha Fair, entre as Órcadas e as Shetland. Tripulações foram forçadas a abandonar navios condenados a se arriscar em praias hostis. A nau capitânia de Medina-Sidônia, com o casco todo amarrado, levou um mês para voltar à Espanha. Ou seja, um *pathos* trágico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da morte de Mary Stuart e a Bula de excomunhão do Papa Pio V, a guerra da Inglaterra contra a Espanha era inevitável. Todos os preparativos para defender-se da invasão da Armada espanhola foram executados. Viagens ao redor do mundo, saques e pilhagens ao ouro e prata espanhol trazidos da América, modernização da frota inglesa, novas estratégias de combate naval, inexperiência do comandante espanhol e as tempestades foram alguns dos fatores que condicionaram a vitória inglesa contra a Invencível Armada espanhola.

Para a opinião pública inglesa, porém, a derrota da Invencível Armada foi recebida como um milagre, pois havia decênios

que a sombra do poderio espanhol pairava sobre o cenário político. Um impulso de religiosa emoção tomou conta de todos e foi cunhada uma das medalhas para comemorar a vitória que trazia a inscrição: “*Afflavit Deus et dissipantur*” (Deus soprou e eles foram para longe) (CHURCHILL, 1960, p. 109).

O episódio no Canal da Mancha foi decisivo para que os ingleses compreendessem a vantagem estratégica que uma Marinha de Guerra profissional poderia significar. A insularidade e a Força Naval determinaram os rumos do destino inglês. Com uma Marinha Militar regular durante a guerra civil inglesa, as inovações táticas introduzidas gradativamente e a tecnologia na construção de navios mais portentosos deram o grande impulso que tornou a Inglaterra a maior potência naval do mundo até o século XX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURSCHEID, Junior Ivan. Hegemonia e contestação: a aproximação de Caetano Veloso à teoria crítica coxiana. In: *Revista Interação*, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 256-337, Jul./Dez., 2013.

\_\_\_\_\_. Hegemonia e ordem mundial pós-Guerra Fria: uma análise coxiana das Relações Internacionais. In: *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, ano 7, ed. 18, p. 15-43, Set./Dez., 2014.

CHURCHILL, Winston. *História dos povos de língua inglesa: o novo mundo*. Trad. Enéas Camargo. São Paulo: IBRASA, 1960, pp. 102-109.

FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 47.

KENNEDY, Paul. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. In: *Ascensão e queda das grandes potências*. 20 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989, p. 39-77.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. *A tragédia da política em Ricardo II*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2014.

---

## NOTAS

<sup>i</sup>Deus soprou e eles foram para longe.

<sup>ii</sup>Trabalho apresentado, parcialmente, no IX Encontro Nacional de Estudos de Defesa (ENABED), em 2016. O presente artigo possui especificidades e aspectos originais em relação ao trabalho apresentado no referido evento. E também há elementos analíticos da minha tese de doutorado que estão presentes na obra *A tragédia da política em Ricardo II* (SILVEIRA, 2014).

<sup>1</sup> A hegemonia no Sistema Internacional é caracterizada por duas ferramentas para seu exercício, o consenso e a coerção. O consenso prevalece, sendo que a coerção é utilizada apenas nos casos marginais e desviantes. O consenso é logrado com a difusão de um projeto político-ideológico com pretensões de universalização, juntamente com a institucionalização de normas e regras de conduta que possibilitem a liderança da potência hegemônica.



A hegemonia visa, em suma, a aquiescência dos dominados e, mesmo, dos rivais, reduzindo os custos da preponderância no Sistema Internacional (BOURSCHEID, 2013; BOURSCHEID, 2014).

<sup>2</sup> A contra hegemonia pode ser exercida de duas formas: a contestação, fundamentalmente por parte dos Estados marginalizados do sistema, e que se opõem aos desígnios da potência hegemônica, comumente prezando por uma postura autonomista; e a rivalidade, observada na postura de Estados que rivalizam com a potência hegemônica na busca pela liderança do sistema. Ambas as posturas podem dar origem a novos projetos político-ideológicos, sendo que a rivalidade leva a substituição da potência hegemônica, enquanto a contestação desestabiliza a liderança, mas não fornece uma alternativa hegemônica imediata (BOURSCHEID, 2013; BOURSCHEID, 2014).

<sup>3</sup> Nas relações internacionais, é muito tênue a linha entre o discurso oficial e o oficioso.

<sup>4</sup> A tartana é também um tipo de embarcação mediterrânea nos seus caracteres essenciais. Este barco, comum à Espanha e a outros países entre os quais a Itália, com um só mastro e equipada à latina, tem a proa projetada para o alto de acordo com a concepção grega, mas tem também um floco triangular.

<sup>5</sup> Galeão é uma embarcação que se distingue dos restantes navios do mesmo tipo pelo fato de possuir quatro mastros, de alto bordo, armado em guerra, frequentemente utilizado no transporte de cargas que possuíam alto valor na navegação oceânica entre os séculos XVI e XVIII. Alguns tinham 1200 toneladas e 40 bocas de fogo. O número de velas era variável e tinham duas ou três cobertas. Uma das suas características é a existência do chamado "castelo", à sua popa, apresentando até à proa uma pequena curva.

<sup>6</sup> Com a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, Filipe II estabeleceu a união das monarquias ibéricas.

<sup>7</sup> Sir Francis Drake destruiu 24 barcos que tinham sido preparados para a invasão da Inglaterra e varreu uma parte considerável dos suprimentos das forças espanholas. Enquanto a fumaça se dissipava, Drake seguia para os Açores, onde esperava tomar alguns dos navios que sabia estarem se dirigindo à Espanha com especiarias da Índia e prata da América.

# Abordagem aos Encouraçados no Tagy<sup>i\*</sup>

## *Abordaje a Los Acorazados en Tajy*

**Aldeir Isael Faxina Barros**

Pesquisador autônomo que se dedica aos estudos sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, mais especificamente no tocante à guerra fluvial. Possui publicações em eventos regionais, internacionais e revistas ligadas à temática.

### RESUMO

A Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai foi permeada por diversos combates de abordagem devido às características geográficas das zonas de conflito, formadas por diversos rios. Este escrito tem por finalidade analisar o ataque ocorrido contra o Encouraçado *Barroso* e o Monitor *Rio Grande*, ancorados próximos à bateria de Tagy. Para tal, foram cotejadas informações oriundas de jornais do período, livros e documentos produzidos pela Marinha Imperial, além de também ser analisada a produção iconográfica referente ao fato. Após a análise dos materiais elencados como fontes, foi possível inferir os motivos, meios e finalidades que resultaram em tal abordagem. Devido à resistência das guarnições e à cooperação com as forças terrestres, a tropa assaltante foi derrotada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abordagem fluvial; Campanha de Humaitá; Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

### RESUMEN

*La Guerra de la Triple Alianza contra la República del Paraguay estuvo impregnada por varias acciones de abordaje debido a las características geográficas de las zona de conflicto, constituida por abundantes cursos fluviales. El propósito de este trabajo es analizar el ataque al acorazado Barroso y el monitor Rio Grande, anclado cerca de la batería de Tajy. Para ello, se cotejó información de periódicos de la época, libros y documentos elaborados por la Armada Imperial, además de analizar la producción iconográfica relacionada con el hecho. Después de analizar los materiales listados como fuentes, fue posible inferir las razones, medios y propósitos que motivaron tal abordaje. Debido a la resistencia de las guarniciones y la cooperación con las fuerzas terrestres, las tropas atacantes fueron derrotadas.*

**PALABRAS CLAVE:** *Abordaje fluvial; Campaña de Humaitá; Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay*

### INTRODUÇÃO

A guerra contra a República do Paraguai, iniciada em 1864 com uma campanha ofensiva por parte das tropas paraguaias, passou a ter uma nova roupagem após a derrota na Batalha de Riachuelo em 11 de junho de 1865. Isso obrigou, em parte, o retraimento das tropas paraguaias para solo pátrio. As forças aliadas se prepararam para a invasão do território inimigo. O desembarque em Passo da Pátria iniciou a ofensiva aliada. A estraté-

\*Artigo recebido em 18 de junho de 2020 e aprovado para publicação em 3 de março de 2021.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 98-114 – 2021.

gia empregada consistiu na utilização da Marinha Imperial como suporte logístico do Exército, além de destruir o restante da Marinha paraguaia e combater as fortificações erigidas ao longo do Rio Paraguai e seus tributários.

A derrota em Curupaiti (22 set. 1866) restringiu por um longo período as ações aliadas, tendo, inclusive, influenciado a mudança no comando das forças imperiais. Em 15 de agosto de 1867, uma divisão de dez encouraçados forçou o passo de Curupaiti, iniciando o canhoneio contra Humaitá. A tomada da barranca de Tagy, situada acima de Humaitá e na margem esquerda do Rio Paraguai, forneceu suporte logístico para que os encouraçados forçassem o passo daquela fortaleza.

A passagem de Humaitá só veio a ocorrer em 19 de fevereiro de 1868, onde seis navios encouraçados superaram as defesas impostas pela geografia e pelas tropas paraguaias. Durante o forçamento, o Monitor *Alagoas* ao passar por Timbó – posição artilhada acima de Humaitá e do lado direito do rio - sofreu uma tentativa de abordagem por meio de canoas.

Com essas ações a praça de Humaitá passou a ter contato e se abastecer graças a um longo caminho aberto no Chaco, que ligava Humaitá a Timbó e este ponto a Monte Lindo, situado um pouco acima da foz do Rio Tebiquari. Entretanto, as dificuldades de manter a fortaleza diante do assédio aliado, provavelmente influíram na concepção de um plano de abordar os navios situados entre Humaitá e Curupaiti. Tal evento ocorreu na madrugada de 2 de março de 1868. Após uma renhida luta e tenaz resistência por parte dos abordantes, estes sucumbiram perante a superioridade da Marinha Imperial.

No dia posterior, 3 de março, o Presidente Francisco Solano López deixou Humaitá com destino à estância de San Fernando, situada próxima à desembocadura do Rio

Tebiquari, onde foi formado um acampamento e reorganizado o Exército. Diante das dificuldades geradas pelo cerco, as tropas paraguaias foram se retraindo para o quadrilátero de Humaitá. O Marquês de Caxias, ciente da utilização da via do Chaco para a manutenção da fortaleza, organizou em maio de 1868 a ocupação desse local por forças argentinas e brasileiras, comandadas pelo General Rivas. Diante disto e com o corte da linha telegráfica do Chaco que ligava Humaitá a Timbó, a praça estava seriamente isolada, incapacitada de receber suprimentos e somente através de audazes emissários mantinha comunicação com o Marechal López.

*A priori*, ferrenhos combates foram travados no Chaco. As forças comandadas pelo Coronel Bernardino Caballero – responsável por Timbó – objetivavam expulsar as tropas aliadas. Foram tomadas diversas medidas no intuito de evitar a fuga dos remanescentes de Humaitá. As informações de desertores e prisioneiros paraguaios suscitavam rumores que as forças acampadas no Tebiquari iriam atacar Tagy, em socorro dos defensores de Humaitá. Diante dessa situação crítica para os paraguaios, um novo plano de abordagem aos navios brasileiros foi idealizado, sendo colocado em prática na noite de 9 de julho de 1868.

### UMA ABORDAGEM ESPERADA?

Findado o combate de abordagem em Tagy, realizou-se o interrogatório dos prisioneiros. O relato do 2º Sargento José Fructo Guerreiro é digno de nota e será apresentado por conter importantes informações balizadoras que serão abordadas e discutidas ao longo do trabalho.

José Fructo Guerreiro, sargento 2º do 8º batalhão de infantaria, natural de Quiquió, com 23 anos de idade e três de serviço militar. Declarou: que há 2 meses López fez tirar gente

escolhida de todos os corpos de infantaria, cavalaria e de marinha e com eles organizou o corpo denominado – de marinheiros voga – avante (marinheiros vogavante) – composto de 250 praças e 20 oficiais, destinado a tomar por abordagem os nossos encouraçados. Que este corpo levou a fazer, em todo aquele tempo, exercícios adequados ao fim a que se propunha, na costa do Paraguai. Que há 12 dias tiveram ordem de passar para o Chaco e vir tomar os nossos dois encouraçados, que López supunha estarem fundeados na embocadura do rio Vermelho; que trazendo para tal fim as 20 canoas, em carretas por terra, as foram largar sobre o mesmo rio; vieram depois observar, e não tendo encontrado ali os mencionados encouraçados, deram disto conhecimento a López, que então ordenou que mandassem examinar onde se achavam; e sabendo que em Tagy, determinou que os fossem buscar. Que em vista desta ordem, saíram à meia-noite do dia 9 e vieram em 20 canoas, perfazendo duas divisões de 10 canoas cada uma, destinadas a tomar os dois encouraçados, vindo em cada uma delas 2 sargentos, 2 cabos e oito praças e bem assim cinco granadas de mão, três lanças, 12 sabres, e 2 espingardas, 12 pacotes de cartuchos; 1 foguete a congreve, e 1 tubo cheio de um misto de cuja inflamação resultava a morte por asfixia ou envenenamento. Que cada divisão era dirigida por 10 oficiais, sendo entre eles 2 de marinha. Que vinham também alguns maquinistas e um vaqueano, mas que não sabe se estes maquinistas eram ingleses ou não, visto falarem perfeitamente o Guarany, e por isso supõe serem paraguaios [...] (OSÓRIO; OSÓRIO, 1915, p. 437).

O ataque aos navios e o relato do Sargento Guerreiro coincidem com uma informação transcrita no dia 9 de junho de 1868 pelo Exército Imperial. Um prisioneiro obtido nas proximidades do arroio Jacaré por forças do Brigadeiro João Manuel Menna Barreto, que havia sido incumbido de realizar uma exploração – combinada com navios da esquadra – até próximo ao Rio Tebiquari, informou que o Marechal López pretendia abordar novamente navios encouraçados. O Diário do Exército registrou o fato da seguinte forma:

Fez-se o interrogatório ao prisioneiro vindo ontem de nome Evaristo Chamorro, 2º Sargento do regimento N° 12 da cavalaria inimiga, com 24 anos de idade e quatro de serviço militar.

Fez ele importantes revelações, entre elas a de que López tencionava mandar tomar por abordagem o monitor existente no Tagy, para cuja empresa havia já organizado uma força, cujo comando seria confiado ao alferes Cypriano Vellaco, que fizera parte da força que na madrugada de 2 de março último fora abordar os nossos encouraçados abaixo de Humaitá (DIÁRIO DO EXÉRCITO /n: RIHGB, 1926, p. 396).

Durante o decorrer da guerra era comum o envio de partes oficiais, mapas, esboços, cartas, entre outros, para serem publicados nos jornais e revistas dos países envolvidos. A informação do Sargento Chamorro foi reproduzida em ao menos nove periódicos<sup>1</sup> de diversas províncias do Império do Brasil até a data da abordagem. Arthur Silveira da Motta – o Barão de Jaceguay – havia recebido uma licença médica (fato corriqueiro durante a guerra, onde os solicitantes nem sempre estavam doentes, mas contavam com a simpatia de médicos e autoridades) para retornar ao Rio de Janeiro por três meses

para tratar de sua saúde, entretanto, havia prorrogado sua partida esperando que ocorresse a abordagem. Logo após o ataque a licença foi novamente requerida. O mesmo oficial também confidenciou em carta ao seu pai, datada de 8 de julho, que esperava uma abordagem ao seu navio (JACEGUAY, 1984). Deste modo, o ataque era de conhecimento prévio, até mesmo no império. Só restava saber quando e como aconteceria.

### OBJETIVOS DO ATAQUE

A abordagem aos encouraçados no Tagy deveu-se majoritariamente pela necessidade de manter a fortaleza de Humaitá. Ao observar o decorrer da campanha homônima, do retraimento à evacuação daquela praça forte pelo Exército paraguaio, a ocupação do Chaco impossibilitou o recebimento de suprimentos, ficando patente que a fortaleza não poderia ser mantida. Nesse sentido, George Thompson (1968)<sup>2</sup> e Juan Crisostomo Centurión (1897) são acordes em amparar a ideia de que a abordagem aos encouraçados no Tagy objetivava de algum modo evitar a queda de Humaitá.

No entanto, esses mesmos autores – também corroborados pela declaração do oficial paraguaio prisioneiro Manuel Palacios em 1870<sup>3</sup> – indicam que o Marechal López visava obter tais embarcações de modo a reverter o curso da guerra, expulsando das águas do Rio Paraguai a Marinha Imperial.

Fato que foge da área estratégica, entretanto que não deve ser considerado, reside no sentimento de desforra, pois cinco encouraçados *a priori* encomendados pelo governo paraguaio vieram a ser adquiridos e utilizados pela Marinha Imperial

Brasileira (GRATZ *In*: RMB, 1999). Solano López tinha ciência, desde o princípio, sobre a deficiência de sua Marinha. Em uma visão geral do conflito, os planos e as tentativas de conseguir outras embarcações fizeram parte de, praticamente, todas as fases da contenda.

### PLANEJAMENTO E CENÁRIO DO EMBATE

O historiador paraguaio Efraim Cardozo (1906-1973) em sua obra *Hace Cien Años* fornece importantes dados acerca da preparação paraguaia para o ataque. Infelizmente, os diversos despachos telegráficos entre o Marechal López e o Coronel Bernardino Caballero não são referenciados. O plano de ataque foi traçado quando Caballero (Comandante de Timbó) foi a San Fernando conferenciar com o Marechal López. Desta entrevista ficou acertado que as forças postadas em Timbó deveriam cooperar com a ação (CARDOZO, 1977).

O plano paraguaio foi idealizado no intuito de abordar uma única embarcação. Conforme o cerco a Humaitá se fechava através da ocupação do Chaco, surgiam desertores afiançando que as forças postadas no Tebiquari iriam atacar as linhas brasileiras, patrulhas na direção de Pilar pareciam confirmar isso. Diante desse cenário, o Marquês de Caxias ordenou que o Monitor *Rio Grande* fosse ancorar próximo ao Tagy, de modo a auxiliar com sua artilharia a defesa do ponto. O monitor chegou no dia 18 de maio de 1868. Outro monitor – o *Alagoas* – esteve em Tagy no início deste mês e foi utilizado para canhonear uma força de infantaria vinda em dois vapores que desembarcava em Pilar (DIARIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926).

Neste momento, enquanto o *Rio Grande* estava em Tagy, os outros cinco navios se revezavam em canhonear Timbó e Humai-

tá; transportar tropas e suprimentos para os milhares de homens postados no Chaco; além de um deles ter que forçar regularmente a bateria de Timbó para se abastecer de combustível, munição e suprimentos em Tagy e transportá-los aos demais navios abaixo do Timbó. Expedições ao Tebiquari eram também frequentes. Entre os dias 4 e 11 de junho, um reconhecimento combinado com o Exército foi levado a cabo por quatro navios à foz do Tebiquari.

No regresso dos navios, enquanto se supriam em Tagy, Caxias obteve a declaração supracitada do Sargento Chamorro e “em vista das revelações feitas pelo referido prisioneiro deu S. Ex. os necessários avisos e ordens tendentes a evitar que se realizassem os planos que concebia o inimigo sobre o nosso monitor” (DIARIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926, p. 397). Tais ordens consistiam em manter o *Barroso* junto ao monitor em Tagy e ambos se prepararem para o golpe de abordagem, em consonância com as tropas do Exército.

As tropas paraguaias empregadas para o assalto às embarcações foram denominadas “Bogavantes”, também chamadas de “Vogavantes”. Convém citar que tal denominação a princípio foi empregada para denominar as tropas que construíam e manejavam canoas desde o começo da guerra. Porém, durante a campanha de Humaitá (1866-1868) o termo Bogavante foi utilizado em referência aos soldados que abordaram os encouraçados da Marinha Imperial.

Esses assaltantes foram removidos de diversos corpos de infantaria, cavalaria e Marinha, sendo elegidos por seus superiores segundo características definidas com relação à bravura, além de serem exímios nadadores. Tal formação foi remetida para uma região situada na parte superior da foz do Tebiquari em um local onde o Rio Paraguai possuía um canal, denominado arroio Recodo, ali foram exercitados para a prática de abordagem, usando para tal os vapo-

res paraguaios que ficavam estacionados nessa paragem (THOMPSON, 1968).

Tagy se localizava em uma barranca elevada, na margem esquerda do Rio Paraguai. Havia sido erigido um forte com diversas peças de artilharia de campanha de modo a obstar a navegação. Na parte superior se projetava o acampamento de diversos batalhões do Exército. De Tagy partia um fio telegráfico para o quartel-general brasileiro em Tuyu Cué. A comunicação foi interrompida no dia 9 de julho, o fio fora cortado próximo à mata do Potreiro Ovelha “por um paraguaio que depois do ato foi observado pelas nossas vedetas de cavalaria, mas que sendo perseguido pelas mesmas, conseguira evadir-se pela mata, donde havia surgido” (DIARIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926, p. 426-427).

Efraim Cardozo (1977) demonstra uma participação telegráfica do Marechal López ao Coronel Caballero, datada do dia 5 de julho, onde foi mencionado que os Bogavantes haviam iniciado marcha pela estrada do Chaco, com o objetivo de alcançarem o leito do Rio Vermelho. Deste local partiriam para abordarem os navios no Rio Paraguai, visto que a foz daquele se localizava pouco acima de Tagy.

Como já citado, a inexistência de fontes do trabalho de Cardozo (1977) dificulta, em parte, o entendimento dos meios empregados. A cooperação relacionada às tropas em Timbó por ora aparentam indicar que criariam uma manobra de distração naquela região caso os navios abaixo deste ponto avançassem; em outro momento apresentam indícios que aqueles navios também poderiam ser abordados; e, por fim, que uma das divisões que abordaram os navios eram comandadas por um oficial do Timbó.

Cardozo (1977) escreveu que nos dias 6, 7 e 8 não se avistaram os navios a serem abordados na foz do Rio Vermelho. No dia 21 de junho, o *Barroso* e o *Rio Grande*

praticaram uma exploração ao Tebiquari. Ao retornarem, em parte oficial a Delfim Carlos de Carvalho (o Barão da Passagem), Jaceguay informou que os paióis de combustível estavam quase vazios e que necessitava remediar avarias no maquinismo da embarcação em local seguro e que “por estes dias irei bombardear o Timbó pela parte de cima, como V. Ex<sup>a</sup> prescreveu-me em minhas instruções” (JACEGUAY, 1984, p. 313). É plausível que entre os dias 6 e 8 de julho o par de navios não estivesse em Tagy, estando nas proximidades de Timbó.

Entretanto, no dia 9 os navios foram avistados próximos à bateria de Tagy. A chefia da expedição paraguaia estava a cargo do Ajudante de Ordens Major Francisco Lino Cabriza (Figura 1) e não de Cypriano Vellaco como dito pelo Sargento Chamorro. Outros nomes foram citados por Efraim Cardozo (1977), como o Capitão Ignacio Coni Caballero, o Comandante José Manuel Montiel e o Segundo-Tenente Octaviano Bogarin, comissionados para a expedição.



Figura 1: provavelmente a única fotografia conhecida do Major Francisco Lino Cabriza. Fonte: cortesia do historiador uruguaio Alberto Del Pino Menck

O Encouraçado *Barroso* (Figura 2) estava ancorado em frente ao Canal da Monterita e acima da bateria de Tagy, local com melhor ancoradouro e com vistas a cobrir o flanco do abarracamento do Exército naquela posição. Neste ponto, estava fora do raio de alcance da artilharia do Forte de São Gabriel, em Tagy. O *Rio Grande* estava abaixo do *Barroso* e próximo à margem esquerda do rio. Como sabiam que poderiam ser abordados, provavelmente ambas as embarcações conservavam o vapor no limite para poderem se mover em poucos minutos, caso necessitassem. O que de fato veio a ocorrer. A planta nº 9<sup>o</sup> da obra compilada pelo engenheiro Emílio Carlos Jourdan (1871) fornece uma excelente perspectiva da geografia do cenário desse combate.



Figura 2: Encouraçado *Barroso*, provavelmente fotografado no pós-guerra. Fonte: catálogo do site Levy Leiloeiro®

A altura da borda livre dos navios abordados era exígua. O *Barroso* possuía uma borda livre de 1,7 m, entretanto, deste valor, 1,1 m se tratava de uma borda removível, só utilizada para navegações oceânicas. Na Figura 2, o navio está equipado com esse tipo de borda, que também pode ser nomeada de borda falsa. Para o navio utilizar sua artilharia, era necessária a remoção do mencionado equipamento, assim, restava 60 cm de altura em relação ao nível do rio ao convés. O Monitor *Rio Grande*, por sua própria classe, possuía também uma diminuta borda livre (GRATZ, 1999-2000). Ambos, então, eram facilmente abordáveis.

Um recurso utilizado nas “embarcações de madeira” do período consistia na instalação de redes antiabordagem. Entretanto, caso fossem instaladas nos navios encouraçados impediriam o uso de sua artilharia, pois caso fosse disparada acabaria por destruir essa proteção. Um navio inimigo com costado alto também poderia lançar seus abordantes sobre a proteção. O meio defensivo empregado em tais situações de combate consistia em adentrar toda a tripulação na embarcação e realizar a defesa dessa posição, com exceção de uma estrutura presente sobre a casamata do Encouraçado *Barroso* que será tratada adiante.

Os Bogavantes, em número aproximado de 270 homens, vieram em 20 canoas, em pares, atreladas por uma corda à popa para que a força da correnteza prendesse uma a cada lado da proa da embarcação abordada. Foram levadas pela corrente do rio, entretanto, alguns homens estavam munidos de remos, que ao menor sinal de detecção deveriam ser utilizados. Como em 2 de março de 1868, foram utilizadas plantas aquáticas para mimetizar os pares de canoas com as ilhas flutuantes – as quais davam o nome de camalotes – que passavam arrastadas pela correnteza nas enchentes. Como naquele período uma grande enchente estava ocorrendo, existia uma profusão daquelas vegetações sendo levadas rio abaixo. Após saírem do Rio Vermelho costearam a parte oeste da Ilha da Monterita, saindo no canal homônimo em frente ao Encouraçado *Barroso*.

## O COMBATE E SEU DESENLACE

Infelizmente não são disponíveis muitas fontes paraguaias sobre esse combate. Basicamente existem os relatos de Thompson e Centurión, sendo que este teve, visivelmente, forte influência daquele, ao escrever sobre a abordagem em Tagy. Diante disto, foram utilizadas, além dos

materiais supracitados, as partes oficiais remetidas entre o comandante do *Barroso* para Caxias e para o Barão da Passagem, além da correspondência dessas com demais autoridades. Nesta pesquisa não foi possível encontrar a parte oficial remetida pelo imediato do Monitor *Rio Grande*, o que aclararia parte do embate.

Thompson (1968) e Centurión (1897) indicam que das duas divisões de canoas apenas a que se dirigiu ao monitor conseguiu abordá-lo, visto que a guarnição do *Barroso* pressentiu o ataque e imediatamente rechaçou os Bogavantes. Seguindo o relato destes autores, posteriormente este encouraçado teria se aproximado do monitor e disparado tiros de metralha sobre os atacantes, auxiliando-o. Fato também ocorrido no combate de 2 de março, pelos navios abaixo de Humaitá.

Em contrapartida, segundo Jaceguay (1984), no momento da abordagem o Encouraçado *Barroso* encontrava-se fundeado acima do Tagy, na saída do Canal da Monterita e na entrada de uma lagoa próxima ao acampamento. Tal disposição foi explicada pelo comandante do encouraçado, que o procurou devido ao péssimo ancoradouro próximo à bateria de Tagy, local que já havia perdido uma âncora, além de que, com essa nova posição, pôde-se flanquear o acampamento das forças de infantaria do Exército.

O mesmo autor escreve que o Monitor *Rio Grande* estava fundeado pela popa de seu navio, junto à mata da margem esquerda do rio. A distância entre os dois navios era de “meia amarra” sendo que o monitor se achava mais encostado à margem esquerda do rio. Sobre o auxílio da bateria em caso de abordagem, em sua parte oficial fica claro que “nas condições, pois, em que me achava, nenhuma proteção podia oferecer-me a bateria, sem que movesse o navio de modo a ir ficar debaixo dela” (JACEGUAY, 1984, p. 314).



Às 11h50, do dia 9 de julho, os Bogavantes foram pressentidos pelo Oficial de Quarto, 2º Tenente Alfredo Pereira de Araujo Neves. Este chamou a guarnição a postos e iniciou a defesa do navio. Sobre o momento, Jaceguay menciona que “com o ruído das armas corri a casamata e ao chegar ali ainda nenhum paraguaio havia saltado no convés deste navio, que, entretanto, já estava cercado de canoas da casamata para avante” (JACEGUAY, 1984, p. 314).

Um excerto do diário do prático do *Barroso*, Capitão-Tenente Fernando Etchebarne, corrobora com o relato de Jaceguay, visto que, segundo este, o Monitor *Rio Grande* não foi abordado no mesmo momento que o *Barroso*. Etchebarne anotou que

às 11  $\frac{3}{4}$  da noite fomos abordados pelo inimigo, primeiro o encouraçado *Barroso* que se encontrava à frente e depois o *Rio Grande* por mais de 20 canoas tripuladas cada uma por 12 homens e um oficial, o assalto que nos trouxe o inimigo foi dado com ímpeto e valor, tinham em seu poder todo o necessário, como granadas de mão e tubos carregados com materiais asfixiantes para quando nos encerrássemos no interior no navio, enquanto fomos abordados tratamos da defesa e de manobrar de modo que pudéssemos salvar nosso companheiro o monitor *Rio Grande*, que também foi abordado na mesma ocasião (JACEGUAY, 1984, p. 362, tradução nossa<sup>7</sup>).

Assim que os Bogavantes subiram no *Barroso*, “trataram de tomar a bossa a amarra para que o navio não pudesse cair a ré, isto debaixo de fogo vivo de fuzilaria; vê, pois, o esforço que fazem eles para obter um encouraçado” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 26 jul. 1868). Impossibilitados de içar a âncora, planejavam, provavelmente, impedir que o encouraçado se postasse mais abaixo do ponto, na

posição em que as baterias pudessem o acertar com metralha e disparos da infantaria pelos assaltantes, além ser possível o emprego do canhão do monitor, que não fora ainda abordado.

Toda a guarnição estava a postos, combatendo. Os disparos e golpes com armas brancas (chuços, piques, machadinhas etc.) surgiam das escotilhas, portinholas e seteiras. Entretanto, os encouraçados que possuíam casamatas estavam equipados com uma espécie de amurada sobre elas (Figura 3). No *Barroso*, essa construção sobre a sua casamata muito contribuiu para a defesa durante a abordagem. Sobre tal estrutura, ainda em 1866, o engenheiro André Rebouças visitando um conhecido seu a bordo do *Barroso* registrou:

O encouraçado *Barroso* e todos os outros trazem efetivamente sobre as casamatas uma espécie de capoeira descoberta, formada por pranchões de pinho de 3 polegadas reforçados por uma chapa de ferro de 2 mts. (milímetros) de espessura.

Há uma fresta por todo o perímetro á meia altura, pela qual só se poderá atirar de joelhos. Uma tal obra só pode defender de fogos de fuzilaria; bastará uma bala de artilharia para destruí-la totalmente comprometendo fatalmente todos os que aí se acharem (REBOUÇAS, 1866, p. 29).

Essa estrutura auxiliou sobremaneira na defesa do navio. Sete homens guarneceram e mantiveram esta posição durante todo o combate. Se os Bogavantes ali subissem não poderiam ser hostilizados pela marinhagem do interior do navio. Os assaltantes que estavam sobre o convés permaneciam sujeitos às pontarias oriundas da casamata, que partiam pelas diversas aberturas existentes, além daquelas dos soldados postados na parte superior desta.

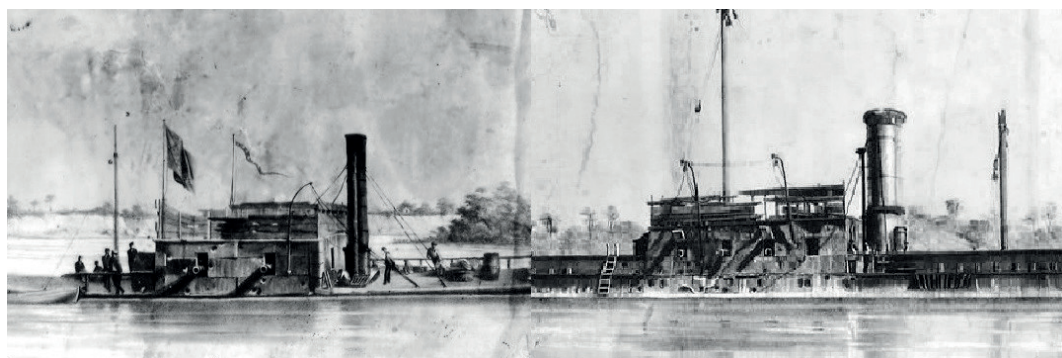


Figura 3: Encouraçados *Tamandaré* (esq.) e *Brasil* (dir.) após o ataque a Curupaiti (22 set. 1866) (detalhes). Fonte: litografias. Anon. da Offc. de Pelvilain (Buenos Aires). (Atribuídas a Adolf Methfessel)

O capitão do *Barroso* mencionou que reservou “as metralhas com que estavam carregadas as peças de vante para quando o inimigo ocupasse em massa o convés; assim foi que o efeito destes projéteis produziu um estrago considerável em um grande grupo de paraguaios, quando empreguei-os oportunamente” (JACEGUAY, 1984, p. 314). Essa tática deriva da experiência da abordagem de 2 de março, onde uma vez que o canhão era disparado os serventes da peça de artilharia tinham que colocar as hastes dos soquetes para fora da casamata de modo a introduzi-los nos canhões. Assim, ou esses eram-lhes arrebatados ou os serventes feridos. Com o navio abordado, depois de um disparo, dificilmente o canhão seria novamente carregado, enquanto no convés existissem Bogavantes vivos.

Partindo dessa estratégia, Jaceguay (1984, p. 317) relata que quando cerca de 30 Bogavantes se agruparam na proa de seu navio “um só tiro de peça de calibre 120 bastou para varrer o convés, onde só ficaram cadáveres ou corpos de moribundos”. Parte dos abordantes que estavam nas últimas canoas ainda buscavam atracar. Os sobreviventes decidiram ir para a popa do *Barroso*, mesmo nas canoas, onde encontraram a mesma defesa, pois ali havia, provavelmente, mais dois canhões carregados.

O *Barroso* começava a se mover para trás, com o intuito de se aproximar do

monitor, para que este metralhasse o seu convés, ou ainda, para postar-se debaixo da bateria de Tagy. O navio executava essa manobra “arrastando a âncora”, devido aos Bogavantes terem impedido o içamento desta. Concomitantemente, o *Rio Grande* “seguia avante e metralhava as canoas já viradas, ou cheias d’água, pelo movimento do hélice” (JACEGUAY, 1984, p. 317). Seguindo o relato, quando os Bogavantes observaram o monitor já próximo ao *Barroso* (ver Figura 4), partiram na direção daquele em uma de suas canoas e em uma embarcação do encouraçado.



Figura 4: abordagem do Encouraçado *Barroso* e Monitor *Rio Grande*<sup>9</sup> – Edoardo De Martino. Fonte: acervo do Museu Histórico Nacional – Cortesia de Álvaro Saluan da Cunha

Quando esses assaltantes chegaram ao monitor, seu comandante – Capitão-Tenente Antonio Joaquim – com algumas praças da guarnição sobre o convés tentaram debalde impedir que o *Rio Grande* fosse abordado. Este ato resultou no desaparecimento desse chefe e ferimentos

entre seus marinheiros, sendo o navio a partir de então comandado pelo imediato. O desaparecimento de Antonio Joaquim gerou boatos que ele havia sido aprisionado, o que se dissipou no dia 16 do mesmo mês. Seu cadáver foi encontrado boiando em avançado estado de decomposição na mesma região de Tagy, sendo sepultado na barranca homônima.

De Tagy, as forças do Exército assim que ouviram o iniciar do combate foram dispostas pelo comandante da posição – Brigadeiro José Manuel Menna Barreto –, visto

que o General Victorino Monteiro se achava doente, e “prontamente formados os corpos deste Exército, coloquei o 40<sup>o</sup> de voluntários sobre a margem do rio, em linha, para com os fogos fazer abortar o plano do inimigo” (ver Figura 5) (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 25 jul. 1868). O resto da tropa ficou de guarda no reduto para proteger a posição, outra seção foi incumbida de alertar os postos da cavalaria que se achavam a certa distância e em várias direções. Esperava-se um ataque por parte das tropas postadas no Tebiquari, o que não ocorreu.

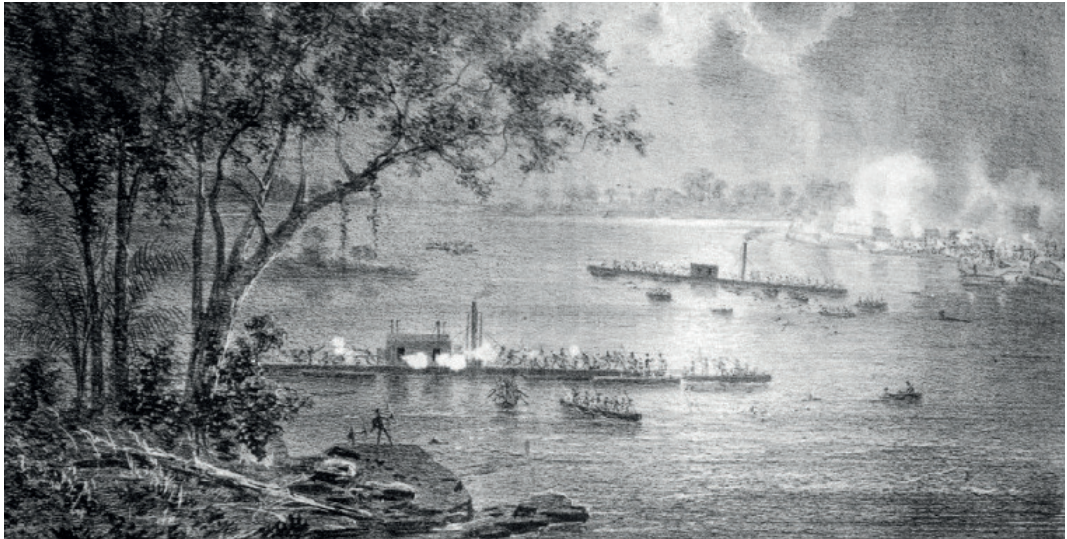


Figura 5: representação da abordagem aos encouraçados, ao fundo a direita pode ser avistado Tagy. Fonte: suplemento da *Semana Illustrada*, 2 ago. 1868<sup>9</sup>

Com o intento de abordagem frustrado, os Bogavantes sobreviventes buscavam alcançar as margens a nado ou nas canoas que restaram. Menna Barreto escreveu que

contra os que passaram em canoas pela frente das baterias do reduto, mandei fazer fogo de metralha pela nossa artilharia e de fuzilaria pelas praças que guarneciam o parapeito. Aos que seguiram entre esta posição e o Pilar pela margem do rio mandei perseguir por força de infantaria, apoiada por cavalaria do lado do campo (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 25 jul. 1868).

O *Barroso*, após realizar o movimento de arraste da âncora e suprimir a abordagem, se postou próximo à bateria de Tagy. Os oficiais e a guarnição, já senhores do navio, foram confundidos pela infantaria. Neste momento, ocorreu uma descarga de fuzilaria da barranca, atingindo o práctico do *Barroso*, Etchebarne. Na parte oficial foi mencionado que

quando eu levantava vivas que eram entusiasticamente correspondidos pela minha briosa guarnição, que uma bala veio ferir a meu lado o bravo, inteligente e dedicado práctico Capitão-Tenente Etchebarne, que tanto me havia coadjuvado

neste combate, como em todas as outras ocasiões em que tenho tido a meu lado esse prestimoso oficial. Na mesma ocasião caíram feridas quatro praças mais (JACEGUAY, 1984, p. 315).

No tomo II da obra de Jaceguay, estão anotados outros pormenores do combate, além da crítica ao oficial comandante do 9º batalhão de infantaria, que estendido sobre a barranca em frente ao forte ordenou os disparos em direção ao encouraçado, presumindo que este havia sido tomado ou que ainda estava abordado. O comandante do *Barroso* comenta que tal ação foi completamente imprudente visto a claridade presente naquela noite pelo efeito da lua. Neste relato, divergindo da parte oficial, Jaceguay mencionou que dois homens foram mortos no convés do *Barroso* em decorrência daqueles disparos. Estes possíveis mortos não aparecem assinalados nos registros de baixas (JACEGUAY, 1985; FRAGOSO, 1934; AZEVEDO, 1870).

Sobre os mortos e feridos brasileiros do combate, o livro que contém os documentos compilados de Jaceguay – *De Aspirante a Almirante* – não possui todos os anexos da parte oficial, provavelmente por extravio. Entretanto, esse documento foi publicado na íntegra em diversos periódicos. No “Diário do Rio de Janeiro” (24 jul. 1868) as relações das baixas estão orçadas em 11 homens. Compreendem lesões por projéteis, lâminas e outros objetos. A obra “Historia medico-cirurgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay, e Paraguay de 1864 a 1869”, do Dr. Carlos Frederico, corrobora estes dados e acrescenta um ferimento por arma de fogo na parte frontal do rosto, que pode se inferir pertencer ao comandante do Monitor *Rio Grande* (AZEVEDO, 1870, pp. 358-359).

Como resultado das partidas expedidas para aprisionar os Bogavantes em terra, Menna Barreto informou que “fize-

mos vinte e três prisioneiros [leia-se vinte e quatro], sendo quatro tenentes, um alferes e dezenove praças” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 25 jul. 1868; O GLOBO, 10 jul. 1875). Jaceguay nomeia em anexo a parte oficial do combate os seis prisioneiros feitos pelas guarnições dos dois navios abordados, os quais constam no seguinte documento:

Nº 2 – Relação dos prisioneiros feitos na noite de 9 a 10 de Julho de 1868 a bordo dos encouraçados *Barroso* e *Rio Grande*.

Prisioneiros do monitor *Rio Grande*: Tenente de cavalaria do 8º regimento Basilio Rojas, alferes de Marinha Vicente Almirão.

Ditos da corveta *Barroso*: 1º Sargento Assencio Pereira, do 40º batalhão de infantaria; cabo Fleto Morel, do 37º batalhão de infantaria, soldado Evangelista Marconi, do batalhão nº 8 de infantaria; dito José Lopes, do batalhão 19º de infantaria.

Bordo da corveta encouraçada *Barroso* no Tagy, em 10 de Julho de 1868 – Arthur Silveira da Motta, capitão de fragata, comandante (DIARIO DO RIO DE JANEIRO. 24 jul. 1868).

O somatório dos prisioneiros alcançou 30 homens. Centurión (1897) mencionou que algumas das canoas tripuladas que inicialmente se dirigiram ao *Barroso*, após o combate puderam alcançar o Timbó. Muitos Bogavantes são e feridos foram encontrados e recolhidos pela manhã nas margens do rio, que haviam alcançado a nado. Efraim Cardozo (1977) mencionou que, por ordem do Marechal López, foi vasculhada a margem do Chaco e expedidas canoas para recolherem os homens. Informação corroborada pela exploração do Monitor *Rio Grande*, enviado logo ao

amanhecer, até o Timbó. Sua tripulação pôde observar duas dessas embarcações; nesta faina o monitor retornou com 12 das canoas utilizadas pelos Bogavantes (JACEGUAY, 1984).

Com relação às baixas paraguaias, fora os 30 prisioneiros, Jaceguay (1984, p. 318-319) menciona que só no *Barroso* “quarenta e tantos os cadáveres paraguaios lançados ao rio”. Do livro do General Paulo de Queiroz Duarte foi encontrado que apenas “na tolda do *Barroso* ficaram 42 cadáveres” (DUARTE, 1989, p. 48). Presume-se que na parte oficial do Monitor *Rio Grande* conste o número de Bogavantes ali mortos, tendo dois deles ficado prisioneiros. Somam-se a estes valores os soldados que provavelmente pereceram no rio.

Dos objetos tomados dos Bogavantes, Menna Barreto menciona os seguintes itens: “Canoas 12, remos 40, granadas de mão 29, foguetes a congreve 9, tubos incendiários 4, carabinas 8, lanças 7, espadas 10, velas mistas 12, croques de abordagem 5, patrona 1, cartucheira 1” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 jul. 1868).

Diante da abordagem de 2 de março, onde os marinheiros se encerraram na coberta, torres e casamatas dos navios, os idealizadores do novo plano de abordagem sabiam que existia grandes chances de isso acontecer novamente. Em vista disso, um novo tipo de granada oblonga foi construída, porém o que mais chamou atenção para as tropas imperiais, e é citado pelo depoimento do prisioneiro Guerreiro, foram os “tubos incendiários que produziam Mixtos Asfixiantes”. Infelizmente não foram encontradas maiores informações sobre sua composição, em teoria deveriam desprender gases tóxicos após serem lançados no interior do navio, que impediriam que os marinheiros ali permanecessem. Na prática, assim que esses instrumentos foram arremessados

por alguma abertura, eram rapidamente apagados (JACEGUAY, 1984; CARDOZO, 1977; WHIGHAM, 2013; GALVÃO, 1922).

A notícia da abordagem chegou ao quartel-general do Marquês de Caxias durante a madrugada, por um oficial a cavalo, já que o fio do telégrafo havia sido cortado. O Diário do Exército registrou que

às 7 horas da manhã tendo recebido parte de não haver novidade nas descobertas de campo, S. Ex. o Sr. General em chefe montou a cavalo e acompanhado do seu estado maior e piquete, dirigiu-se para o referido acampamento, no intuito de colher dos prisioneiros feitos, revelações que pudessem servir-lhe de base para alguma operação imediata e decisiva (DIÁRIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926, p. 426-427).

O novo acampamento paraguaio, montado acima de Tagy, na foz do Rio Tebicuari, preocupava as tropas da aliança, pois, mesmo antes da queda de Humaitá, uma nova fortificação fora erigida às margens do Rio Paraguai, obrigando os navios a deter marcha a caminho de Assunção. Caxias escreveu que essa “operação imediata” consistia em fazer

seguir rio acima os dois mencionados navios, levando ambos arvorados a bandeira paraguaia e com as guarnições disfarçadas com roupas que se assemelhassem das forças assaltantes, misturados com os prisioneiros destes sobre o convés; afim de aproximarem-se o mais possível do acampamento inimigo sobre o Tebiquary, procederem a um rigoroso reconhecimento e colherem todas as outras vantagens que fosse possível obter deste estratagema (DIÁRIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926, p. 427).

Caxias chegou em Tagy às 9h30, embarcou imediatamente no Encouraçado *Barroso* e expôs seu plano, sendo contestado pelo comandante de que “não tinha em seus paíóis o combustível necessário para aquela operação, pelo que deixou ela de ser realizada” (DIARIO DO EXÉRCITO *In*: RIHGB, 1926, p. 427). Caxias desembarcou, visitou Etchebarne, interrogou alguns prisioneiros, passou em revista ao Exército e conferenciou com Menna Barreto e o General Victorino. Após seu retorno ao quartel-general, ordenou por meio do telégrafo ao Barão da Passagem o envio de carvão aos dois navios em Tagy. Nessa época, os navios da divisão acima de Humaitá estavam sendo abastecidos por um caminho no Chaco ligado à Lagoa Verá.

Após o fracasso da abordagem não havia mais esperança em manter Humaitá. No dia 18 de julho, ocorreu no Chaco a Batalha de Acaiuasá, com relativas perdas para os aliados. Caxias reforçou as tropas do Chaco com mais homens, além de ordenar a passagem de mais três navios encouraçados pelo Passo de Humaitá (21 jul. 1868). No dia 24 de julho as defesas do passo da foz do Tebiquari foram forçadas por três navios sob o comando do Barão da Passagem, que levava como “vaqueano” o Sargento paraguaio Assencio Pereira, aprisionado na abordagem em Tagy. Essas embarcações canhonearam o acampamento de San Fernando e o local de treinamento dos Bogavantes, onde estavam ancorados alguns navios paraguaios – arroio Recodo.

Neste momento, a ordem de evacuação de Humaitá já havia sido expedida, sendo executada na noite de 24 de julho. No dia posterior, 25, os aliados ocuparam essa praça e partiram em direção ao Chaco, visando aprisionarem a guarnição. A tropa e os civis paraguaios foram encurralados em uma península denominada Isla Poí. Como único meio de fuga deve-

riam atravessar a Lagoa Verá e para isso dispunham de poucas canoas. Ferrenhos combates de abordagem em canoas ocorreram, e mesmo com o auxílio das tropas de Timbó, os remanescentes foram obrigados a se renderem, o que só ocorreu no dia 5 de agosto.

Deste modo, em torno de Humaitá, ocorreram três tentativas de abordagens aos navios imperiais: a primeira, sobre o monitor *Alagoas* ao passar por Timbó em 19 de fevereiro; a segunda, abaixo de Humaitá em 2 de março; e por fim, o combate neste trabalho discutido. Até o fim da guerra, uma quarta tentativa ainda ocorreria, na Campanha das Cordilheiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem em Tagy por si só já apresentaria grandes dificuldades, mesmo que somente o monitor ali estivesse presente, no local almejado pelos paraguaios, e que o plano de abordagem não fosse de conhecimento aliado. Alertados pela abordagem de 2 de março de 1868, é crível que os comandantes dispunham de todas as precauções necessárias. O uso da vegetação como forma de mimetismo a princípio foi algo engenhoso, porém, aqueles camalotes descendo a correnteza de forma cadenciada acabavam por denunciarem a presença de algo anormal.

Outro fator importante era a claridade promovida pela fase da lua e a presença ou não de nuvens. A luminosidade deveria ser clara o suficiente para que os assaltantes pudessem notar a silhueta do navio e direcionar o par de canoas para a proa do encouraçado e, escura o bastante para permitir que a sentinela de proa do navio só avistasse os assaltantes quando já muito próximos. Tanto Jaceguay quanto Menna Barreto são acordes de que na noite da abordagem o luar era intenso, promovendo uma grande claridade. Tal fato permitiu que a sentinela de proa

observasse a vinda dos camalotes cadenciados a uma relativa distância, tendo tempo suficiente para se recolher à cobertura e avisar a guarnição de modo a postar-se em suas posições de combate.

A manutenção dos sete combatentes na parte superior da casamata do *Barroso* concorreu para que os abordantes ficassem sem nenhum local abrigado, sendo atingidos pelas seteiras e portinholas da casamata. Além de receberem continuamente os tiros e golpes com armas brancas daquela posição, que por diversas vezes tentaram ali galgar.

A dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de abordar os dois navios ao mesmo tempo possibilitava que a embarcação livre se movimentasse em socorro daquela que havia sido abordada – o que ocorreu – com o *Rio Grande* metralhando as canoas que ainda não haviam conseguido atracar. Com base nos documentos e fontes analisadas, presume-se que o monitor não tenha chegado a disparar sobre o convés do *Barroso*, pois a exemplo de 2 de março, esses disparos poderiam ser muito danosos à própria guarnição do navio abordado.

Outro recurso que influía na dificuldade da abordagem residia na posição em que os navios estavam, os milhares de homens e os vários canhões do forte de Tagy varreriam com seus disparos todo e qualquer combatente presente no convés do navio, desde que este estivesse em alcance.

A impossibilidade de desalojar a guarnição do interior do navio visto falhar os “Mitos Asfíxiantes” foi, provavelmente, o grande motivador do fracasso da abordagem. A impossibilidade de conseguirem adentrar naqueles espaços os deixavam expostos aos disparos e golpes de armas brancas vindos do interior da casamata. A resistência foi tamanha que, segundo relatado pelo comandante do *Barroso*, em menos de uma hora o navio já se encontrava livre da abordagem. Segundo o mesmo comandante, o *Rio Grande* em menos de cinco minutos estava com o convés novamente em posse da guarnição.

Infelizmente são desconhecidos os detalhes sobre o tipo de treinamento que os Bogavantes receberam, que informações dispunham sobre os navios a serem abordados, além dos detalhes sobre o tipo de armamento que empregaram e o porquê de não terem sido eficientes. Apesar do arrojo desses soldados e marinheiros, ao que pôde ser auferido, faltavam-lhes meios e táticas para alcançarem seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

### Periódicos

Biblioteca Nacional - RJ – Hemeroteca Digital:

CORREIO MERCANTIL. Exterior: notícias do rio da prata. Rio de Janeiro. 27 jun. 1868

DIARIO DE PERNAMBUCO. Exterior. Pernambuco. 09 jul. 1868

DIARIO DE SÃO PAULO. Notícias da Guerra. São Paulo. 04 jul. 1868

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Exterior – Theatro da Guerra: extracto de uma carta. Rio de Janeiro. 26 jul. 1868

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Ministerio da guerra: notícias do exército. Rio de Janeiro. 25 jul. 1868

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Ministerio da Marinha: noticias da esquadra. Rio de Janeiro. 24 jul. 1868

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Parte Oficial: ministério da guerra. Rio de Janeiro. 11 maio 1870

JORNAL DA VICTORIA. Noticias da Guerra. Espirito Santo. 08 jul. 1868

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 27 jun. 1868

JORNAL DO RECIFE. Rio da Prata. Recife. 09 jul. 1868

O DESPERTADOR. Santa Catarina. 07 jul. 1868

O GLOBO. Diario da campanha do Paraguay. Rio de Janeiro. 10 jun. 1875

O MERCANTIL. Theatro da guerra. Santa Catarina. 09 jul. 1868

O YPIRANGA. Noticias da Guerra. São Paulo. 03 jul. 1868

SEMANA ILLUSTRADA. Suplemento. Rio de Janeiro. Oitavo anno, nº 399. 02 ago. 1868

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História Médico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1870.

CAMPANHA DO PARAGUAI. Diario do Exército em operações sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Marechal de Exército Marquez de Caxias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIIHGB*, Tomo 91, v. 145 (1922), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

CARDOZO, Efraim. *Hace Cien Años: crônicas de la guerra de 1864 – 1870*. Tomo IX, Ediciones EMASA, Asuncion, 1977.

CENTURIÓN, Juan Crisostomo. *Memorias del Coronel Juan Crisostomo Centurion: Ó sean reminiscências históricas sobre la guerra del paraguay*. Tomo III. Imprenta de Obras: Buenos Aires, 1897.

DUARTE, Paulo de Queiroz (General). *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai: o comando de Caxias*. V. 3, Tomo III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. vol. III. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.

GALVÃO, José Antonio da Fonseca (Visconde de Maracaju). *Campanha do Paraguay (1867 e 1868)*. Imprensa Militar: Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1922.

GRATZ, George Antonio. Encouraçados para o Paraguai? in *Revista Marítima Brasileira*. V. 119, nº7/9 (jul./set.), 1999.



GRATZ, George Antonio. The Brazilian Imperial Navy Ironclads, 1865-1874. In: PRESTON, Antony. *Warship*, London: Conway Maritime Press, 1999-2000.

IMPORTANTE declaración de D. Manuel Palacios In: *PAPELES DE LOPEZ: el tirano pintado por si mesmo y sus publicaciones. Papeles encontrados em los archivos del tirano-Tablas de Sangre y copia de todos los documentos y declaraciones importantes de los prisioneros, para el processo de la tirania; incluso de Madama Lasserre*. Imprenta Americana: Buenos Aires, 1871.

JOURDAN, Emílio Carlos. *Atlas Histórico da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro, 1871.

MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. Vol. I. 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1984.

MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. Vol. II. 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1985.

OSÓRIO, Joaquim Luis; OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Tomo II, Typographia do Diario Popular, Pelotas – Rio Grande do Sul, 1915.

REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1973 (Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias).

THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo araguaio e notas sobre engenharia militar durante a guerra*. Trad. E notas de Jobim, Homero de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1968.

THOMPSON, George. *The War in Paraguay: with a historical sketch of the country and its people and notes upon the military engineering of the war*. London: Longmans, Green, and CO. 1869.

WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la triple alianza: danza de muerte e destrucción*. Volumen III. Editora Taurus: Paraguay, 2013.

---

## NOTAS

<sup>i</sup> Agradeço aos pesquisadores Carlos Aleksy Von Horoch Benitez – Paraguai; e Alberto Del Pino Mench – Uruguai, pelo auxílio prestado ao longo dessa pesquisa.

<sup>1</sup> A saber: *O Ypiranga, Diário de São Paulo, O Despertador, Jornal da Vitória, Jornal do Recife, O Mercantil, Correio Mercantil, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio*.

<sup>2</sup> Publicado originalmente em 1869.

<sup>3</sup> Declaração também publicada no *Diario do Rio de Janeiro*, 11 maio 1870.

<sup>4</sup> Essa fotografia foi tirada no acampamento paraguaio de Azcurra, provavelmente no início

do ano de 1869, pelo italiano Parodi. Cabriza era Ajudante de Ordens do Marechal López, chegou a Cerro Corá, sobreviveu a guerra.

<sup>5</sup> Disponível para download em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221684>. Acesso em: 19 dez. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=42195&ctd=29&tot=&tipo=54&artista=>. Acesso em: 15 jun. 2020. Título original no catálogo: "Foto do Couraçado Barroso na Baía de Guanabara, circa de 1868, 16,5 x 11, com dedicatória e autógrafo de seu construtor, Napoleão Level, Paris, 1904".

<sup>7</sup> Texto original: A las 11  $\frac{3}{4}$  de la noche fuimos abordados por el enemigo, primero el A. *Barroso* que se encontraba al frente y después el *Río Grande* por más de 20 canoas tripuladas cada una por 12 hombres y um oficial, el assalto que nos trago el enemigo fui dado com impetuo y valor, además teniam em su poder todo lo necessáριο, como ser granadas de mano y tuos cargados de matérias asfixiantes para cuando nos echasen al interior del buque, encuanto fuimos abordados tratamos de la defensa y de maniobrar de modo que pudieramos salvar a nuestro compañero el Monitor *Río Grande*, que también fui abordado al miesmo tempo.

<sup>8</sup> Essa obra, como outros trabalhos de De Martino, recebeu ao longo do tempo e dos locais por onde esteve denominações diversificadas. Convém citar também que este quadro na data da escrita deste trabalho se encontrava em duplicata na área de exposição digital das obras de De Martino no site do MHN, sendo uma das versões nomeada equivocadamente como "Abordagem dos encouraçados Cabral e Lima Barros". Este título também remete a um trabalho do mesmo pintor, mas com características distintas. Tal confusão se reverbera em parte da literatura acerca deste tema. Tal equívoco também pôde ser notado na exposição temporária "Paisagens da Guerra – A Pintura de E. De Martino" ocorrida em 2018 nas dependências do Museu Histórico Nacional.

<sup>9</sup> Os "suplementos" consistiam em edições extras publicadas e comercializadas em separado e abrangiam um lado da folha, que variava de tamanho. Surgiram graças às inovações das técnicas de impressão. Geralmente não eram datadas. Como título original dessa edição encontra-se: "GLORIOSO COMBATE DOS ENCOURAÇADOS BRASILEIROS BARROSO E MONITOR RIO GRANDE - atacados pelos paraguaios, na noite de 9 de julho de 1868 (desenhado pelas notícias oficiais por C. Linde)".

# Memórias em disputa: a Revolta da Armada em Joaquim Nabuco e Felisbello Freire\*

*Memories in dispute: The Revolt of Armada in Joaquim Nabuco and Felisbello Freire*

**Mustafá Reis Dalate**

Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista FAPERJ. Graduado em História pela mesma Universidade.

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir as condições políticas presentes na passagem do Império para a República, os panoramas políticos em que se inserem a Revolta da Armada e seus ecos presentes no ano de 1896. Nesta discussão, as análises dos discursos literários contribuem para enriquecer as fontes de compreensão do tema histórico em questão, assim como refletir as demandas e intencionalidades na escrita da história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta da Armada; 1896; República

## ABSTRACT

*The present article aims to reflect on the political conditions under which Brazil was found during the transition from the Empire to the Republic regime, besides the political landscapes associated with the Revolt of Armada and its echoes in the year of 1896. In this discussion, the analysis of the literary discourses contributes to enrich the comprehension sources of this historical theme and also to create reflection on the demands and intentions along the writing of the history.*

**KEYWORDS:** Revolt of Armada; 1896; Republic

A proposta do presente artigo é debater a argumentação literária desenvolvida no ano de 1896 acerca da Revolta da Armada, que apesar de ter seu desfecho ocorrido em 1894 ainda aquecia os ânimos políticos das praças públicas. O enfoque norteador deste trabalho está no debate entre Felisbello Freire e Joaquim Nabuco, suas concepções em relação ao conflito, e na disputa da memória (POLLACK, 1989) para as gerações seguintes.

A compreensão sobre os desdobramentos da Revolta da Armada passa pelos resquícios de projetos políticos não contemplados, ou frustrados, durante o processo da Proclamação da República e sua consolidação. Cabe-nos entender um pouco mais deste fenômeno para observar as questões que se arrastam até o conflito. As bases do movimento que derrubou o Império e, conseqüentemente, instaurou uma nova cultura política, se constituiu na articulação de grupos distintos que possuíam em comum a superação da Monarquia. Apesar deste objetivo final, suas diferenças eram claras, tanto na

---

\*Artigo recebido em 4 de abril de 2019 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 115-126 – 2021.

forma de retirar do poder o antigo *regimen* quanto no novo modelo a substituí-lo. O descompasso ideológico entre os grupos que vislumbravam na República seus anseios e expectativas e os que efetivamente controlaram as estruturas e alicerces do projeto republicano, foi logo sentido nos primeiros governos. Tais divergências refletiram nos diversos levantes que se colocaram em contestação à ordem vigente, um destes conflitos seria a Revolta da Armada. As disputas e o clima de instabilidade foram apenas normalizados mediante os acordos políticos na administração Campos Sales<sup>1</sup>.

O elemento militar presente, em 15 de novembro de 1889, se restringe efetivamente a um grupo de jovens oficiais e aspirantes da Academia Militar da Praia Vermelha, que difundiam um pensamento crítico às medidas tomadas pelos representantes civis nas políticas do Império. As principais bandeiras deste grupo são pautas recorrentes do seio militar Sérgio Buarque de Holanda identifica os primeiros sinais de contestação a partir do periódico *O Militar* de 1855. Tratava-se de um jornal informativo, que circulava nas fileiras do exército, e pretendia analisar as mazelas da sociedade brasileira, demonstrando de que forma os principais problemas enfrentados na agricultura e indústria seriam responsabilidades única e exclusivamente dos meios civis que governavam o país. Através da alcunha de “legistas”, o periódico levantava suspeitas de corrupção nos diversos níveis da estrutura política e administrativa (HOLANDA 2005, p. 354). A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas para ampliar o alcance das críticas levantadas por este grupo entre as diversas camadas militares. Suas ideias tiveram maior receptividade nas fileiras do exército. Parcela destes militares não se sentia representada e muito menos honrada pelas estruturas presen-

tes no Estado Imperial, vide as conquistas obtidas no conflito com seu vizinho. Desta forma, suas demandas corporativas; melhores salários, condições estruturais dos meios militares e novos equipamentos se somaram às antigas críticas ao governo.

As contestações recorrentes ao método de governo dos gabinetes civis somadas à maior valorização popular reconhecida com a campanha do Paraguai proporcionou elementos para a elaboração de um pensamento de superioridade dos valores militares sobre as vaidades dos “legistas”. A consolidação deste ideal se mostra presente entre os jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, instituição de ensino técnico-militar mais importante do Exército no período imperial. A separação do ensino técnico entre militares e civis, concentrando nesta instituição a instrução e a orientação dos aspirantes, contribuiu para o isolamento entre os setores. Neste cenário, as diversas correntes ideológicas que vinham da Europa encontraram adeptos nesta instituição. Em especial o pensamento positivista, que ao ser adaptado às particularidades nacionais, supria as demandas teóricas dos jovens militares. Desta forma, a crítica ao sistema monárquico passa a ser mais refinada e se concentra na oposição às indicações pessoais, estas que deveriam ser pautadas em critérios técnicos dos considerados mais aptos para o cargo ou função.

Assim como no seio das Forças Armadas, os descontentamentos com os rumos da política imperial também estavam presentes em setores civis. Estes vislumbravam um governo menos centralizado, com maior participação política e o fim do Poder Moderador. Assim, é lançado, em 1870, o Manifesto Republicano (BRASILIANENSE, 1878, p. 62), expondo as principais demandas e propostas para uma melhor administração da nação brasileira. O manifesto se espelhava na experiência do

Período Regencial, em que uma administração mais descentralizada proporcionou uma maior autonomia regional e uma resposta ao Poder Moderador, porém, tal tentativa fora suprimida pelo Golpe da Maioridade. Apesar de haver um paralelo entre as críticas levantadas pelos setores militares e os civis, o principal ponto de distinção entre eles era: o modo pelo qual as mudanças deveriam ser implementadas. Enquanto os republicanos clássicos propunham uma mudança por dentro do sistema, mediante ações legais e reformas previstas na própria constituição, era exponencial o crescimento de adeptos a uma ação enérgica nas fileiras militares, em especial na Escola Militar da Praia Vermelha.

O fruto gestado entre os jovens militares amadurece e condiciona o movimento de 15 de novembro. Ação articulada e encabeçada por militares, que levou ao Campo de Santana um herói da Guerra do Paraguai a proclamar o fim do Império e o nascimento da República. Apesar deste protagonismo, a proposta de superação monárquica através do uso da força não ressoava bem no seio da hierarquia militar. Muitos militares possuíam uma visão monarquista ou no mínimo fiel à Constituição de 1824, desta forma a generalização da palavra “os militares” acaba sendo equivocada (CASTRO, 1995, p. 10). Assim sendo, compunham o pequeno e específico grupo que participou da quartelada alunos e aspirantes da Escola Militar da Praia Vermelha e a maioria dos regimentos da Corte. À sua frente marchava Deodoro da Fonseca, que aderira à campanha após tomar conhecimento dos boatos acerca da possibilidade de dissolução do Exército por parte do gabinete Ouro Preto. A maior contribuição do elemento civil, para esta obra, fora a instauração e confecção do Governo Provisório, assim como a eleição para a Assembleia Constituinte. Estas ações teriam legitimado o ato militar e

consagrado o apoio de parcelas da sociedade civil ao movimento. O pacto firmado entre os setores, deu lugar a um novo governo, no qual, mediante eleição indireta, assume Deodoro da Fonseca o posto de primeiro presidente da nação.

## O DESCOMPASSO

A pouca resistência monárquica, durante o evento da proclamação, se fortalece na oposição literária contra o governo republicano por meio do debate público. Suas principais críticas se norteiam no estreitamento da participação popular no processo eleitoral, e na crise econômica que se intensificou nos primeiros anos de governo Deodoro com a política do encilhamento (FAUSTO, 2006, pp. 17-57). O campo oposicionista se fortaleceu mediante as críticas suscitadas por grupos republicanos<sup>2</sup>, outrora apoiadores, frustrados com ações autoritárias e concentradoras de poder do governo. O fechamento do Congresso Nacional foi o ápice das medidas pouco democráticas de Deodoro, o que lançou dúvidas sobre a essência do projeto republicano em voga.

O aprofundamento da crise institucional se materializou através de declarações de apoio às ações do presidente por parte da maioria dos governadores. Sublevações populares tomaram as ruas das capitais e passam a ser apoiadas por forças militares que romperam com o poder central. Como consequência direta desta situação se formaram juntas governativas que tomaram o poder nos estados e destituíram os antigos governadores. Erupção semelhante ocorre na Capital Federal onde, às margens da Baía de Guanabara, o Almirante Custódio de Mello lidera uma Esquadra sublevada e exige a renúncia do presidente. A crise que abalou a jovem república brasileira deixara raízes que germinaram em outros movimentos. No

Rio Grande do Sul, o afastamento do então Governador Júlio de Castilhos levou à região uma guerra civil que transbordou das fronteiras do estado para a nação (REVERBEL, 2014).

As tensões políticas que perpassaram os primeiros anos de República, não foram dissolvidas com a saída de Deodoro da presidência, pelo contrário, chegam ao ápice no governo de Floriano Peixoto em meados de 1893. As tentativas de apaziguar os ânimos no sul do país, região que enfrentava uma guerra civil entre partidários de Júlio de Castilhos e os federalistas de Silveira Martins, ocasionaram divergências entre o presidente e nomes importantes de seu corpo ministerial. As principais divergências são por parte do Ministro da Marinha, e a condução do Governo Federal em relação aos rumos do conflito. O então ministro sugeria que o presidente buscasse solucionar a questão através de um acordo junto ao General Silva Tavares, um dos líderes do levante federalista, no intuito de pacificar as disputas na região. A proposta fora defendida pelo então Ministro da Fazenda, Serzedelo Correia, ao demonstrar relatórios financeiros desanimadores, onde este cenário poderia ser agravado com a prorrogação do conflito e necessidade de uma intervenção federal.

Havia desconfianças acerca do uso político do conflito no sul do país, como pretexto do vice-presidente para propor o adiamento das eleições que ocorreriam no ano de 1893. Atrelado ao crescimento de militares na política dos estados, via interventores nomeados pelo vice-presidente ou interesses locais que arrastavam o sentimento de classe para assuntos pessoais, estes são os pilares do Manifesto dos 13 generais<sup>3</sup> que contestavam as escolhas do Governo Floriano Peixoto. A resposta do governo foi a prisão e reforma de alguns oficiais assinantes do manifesto. Nessas sanções, o caso do Almirante

Eduardo Wandenkolk contribui para efervescer os ânimos em setores da Marinha, já que o fato de possuir um assento no Senado Federal lhe proporcionava imunidades. Tal ação fora encarada por parcela da oficialidade de mar como uma afronta a toda a instituição. A oposição ao governo eclode em uma revolta, ao convencer o Almirante Custódio de Mello, recém-saído do corpo ministerial, a repetir o cenário de alguns anos atrás.

Ao se apossar em 6 de setembro de 1893 dos navios mais modernos que dispunha a Marinha e posicionar seus canhões para a Capital Federal, Custódio de Mello e sua Armada sublevada esperavam que a intimação feita a Floriano Peixoto fosse imediatamente atendida, assim como ocorrera anos antes com Deodoro da Fonseca. A negação e, conseqüentemente, a resistência por parte do presidente fora respondida com o bombardeio da cidade, em um primeiro momento, e, posteriormente, uma tentativa de atrair adeptos para caso a luta se estendesse. Nesse sentido, houve a tentativa de atrair os alunos e conseqüentemente o comandante da Escola Naval, o Almirante Saldanha da Gama<sup>4</sup>. Esta instituição possuía uma posição estratégica, homens para aumentar o poder de combate da revolta, além de munições e mantimentos. Em princípio, o Almirante Saldanha da Gama não adere ao movimento, entretanto se nega a cumprir as ordens do governo de fazer fogo contra os navios sublevados. A posição de neutralidade que se de Saldanha da Gama colocava em xeque, tanto os objetivos de Custódio de Mello em tentar uma pressão mais incisiva ao governo, quanto de Floriano Peixoto em contra-atacar os bombardeios à cidade.

O prolongamento do conflito, e, conseqüentemente, os diversos bombardeios à cidade, logo foi tema central dos principais representantes diplomáticos da capi-

tal. A interferência no comércio marítimo e o clima de insegurança na praça pública afetavam os interesses comerciais destes países e a vida de seus nacionais. Diante deste cenário, fora traçado uma espécie de armistício entre as forças para que o comércio marítimo não fosse afetado (CASTILHOS, 1894, pp. 111-116). Por um lado, impedir o bombardeio da cidade por parte dos sublevados, e, de outro, o fechamento da capital com peças de artilharia por parte do governo.

A neutralidade de Saldanha da Gama é quebrada a partir do episódio proporcionado pelo governo, que visava substituí-lo do comando da Escola Naval. A recusa desta instituição em cumprir a ordem sacramentou sua adesão à revolta. Quebrada a expectativa de uma resolução rápida e sem muita resistência, assim como ocorrera anos antes, Custódio de Mello parte para o sul a fim de expandir o conflito pelo país e obter contatos com a Revolta Federalista. Enquanto isso, as forças na capital estariam sob o comando de Saldanha da Gama.

Apesar de a expedição capitaneada por Custódio de Mello obter vitórias em Santa Catarina, não foi suficiente, a manutenção dos navios e o desgaste dos homens impediram o envio efetivo de reforços à capital. Enclausurado na Baía de Guanabara, Saldanha da Gama traça uma nova estratégia para fazer frente ao fortalecimento das forças do governo. Se, enquanto Custódio de Mello buscou respeitar e regular o trânsito marítimo, o novo comandante propunha interrompê-lo afetando a atividade aduaneira. Cessa o fogo dos navios e aprofunda-se as hostilidades em terra, a partir da Ilha das Cobras, principalmente na região da alfândega e áreas portuárias. Em um primeiro momento, a nova tática surte o efeito esperado diminuindo drasticamente as receitas comerciais no porto, porém a postura dos comandantes estrangeiros frente às ações da revolta se

alteram drasticamente. Essa guinada se inicia com a troca de comando das Forças Navais dos Estados Unidos na capital. O Almirante Benham adverte à Esquadra sublevada quanto a qualquer tipo de interferência aos navios comerciais de sua nacionalidade, garantindo todo o processo de desembarque de mercadorias sob escolta. A iniciativa fora inspiradora para os outros representantes internacionais, o que afundou o plano de Saldanha.

A situação que se desenhava para Saldanha da Gama era o mesmo impasse que encarou Custódio de Mello. Suas forças controlavam a Baía de Guanabara e parte da zona portuária, porém sem possuir a menor possibilidade de adentrar a cidade. Após meses de desgastes e poucos reforços, seus recursos materiais e humanos estavam em situação deplorável, e a batalha final se anunciava. O governo se preparava para fechar o cinturão em torno dos sublevados, por terra mediante o apoio do Exército e pelo mar, com a aquisição de navios no exterior. Diante desta conjuntura, sem apoio necessário para resistir e temendo um possível massacre, Saldanha da Gama propõe um termo de capitulação<sup>5</sup> junto ao governo, mediado pelo comandante das forças portuguesas.

A recusa do Governo brasileiro em negociar a rendição fez com que, no dia 13 de março de 1894, entrasse “a esquadra legal no porto do Rio, sem a menor resistência das fortalezas e navios rebeldes” (FREIRE, 1982, p. 219). Concedia asilo político para Saldanha da Gama e suas tropas o comandante das forças portuguesas, orienta sua ação diante do possível derramamento de sangue desnecessário. Havia se encerrado a revolta na capital, porém, postergado o impasse em torno da interferência internacional no conflito. Os ecos em torno da revolta se materializam no ano de 1896 em obras memorialísticas aquecidas pelo viés político.

## O ANO DE 1896

Encerra-se em agosto de 1895 o último foco de contestação do governo republicano com o fim da Revolta Federalista. Nos meses seguintes, o Presidente da república, Prudente de Moraes, primeiro civil a ocupar o cargo, sanciona o Decreto de Anistia<sup>6</sup> aos sublevados das Forças Armadas que se envolveram em movimentos revolucionários. Os debates e manifestos, que durante os anos de conflito ilustraram os periódicos, entre opiniões que apoiavam o governo e visões que contestavam a sua legitimidade, transbordaram para as páginas de obras memorialísticas. No ano de 1896, os autores Felisbello Freire e Joaquim Nabuco protagonizaram um embate por meio de suas obras entre as visões acerca da Revolta da Armada, a influência de um viés restaurador em suas bases, a interferência estrangeira no conflito e o objetivo da sublevação. Essas interpretações contribuem como chave de leitura do clima político durante a revolta e da disputa narrativa da memória deste período no ano em questão.

Cabe situar ao leitor seus espectros políticos: Joaquim Nabuco<sup>7</sup> fora ferrenho defensor da Monarquia Parlamentar e crítico das teses republicanas de Quintino Bocaiuva. Após a proclamação, faz parte da oposição a esta por meio da literatura<sup>8</sup>. Felisbello Freire<sup>9</sup>, por outro lado, tido como republicano histórico foi constituinte da carta de 1891 e atuou ativamente em pastas ministeriais no Governo Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada.

Adentrando em seus pensamentos, a classificação e utilização das fontes inaugura o embate entre os autores e seus métodos utilizados. Enquanto Felisbello Freire tem por objetivo construir uma visão de abarcar os antecedentes, desenvolvimento e desfechos do conflito, enfatizando sua intenção de construir uma histó-

ria completa, “imparcial” e afastada das emoções<sup>10</sup>, em Joaquim Nabuco o centro de sua narrativa está localizado nas interferências estrangeiras durante a Revolta da Armada e as possíveis influências destas para desequilibrar o conflito para um dos lados. O argumento de expelir as paixões que ainda circundavam o debate e a escrita histórica acerca do conflito é ponto central na retórica de Freire. Este argumento tem por objetivo potencializar suas conclusões e valorizar a sua interpretação em relação a de seus opositores. Se para Felisbello Freire é fato a aproximação dos objetivos da revolta à causa monarquista, encontramos no discurso de Joaquim Nabuco críticas às fontes utilizadas para tal conclusão. Em sua obra, *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*, o autor versa apenas no capítulo “O Marechal Floriano e a Revolta” elementos acerca das motivações e desdobramentos desta, pois se julgava não habilitado para emitir uma opinião sobre os seus pontos mais delicados, por insuficiência de dados autênticos e um inquérito regular”. A alegação suscitada pelo autor pode ser expandida tanto para a história militar, quanto para a política do movimento, o que nos faz deduzir que estas palavras seriam direcionadas aos seus opositores literários; “o que temos tido é a glorificação sem tato e sem medida, própria de todas as decadências; é o espírito do arquiteto que propõe dar aos montes Atos a figura de Alexandre” (NABUCO, 1896, p.108).

A condução das representações estrangeiras no conflito é tema central do livro de Joaquim Nabuco onde sua análise gira em torno do pedido, ou não, por parte do governo pela interferência externa no conflito. Em suas palavras, a ação estrangeira fora: “Um dos principais elementos da vitória do Marechal Floriano Peixoto” (NABUCO, 1896, p. 11), pelas limitações impostas à Esquadra Sublevada e, poste-



riormente, o auxílio financeiro proporcionado pelo governo dos Estados Unidos para a organização de uma frota leal ao presidente. Na concepção do autor, tal questão abre um precedente por ter sido solicitada pelo próprio governo, concedendo assim, autonomia às nações estrangeiras para resolver um problema de ordem política interna. A visão de Freire caminha para o lado oposto, pois questiona as motivações de um possível reconhecimento de autoridade concedido pelos comandantes estrangeiros aos sublevados, mediante o cumprimento das imposições exigidas por estes no comércio marítimo, apesar de não ter sido reconhecido o estado de beligerância da revolta pelas suas nações. Assim sendo, o autor suspeita haver uma colaboração estrangeira à revolta, e utiliza para justificar sua teoria a publicação de um Manifesto, no dia 24 de maio de 1894, em Buenos Aires, do Sr. Custódio de Mello, ao descrever uma conversa com o cidadão britânico Charles Akers<sup>11</sup>, onde este demonstra haver um plano de apoio político e financeiro às sublevações que se posicionarem ao lado da causa restauradora.

Fato de ter eu, desanimado por não conseguir recursos pecuniários, sem dúvida por causa do meu manifesto, dos que me prometiam fundos, repellido in limine a proposta que me fez o Sr..., correspondente do Times, de proporcionar-me todo o dinheiro de que precisasse e até navios se eu fizesse a restauração monárquica, proposta de que fiz logo sabedores os oficiais do Aquidaban, onde nos encontrávamos (FREIRE, 1896, p. 264).

O Manifesto fora desmentido pelo representante do periódico *Times*, porém o autor corrobora sua denúncia através do relato do Sr. Belford Guimarães, concedido ao jornal *Prensa* em 1º de junho de

1894, onde: “Disse-me o Sr. Akers, entre outras coisas, que no dia em que arvorássemos a bandeira da restauração não faltaria quem viesse em nosso auxílio, tanto dentro como fora do país” (FREIRE, 1896, p. 264). Além deste, o caso de asilo político concedido pelo Governo português aos sublevados, apoiado pelo Governo britânico, fora um elemento que contribuiu para o posicionamento do autor, frente a uma possível intenção de interferência britânica nos rumos políticos do país<sup>12</sup>.

Nessas bases, Felisbello Freire levanta a suspeita de um viés restaurador por trás da Revolta da Armada, elencando elementos de articulação durante o desdobramento do conflito. Sua visão tem por intuito consolidar o projeto republicano e construir a imagem de Floriano Peixoto como o consolidador deste sistema político. O autor, ao associar a revolta à causa monarquista, descaracteriza as críticas ao governo vigente, conduzindo-as ao sistema republicano, desta forma, a ação contra a sublevação se torna a defesa deste regime. Na interpretação de Joaquim Nabuco, a revolta é compreendida como um embate entre as classes militares, que disputavam o protagonismo do governo republicano, bem distante de um objetivo restaurador (NABUCO, 1896, p. 134). Assim sendo, enxerga nesse conflito a possibilidade de desestruturação do Estado Nacional contaminado pela intervenção do militarismo na política. Fruto do protagonismo dos militares no movimento de 1889, o autoritarismo esteve presente nas ações dos primeiros presidentes da República, o que levou o autor a classificar o governo de Floriano Peixoto como uma ditadura.

O elemento geracional da revolta descrito por Joaquim Nabuco é, até certo ponto, aceito por Felisbello Freire. Porém, o que destoia em sua visão diz respeito a compreendê-la para além de uma luta entre as classes militares, mas uma grande

articulação construída direta ou indiretamente com um único objetivo: devolver o poder à Monarquia. Este autor divide a revolta em duas fases: a primeira um conflito interno das Forças Armadas em relação ao protagonismo do Exército na política, onde a sublevação que derrubou Deodoro da Fonseca inauguraria a tentativa da Marinha de se equiparar ao Exército nas estruturas republicanas de poder; e a segunda, a cooptação da revolta pela causa restauradora. O ponto final do viés republicano da revolta ocorre, ao assumir o comando das forças sublevadas, o Contra-Almirante Saldanha da Gama. Na concepção de Felisbello Freire, era necessário para as forças monarquistas o enfraquecimento do prestígio de Custódio de Mello, e a ascensão de um oficial comprometido com a sua causa. Conforme o autor, o novo comandante se mostrava adepto das ideias de Silveira Martins, norteadoras da Revolta Federalista, além de possuir um histórico “cujas opiniões eram por todos conhecidas, como infensas às instituições republicanas” (FREIRE, 1896, p. 126).

A justificativa das críticas suscitadas por Felisbello Freire ao estreitamento dos movimentos perpassa pela sua análise da imagem de Silveira Martins. O autor compreende o líder da Revolta Federalista como um: “Caudilho desvairado e trêfego que viu ruírem com a República os privilégios antigos doados em feudo à sua concupiscência política pelo antigo regime” (FREIRE, 1896, p. 8). Demonstra que as proposições defendidas por Silveira Martins e o Partido Federalista se baseiam em “devolver à nação brasileira a liberdade de escolher a forma de governo, violada pelas condições em que se estabeleceu a República” (FREIRE, 1896, pp. 85-86). Cabe a reflexão acerca da análise apresentada por Silveira Martins, em que este classifica a Proclamação da República como um movimento vertical encabeçado pelos militares e sem prévio con-

sentimento da população. Mediante este ponto, somos forçados a questionar se: as proposições levantadas por este movimento pretendiam restaurar as bases anteriores ao movimento da proclamação, ou convocar a população para a escolha do sistema político. Tal dúvida não está presente no pensamento de Felisbello Freire. O autor considera que a elaboração da Constituição de 1891, pelos constituintes escolhidos pela população, fora uma clara expressão de apoio à obra de 15 de novembro. Desta forma, “ninguém punha mais em dúvida os intuítos restauradores do Sr. Silveira Martins” (FREIRE, 1896, p. 125).

Em oposição a esta visão, Joaquim Nabuco interpreta o retorno de Silveira Martins, após seu exílio, como uma oportunidade de unir a nação em torno de um projeto que pretendia “chamar para a República os últimos elementos conciliáveis do partido monárquico” (NABUCO, 1896, p. 132). Em sua visão, a impossibilidade de concretizar tal feito ocorre mediante a interpretação de alguns políticos do Rio Grande do Sul, ao associá-lo como uma ameaça aos seus interesses e protagonismos locais. Esta rixa conduziu o estado a uma guerra civil entre os federalistas de Silveira Martins e os apoiadores de Júlio de Castilhos. O impasse na cúpula da administração de Floriano Peixoto, acerca de que forma deveria lidar com este conflito, fora um dos elementos que contribuíram para transbordar a disputa de cunho regional para a nação.

## **PLEBISCITO OU RESTAURAÇÃO**

A proposta de consultar a população acerca da forma de governo se mostra presente no manifesto produzido por Saldanha da Gama ao assumir o comando dos sublevados da Armada. Desta forma, Felisbello Freire ratifica o seu raciocínio ao demonstrar que a nova roupagem da revolta direciona suas críticas não apenas a Floriano

Peixoto, mas às estruturas republicanas apresenta um possível manifesto desse oficial publicado na imprensa nacional: “A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse, à força das armas, repor o Governo do Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889”, pelo fato da proclamação ter sido instituída por uma “sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação”. Apesar de desmentir parcela deste documento, o almirante reiterou a sua proposta de um plebiscito para “consultar a nação sobre qual dos sistemas de governo republicano ela prefere envolver os seus gloriosos destinos” (FREIRE, 1896, p. 88). As retificações apresentadas, em que esta escolha seria norteadada por um dos modelos republicanos, vai em oposição à tese defendida por Freire.

Contudo, entre os diversos temas debatidos pelos autores, a questão da presença, ou não, da causa restauradora na Revolta da Armada fora defendida veementemente por Felisbello Freire ao entender que “O regime plebiscitário, não era mais do que um programa disfarçado da restauração monárquica” (FREIRE 1896, p. 125). Enquanto que Joaquim Nabuco contesta a ausência do elemento básico para a restauração: “A monarquia não aparece nem com os seus homens, nem com a sua bandeira, nem com a sua dinastia: tudo se faz sob a República, em nome da República”. Outro ponto de enfoque do autor diz respeito à defesa de membros da família imperial às sublevações: “A herdeira do trono mostrará durante toda a guerra civil o mais perfeito, o mais absoluto desprendimento da luta” (NABUCO, 1896, p. 138).

## **A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A PROPOSTA PLEBISCITÁRIA**

A proposta plebiscitária descrita no pensamento de Silveira Martins não pos-

sui por parte das fontes citadas um aprofundamento acerca dos métodos de sua implementação. Ao mesmo tempo, até a data da escrita deste texto, não obtive outras referências que pudessem explicar efetivamente como se daria essa proposta e sua real efetividade em relação à participação popular. Entretanto, a falta de tais documentos não impede a construção de hipóteses, mediante o cruzamento de dados coletados acerca da participação popular na política brasileira entre o período do Império para República.

O número de pessoas declaradas aptas ao voto no período imperial era relativamente baixo em relação a totalidade da população. Apesar deste quadro, as diversas acusações de fraudes e lisuras no processo (LESSA, 2015, pp. 69-73), tais como: voto de cabresto, contratação de pessoas para se passarem por outras, e demais irregularidades, levou a uma interpretação que buscava “proceder a uma rigorosa seleção do eleitorado, na suposição de que só eleitores bem escolhidos podem bem escolher candidatos” (HOLANDA, 1972, p. 179 apud LESSA, 2015, pp. 70-71). A proposta para evitar as sedições e deturpações do sistema que cooptavam as camadas mais baixas era segregar as camadas inferiores do processo. Originária deste pensamento, a Lei Saraiva de 1881, última reforma eleitoral aplicada no Império, trazia como condição para se tornar eleitor uma renda mínima anual e o “censo literário”, saber ler e escrever corretamente. Essas alterações mudaram drasticamente o número de votantes no país, que passaram de 1.114.066, em 1874, para 145.296, algo em torno de 1,5% da população (LESSA, 2015, p.73). Outro ponto que demonstra a diminuição drástica do quadro de votantes diz respeito ao índice de analfabetismo no Império. Este que beirava cerca de 82% da população, segundo o censo de 1872 (FERRARO & KREIDLOW, 2004, p. 182).

Se a propaganda republicana, inaugurada com o Manifesto de 1870, propunha a democracia e a igualdade política como elementos centrais do homem e do cidadão, a sua implementação não conseguiu se distanciar tanto dos últimos anos de Império, em relação ao número de votantes. O novo código eleitoral retirava o elemento censitário, porém manteve a restrição aos analfabetos. A manutenção desta prerrogativa limitou o alargamento do número de votantes aos mecanismos de escolha política. Se no censo de 1872, o eleitorado constituía 11% da população, passando para 1% após a Lei Saraiva de 1881, nas eleições presidenciais de 1894 o percentual dos votantes passou para tímidos 2% (LESSA, 2015, p. 114). Desta forma, a conservação da proibição do voto aos analfabetos, maioria da população, não trouxe real mudança prática para a questão eleitoral nos primeiros anos da República, muito menos conseguiu impedir a continuidade dos vícios e das fraudes que motivaram a Lei Saraiva e a diminuição do eleitorado.

Os dados conhecidos acerca da participação popular contestam a tese de aprovação do regime republicano pela população. A teoria defendida por Felisbello Freire acerca da legitimidade concedida pelo voto à Assembleia Constituinte não leva em consideração o fato das restrições de acesso ao eleitorado. Assim como as poucas informações acerca da proposta plebiscitária de Silveira Martins<sup>13</sup> nos faz questionar se a consulta seria: a todos os brasileiros sem restrições; se adequaria as restrições do novo Código Eleitoral republicano ou a um dos modelos de alistamento do Império.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASILIANENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*: Primeira parte, Exposição de Princípios. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTILHOS, Augusto de. *Portugal e Brasil: conflito diplomático*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1894. V. 2

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. Tomo III. Vol. 8. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais*. Vol. 29. Nº 2. Jul/Dez. Porto Alegre, 2004.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Vol. 27. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. Tomo II. Vol. 7. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015.

MARTINS, Hélio Leôncio. *História Naval Brasileira*. 5º Volume, Tomo I-A: Ministério da Marinha. Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985.

NABUCO, J. *A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Vol. 21. Brasília: Edições do Senado Federal. 2003.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento silêncio*. In: Estudos históricos. Vol. 2. Nº 3. Rio de Janeiro, 1989.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. *A Revolta Federalista e o ideário parlamentarista*. 219 f. Dissertação (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A passagem de governo dos militares para os civis e a normatização das relações políticas na república, estão bem organizadas em trabalho de Renato Lessa (LESSA, 2015, pp. 165-193).

<sup>2</sup> Os grupos políticos com projetos republicanos e os modelos a serem seguidos estão muito bem condensados em José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990, pp. 17-33).

<sup>3</sup> “Os abaixo-assinados, oficiais gerais do Exército e da Armada, não querendo, pelo silêncio, compartilhar da responsabilidade moral da atual desorganização em que se acham os Estados, devido à intervenção da Força Armada nas deposições dos respectivos governadores, dando em resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para vós, marechal, para que façais cessar tão lamentável situação. A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia. E os abaixo-assinados, crentes como estão, que só a eleição do presidente da República, feita quanto antes, como determinam a Constituição Federal e a lei eleitoral, porém, livremente, sem a pressão da Força Armada, se poderá restabelecer prontamente a confiança, o sossego e tranquilidade da família brasileira, e bem assim o conceito da República no exterior, hoje tão abalados, esperam e contam que neste sentido dareis as vossas acertadas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos que nos campos da batalha já prestastes a esta pátria” (FREIRE, 1982, p. 24).

<sup>4</sup> Segundo Augusto de Castilhos, adido naval português no porto do Rio de Janeiro, a influência do Almirante Saldanha da Gama refletia nas guarnições das Ilhas das Enxadas, Villegagnon e das Cobras (CASTILHOS, 1894, pp. 67-68).

<sup>5</sup> “Os oficiais da fração da Esquadra Libertadora, surta neste porto, desejosos de pôr termo à luta, que há mais de seis meses ensanguenta o país, estão resolvidos a deporem as armas sob as seguintes condições: 1ª. Retirada para o estrangeiro dos oficiais, assim como dos que com eles privam, sob a garantia e guarda da nação portuguesa; 2ª. Garantia de

vida para os inferiores e praças e bem assim para os voluntários que lhes estão assimilados; 3ª. Entrega das fortalezas, navios e mais material no pé em que se acham; 4ª. Restituição dos prisioneiros, exceto aqueles oficiais prisioneiros que queiram ou preferiram partilhar a sorte dos oficiais da Esquadra” (FREIRE, 1982, p. 258).

<sup>6</sup> Decreto N° 310, de 21 de outubro de 1895, in: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-310-21-outubro-1895-540741-publicacaooriginal-41604-pl.html>. Acessado em 31/03/2019 às 19:48h.

<sup>7</sup> Vide extrato biográfico produzido pelo CPDOC, In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO,%20Joaquim.pdf>. Acessado em 28/3/2019, às 19h30.

<sup>8</sup> Vide suas obras: *Por que continuo a ser monarquista* (1890); *O dever dos monarquistas* (1895).

<sup>9</sup> Vide extrato biográfico produzido pelo CPDOC, in: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Felisbello.pdf>. Acessado em 27/3/2019 às 15h27.

<sup>10</sup> A oposição entre paixão e razão é elemento central na confecção do discurso de Felisbello Freire, ideia recorrente em seu livro e presente principalmente (FREIRE, 1982, pp. 6-7).

<sup>11</sup> Segundo Felisbello Freire, fora o próprio diplomata britânico Hugh Wyndham “quem se encarregou de pedir ao governo para consentir que o seu compatriota Charles Akers socorresse os enfermos e feridos das forças revoltadas” (FREIRE, 1982, p. 264). O pedido de um diplomata britânico são elementos considerados pelo autor, para apontar o interesse do governo britânico com esta proposta.

<sup>12</sup> Os relatos citados, tanto do Manifesto de Custódio de Mello, quanto do periódico “Prensa”, não foram encontrados para além das citações do autor. Cabe uma pesquisa mais aprofundada nos periódicos do período e citados pelos autores para melhor se compreender a difusão de culturas políticas e a influência destas na opinião pública. Compreendo cultura política pela grelha teórica de René Remond (REMOND, 2003, pp. 13-37).

<sup>13</sup> O aprofundamento acerca da proposta plebiscitária seria importantíssimo para compreendermos a efetividade da participação popular nesta em oposição ao que ocorrera durante o período conhecido como República das Espadas. Diferente de Felisbello Freire, Carlos Eduardo Dieder Reverbel apresenta uma visão de Silveira Martins mais próxima do parlamentarismo, este que seria um “mecanismo em que o povo intervinha mais eficazmente na política” (REVERBEL, 2014, p. 22).

# “120 Dias Separados”: A história do 2º Tenente Joaquim Martins Pereira a bordo da Divisão Naval em Operações de Guerra<sup>1\*</sup>

*“120 jours separees”: l’histoire Du 2e Tenente Joaquim Martins Pereira, à bord de la Division Navale en Operations de Guerre*

**Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva**

Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval. Graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## RESUMO

O artigo almeja um estudo de caso sobre a Divisão Naval em Operação de Guerra da Marinha do Brasil (DNOG), em 1918, durante a 1ª Guerra Mundial, a partir da análise documental sobre as cartas escritas pelo 2º Tenente Joaquim Martins Pereira, a bordo do navio-tender *Belmonte* para sua cônjuge Maria do Carmo Pastori Pereira. Sob o ponto de vista de sua narrativa, pretendemos contribuir com subsídios para interpretar a guerra como um fenômeno social capaz de modificar a vida dos homens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira Guerra Mundial; navio *Belmonte*; Divisão Naval em Operação de Guerra

## RÉSUMÉ

*L’article a comme but une étude d’un cas à sur la Divisào Naval en Operçao de Guerre (DNOG) de la Marine Du Brésil, en 1918, pendant la première Guerre Mondial, à partir de l’analyse documentaire sur les lettres écrites par le 2e Tenente Joaquim Martins Pereira, à bord du navire-tender Belmonte pour son épouse Maria do Carmo Pastori Pereira. Selon sa narrative, nous souhaitons contribuer à travers des informations afin d’interpréter la guerre comme un phénomène social capable de modifier la vie des hommes.*

**LE MOTS CLÉS:** Première Guerre Mondiale; navire *Belmonte*; Divisão Naval en opération de guerre

## INTRODUÇÃO

A guerra é um fenômeno social. Não devemos minimizá-la apenas a um conflito armado. Pelo contrário, é um objeto complexo. Um fenômeno coletivo promovido através da violência organizada sob aparato legal contra um inimigo ativo a fim atender aos interesses de grupos políticos. O conceito é definido por Gaston Bouthoul no “Tratado de Polemologia”<sup>1</sup> como: “*una forma de violencia que tiene como característica ser metódica y organizada en cuanto a los grupos que la hacen y a las maneras com que la conducen*” (BOUTHOU, 1984, p. 10).

<sup>1</sup>Artigo recebido em 4 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 127-140 – 2021.

Ao longo do tempo, não houve sociedade que não tenha escrito nas páginas de sua história a experiência com a guerra. Cada organização apresenta sua especificidade no âmbito da mentalidade, tecnologia, política, cultura, economia e demografia, influenciando nos seus próprios métodos de combate (BOUTHOU, 1984, p. 87). Ao mesmo tempo, esse fenômeno interfere através de uma “imitação coletiva por direitos bélicos” (BOUTHOU, 1984, p. 64), ruptura de isolamentos dos povos, influência na moda e difusão de elementos técnicos que provocam transformações sociais.

Na obra “A Guerra: Ensaio Histórico”, o autor André Corvisier disserta sobre os impactos da guerra na sociedade, estabelecendo três questões: “I – a sociedade como inspiradora de formas de guerra; II – a guerra como agente de transformações sociais e III- a guerra como princípio de organização social” (CORVISIER, 1999, p. 234). A organização social é elemento condicionante para composição do exército e a condução do conflito armado no aspecto tático e estratégico.

A guerra é um agente transformador das estruturas sociais<sup>2</sup>. Além da mortalidade, gera consequências na pirâmide etária, na distribuição de riquezas e nas mudanças morais da sociedade (CORVISIER, 1999, p. 234):

Nada envolve tanto os seres humanos, de maneira tão íntima e completa, quanto a guerra e seus acontecimentos, com a dívida suprema que ela cobra: a morte, a dor, as feridas e sofrimentos, a mobilização de todos os recursos, destruição de todas as espécies de bens (...), sem conceder nenhuma distinção entre civis e combatentes, entre jovens e velhos, entre homens e mulheres, entre crianças e doentes (BONANATE, 2001, pp. 23-24).

O elevado índice de mortalidade ocorre não só de forma direta, ou seja, no teatro de operações através da prática de terra arrasada, bombardeio ou devastações preventivas, mas também, de forma indireta, acarretado por epidemias e fome. No nível do indivíduo, a guerra afeta os combatentes e a sociedade civil. Atrás do soldado fardado, existe o homem, o cidadão, o trabalhador, o pai, o marido e a sua morte atinge sua família. A ausência da figura paterna pode causar a desestrutura familiar, afetando, inclusive, a renda financeira.

Por outro lado, a guerra também modifica o destino dos sobreviventes. Por exemplo, a ascensão social através da promoção na carreira militar e poder econômico de outros setores; redistribuição de riqueza; retirada de atores do poder; domínio de uma sociedade por outra, a partir da expansão da economia, política, religião e cultura conforme ocorreu nas guerras destinadas às conquistas.

Considerando a guerra um fenômeno complexo e sua intrínseca relação com as estruturas sociais, a escrita da história militar, a partir de 1970, ganhou transformações, rompendo antigos paradigmas baseado nas narrativas das batalhas e atos heroicos de líderes políticos e militares, característica da historiografia do século XIX. A nova história militar, obedecendo aos princípios teóricos e metodológicos, surgiu com novas competências, sobretudo, adequando-se à história-problema.

O intercâmbio com a história social e a antropologia contribuiu para novas abordagens e objetos, modificando o estudo da guerra (LOUREIRO, 2010, pp. 94-95) e a compreensão das instituições e fenômenos militares inseridos na dinâmica das sociedades (PARENTE, 2009, p. 9). A história militar assumiu nova característica: a interdisciplinaridade. Através do diálogo com outros campos do conheci-



mento, sobretudo, com a teoria social, a análise sobre a guerra ganhou novos significados, relacionada à economia, sociologia, psicologia, filosofia e etc (SOARES; VAINFAS, 2012, pp. 113-114). Enquanto os pesquisadores reconhecem a guerra relacionada às estruturas sociais, é importante inserir os conceitos empregados na ciência da guerra na investigação histórica, respeitando seu tempo e espaço (PARENTE, 2009, p. 13).

Por fim, a nova história militar sofreu uma “antropologização” dos temas: análise da relação entre guerra e sociedade. Através do arcabouço teórico e metodológico da teoria social é possível promover pesquisas sobre as instituições militares, destacando recrutamento, gênero, mentalidade militar, memória militar e memória nacional, história das ideias e o desenvolvimento tecnológico e a experiência individual, revelando seus sentimentos para alcançar sua vitória ou apenas sua sobrevivência. Ou seja: “buscar o rosto da batalha passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto” (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 121).

A Primeira Guerra Mundial “alterou o *modus faciendi*” da guerra (RODRIGUES, 2012, p. 105). O elevado índice de mobilização de contingente civil e militar no mundo inteiro justificou a tragédia provocada pela mortandade. O desenvolvimento tecnológico não só no âmbito bélico, mas também, na comunicação divulgou as atrocidades exercidas pelo próprio homem. A guerra provocou consequências política, econômica, militar, social e ideológica.

O objetivo do presente trabalho é apresentar o impacto da guerra sobre a sociedade, a partir do estudo de caso sobre a participação da Marinha do Brasil no conflito, em especial, a trajetória do 2º Tenente da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) a bordo do tender *Belmonte*, Joaquim Martins Pereira.

As correspondências de Martins Pereira a sua cônjuge Maria do Carmo Pastori são fontes, indícios e pistas que analisadas a partir de uma interpretação crítica, um paradigma investigativo, auxiliam o pesquisador na construção do conhecimento sobre o passado dos sujeitos históricos (GINZBURG, 2011). As cartas apresentam um testemunho inédito não só sobre a participação da Marinha do Brasil na 1ª Guerra Mundial, mas também sobre a relação entre um homem e uma mulher e a transformação das suas vidas pela guerra. É importante refletir: “são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001, p. 54).

### **A 1ª GUERRA MUNDIAL (1914-1918) E A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL (1918)**

No início do século XX, a Europa apresentava um desequilíbrio de poder<sup>3</sup>. A busca pela manutenção do *status quo*, sem recorrer à guerra, conduziu os países à formação de alianças políticas e militares: a Tríplice Entente composta pela Grã-Bretanha, França e Rússia e a Tríplice Aliança constituída pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália. No entanto, o acirramento das tensões diplomáticas ocasionadas por crises políticas (1905 e 1914) no Marrocos, Bósnia e Sérvia e o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando (1889-1914) foram controvérsias que a diplomacia não conseguiu solucionar, pois eram tangentes à disputa de poder entre os Estados europeus<sup>4</sup>. Em 4 de agosto de 1914, a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha. Na introdução da obra “A Era dos Impérios”, Eric Hobsbawm afirma: “agosto de 1914 é uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história” (HOBSBAWM, 1988, p. 19). Eclodia o maior conflito armado europeu até então.

O Oceano Atlântico, sobretudo, o mar do Norte foi palco do teatro de operações

da guerra naval na fase inicial. Para os ingleses, esse espaço era estratégico para proteção das suas linhas de comunicação responsáveis pelo comércio e abastecimento com os portos franceses, belgas, holandeses e os países escandinavos, ramificando, inclusive, para os portos norte-americanos e do Caribe; da costa ocidental africana e dos portos brasileiros e argentinos (ALMEIDA, 2013, p. 347). Portanto, combater a presença e impedir o controle alemão sobre essas águas era vital para sua sobrevivência nos combates<sup>5</sup>. Em 1º de fevereiro a Alemanha declarou a guerra submarina ilimitada contra a Inglaterra no mar Mediterrâneo, no mar do Norte e no Oceano Atlântico, próximo da costa dos EUA e da África. Para estrangular o comércio e o abastecimento de armamentos para Grã-Bretanha, os navios mercantes eram torpedeados. Após diversos navios afundados no Atlântico, os Estados Unidos da América, em 6 de abril de 1917, declararam guerra à Alemanha. Nesse momento, os navios mercantes brasileiros também sofreram baixas, torpedeados por submarinos alemães.

Ao início da Grande Guerra, o Estado brasileiro optou pela neutralidade. Após a declaração da guerra submarina ilimitada pela Alemanha, iniciou uma crise diplomática com Berlim devido aos torpedeamentos dos navios brasileiros: *Paraná; Lapa; Tijucas; Acary; Guayba; Taquary*<sup>6</sup>. Em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha. A participação brasileira no conflito foi planejada a partir das seguintes contribuições: envio da Missão Médica para integrar a equipe francesa; envio do grupo de aviação naval para treinamento na França e a Divisão Naval sob comando da Marinha Real Britânica para atuar no policiamento do Oceano Atlântico entre o estreito de Gibraltar e Serra Leoa, na costa africana (ALMEIDA, 2013, p. 363).

A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) foi criada pelo Ministro da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar composta pelos cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, os contratorpedeiros *Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina*, tender *Belmonte* e o rebocador *Laurindo Pita* sob comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frothin.

É importante ressaltar que a Marinha do Brasil enfrentou problemas estruturais para conseguir cumprir a missão atribuída à DNOG. Em primeiro lugar, a falta de contingente militar e mão de obra qualificada para realização da manutenção dos navios e, inclusive, para compreensão das inovações tecnológicas e táticas de guerra de superfície e antissubmarino desenvolvidas na fase inicial da Grande Guerra. Além disso, o país não dispunha de apoio logístico, importando peças e armamentos para esquadra. De acordo com Francisco Alves de Almeida: “Os marinheiros deveriam se virar com aquilo que a nação podia fornecer, afinal seriam eles os grandes sofredores nesse estado de coisas” (ALMEIDA, 2013, p. 364). Mas, quem foram esses homens que foram cumprir seu dever cívico? Não podemos apresentar todos os indivíduos, mas, apresentamos um dos personagens que viveu essa aventura.

## **2º TENENTE JOAQUIM MARTINS PEREIRA**

Joaquim Martins Pereira (1886-1918) nasceu no Pará e formou-se engenheiro. Casou-se com Maria do Carmo Pastori (1895-1987?), em 1910, no Rio Grande do Sul. Ingressou na Marinha do Brasil, em 22 de junho de 1908, nomeado como subajudante maquinista extranumerário<sup>7</sup>. Desde o início do século, devido aos programas navais para modernização da esquadra, a Marinha de Guerra contratava civis com qualificação especializada para integrar o corpo da Armada.

Em agosto de 1910, Joaquim Martins Pereira chegou ao Rio de Janeiro. O Senador Arthur Lemos (1871-1945) apresentou seu projeto sobre uma máquina capaz de promover a estabilidade do ar nos submarinos ao Ministro da Marinha Alexandrino Alencar de Faria que, por sua vez, o alocou a bordo do encouraçado *Deodoro* no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro para prosseguir com sua pesquisa (IHGB, DL 01, 01).

Durante sua carreira na Marinha de Guerra, desenvolvendo seu projeto, serviu no encouraçado *Deodoro*, participando de treinamentos militares na Ilha Grande (1910); rebocador *Albatroz* (1910) no Rio de Janeiro; vapor *Rio Pardo* a serviço da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (1913), no Batalhão Naval e no Comando de Defesa Móvel no Arsenal do Rio de Janeiro (1914).

Em 1918, regressou ao Rio de Janeiro. Foi ordenado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Estevão Adelino Martins para servir a bordo do submarino cuja base era o tender *Ceará*, navio que possuía a popa aberta para entrada de um submarino, em sua doca, para limpeza e reparação (GAMA, 1982, p. 41), a fim de prosseguir com sua pesquisa e obteve a promoção a 2º Tenente:

Hoje apresentei-me e depois de ser ouvido pelo Chefe do Estado Maior o que muito me agradou, fui mandado embarcar nos submarinos (parece que a coisa pegou) ... cuja base é o Tender *Ceará*. Vou tirar patente de invenção a conselho do velho que me disse que tomava agora a peito a minha questão do aparelho (IHGB, DL 01, 11).

O Vice-Almirante autorizou a fabricação da máquina criada por Joaquim Martins Pereira na Inglaterra e o convidou para ingressar a bordo do tender *Belmonte*, navio pertencente à DNOG que segui-

ria para Europa, conforme explicou na carta para sua cônjuge Maria do Carmo Pastori Pereira:

Tendo o Almirante Adelino Martins me felicitado tudo com relação ao meu aparelho, resolvi fazê-lo em uma fábrica na Europa. Fui a ele e contei-lhe mais este meu desejo: ele depois de pensar um pouco deu-me toda razão e resolveu que eu seguisse para Europa no primeiro vapor. Nesta ocasião eu estava no tender *Ceará*, e como tivesse de ir para lá o cruzador Auxiliar Belmonte que é o tender da divisão que vai operar na guerra ele mandou-me nele embarcar, onde então estou agora. É um navio alemão, muito grande e muito bom, os camarotes nossos são verdadeiros salões. Vou ter uma excelente viagem (IHGB, DL 01, 17).

É importante ressaltar que o embarque de Joaquim Martins Pereira a bordo do *Belmonte* era interessante devido à ausência de militares, principalmente, qualificados para preparação da DNOG. Os maquinistas eram fundamentais para a manutenção da esquadra<sup>8</sup>. Inclusive, a aquisição do *Belmonte* estava relacionada às dificuldades logísticas. A necessidade de um navio tender para reparos justificou sua transformação de um navio mercante semi-sabotado<sup>9</sup> em vaso de guerra. Após aceitar o convite, o jovem tenente ingressou à Divisão de Operações em Guerra e sua decisão mudou o seu destino para sempre.

## **TRAVESSIA DO RIO DE JANEIRO A DAKAR**

O primeiro desafio enfrentado por Joaquim Martins Pereira foi conseguir o consentimento de sua companheira. Ao saber do embarque ao navio que seguiria para o teatro de operações, o temor abalou Maria do Carmo que colocou-se contrária à viagem. Em toda a correspon-

dência verificamos a preocupação em justificar a importância da viagem para sua carreira e para o futuro de sua família, insistindo, inclusive, na segurança da travessia. Cabe aqui alertar para um exercício metodológico realizado ao longo da pesquisa. Devido ao caráter passional das correspondências, visto que trata-se de cartas de amor de um marido, a bordo de um navio no Rio de Janeiro, que iria atuar no teatro de operações a sua cônjuge, que ficou no Rio Grande do Sul, criando seus filhos, verificamos que fatos relativos às ameaças sofridas durante a viagem foram subtraídos, ressaltando apenas o cotidiano a bordo. Portanto, buscamos cotejar essas correspondências com outros testemunhos e fontes oficiais.

Em maio de 1918, Joaquim Martins Pereira escreveu à Maria do Carmo sobre a importância da viagem: “A vantagem que eu tenho de ir é a seguinte: o navio não vai brigar porque é Tender, os vencimentos lá valem aqui um conto e tanto [...] aqui receberias papel pelo valor baixo e lá recebo ouro que vale quase três vezes mais” (IHGB, DL01,06). Em 17 de maio, pedia a ela para pensar no futuro dos filhos, inclusive, com senso de humor: “Quando quiseres fazer qualquer objeção lembra-te primeiro dos nossos filhos que é por causa deles, e, tua única e exclusivamente, que vou arriscar semelhante passo. Como eu já conheço, tenho certeza de voltar mais gordo, mais bonito e muito mais alegre” (IHGB, DL 01,17). E terminava suas cartas, declarando seu amor e afeto: “Acho que sendo tão franco como eu estou sendo tu só deves sentir esta saudade própria de teu coração amoroso (...), porque quando penso em ti lembro-me que do presente depende o futuro e convêm que agora haja estas separações que serão verdadeiros laços no futuro” (IHGB, DL 01,18).

O primeiro mês a bordo do *Belmonte* foi marcado pelas adaptações e manuten-

ção, armando o navio-tender com canhões e metralhadoras (MAIA, 1961, p. 31). A permanência no Arsenal de Marinha devido aos atrasos aumentava a possibilidade do cancelamento da viagem:

o navio que estou ainda está escangalhado e esta fazendo nova obra para ele ir até a Inglaterra e lá concertar melhor. Agora: para aproveitar a viagem ele vai com carga para os outros navios. Tu bem sabes que eu não ia fazer uma coisa que fosse com toda a segurança. (...) Enfim, eu já ando, bem como todos aqui de bordo com receio de não irmos mais, por que já se fala e muito custo probabilidade; quem sabe se os milhares de santo Antonios que estão amarrados de cabeça para baixo não estão torcendo os pausinhos? (IHGB, DL 01,17)

Na carta de 16 de junho de 1918, Joaquim Martins Pereira narra o cotidiano do navio estacionado no Arsenal do Rio de Janeiro: “O navio anda que é uma casa de diversões. Durante o dia, música. A noite cinema ou dança para os marinheiros. Agora, por exemplo, que estou escrevendo 9 horas da noite os patifes estão dançando por cima do meu camarote [...] está tocando uma valsa linda” (IHGB, DL 01,32). Em 5 de junho de 1918 escrevia novamente para tranquilizar sua família:

O navio não vai a guerra. Vai fazer obra na Inglaterra e aqui a uns 3 meses volta. Peço-te que vejas bem que o único conforto que eu tenho é o consolo das tuas palavras e só serei feliz se de fato também te julgares (...) Deixa que eu sei o que estou fazendo. Não sejas boba sabes que eu dou tudo para estar ao seu lado e quando eu chegar não tenciono sair nunca mais (IHGB DL 01,13).

Finalmente, em 6 de julho de 1818, o *Belmonte* saiu do Rio de Janeiro sob co-

mando do Comandante Benjamin Goulart, para Recife ainda com operários a bordo. Durante o período em que esteve no Recife, enviou o cardápio do navio para: “veres como isto aqui é vou te mandar um ‘menu’ do jantar de ontem que verás que não se passa o banquete, porém, come-se regularmente” (IHGB, DL 01,08). No jantar foi servido: “sopa, purê de batata, galinha, carne seca a Ceará e compota de caju” (IHGB, DL 01,34). Na carta de 22 de julho, escreveu sobre os acontecimentos no navio:

Agora, às 9 horas da noite estive no camarote de um camada com 2 violinos, violão, cavaquinho e muitos rapazes que se encontram no mesmo estado de alegria. Depois houve piano e mais música o que me faz tão aborrecido, coisa muito natural em todos que vivem pensando na casa. (...) Enfim, são 9 horas, vou dormir (IHGB, DL 01,03).

Terminava sua carta com uma reflexão sobre sua decisão e afeto à sua família: “Mas pensando em ti e no futuro do nosso filhinho tudo fica amortecido pra ceder lugar a força das circunstâncias: tracei um rumo e ei de segui-lo a não ser que motivos superiores ao contrário me obriguem” (IHGB, DL 01,03).

O objetivo do tender *Belmonte* era apoio logístico à DNOG, transportando água, carvão e mantimentos. De Pernambuco onde saíram no dia 24 de julho de 1918 ao arquipélago de Fernando de Noronha, no dia 26 de julho, os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul* foram abastecidos (MAIA, 1961, p. 32). Na travessia de Fernando de Noronha à costa africana, o navio sofreu um ataque de torpedos alemães (MAIA, 1961, p. 32). O Almirante Hélio Leôncio Martins informou que no Livro de Quartos do navio *Rio Grande do Norte* assinado pelo 1º Tenente Armando Belford Guimarães há a informação que na

noite de 3 a 4 de agosto o Comando Naval Inglês havia sido assinalado um submarino inimigo, sendo este visto pelos tripulantes do *Rio Grande do Norte*:

Às 20:15 foi avistado um clarão na proa, seguindo de estampido, tratando-se portanto de um disparo de canhão de um dos navios da vanguarda. Após cinco minutos, foi avistada esteira luminosa, assaz larga e perfeitamente retilínea, que partiu de um pouco avante e a [bombordo] do navio, dirigindo-se para a popa do *Belmonte*, da qual passou um pouco afastada. Foi dado sinal de alarme, sendo feito um disparo de canhão sobre a esteira e sobre o vulto visto pelo seu chefe, marinheiro de 2ª classe Elpídio Pinto de Freitas, a pouca distância do navio (MARTINS, 1967, p. 277).

Em 9 de agosto de 1918, Joaquim Martins Pereira escreveu à Maria do Carmo sobre a viagem de Fernando de Noronha à costa africana:

Hoje tivemos a felicidade de depois de tantos dias de viagem entre mar e céu chegar a este porto que é de uma cidade da África pertencente à Inglaterra, porque a África quase todos os países da Europa tem um pedaço de seu território, e este que chegamos hoje é do Inglês. (...) Enfim a 26 chegamos a Fernando (...) Lá passamos 5 dias e no dia 1º deste pela manhã deixamos aquele pedaço de Brasil que parece ter se deslocado para vir consolar nossos corações. Tínhamos deixados o último da terra onde tu e eu nascemos. E assim por isso mares traiçoeiros rolamos nove dias. Foi a maior travessia da viagem, que fazíamos com a maior coluna quando um passante navio de guerra inglês veio ao nosso encontro até chegarmos no porto (IHGB, DL 01,15).

Em seguida, escreveu suas impressões da cidade e um fato curioso:

A cidade é uma belezinha, muito mais importante que Florianópolis. Não sendo porém, calçada, mas é uma segunda Florianópolis ou melhor Santa Catharina; aqueles belos morros verdejantes estão transportados para Free Town. Vou contarte um dos fatos muitíssimo interessante daqui da África. Apareceu uns negros de cerca de anos completamente nus e embarcados em uma daquelas coisas de casco - canoinha (porém aqui são grandes – mais ou menos 5 metros -) estes moleques atirase dinheiro na água e o patife vai buscar a qualquer profundidade. (...). A viagem continua sendo muitíssimo divertida e boa, não havendo razão senão para saudade tão natural (IHGB, DL 01,15).

A Divisão permaneceu em Freetown (Serra Leoa) para manutenção dos navios e abastecimento. Em 23 de agosto de 1918 a Esquadra seguiu para Dakar. Em alto-mar, Joaquim Martins Pereira escreveu à sua mulher: “fazem hoje 4 meses que sai do Rio de Janeiro, quer dizer que pela primeira vez vamos estar mais de 120 dias separados” (IHGB, DL 01,05). Na madrugada de 25 para 26 de agosto o navio *Belmonte* sofreu um novo ataque por um torpedo de submarino alemão:

Os navios deram alarma de submarino à vista e abriram fogo sobre ele, que procurava emergir após haver lançado um torpedo contra o *Belmonte*. As guarnições viveram instantes de angustiosa expectativa, aguardando quase sem respirar o impacto do torpedo, claramente observada. Os navios, navegando em zigue-zague, atiravam sobre o submarino e sobre a rota do torpedo (GAMA, 1982, p. 152).

Em 26 de agosto, a Divisão atracou no porto de Dakar: “estamos no porto de

Dakar que também é África, porém mais perto da Europa: chegamos ontem. (...) estou como sempre muito bem e com muita esperança de breve estar ao teu lado (...) cobrindo-te de mil beijos” (IHGB, DL 01,05). Depois de passar pelas ameaças na travessia, no dia 27 de agosto, Joaquim Martins Pereira relatou a segurança da viagem: “É uma viagem de recreio. Tenho sabido que não há mais submarinos e os que estão ainda por ai estão perdidos. A guerra está quase terminada e a nossa vitória, isto é, dos aliados é certa, não haverá nada que possa salvar a Alemanha da sua eterna desapareição” (IHGB, DL 01,17).

No meio do caminho, algo modificou o pensamento de Joaquim Martins Pereira que tentou voltar para casa a bordo do rebocador *Laurindo Pitta*. Escreveu à sua mulher em 28 de agosto: “anda agora uma voz que vai voltar o Laurindo que é um grande rebocador e se não houver quem queira voltar eu me ofereço. Porém, isto será um mau ato, mas em todo caso vou deixar a natureza agir” (IHGB, DL 01,17). No dia seguinte, desabafava:

Esta história do Laurindo eu estou fazendo das tripas coração, porque ao tempo que eu quero correr e chegar junto de ti e em esquecer por muitas horas que o mundo existe – eu lembro que também preciso passar mais um tempo por esta terra que me dão alguma coisa com que eu posso depois transformar em teu bem estar e dos nossos filhinhos, coisa única de minha existência (IHGB, DL 01,17).

No entanto, não conseguiu retornar, informando no dia 31 de agosto: “aqui em Dakar vamos demorar muito, talvez um mês” (IHGB, DL 01,17). Essa foi a última carta e a última frase recebida por Maria do Carmo Pastori enviada por Joaquim Martins Pereira.

Ao final de agosto, ainda em Freetown, o contingente brasileiro foi infectado pela epidemia de influenza, também chamada de gripe espanhola<sup>10</sup> que atingiu aos navios da DNOG, transmitida pelo cargueiro inglês *Mantua*. Após a chegada a Dakar, a epidemia alastrou pelos navios. O Capitão-Tenente Orlando Marcondes Machado, imediato do *Rio Grande do Sul* narrou o episódio no artigo *Nossa Hecatombe em Dakar* (1921):

Cerca de três ou quatro dias depois de declarada a moléstia, vinha a tosse, vinha a expectoração sanguínea, vinha a congestão pulmonar. (...) Um havia que queria tossir, mas, em vez de tossir, soluçava. (...) aqueles que ofegavam, que se debatiam, em dolorosa dispneia, eram os mais necessitados de socorro. (...) os primeiros mortos foram enterrados em caixões; os outros, apenas atados em pedaços de tábuas. Alguns tiveram suas pálpebras cerradas essa derradeira piedade – não houve tempo para a prodigalizar (MACHADO in MARTINS, 1967, pp. 267-271).

Durante a 1ª Guerra Mundial, o ambiente do teatro de operações caracterizado pelas trincheiras, aglomeração de combatentes, os navios transportes situados em locais insalubres, sem saneamento, alimentação saudável e água potável, altas temperaturas e ausência de eficiente socorro médico, corroborou para alarmante difusão do vírus. Entre os dias 10 a 16 de setembro a mortandade foi exponencial, sobretudo, entre os militares encarregados da guarnição das caldeiras e transporte de carvão, os foguistas, marheiros de convés, maquinistas (10% dos maquinistas da Divisão foram vítimas), médicos e demais oficiais. A epidemia de gripe espanhola provocou, entre 1918 e 1919, 20 a 50 milhões de mortes. O contin-

gente brasileiro a bordo da DNOG atingiu a maior taxa de mortandade ocorrida nos navios de guerra, totalizando, aproximadamente, 10%. As vítimas foram enterradas em Dakar (ALONSO; SCHUCK-PAIM; SHANKS; ALMEIDA, 2013, p. 12).

O 2º Tenente Joaquim Martins Pereira faleceu no dia 13 de setembro de 1918 (ARQUIVO DA MARINHA, 085. 01).

No Brasil, a tragédia das mortes na Divisão Naval em Operação de Guerra repercutiu nos principais jornais da época. A edição de 23 de setembro de 1918 do *Gazeta de Notícias* apresentava como principal manchete: “A epidemia na esquadra em operações de guerra. As vítimas da ‘influeza hespanhola’. As tristes notícias que chegam”. Havia, inclusive, uma nota sobre o falecimento de Joaquim Martins Pereira, informando que “foi no quadro do pessoal maquinista e foguista onde essa grave doença encontrou campo mais acessível para sua propagação, tendo feito então o maior número de vítimas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1918, p. 1). Na mesma data o *Correio da Manhã* apresentava Joaquim Martins Pereira como um dos “55 óbitos registrados até 18 do corrente” pelo Almirante Alexandrino (CORREIO DA MANHÃ, 1918, p. 1).

No mês seguinte, os jornais *A Razão* e *Jornal do Brasil* na edição de 3 de outubro de 1918, nas matérias sobre a epidemia de gripe espanhola traziam a seguinte nota:

CONDOLÊNCIAS DO SR. ALMIRANTE ALEXANDRINO PORTO ALEGRE 2 (A.) – O almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, enviou à d. Maria Pastori Pereira viúva do sub-oficial Martins Pereira, falecido em Dakar, o seguinte telegrama: “Com pesar confirmo morte vosso esposo maquinista Joaquim Martins Pereira, dando exemplo, trabalho, cumprimento

e dever. Queira aceitar minhas condolências” (JORNAL DO BRASIL, 1918, p. 8).

A transcrição do telegrama publicado nos jornais do Rio de Janeiro recebido por Maria do Carmo Pastori Pereira representava a mensagem de condolências a todas as famílias afetadas pela perda do seu familiar, vítima da epidemia, demonstrando como a guerra transforma a sociedade. A família de Joaquim Martins Pereira perdeu um irmão, um marido e um pai, inclusive, a Marinha do Brasil obteve uma baixa no quadro dos seus militares, em especial, um maquinista que pretendia desenvolver tecnologia a serviço da instituição.

Na costa da África, a partir de novembro, após as substituições do contingente e a manutenção nos navios, a DNOG prosseguiu sua viagem para Gibraltar. O tender *Belmonte* seguiu para a França com um carregamento de trigo junto com o *Bahia* e o *Rio Grande do Norte*. No dia 11 de novembro de 1918 foi decretado o armistício na Europa<sup>11</sup>.

Além dos impactos políticos, econômicos, sociais e ideológicos. Até 1914, a humanidade não havia presenciado tamanha atrocidade. Com o advento da tecnologia no âmbito militar, a metralhadora, o avião, os bombardeios, as trincheiras promoveram uma hecatombe. A guerra mostrou a capacidade do homem em promover a barbárie. Além das transformações políticas e econômicas, como a reestruturação política na Europa com a queda do Império Austro-Húngaro, a Revolução Russa (1917), a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial, crise econômica, a Grande Guerra obteve impactos sociais. Ao final da 1ª Guerra Mundial foram 10 milhões de mortos e mais de 30 milhões de feridos entre civis e militares (RODRIGUES, 2012, p. 110).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova história militar almeja analisar a guerra como um fenômeno social e um agente transformador da sociedade. O objetivo foi apresentar a partir da trajetória do suboficial maquinista Joaquim Martins Pereira a bordo do tender *Belmonte* na Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), o impacto da guerra sobre a sociedade. A análise documental sobre a correspondência enviada a sua cónjuge Maria do Carmo Pastori Pereira permitiu observar a sua experiência individual com a guerra, sobretudo, acerca do cotidiano da participação da Marinha do Brasil na 1ª Guerra Mundial.

A 1ª Guerra Mundial foi uma ruptura na história da humanidade. Além dos impactos políticos, econômicos, sociais e ideológicos, a morte de 10 a 50 milhões de pessoas, incluindo, militares e civis de forma direta e indireta, no campo de batalha ou vítimas da fome e epidemias, e das transformações no nível familiar desses indivíduos, a guerra também afetou a pirâmide demográfica, o mercado de trabalho, os postos militares. A morte de Joaquim Martins Pereira, em Dakar, vítima da epidemia de gripe espanhola, chama atenção para esse impacto.

Esse desfecho implicou na separação entre marido e mulher, entre pai e filho e uma perda também para a pátria que perdeu um brasileiro que almejava contribuir para inovação tecnológica da indústria naval. Joaquim Martins Pereira entrou para a estatística dos mortos no conflito. No entanto, ao investigarmos suas cartas, seus vestígios e indícios, foi possível retratá-lo como sujeito histórico, agente da guerra e ao mesmo tempo vítima. Um marinheiro que se aventurou no mar, em busca de melhorias de vida, sofreu com o impacto do conflito e encontrou na terra seu repouso, suas forças defensivas. É preciso



lembrar-se dos horrores da guerra para, inclusive, combatê-la. Na obra literária ‘Nada de novo no front’ (1929) Eric M. Remarque relatou os horrores da Primeira Guerra Mundial, afirmando: “Para nenhum homem a terra é tão importante quanto para um soldado. Nela ele abafa o seu pavor e grita no seu silêncio e na sua segurança; ela o acolhe e o libera para mais dez segundos de corrida ou de vida; e volta a abrigá-lo; às vezes, para sempre” (REMARQUE, 2018, p. 44).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

Coleção Martins Pereira: Correspondências de Joaquim Martins Pereira à Maria do Carmo Pastori Pereira (1910). IHGB. DL 01,48; DL 01,39; DL 01,46; DL 01,07; DL 01,05; DL 01,15; DL 01,08; DL 01,34; DL 01,03; 01,17; DL 01,26.

#### ARQUIVO DA MARINHA (DPHDM)

Ofício do Almirante Pedro de Frontin ao Estado Maior da Armada informando a relação de óbitos da DNOG, vítimas da gripe espanhola. Arquivo da Marinha. 085.01.

Livro do navio Cruzador-Auxiliar *Belmonte*. Arquivo da Marinha, nº 82.

### JORNAIS IMPRESSOS

A epidemia na esquadra em operações de guerra. As vítimas da ‘influeza hespanhola’. As tristes notícias que chegam. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 23 de set. de 1918, p. 1.

Influenza Hespanhola na Divisão Naval Brasileira em Operações de Guerra. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de set. de 1918, p. 1.

A peste no Rio e nos Estados. *A Razão*. Rio de Janeiro, 3 de out. de 1918, p. 1.

A missão médica e a divisão naval na Europa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de out. de 1918, p. 8

### LIVROS

ALMEIDA, Francisco Alves de. A Grande Guerra e o Atlântico. In: ALMEIDA, Francisco Alves de; LEÃO, Karl Schurster de Sousa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ALONSO, Wladimir J; SCHUCK-PAIM, Cynthia. SHANKS, Dennis G; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na divisão naval em operações de guerra em 1918. In: *Navigator*. Rio de Janeiro: DPHDM, v.9, nº 17, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polemologia: Sociología de las guerras*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984.

CAMINHA, Herick Marques. *Organização e Administração do Ministério da Marinha na República*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.

CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1895-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. O binômio “guerra” e “sociedade” e a produção da História Militar recente. In: *Ideias em destaque*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, nº 33, maio/ago, 2010.

MAIA, Prado. *Divisão Naval em Operações de Guerra 1914-1918. Uma página esquecida da história da Marinha brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1961.

MARTINS, Hélio Leôncio. Participação da Marinha Brasileira na Primeira Grande Guerra. In: SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1997, v. 5, tomo I B.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. In: *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: ano 1, dez. 2009.

REMARQUE, Eric M. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

RODRIGUES, Cláudio Marin. A Grande Guerra: Lições ainda a aprender. In: *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, jul/ dez 2012.

SCHMITT, Bernadotte E.; VEDELER, Harold C. *The rise of modern Europe: the world in the crucible (1914- 1919)*. Nova York: Harper Torchbooks, 1988.

SOARES, Luiz Carlos Sores; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2012.

## NOTAS

<sup>i</sup> Esse trabalho é dedicado à Professora Regina Maria Martins Pereira Wanderley, agradeço por me confiar as cartas do seu avô e por todo apoio me concedido ao longo da minha carreira acadêmica.

<sup>1</sup> Estudo objetivo sobre as guerras como fenômeno social suscetível à observação.

<sup>2</sup> Para realização de uma análise sobre as transformações sociais de uma guerra é necessário considerar alguns aspectos desse fenômeno, tais como: caráter endêmico ou isolado, extensão, intensidade, duração, número de contingente, ações diretas ou indiretas sobre os homens e estruturas sociais a fim de evitar generalizações (CORVISIER, 1999, p. 234).

<sup>3</sup> Entre 1870 a 1914, a Europa sofreu transformações políticas. A Grã-Bretanha e a França sofreram a queda da sua produção industrial e comércio exterior, enquanto a Alemanha, após seu processo de unificação (1871), promoveu seu desenvolvimento industrial através da educação básica e Revolução Industrial, alcançando liderança internacional. A partir de 1890, os Estados Unidos da América e o Japão buscavam aumentar seu poder nas relações internacionais. Em contrapartida, o Império Russo e o Império Austro-Húngaro estavam em decadência, enfrentando problemas políticos e sociais internos (RODRIGUES, 2012, p. 107).

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre as causas da 1ª Guerra Mundial, ver: KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; SCHMITT, Bernadotte E.; VEDELER, Harold C. *The rise of modern Europe: the world in the crucible (1914- 1919)*. Nova York: Harper Torchbooks, 1988.

<sup>5</sup> A Alemanha utilizava como estratégia naval o uso da esquadra em potência e a guerra do desgaste no mar do Norte até 1916.

<sup>6</sup> Sobre as causas da participação brasileira na 1ª G. M, ver: MARTINS, Hélio Leôncio. Participação da Marinha Brasileira na Primeira Grande Guerra. In: SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1997, v. 5, tomo I B.

<sup>7</sup> O Decreto nº 810, de 18 de dezembro de 1901, reorganizou o quadro de oficiais do Corpo de Maquinistas Navais, estabelecendo 90 subajudantes-maquinistas (sargento-ajudante). Ver: CAMINHA, Herick Marques. *Organização e Administração do Ministério da Marinha na República*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989, pp. 123-124.

<sup>8</sup> Saldanha da Gama explicou as queixas do Almirante Frontin para conseguir preparar a Divisão: “queixou-se da má execução dos reparos executados pelo Arsenal de Marinha, especialmente da Diretoria de Máquinas” (GAMA, 1982, p. 41).

<sup>9</sup> O navio alemão *Valesa* foi construído, em 1912, no estaleiro Neptun na Alemanha, incorporado ao Lloyd Brasileiro com o nome de *Palmares* e ingressou a Esquadra em 8 de fevereiro de 1917 com o nome de Cruzador-auxiliar *Belmonte*. Ver: Livro do navio do cruzador-auxiliar *Belmonte*. Arquivo da Marinha, nº 82, cap. 1, fl. 1.

<sup>10</sup> “A influenza é uma doença altamente contagiosa, viral típica transmitida por meio de aerossóis produzidos por pessoas infectadas durante o processo de tosse ou espirro ou por contato direto com secreções nasais ou superfícies contaminadas com o vírus transmissor”. Ver: ALONSO, Wladimir J; SCHUCK-PAIM, Cynthia. SHANKS, Dennis G; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na divisão naval em operações de guerra em 1918. In: *Navigator*. Rio de Janeiro: DPHDM, v.9, nº 17, 2013, p. 12.

<sup>11</sup> A DNOG foi convidada para participar dos festejos promovidos na Europa, regressando no ano seguinte ao Brasil.

# Entre pescadores e canhões, a Guerra chegou ao litoral: a experiência dos soldados na transformação da Artilharia de Costa brasileira (1942-1945)\*

*Between fishermen and cannons, the War reached the coast: The experience of soldiers in the transformation of Brazilian Coastal Artillery (1942-1945)*

**Sandro Teixeira Moita**

Professor de História. Bacharel e Licenciado em História (UFF, 2003), Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO, 2011), Mestre em História Social (UNIRIO, 2013) e Doutorando em Ciências Militares (ECEME).

**Rogério de Amorim Gonçalves**

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Coronel da Reserva (R/1) do Exército Brasileiro. Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO, 2011) e Mestre em Ciências Militares (ECEME, 2020).

## RESUMO

Os ataques de submarinos alemães ao longo da costa brasileira, no contexto da Batalha do Atlântico dentro da Segunda Guerra Mundial, impuseram elevados custos ao Brasil em vidas humanas e perdas materiais. Tais ações fizeram com que o país ingressasse na guerra ao lado dos Aliados, especialmente pelo esforço diplomático dos Estados Unidos da América, o que permitiu o acesso a material militar moderno para o Brasil. Isso estimulou o crescimento da Artilharia de Costa, especialidade vocacionada para a defesa do litoral existente no Exército, com ativação de unidades em diversos pontos da costa, especialmente após o torpedeamento de dois navios, *Baependy* e *Itagiba*, vitimando pessoal do Exército. Isto levou milhares de soldados ao litoral, onde junto a civis, experimentaram tensão, medo e pressão constante, apenas, para ao final da guerra, serem esquecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soldados da praia; Artilharia de Costa; Batalha do Atlântico; Segunda Guerra Mundial

## ABSTRACT

*The attacks of German submarines along the Brazilian coast, in the context of the Battle of the Atlantic within the Second World War, imposed high costs on Brazil in human lives and material losses. Such actions led the country to join the war on the side of the Allies, especially through the diplomatic effort of the United States of America, which allowed access to modern military material for Brazil. This stimulated the growth of Coastal Artillery, a specialized Army branch dedicated to the defense of the coast, with the activation of units in several points of the coast, especially after the torpedoing of two ships, *Baependy* and *Itagiba*, killing Army personnel. This took thousands of soldiers to the coast, where together with civilians, they experienced tension, fear and constant pressure, only to be forgotten at the end of the war.*

**KEYWORDS:** *Soldiers of the beach; Coastal Artillery; Battle of the Atlantic; World War II*

\*Artigo recebido em 2 de agosto de 2020 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 141-153 – 2021.

## INTRODUÇÃO

A entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial é objeto de uma infinidade de estudos e pesquisas, entretanto, não se esgotaram as possibilidades de pesquisa decorrentes do envolvimento do país no conflito mundial e seus efeitos provenientes disto. Um exemplo é o impacto das ações de guerra submarina empreendidas pelo Eixo, em especial da Marinha alemã, com graves prejuízos para a Marinha Mercante Brasileira.

Esses impactos não ficaram circunscritos à Marinha de Guerra e à Marinha Mercante. O Exército Brasileiro também sofreu com a presença dos submarinos alemães nas costas brasileiras. A bordo dos navios *Baependy* e *Itagiba*, postos a pique pela ação germânica, eram transportados os efetivos de um Grupo de Artilharia e seus materiais de emprego militar: canhões, munições, dentre outros.

Assim, o objetivo do presente artigo, é o de mostrar como o impacto do ataque alemão ao *Baependy* e ao *Itagiba* impulsionou a promoção de mudanças e da reorganização da Artilharia do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial, com consequências como a expansão da Artilharia de Costa, até então timidamente desenvolvida no país. Também se pretende aqui demonstrar como essa rápida e dramática expansão se materializou para os soldados das unidades que foram enviados ao litoral e as consequências de suas experiências na defesa da costa. Os efeitos dessa reorganização se fizeram sentir mesmo para a preparação e envio de unidades de Artilharia para a Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A Segunda Guerra Mundial, que estourou em 1939, impactou o governo brasileiro, que passou a se preparar para lidar com as consequências que o conflito teria sobre o país. De um lado se encontrava

a Alemanha, que tinha um grande fluxo comercial com o Brasil, por meio do qual foi feita a aquisição de materiais militares, destacando-se os canhões Krupp, famosos por sua robustez e capacidade (PEREIRA, 2015, pp. 56-57). Noutro lado estavam os Estados Unidos da América, nação a qual o Brasil sempre teve um relacionamento intenso, sendo o principal parceiro comercial nas Américas (MONTEIRO, 2013, p. 26).

A administração Roosevelt, dos Estados Unidos, tinha mudado a sua política externa para as Américas, buscando promover uma causa comum, a do pan-americanismo, por meio do qual seria mais fácil de coordenar uma defesa continental contra os avanços das nações nazifascistas, as quais eram percebidas pelos Estados Unidos como uma ameaça existencial. Assim, esforços começaram a ser feitos pela diplomacia norte-americana de se colocar como a liderança do continente americano, sem, no entanto, impor essa liderança pela força, mas por meio de ofertas de benefícios para aqueles que se colocassem ao seu lado (PEREIRA, 2015, p. 115).

A despeito da política externa brasileira, da busca de uma neutralidade que pudesse promover a segurança do país, despreparado e desequipado para um conflito de escala global, não havia como se isolar dos esforços americanos na construção de um bloco continental. As gestões foram sendo intensificadas entre 1938 e 1939, quando Oswaldo Aranha, simpático aos americanos, tornou-se Ministro das Relações Exteriores. Um convite feito pelo Presidente Roosevelt logo se tornou a Missão Aranha, abrindo espaço para negociações e aproximações entre os Estados Unidos e o Brasil, selando os Acordos de Washington (MOURA, 1991, p. 13).

Frutos da Missão Aranha e dos Acordos são os diversos grupos de trabalho que surgem no governo brasileiro a partir

de sugestões dos americanos, com o intuito de modernizar o Estado e a economia. Por meio da missão, estabeleceu-se também um mecanismo de discussão entre os Chefes de Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, General George Marshall, e do Exército Brasileiro, General Góis Monteiro (MCCANN, 2018, pp. 28-33).

Esse processo se acelera a partir da entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941. A partir daí, a diplomacia americana terá forte impulso para trazer o Brasil para seu lado, por diversos condicionantes estratégicos que o Brasil poderia fornecer: matérias-primas vitais ao esforço de guerra, a utilização do Saliente Nordestino e a construção de diversos aeroportos e bases militares do Amapá a Bahia (PEREIRA, 2015, pp. 116-119).

Neste ínterim, em janeiro de 1942, ocorre a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro. Os EUA queriam envolver o continente na guerra em que eles agora estavam envolvidos, e buscavam a solidariedade dos vizinhos para apoiar o seu esforço. As nações latino-americanas tinham recursos que interessavam aos EUA, como a borracha brasileira, vital para um exército moderno como os que estavam surgindo na Segunda Guerra, extensivamente motorizados e mecanizados (MCCANN, 2018, pp. 104-107).

A aproximação cada vez maior entre os EUA e o Brasil não passou despercebido do olhar alemão. O embaixador nazista no Rio de Janeiro não tinha boas relações com Oswaldo Aranha, a quem atribuía boa parte das gestões em torno da construção de uma aliança entre EUA e Brasil. Em diversas ocasiões, o ministro e o embaixador protagonizaram embates fortes, com o alemão tendo tentado em vários momentos ultrapassar o ministro e buscado apelar ao Presidente Getúlio Vargas (PEREIRA, 2015, pp. 42-45).

As conversações entre brasileiros e americanos avançavam lentamente no plano militar, posto que desconfianças e desentendimentos pautavam as reuniões entre os militares dos dois países. A influência dos Presidentes Roosevelt e Vargas começou a aparar as arestas do relacionamento. Os militares americanos não acreditavam que os brasileiros eram capazes de defender o país, enquanto os brasileiros não toleravam uma ideia articulada pelos americanos de posicionar tropas dos EUA no Nordeste brasileiro (MCCANN, 2018, p. 66).

Um fator importante para que os EUA aceitassem fazer concessões ante aos brasileiros, era o sistema de defesa hemisférica concebido em Washington: partindo da Islândia, passando pela Nova Escócia, apoiando-se no Caribe até a costa da Venezuela, com especial importância para o Saliente Nordestino, que, no ver da Marinha dos EUA, poderia servir de ponta de lança para uma presença de forças do Eixo no hemisfério, sem que os americanos tivessem capacidade de repelir (MCCANN, 2018, pp. 67-68).

Esses temores não eram infundados. O ano de 1941 viu o Eixo aumentar sua presença na África do Norte. O Terceiro Reich tinha obtido o aval da França de Vichy para a ocupação de cidades coloniais francesas, em especial, Dakar. Isso aumentava a pressão para que um acordo com o Brasil fosse materializado o quanto antes. Os militares brasileiros deixavam claro aos americanos que o país tinha como se defender, bastando material moderno e ajuda dos EUA no sentido de modernizar e industrializar o Brasil (MCCANN, 2018, pp. 73-82).

A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e os acordos políticos efetivados entre os EUA e o Brasil permitiram que o Nordeste fosse usado

como base logística às operações norte-americanas voltadas para as ações de guerra na Europa e na África. Os alemães, a partir de então, passaram a considerar o Brasil como inimigo e lançaram ataques de submarinos de sua frota contra navios mercantes brasileiros, mesmo que estivessem em águas territoriais, objetivando evitar o abastecimento de material de guerra para os EUA.

### **A AÇÃO DOS SUBMARINOS DO EIXO E AS PERDAS DE ARTILHARIA**

Tendo assumido o compromisso internacional de romper as relações com o Eixo na Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, o Brasil passa a sofrer as consequências disto com os alemães lançando ataques contra navios brasileiros. As ações não eram feitas ao acaso, sendo supridas com informações obtidas por meio de redes de inteligência a serviço dos alemães no Brasil:

Geralmente, os espões que tinham base na capital federal eram comandados pelo engenheiro Albrecht Gustav Engels, codinome Alfredo, diretor da Cia Sul-América de Eletricidade, ocupação que apenas camuflava sua principal atividade. Engels tinha ótimas relações com a polícia e oficiais da Aeronáutica, a ponto de possuir um documento que lhe dava o direito de entrar em todas as instalações militares e de subir a bordo dos navios surtos em portos nacionais. (SANDER, 2007, p. 107).

Valendo-se de diversos meios, as redes de inteligência alemãs informavam a movimentação e deslocamentos realizados pela Marinha Mercante, especialmente usando radiodifusão. A despeito das ações de contrainteligência brasileiras, os alemães tinham informações a respei-

to de alvos nas costas brasileiras, apesar de serem algumas já obsoletas (PEREIRA, 2015, pp. 159-160).

Primeiro, os *U-Boats* atacaram navios brasileiros fora das águas nacionais. Mas logo os submarinos iniciaram ataques na costa brasileira. O ataque contra as linhas de cabotagem brasileiras foi aprovado por Hitler e previa inicialmente que os portos de Santos, do Rio de Janeiro e do Recife deveriam ser atacados por uma força de dez submarinos, que, além de destruir as instalações portuárias, afundariam indiscriminadamente todos os navios encontrados (PEREIRA, 2015, pp. 160-164).

Uma vez que tal investida levava alto risco para os navios alemães, e os resultados militares seriam relativamente pouco eficientes, a manobra foi cancelada. Os *U-boats* permaneceram em suas tarefas de patrulha no Atlântico e o *U-507*, liderado pelo Capitão de Corveta Harro Schacht, foi enviado para atuar na costa brasileira. Embora os audaciosos planos alemães tenham sido refreados, era imperativo parar a cadeia de suprimento fornecida pelo Brasil ao esforço de guerra dos EUA: borracha, manganês, diamantes, bauxita, ferro, níquel, titânio, berilo, cristais de quartzo, couros, carnes, laticínios e café (MONTEIRO, 2013, p. 27).

O mês de agosto de 1942 marcou a etapa final do processo de mudança de atitude do governo brasileiro em relação aos integrantes do Eixo. Os submarinos alemães desencadearam uma sucessão de ataques na costa brasileira torpedeando os navios mercantes *Baependy*, *Araquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e a barça *Jacira*. Após a declaração de guerra até o fim de 1942, o Brasil ainda perdeu mais doze navios. O governo brasileiro procurou amenizar as perdas materiais confiscando 16 navios alemães e italianos, mas o preço da aproximação com os EUA e da entrada do Brasil na



guerra estava sendo cobrado (MONTEIRO, 2013, pp. 27-29).

O primeiro choque para a Artilharia brasileira foi o afundamento do *Baependy*, navio que havia pertencido a uma empresa alemã antes de ser arrestado pelo governo brasileiro em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. Ele viajava de Salvador para Recife, levando 233 passageiros (entre eles militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso) e 73 tripulantes, sendo atacado nos primeiros minutos do dia 16 de agosto de 1942. O navio afundou rapidamente, em menos de cinco minutos, fazendo desaparecer 270 passageiros e tripulantes.

O Inquérito Policial Militar, aberto por ordem do Ministro da Guerra, chegou à seguinte conclusão: no dia 15 de agosto, quando o navio *Baependy*, do Loide Brasileiro, navegava para o norte do Brasil, depois de ter montado o farol do Rio Real, e de já ter navegado por duas horas, recebeu um torpedo do lado da proa e de boreste, e a seguir outro que o atingiu a meia-nau da mesma direção (CRUZ, 2017, p. 82).

Seriam 19 horas quando se deu o primeiro impacto, seguindo-se outro no minuto seguinte, tendo o navio submergido em três minutos. Nenhum aviso foi dado, nada foi percebido externamente que denunciasse a aproximação da embarcação agressora; apenas houve quem visse, sem identificar, um submarino flutuando, o qual projetou a luz de holofotes sobre o navio, instantes antes de lançar o primeiro torpedo. A surpresa e a grande rapidez com que o navio afundou impediram que fossem postas em execução as medidas de salvamento. Apenas uma baleeira foi arriada, e assim mesmo parece que por acaso (CRUZ, 2017, p. 87).

A bordo do navio, desde o porto do Rio de Janeiro, nenhum exercício de salvamento havia sido feito. Viajava-se sem grandes precauções; externamente so-

mente os faróis de navegação eram iluminados. As vigias e as vidraças do navio estavam pintadas com tinta opaca, mas havia passageiros descuidados que as deixavam abertas. Conforme depoimento das testemunhas e conclusão do relatório do inquérito feito pela Capitania dos Portos do estado do Sergipe, a perda do navio foi total (CRUZ, 2017, pp. 91-94).

Harro Schacht, comandante do *U-507*, prosseguiu com sua meta de ataque e horas depois torpedeou o navio *Araraquara*, que igualmente ao *Baependy*, navegava todo iluminado. Das 142 pessoas a bordo, apenas 11 sobreviveram. Ainda seguindo na mesma rota, o *U-507* encontrou o *Aníbal Benévolo* no fim da manhã do mesmo dia. Dois torpedos alemães alvejaram o navio, que afundou quase que imediatamente. Apenas quatro tripulantes se salvaram (MONTEIRO, 2013, pp. 80-82).

O capitão do *U-507* já poderia ter encerrado os ataques, porém, como ainda conduzia muitos torpedos e tinha bastante combustível, decidiu rumar para o Sul, onde encontrou e afundou no dia 17 outras duas embarcações. O primeiro foi o mercante *Itagiba*, que conseguiu ser evacuado a tempo, poupando a vida da maioria dos seus passageiros. O segundo foi o cargueiro *Arará*, que, ao observar a coluna de fumaça do *Itagiba*, deslocou-se para a área a fim de socorrer os náufragos e também foi torpedeado. O *U-507* só parou os ataques devido à aproximação de um avião de combate. O próximo ataque alemão poderia ter sido feito ao Cruzador *Rio Grande do Sul*, que realizava o resgate das vítimas (PEREIRA, 2015, pp. 221-223).

Autores põem em dúvida se a Marinha alemã executou uma ação de propaganda ou estritamente bélica. A região marítima ao largo do Brasil era secundária em termos de fluxo marítimo, ou seja, as zonas distantes da costa brasileira não possuíam representatividade marítima compará-

vel com a região da costa leste dos EUA (região onde aconteceram quase 70% das perdas hemisféricas no primeiro trimestre de 1942), do Golfo do México e do Caribe. Nessa região, a guerra submarina contra o comércio marítimo dos aliados foi travada em um cenário principal. Contabiliza-se que no ano de 1942, de janeiro a junho, 325 navios foram afundados no litoral e ao longo das Américas, quase a totalidade dos quais ocupavam a porção norte do hemisfério (GOMES FILHO, 2006, pp. 58-59).

Em outras palavras, o Atlântico Sul era um teatro secundário para as operações submarinas do Eixo (é importante frisar que durante todo o ano de 1942 nenhum submarino do Eixo foi afundado ao largo do litoral do Brasil). Em virtude disso, verifica-se que a guerra submarina travada no sul do continente americano pouco interesse desperta entre os pesquisadores estrangeiros, mas não sabem eles, ou não visam saber, se as ações dos submarinos do Eixo no Atlântico Sul foram travadas em zonas afastadas do litoral, ou próximas deste, e ainda se deixaram marcas profundas e indeléveis, depois da declaração de guerra do Brasil.

Os torpedeamentos dos navios mercantes *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará* que ocorreram entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, se constituíram em um dos episódios mais dramáticos da história contemporânea do Brasil – essa é a mensagem circulada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O comunicado é forte, com tom emocional: fala-se em “atrocidades que foram planejadas” praticadas por submarinos atuando sob bandeira da cruz suástica. A reação popular é grande e furiosa e impulsiona o Brasil, pressionando o governo a declarar guerra à Itália e à Alemanha (MONTEIRO, 2013, p. 126).

De fato, é mesmo assombroso pensar que somente uma embarcação inimiga te-

nha sido capaz de arrastar o Brasil para a guerra. A despeito das movimentações do governo brasileiro, e das próprias crenças pessoais de Vargas, ainda assim, o *modus operandi* do comandante do submarino *U-507* ficou evidente quando ganhou a costa e, entre 15 a 19 de agosto, no trecho entre Salvador e Maceió, afundou cinco navios e uma barcaça nacionais, num total de 14.795 toneladas, acarretando o sacrifício de 607 vidas, entre mortos e desaparecidos (DUARTE, 1968, pp. 109-110).

No que se refere à Artilharia brasileira, vale destacar a perda de grande parte do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso (7º GADo) que estava a bordo do *Baependy* e do *Itagiba*: em torno de 100 militares, entre oficiais, sargentos, cabos, soldados e familiares, inclusive o comandante do 7º GADo (Major Landérico de Albuquerque Lima) e seu estado-maior – Capitão Nestor Goes Ferreira, Capitão Osvaldo José Monteiro, Tenente Luiz Claudio Assunção e Tenente José Alves Acioli, entre outros (MONTEIRO, 2013, pp. 62-70).

Esse efetivo militar se deslocava para Recife a fim de reforçar a defesa do Saliente Nordeste, dentro dos planos concebidos pelo Exército, motivados pelo temor de um ataque do Eixo, mais especificamente dos alemães. O envio de unidades também servia para deixar claro aos EUA que o Brasil não toleraria uma ocupação militar disfarçada de cooperação, como desejavam alguns oficiais do Exército dos EUA (MCCANN, 2018, pp. 125-126).

## A REORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA

Em face da situação de beligerância, o Exército Brasileiro promoveu a sua ampliação: organizou e equipou novos setores militares do Norte-Nordeste considerados como regiões vitais de defesa do Brasil, promoveu o desdobramento da até então embrionária defesa de costa, e

retomou, sob novas bases, a discussão do problema das aquisições do material bélico de todo tipo, sem o qual perduraria o Exército ineficiente e fraco.

No que se refere à Artilharia de Costa, verdadeiramente existente, antes apenas no Rio de Janeiro e Santos, foi profunda a evolução implementada, constituindo-se seus primeiros núcleos de ação em Belém, Natal, Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Imituba e Rio Grande – todos com Grupos de Artilharia de Costa.

Surgia a Artilharia de Costa Móvel que se dividia em Motorizada e Ferroviária. O acontecimento mais marcante da Segunda Grande Guerra, no que referia à Artilharia de Costa, foi a criação de unidades de defesa móvel. Tornada possível com a aquisição feita ao governo dos Estados Unidos de canhões de suas fortificações do Panamá dos calibres 6 polegadas (152,4mm) e 7 polegadas (177,8mm), os quais se destinavam a constituir Grupos Móveis de Artilharia de Costa, dispondo também de modernos projetores Sperry (FORTES, 2001, p. 187).

A premência das medidas relacionadas com a vigilância do litoral em oposição a ações de desembarque nazifascistas na Ilha de Fernando de Noronha e no Saliente Nordestino determinou que ali se fizesse a criação dessas novas unidades, os Grupos Móveis de Artilharia de Costa (GMAC) assim como oficiais e graduados de Artilharia passaram a ser estacionados em diversos pontos da costa considerados favoráveis a desembarques, controlando vilas de pescadores, que passaram a agir como observadores ativos na defesa do litoral. A transferência do 7º GADO para Olinda, a bordo do *Baependy* e do *Itagiba*, estava inscrita nesta lógica (FORTES, 2001, p. 186).

O Exército Brasileiro ativou o Teatro de Operações Nordeste (TO Nordeste) em meados de 1941. Divisões começa-

ram a ser criadas para a defesa da região. A 7ª Divisão de Infantaria tinha como área de responsabilidade os estados de Alagoas e Pernambuco, no chamado Setor Sul do TO Nordeste, enquanto o Setor Norte era defendido pela 14ª Divisão de Infantaria, que respondia por Paraíba e Rio Grande do Norte. Neste setor, uma grande base aérea foi construída assim como instalações navais de vulto, que apoiavam as operações de forças brasileiras e dos EUA. Também se processou a ocupação militar de Fernando de Noronha, uma vez que tal ponto poderia servir a campanha submarina do Eixo, se tomado por aquela aliança (DARÓZ, 2017, p. 26).

A urgência de dotar o litoral com medidas defensivas para a proteção da costa de desembarques, ações do tipo comandos, e mesmo parada de ressuprimento de submarinos do Eixo tornava imperiosa a mobilização de unidades com material e pessoal capazes de impedir, ou ao menos retardar qualquer ação inimiga. Para isto, foram ativadas ou transferidas uma série de unidades descritas a seguir:

1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (1º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.074, de 31 de janeiro de 1942, foi mandado organizar na 7ª Região Militar (PE, AL, RN e PB), com destino à guarnição da Ilha de Fernando de Noronha, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com duas baterias de dois canhões de 152 mm e uma seção de projetores Sperry (FORTES, 2001, p. 187).

2º e 3º Grupos Móveis de Artilharia de Costa (2º GMAC e 3º GMAC): criados pelo Decreto-Lei 4.441, de 26 de junho de 1942, a serem organizados na capital federal, Rio de Janeiro, com destino à 7ª Região Militar (PE, AL, RN e PB), sendo os seus primeiros comandantes os majores José Carlos Pinto Filho e Paulo Rosas Pinto Pessoa, respectivamente, que os levaram para Natal e Olinda (FORTES, 2001, p. 188).

4º e 5º Grupos Móveis de Artilharia de Costa (4º GMAC e 5º GMAC): pelos Decretos-Leis 4.672 e 4.673, de 9 de setembro de 1942, sendo que o 4º GMAC foi enviado para a 7ª Região Militar e, o 5º GMAC, este para a 1ª Região Militar (RJ). Seus comandantes foram os Majores Altamiro da Fonseca Braga, que conduziu o 4º para Salvador, e Nelson Bittencourt de Oliveira, que instalou o 5º em caráter provisório, em quartel no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1942 (FORTES, 2001, p. 188).

6º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (6º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.715, de 18 de setembro de 1942, na 2ª Região Militar (SP), sendo mandado instalar no quartel do 4º Batalhão de Caçadores, em São Paulo, com destino à Praia Grande, no litoral de São Vicente (FORTES, 2001, p. 188).

7º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (7º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.714, de 18 de setembro de 1942, com destino à 3ª Região Militar (RS), teve início de instalação no Rio de Janeiro, pelo seu primeiro comandante, Major Fernando Bruce. Em 11 de novembro de 1942, embarcou para a cidade de Rio Grande (RS), escolhida como sua sede, visando a defender o acesso ao importante porto estadual e à Lagoa dos Patos (FORTES, 2001, p. 188).

Bateria de Projétores do Distrito de Defesa de Costa – Alguns projétores foram reunidos numa subunidade, a 1ª Bateria de Projétores, criada pelo Decreto-Lei 4.610, de 22 de agosto de 1942, e organizada em 30 de outubro, com sede junto ao Forte de Copacabana, compondo sistema importante para a realização dos tiros contra embarcações, especialmente em condições noturnas, contribuindo para a defesa da capital federal (FORTES, 2001, p. 188).

Com as medidas adotadas por meio da criação de diversas unidades em 1942, assim como a aquisição de material junto aos EUA e a presença de material recebi-

do pelo contrato de 1938 com a Alemanha, os anos de 1943 e 1944 observaram um incremento ainda maior na composição da Artilharia de Costa brasileira, toda enquadrada em uma Grande Unidade comandada por oficial-general. No ínterim de manter reforçada a defesa da costa, além de um destacamento no Forte da Laje, no Rio de Janeiro, foram ativadas as Baterias Isoladas da Artilharia de Costa (BIAC) em diversos pontos do território nacional (FORTES, 2001, p. 189), especificados a seguir:

- 1ª BIAC e Forte Marechal Hermes – em Macaé, no estado do Rio de Janeiro;
- 2ª BIAC e Forte Barão do Rio Branco – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Leste);
- 3ª BIAC e Forte do Imbuí – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Leste);
- 4ª BIAC e Forte Duque de Caxias – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Oeste);
- 5ª BIAC e Forte de Munduba – na barra do porto de Santos;
- 6ª BIAC e Forte Marechal Luz – em São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina;
- 7ª BIAC e Forte Marechal Moura – em Naufragados, no estado de Santa Catarina;
- 8ª BIAC e Forte de Óbidos – em Óbidos, no estado do Pará;
- 9ª BIAC e Forte da Ilha do Mel – em Paranaguá, no estado do Paraná.

Fora a criação das Baterias Isoladas, o ano de 1943 assistiu à criação de mais quatro unidades de Artilharia de Costa, começando pela 1ª Bateria Móvel de Artilharia de Costa (1ª BMAC) criada pelo Decreto-Lei 5.276, de 24 de fevereiro de 1943, na 8ª Região Militar (PA), com sede em Belém, composta de três peças de 152 mm (FORTES, 2001, p. 189).

Por meio do Decreto-Lei 5.370, de 2 de abril de 1943, foi criado o 13º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (13º GMAC), com sede em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Este grupo tinha uma característica diferenciada, sendo destinado a guarnecer a Artilharia ferroviária, equipado com canhões de 7 polegadas (177,8 mm). Sua sede definitiva era na Estação de Barreto, Niterói (RJ), ponto inicial das linhas do ramal de Cabo Frio, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 24 de abril de 1945, o 13º GMAC, pelo Aviso 1.156, passou a chamar-se 12º Grupo Ferroviário de Artilharia de Costa, mas teve curta existência, ficando depois sem efetivo, pois além de seu elevado custo de manutenção, ocorreu a eliminação do trecho ferroviário em que se deslocava (FORTES, 2001, p. 190).

O 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (8º GMAC) foi criado pelo Decreto-Lei 5.519, de 25 de maio de 1943, na capital federal. Absorveu o 5º GMAC, que estava sem efetivo, e instalou-se no quartel deste no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Já o 12º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (12º GMAC), criado pelo Decreto-Lei 5.680, de 20 de julho de 1943, organizado em Curitiba, na 5ª Região Militar (PR e SC), seguiu para Florianópolis, com destino a Imbituba (SC), dispondo de uma bateria em Laguna. Seus primeiros elementos chegaram a Laguna em 25 de setembro de 1943 e a 1ª Bateria do 2º GMAC instalou-se em Imbituba (FORTES, 2001, p. 190).

Em novembro de 1943, foi nomeada uma comissão de oficiais de Artilharia e engenheiros militares para proceder aos estudos de reconhecimento e escolha de posições para novas baterias costeiras de canhões de 12 polegadas, que se esperava obter nos EUA, e para os estudos individuais das obras de fortificação correspondentes, no escopo de um plano de defesa da capital federal.

Foram levantados os problemas relacionados com as novas baterias a serem criadas com material de Artilharia de calibre de 12 polegadas e a implantação de dois grupos desse armamento no litoral do então distrito federal e do estado do Rio de Janeiro, respectivamente, de um lado e do outro da entrada da Baía de Guanabara. Previu-se um grupo com canhões de 14 polegadas ou de 400 mm para a região Joatinga-Marisco, cobrindo as áreas não batidas pelos grupos de 12 polegadas, inclusas na área perigosa de onde o adversário poderia bombardear os pontos sensíveis da antiga capital federal e as instalações do porto, sem que fosse atingido pela Artilharia de Costa (FORTES, 2001, p. 191).

O plano tinha como objetivos: criar uma zona de perfuração das couraças laterais dos navios, na entrada da Baía de Guanabara (pontas de Itaipu e de Copacabana); permitir ao máximo as possibilidades de tiro das baterias das fortificações já existentes; permitir a livre entrada e saída do porto pelas Forças Navais brasileiras e aliadas (FORTES, 2001, p. 191).

Estabelecia forte proteção contra o bombardeio, como obras fortificadas, túneis abertos na rocha ou estruturas concretadas, tudo sob proteção antiaérea adequada, de acordo com os ensinamentos da Segunda Guerra Mundial, não só para a artilharia primária (de 14 polegadas para cima), como para a secundária (calibres inferiores a 14 polegadas), devendo os esforços futuros serem somados no sentido do aumento da dotação da artilharia primária, em detrimento da secundária (FORTES, 2001, p. 192).

Diante da conjuntura internacional no início de 1944, com as vitórias aliadas no mar e a derrota do Eixo no norte da África em 1943, decidiu o governo reduzir os efetivos concentrados em Fernando de Noronha e no Nordeste. Por isso foi criada a 2ª

Bateria Móvel de Artilharia de Costa, pelo Decreto-Lei 6.843, de 9 de maio de 1944, para ter sede na referida ilha, e, na mesma oportunidade, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa foi transferido para Vitória, no estado do Espírito Santo. A organização da 2ª Bateria se fez com aproveitamento de material, parte do pessoal e dos recursos do 1º GMAC (FORTES, 2001, p. 193).

Quando da organização da Força Expedicionária Brasileira, enviada ao teatro de operações da Itália, em virtude dos entendimentos do governo brasileiro e os aliados, deu a Artilharia de Costa sua participação decisiva, apoiando especialmente a constituição da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) com oficiais e praças dos diversos grupos e reservistas convocados pela sua alta especialização, que preencheram vagas de diversas funções relacionadas com a direção do tiro e as comunicações, com as quais estavam familiarizados pelo conhecimento dos métodos norte-americanos de tiro e de instrução, obtidas nos cursos do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), depois Escola de Artilharia de Costa. Destaca-se, no caso, a contribuição que foi dada pelos diversos Grupos Móveis de Artilharia de Costa, contribuindo com pessoal para constituir a Bateria de Comando da Artilharia Divisionária da 1ª DIE (FORTES, 2001, p. 193).

Com o fim da guerra na Europa, a Artilharia de Costa brasileira passaria pela desmobilização, com a desativação de diversas unidades e a redução de efetivos. O material seria aproveitado para substituir peças defasadas e antigas em fortificações do Exército. Foram suspensas as convocações de oficiais e reservistas e retomadas as atividades de instrução quanto ao tiro costeiro de Artilharia, tanto nas unidades operacionais quanto na Escola de Artilharia de Costa. Oficiais e praças retornados da Itália, foram reincorporados às suas

unidades, passando os ensinamentos de quem tinha vivido a experiência real de combate (FORTES, 2001, p. 194).

## **A GUERRA CHEGOU À PRAIA: CIVIS E MILITARES NA DEFESA DO LITORAL**

A rápida expansão das unidades de Artilharia de Costa deixaria uma marca nos locais onde foram posicionadas. O emprego da tropa, com pessoal espalhado ao longo do litoral, apoiando-se em ajuda de civis para a efetiva defesa da costa, provocou mudanças no panorama social. Gente simples e com pouca instrução formal, mas considerada essencial para a Defesa Nacional, os pescadores logo se viram enfrentando uma ameaça complexa, na figura da guerra submarina do Eixo. A mobilização dessas populações era algo já considerado nos planejamentos militares da década de 1920, dado o risco corrido pelo Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (DUARTE, 1971, pp. 251-252).

Missões da Marinha de Guerra, em especial as do Cruzador *José Bonifácio*, comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar, foram essenciais para criar um sistema que seria testado pela Segunda Guerra Mundial. Entre 1919 e 1923, o Comandante Vilar e sua tripulação fundaram colônias de pesca pelo Brasil. Buscava-se integrar os pescadores à sociedade, por meio da implantação de escolas e postos de saneamento, por causa das endemias constantes e péssimas condições sanitárias que afetavam aquelas populações. Cada colônia era reunida em grupos, os quais respondiam à Capitania dos Portos, enquadrando-as na estrutura do Ministério da Marinha (DUARTE, 1971, p. 253).

A despeito de mais de oitocentas colônias terem sido fundadas com tal estrutura, em 1932, a autoridade sobre elas passou do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura, medida que só foi revertida em 1942, já depois da declara-

ção de guerra do Brasil ao Eixo. Entretanto, medidas como a educação nas colônias e a comercialização da pesca permaneceram sob o controle da pasta da Agricultura, que também deveria organizar cooperativas e cuidar do aspecto médico e social destas (DUARTE, 1971, p. 256).

O envolvimento do Exército com a defesa no litoral, em especial do Saliente Nordeste se daria de maneira mais acelerada a partir de meados de 1942. Fatores como a demorada mobilização de meios e pessoal fizeram com que os comandantes das Brigadas de Infantaria sediadas no Nordeste organizassem a costa em “Zonas de Vigilância”, onde cada concentração praiada receberia um militar, que exerceria a função de chefe do setor a que estava designado. Na documentação militar, os pescadores foram designados como observadores e responsáveis pela vigilância do litoral, devendo reportar todo avistamento de embarcações (DUARTE, 1971, p. 257).

A questão do controle do Exército sobre as colônias de pescadores não se deu sempre de maneira pacífica. Rivalidades e descoordenação entre a Marinha, a Força Aérea e o Exército impediam o fluxo correto das informações, posto que os pescadores estavam mais acostumados a lidarem com oficiais e praças da Marinha do que das outras Forças. O ano de 1942 foi consumido por um entrevero burocrático que somente se encerrou a 15 de janeiro de 1943, quando o Estado-Maior da Armada formalizou entendimento com o Estado-Maior do Exército, criando-se uma estrutura de compartilhamento de informações de inteligência entre militares das duas Forças (DUARTE, 1971, pp. 265-269).

Entre o final de 1942 e início de 1943, unidades de Infantaria e Artilharia do Exército, especialmente Artilharia de Costa, começaram a ser deslocadas para o Nordeste, para defenderem posições de

eventuais ataques do Eixo e manterem vigilância cerrada. Daí, características diversas marcaram as relações entre militares e pescadores. Nas colônias onde foram designados pessoal de Infantaria, “batalhões de guerrilheiros” surgiam. Onde o pessoal de Artilharia foi posto, os pescadores eram treinados como observadores (DUARTE, 1971, pp. 270-278).

O treinamento constante, que girava em torno da figura do militar ou dos militares que habitavam a colônia, deixaram profundas marcas na mentalidade dos pescadores, sujeitos a uma rotina diferenciada de vida. Longos períodos de observação da costa aliados a tensão e ao temor de não deixar escapar nada, devido às tragédias dos afundamentos já ocorridos, geravam forte carga psicológica nos pescadores, apanhados de surpresa pelo conflito e as obrigações a eles impostas.

O impacto das histórias dos torpedeamentos chegava aos ouvidos dos pescadores, sendo recebido com um misto de emoções: a visão dos corpos das vítimas, o acolhimento dos naufragos, os destroços das embarcações, as mercadorias e demais itens que chegavam às praias serviam como elementos que inseriam os pescadores na dinâmica da guerra. Embora não combatessem, eles estavam sujeitos aos estresses da atividade bélica, uma vez que o inimigo submarino passou a fazer parte de seu imaginário, como ameaça real e presente (CRUZ, 2011, p. 26).

O grande número de militares mobilizados para a defesa da costa e sua inserção nas colônias de pescadores agravaram problemas já existentes, como a falta de acesso a recursos básicos, como água encanada, alimentação de qualidade, apoio médico. A tropa passou a padecer com as doenças e endemias que flagelavam a população pesqueira, posto que, salvo raras exceções, não houve nenhuma adaptação a sua chegada às colônias,

tendo que se valer das precárias moradias locais (CARVALHO, 2009, p. 66).

Galpões improvisados, abrigos construídos com palhas de coqueiro e barracas de campanha eram os locais onde os militares praiheiros tinham para dormir ou descansar. Não houve ação na maior parte dos comandos para que fossem construídas instalações que dessem conforto à tropa. A urgência da ocupação do litoral junto à carestia de recursos tornava a tarefa ainda mais difícil. Outro elemento que complicava o emprego dos soldados advinha do fato que, em sua maioria, os homens mobilizados vinham do campo, com baixa escolaridade e pouco acesso aos serviços públicos, o que gerava uma mudança de atitude no momento em que se tornavam soldados, uma vez que experimentavam o “ter poder” ao serem dotados de armamento e responsabilidades (CARVALHO, 2009, pp. 73-74).

Há um erro comum, quando se trata da experiência dos militares praiheiros: por não integrarem a Força Expedicionária Brasileira ou a Marinha na dura campanha antissubmarino da Batalha do Atlântico, existe um mito de que seu serviço teria sido tranquilo e doce. Nada mais falso. As privações constantes, a variedade de doenças que abalavam até militares de bom condicionamento físico, forçando ações como a transferência de unidades inteiras do litoral remoto para as grandes capitais, afetavam suas capacidades operacionais e combativas. A rotina de patrulhas constantes, treinamentos com armamento, em especial os canhões costeiros, feitos para enfrentar navios, causavam choques com mudanças nas populações locais, em especial, nas colônias, mas também nas cidades. A chegada de grandes contingentes de soldados vindos do Sudeste e Sul mudou até o panorama das capitais nordestinas, tomando-se os exemplos de Recife, Maceió e Natal, ao

que se deve também computar o impacto da presença de tropas americanas, no contexto do esforço de guerra aliado (CARVALHO, 2009, p. 75).

A alimentação era um dos fatores que tornava difícil a vida da tropa nas praias. Submetidos a uma dieta de farinha, feijão e charque, sem que existisse outra opção. Embora existisse um esforço para tentar melhorar a dieta dos soldados, estes acabavam sendo salvos pela colaboração dos pescadores, que lhes davam peixe e alguns outros alimentos, o que mitigava um pouco o sofrimento nas longas vigílias. A água, quase sempre salobra, condições péssimas de higiene e o desconhecimento dos soldados quanto ao preparo de alimentos geravam uma comida de má qualidade, que diminuía a imunidade da tropa, afetando seu desempenho. Os pescadores muitas vezes foram o alento da tropa, não só por dividir com eles as dificuldades das jornadas, mas também por compartilhar o pouco que tinham (CARVALHO, 2009, p. 67).

A evacuação de doentes e feridos também constituía um laço entre os soldados e a população local. Dada a baixa motorização do Exército até a Segunda Guerra Mundial, com a gasolina fortemente racionada, a tropa contava com o apoio da população local, especialmente usineiros e proprietários de terra, para atender as necessidades dos soldados em matéria de veículos. A carestia de meios era compensada com o apoio local, e, em caso de invasão, a tropa se deslocaria mais em veículos civis que militares (CARVALHO, 2009, p. 68).

A precariedade que caracterizou a mobilização de militares e civis para a defesa do litoral demonstrava-se até na falta das rotinas comuns às instituições militares: muitos homens convocados não receberam fardamento ou o receberam em quantidade insuficiente, as formaturas eram raras, assim como os treinamentos



foram bem diferenciados dos que ocorriam nos quartéis. Isto contribuiu para o pernicioso mito já citado anteriormente, de que, os militares praieiros e civis que estavam junto a eles teriam tido tranquilo serviço nas praias, algo que foi decisivo para o silenciamento da memória e para o esquecimento destes no pós-guerra (CARVALHO, 2009, p. 70).

Muitos dos soldados eram homens convocados de zonas rurais Brasil adentro, vindo de diferentes regiões, o que agudizava o processo de estranhamento com as populações locais. Unidades tinham seu pessoal composto por pessoal proveniente do Amazonas ao Rio Grande do Sul. As diferenças culturais influíam na alimentação e no trato com o litoral, posto que muitos destes homens, por terem sido criados no campo, estavam vendo o mar pela primeira vez. A guerra era uma experiência nova em suas vidas, trazendo um mundo imenso consigo (MACEDO, 2009, pp. 99-100).

A solidão era constante e, mesmo com a camaradagem típica dos tempos de guerra, os militares praieiros sofreram bastante com a distância das famílias. Isto foi um dos principais motivos para que muitos deles, com o fim da guerra, procurassem deixar o Exército, para retornar à vida civil e se reinserir no núcleo familiar. Designados para lugares longínquos de suas antigas moradas, o desejo de sair da guerra e retornar à vida que levavam moveram muitos soldados a pedirem o desligamento (MACEDO, 2009, pp. 108-110).

O rápido desligamento do Exército fez com que os soldados que foram para o litoral sofressem ainda mais que alguns dos homens que voltaram da Itália. Se para estes houve celebrações e festas quando de seu retorno, nada esperava os militares praieiros, salvo suas famílias. O esquecimento lhes cobriu rapidamente, e seu serviço ao Brasil foi deixado de

lado, causando-lhes profundas marcas psicológicas. Abandonados e sem terem seus sacrifícios reconhecidos, voltaram às suas antigas profissões, ainda tendo de lidar com mitos como o que de seus serviços na guerra teriam sido pacatos e tranquilos. A luta por compensações e reconhecimento levou muito tempo, sendo que os militares praieiros só obtiveram isto com leis editadas em 1949, 1962 e 1968 (MACEDO, 2009, pp. 111-112).

Essa luta não se findou aí. A dor do serviço à Pátria não reconhecido, ou tratado de forma jocosa ("marajás da praia"), após a publicação das leis, fora a querela legal, dado que muitos militares praieiros não tiveram seus direitos concedidos pela justiça num primeiro momento. Depressão e desprezo foram algumas das coisas enfrentadas por estes homens, que, mesmo após o reconhecimento, pois até nas associações de ex-combatentes eram relegados à categoria daqueles que não tinham ido à Itália, foram deixados de lado, permanecendo esquecidos (CRUZ, 2011, pp. 33-34).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Artilharia brasileira passou por diversas transformações, levando-se em conta o período de neutralidade, o rompimento das relações diplomáticas e, finalmente, o período de declaração de guerra até o fim do conflito. Apesar das dificuldades impostas, observou-se que o Exército fez o melhor que pode para dotar o litoral brasileiro com diversas unidades de Artilharia de Costa com material que pudesse ser efetivo, dada a precariedade que lhe caracterizava.

A entrada dos EUA no conflito mundial ocasionou uma mudança das relações de poder nas Américas, uma vez que as nações do continente estavam mais próximas desta nação do que do Eixo, o que acabou levando a ações de força por parte dos alemães, principalmente, contra o Brasil. O potencial geoestratégico do Saliente

Nordestino assim como as exportações vitais para o esforço de guerra dos EUA eram importantes demais para que os alemães deixassem incólume a costa brasileira.

A situação brasileira se agravou quando o País rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, a partir de janeiro de 1942. A ameaça de um possível ataque das forças do Eixo passou a ser considerada nos planos de defesa interna do Exército em qualquer região do litoral brasileiro, com prioridade no Nordeste do país. Porém, o Exército assessorava o Presidente da República a não entrar em combate com os alemães e italianos devido à sua deficiência, tanto em material, como em pessoal, incapazes de atender a todos os pontos sensíveis de defesa do litoral.

Com os torpedeamentos na costa brasileira, a trágica perda de grande parte do pessoal e material do 7º Grupo de Artilharia de Dorso e a consequente declaração de guerra, em agosto de 1942, as unidades de Artilharia, assim como todas as demais, foram reorganizadas com objetivos reais de combate, tanto na defesa costeira e territorial, como também na participação além-mar nos campos da Itália. A Artilharia de Costa ganhou importância, uma vez que o extenso litoral precisava ser guarnecido e defendido de qualquer ataque inimigo vindo do mar.

Os torpedeamentos por submarinos alemães na costa brasileira contribuíram de forma incontestável para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tal fato ocasionou a reorganização de pessoal e material militar e, além disso, a criação de organizações militares voltadas para a defesa de todo o território nacional, e não apenas como era antes, época em que só havia unidades nos pontos considerados estratégicos para a defesa do País. A mudança de material de Artilharia, passando do alemão, como os canhões Krupp, para os obuseiros norte-americanos, foi outro acontecimento de relevância que o Exér-

cito teve que se adequar em face do emprego e apoio dos EUA no conflito.

A tragédia dos afundamentos foi decisiva não só porque demonstrou a fragilidade brasileira ante a um inimigo experimentado e ardiloso, mas também serviu a um vigoroso reequipamento das Forças Armadas, vital para as operações a serem empreendidas em mar, terra e ar. De fato, em 1943, a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira, operando junto a forças aeronavais dos EUA baseadas no Nordeste, tinham se tornado hábeis caçadores de submarinos do Eixo, impondo baixas irre recuperáveis àquela aliança.

No caso do Exército Brasileiro, a guerra trouxe, para além de uma forte modernização e crescimento de efetivo, uma mudança real de postura, pois a ameaça nazista fez com que, passados setenta anos desde a última guerra que havia ameaçado o território nacional, a guerra contra o Paraguai (1864-1870), fosse ativado um Teatro de Operações, com a convocação de reservistas, compra de material militar e um real esforço de dotar a costa de um sistema eficiente de defesa, algo que até então era apenas almejado e, por limitações econômicas e políticas, não fora feito. A guerra impôs a necessidade, embora o sistema tenha existido plenamente apenas enquanto o fenômeno bélico durou.

As experiências vividas por milhares de homens convocados para o serviço militar e civis nas colônias de pescadores demonstram que não somente os militares da Força Expedicionária Brasileira viveram momentos excruciantes; também aqueles que estiveram nas praias, na defesa da costa, sofreram com as agruras da guerra, mesmo sem os combates que caracterizaram a passagem da tropa pela Itália. Longas noites em vigília, expostos a intempéries, doenças e à precariedade das instalações, quando existiam, marcaram profundamente a jornada desses homens.

O medo do mar, entre 1942 e 1945, representava mais do que apenas a fonte do sustento dos pescadores, mas agora, um local onde o inimigo podia estar presente, mesmo que não fosse visto, algo comum à guerra submarina. As patrulhas com duração por boa parte dos dias e noites, que consumiam os soldados e civis arregimentados para a tarefa, e o medo aliado à tensão de poder estar em contato com o inimigo a qualquer momento extenuavam qualquer um, além de expor todos a erros, que ocorriam eventualmente.

O fim da guerra e a desativação das unidades impuseram dois golpes, no qual a Artilharia de Costa se confundiu com seus soldados: primeiro, sua diminuição como ramo especializado dentro do Exército, com a extinção de muitas unidades após a guerra. As unidades restantes enfrentaram um processo no qual tiveram de manter os materiais adquiridos durante a guerra ativos, mesmo que obsoletos, até a década de 1990, quando ela foi extinta.

Em segundo lugar, o esquecimento dos militares praiheiros e civis, que tiveram sua contribuição para o Brasil duramente questionada, não só por não terem composto a Força Expedicionária Brasileira, mas por terem seu serviço considerado como “fácil”. Diferentemente da Itália, onde a tropa era apoiada pela logística aliada, os soldados brasileiros do litoral experimentaram doenças diversas, instalações precárias, quando não estavam expostos ao relento e à fome. Como se isso não fosse bastante, ainda travaram longa batalha para serem reconhecidos.

A experiência da rápida expansão da Artilharia de Costa em face da precariedade de materiais e meios demonstra não só as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, advindas de seu atraso tecnológico, mas também social, postos que homens de pouca ou nenhuma instrução foram colocados para operar sistemas de armas que exigiam muito de seus operadores, em um ambiente complexo, contra um inimigo capaz e experimentado. Embora pouco observadas, mazelas sociais têm papel relevante para a Defesa Nacional, visto que soldados com problemas de saúde derivados de uma alimentação pobre, com baixa instrução e pouca mobilidade afetarão o modo como uma Força Armada se comportará em sua atividade-fim: a guerra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. *Ex-combatentes do Brasil – entre a história e a memória*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Submarinos no Mar & Soldados na Praia: A militarização da costa sergipana no tempo da II Guerra (1942-1945)*. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*. Maceió, v. 5, n. 8, p. 25-35, 2011.

\_\_\_\_\_. *“Guerra do Atlântico na costa do Brasil”: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. *A artilharia brasileira e a defesa de Fernando de Noronha durante a 2ª Guerra Mundial*. *Tiempo y Espacio*. Caracas, v. 27, n. 67, p. 21-43, 2017.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1968.

\_\_\_\_\_. *O Nordeste na II Guerra Mundial – Antecedentes e Ocupação*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

FORTES, Hugo G. Borges, *Canhões cruzados*. Rio de Janeiro: Bibliex. 2001.

GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas brasileiras. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 56-71, 2006.

MACEDO, Ranielle Cavalcante de. *História, memória e espaços: experiências dos ex-combatentes de Parelhas-RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN. 2009.

MCCANN, Frank. *Brazil and the United States during World War II and Its Aftermath: Negotiating Alliance and Balancing Giants*. Durham: Springer, 2018.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex. 2013.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.



# Documento

---

*Felipe Sabino Crispim Maia*

**Documento:** 1ª edição do *Theatrum Orbis Terrarum* (primeiro atlas moderno)

**Data:** 1570

**Localização:** Biblioteca da Marinha (Seção de Mapoteca)

# *Theatrum Orbis Terrarum (1570)*

## **Felipe Sabino Crispim Maia**

Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estagiário do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

O Renascimento foi um movimento científico, cultural e artístico, ocorrido entre os séculos XIV e XVI, que se espalhou pela Europa durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, quando ideias e técnicas da antiguidade greco-romana foram retomadas. As transformações ocorridas nesse período foram de encontro aos pensamentos e costumes medievais, com destaque para os avanços científicos, que ganharam força durante essa época.

Neste contexto, em que a ciência do mundo se renovava, a geografia mundial também sofreu alterações “com os novos descobrimentos de terras devido às expansões ultramarinas” (FARIA, 2016, p.79). E com a retomada dos estudos de pensadores clássicos greco-romanos, principalmente das contribuições de Ptolomeu no campo da geografia e astronomia, como as instruções para a elaboração de mapas com coordenadas geográficas e a teoria da projeção, capaz de representar superfícies curvas em um mapa plano.

Todo esse acúmulo de saber foi fundamental para o cartógrafo renascentista belga Abraham Ortelius (1527-1598), nascido na Antuérpia, publicar, em 1570, a obra *Theatrum Orbis Terrarum* (“O teatro do globo terrestre”), inovando o padrão de mapas, abrigando 53 folhas de mapas compreendendo a região dos Montes Pirineus, atual Espanha, até o Rio Reno, hoje Alemanha, em conjunto com textos sobre as localidades. Formando assim um livro, considerado o primeiro atlas produzido na história, cuja difusão foi facilitada, pois, “nessa época o papel já circulava pela Europa e era utilizado para as novas invenções, como a impressão tipográfica e as técnicas de gravação – xilogravura, metal a buril e água forte” (FARIA, 2016, p.80).

O atlas foi inspirado em duas obras geográficas, o mapa de mesmo título de 1552, de autoria do cartógrafo dinamarquês Marcus Jordan, e utilizou recursos empregados em um mapa de 1543 do impressor, pintor e cartógrafo alemão Cornelis Anthonizoon. A importância do atlas foi tamanha que, até 1621, cerca de 40 edições foram publicadas em diferentes línguas como latim, espanhol, alemão, francês e holandês.

A palavra teatro, em latim *theatrum*, na Grécia Antiga, em meados do século V. a.C., representava o local onde havia o costume de cultos e oferendas aos deuses gregos. O *theatrum* era formado por espetáculos de mímica, dança, música e recitação de poesias. “Na concepção de Cícero é uma construção em forma de círculo onde se representam os jogos cênicos, podendo ser atribuída para a representação do mundo, nome que permaneceu por pouco tempo” (FARIA, 1985). Contemporâneo a Abraham Ortelius, seu rival e erudito Gerard Mercator produziu um volume de cartas geográficas intitulado Atlas, em homenagem ao titã Atlas, que, segundo a mitologia grega, foi condenado a carregar o mundo sobre os ombros. Mercator se destacou devido a sua projeção geográfica, mais fiel que a de Ortelius, deixando assim seus trabalhos em segundo plano. Cabe ressaltar que o autor apresentava falhas de informações geográficas em suas obras devido à falta de conhecimento e tecnologia da época. O termo atlas permaneceu no vocabulário popular como significado do coletivo de documentos cartográficos, suplantando a nomenclatura *theatrum*.

No acervo da Biblioteca da Marinha do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro e subordinada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, há a primeira edição do *Theatrum Orbis Terrarum* (escrito em latim). Sendo este um dos quatro exemplares da primeira edição do atlas de Ortelius ainda existentes em todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. 2 v.

FARIA, Maria Dulce de. *A Gália de César na representação cartográfica do renascentista. Abraham Ortelius*. Anais Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. v.132, p. 78-147. 2016.

FARIA, Ruth. *A representação cartográfica da Eneida no Parergon Theatri de Ortelius*. Separata de In Memoriam L. da Nobrega. Rio de Janeiro: Sepe, 1985.

